

humanidades



DOSSIÊ

Vidas negras importam!

Nº 63 | DEZEMBRO 2019
ISSN 0102.9479

EDITORA

UnB

Não vou mais lavar os pratos

Cristiane Sobral

Não vou mais lavar os pratos.
Nem vou limpar a poeira dos móveis.
Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro
e uma semana depois decidi.
Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo
a bagunça das folhas que caem no quintal.
Sinto muito.
Depois de ler percebi
a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética,

A estática.
Olho minhas mãos quando mudam a página
dos livros, mãos bem mais macias
que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante.
Sinto.

Qualquer coisa.
Não vou mais lavar. Nem levar. Seus tapetes
para lavar a seco. Tenho os olhos rasos d'água.
Sinto muito. Agora que comecei a ler quero entender.
O porquê, por quê? e o porquê.
Existem coisas. Eu li, e li, e li. Eu até sorri.
E deixei o feijão queimar...
Olha que feijão sempre demora para ficar pronto.
Considere que os tempos são outros...

Ah,
esqueci de dizer. Não vou mais.
Resolvi ficar um tempo comigo.
Resolvi ler sobre o que se passa conosco.
Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou.
De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais entendi,
você foi o que passou
Passou do limite, passou da medida,
passou do alfabeto.

Desalfabetizou.
Não vou mais lavar as coisas
e encobrir a verdadeira sujeira.
Nem limpar a poeira
e espalhar o pó daqui para lá e de lá pra cá.
Desinfetarei minhas mãos e não tocarei suas partes móveis.
Não tocarei no álcool.
Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler.
Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
meu tênis do seu sapato,
minha gaveta das suas gravatas,
meu perfume do seu cheiro.
Minha tela da sua moldura.
Sendo assim, não lavo mais nada, e olho a sujeira
no fundo do copo.
Sempre chega o momento
de sacudir,
de investir,
de traduzir.
Não lavo mais pratos.
Li a assinatura da minha lei áurea
escrita em negro maiúsculo,
em letras tamanho 18, espaço duplo.

Aboli.
Não lavo mais os pratos
Quero travessas de prata,
Cozinha de luxo,
e jóias de ouro. Legítimas.
Está decretada a lei áurea.

(*Cadernos negros 23: poemas afro-brasileiros*, 2000).





EDITORIAL

Nesta edição de *Humanidades*, brindamos nosso público leitor com a publicação do Dossiê *Vidas negras importam*. Os textos examinam diferentes perspectivas sob o ponto de vista histórico-social para o entendimento das categorias de classes sociais, classe trabalhadora, racismo, preconceito, estão centrados, sobretudo, na intenção de compreender os processos de luta dos movimentos sociais, que se contrapõem às estratégias estreitas de destruição de conquistas históricas, como as políticas de inclusão social nas universidades públicas.

A Universidade de Brasília tem orgulho de ser pioneira na adoção do sistema de cotas raciais como ação afirmativa, possibilitando oportunidades iguais de acesso ao ensino superior. Hoje, pesquisas apontam que estudantes negros e pardos são maioria nas universidades públicas federais. De acordo com a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais do Ensino Superior, realizada pela Andifes e divulgada em abril de 2019 os alunos identificados como negros atingem 51,2% do total de estudantes, três vezes mais que em 2003. Indígenas representam 0,9%, número que duplicou entre 2014 e 2018. Essa expansão ocorreu particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), aponta o estudo.

Entretanto, o projeto em curso no Brasil ainda é o de uma hegemonia branca que aponta sempre para a desigualdade social. Por isso, a discussão da questão das desigualdades e das identidades é importante para este momento histórico. A urgência destas questões na reflexão da academia também está acompanhada nesta edição de outros artigos que ressaltam outras práxis, sendo necessário ainda, no atual universo de fragmentação de valores humanitários, colocar a complexidade da cultura digital, a qual necessita de visões sobre seus aspectos históricos para ser compreendida.

Esperamos que os artigos aqui contemplados tenham o valor de um testemunho, pois revelam o esforço de seus autores em instigar a reflexão e desvelar os processos em curso no Brasil atual.

Boa leitura!

Germana Henriques Pereira

Diretora da Editora Universidade de Brasília

humanidades

Número 63 | Dezembro 2019
ISSN 0102.9479

 **Universidade de Brasília**

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira

Fernando César Lima Leite

Beatriz Vargas Ramos G.de Rezende

Carlos José Souza de Alvarenga

Estevão Chaves de Rezende Martins

Flávia Millena Biroli Tokarski

Izabela Costa Brochado

Jorge Madeira Nogueira

Maria Lidia Bueno Fernandes

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Verônica Moreira Amado

EXPEDIENTE

Editora

Inês Ulhôa

Revisão, diagramação e capa

Editora Universidade de Brasília

Foto de capa

Rafael Habacuc, via pexels.com

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 2, bloco C, nº 78, Ed. OK, 2º andar

CEP 70.302-907 - Brasília-DF

Tel.: +55 (61) 3035-4235/4224

www.editora.unb.br

Os artigos publicados são de
responsabilidade de seus autores

sumário

ARTIGOS

POLÍTICA E NOVAS TECNOLOGIAS **7**
Thanks Obama e o impeachment de Dilma Rousseff, espaços e estratégias de política digital
Luiz Fernando Horta e André Ricardo Nogueira

Tecnopolítica e novos territórios de disputa: análise de uma guerra de posições **26**
Daniela F. Garrossini, Francisco Sierra Caballero, Francesco Maniglio e Gabriel Lyra

DIREITOS HUMANOS **38**
Tráfico de mulheres brasileiras no mercado do sexo: cenários luso-brasileiros
Maria Lúcia Pinto Leal

EDUCAÇÃO **51**
As crianças sem-terra e o direito a uma educação libertadora
Diana Daros e Luana Pommé

UNIVERSIDADE **61**
Mia Couto, um honoris causa em favor da cultura
Edvaldo A. Bergamo

SEGUNDA LEITURA

Sobre a ação ética **67**
Rogério Madeira

CRÔNICA

Brasília **73**
Hellen Rodrigues Batista

- DOSSIÊ**

- 74** **VIDAS NEGRAS IMPORTAM**
Com racismo não há liberdade: as trincheiras de luta no Brasil atual
Inês Ulhôa
- 75** **O Brasil africano invisível-visível e a geografia secular perversa**
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
- 100** **“O caso do homem errado”: desamparo e genocídio da população negra**
Edileuza Penha de Souza
- 108** **Memória negra na diáspora como instrumental jurídico**
Maíra Brito, Rodrigo Gomes e Felipe Freitas
- 114** **As cotas raciais na UnB: avanços, desafios e questões abertas**
Givânia Maria da Silva e Bárbara Oliveira Souza
- 125** **Nem no centro, nem à margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira**
Megg Rayara Gomes de Oliveira
- 142** **Os erros na política de segurança pública**
Marivaldo Pereira
- 149** **Democracia e direitos de minorias: um novo tempo de incertezas**
Vanessa Maria de Castro

LIVROS

- 156** **Resenhas literárias de obras da Editora Universidade de Brasília**

ARTIGOS

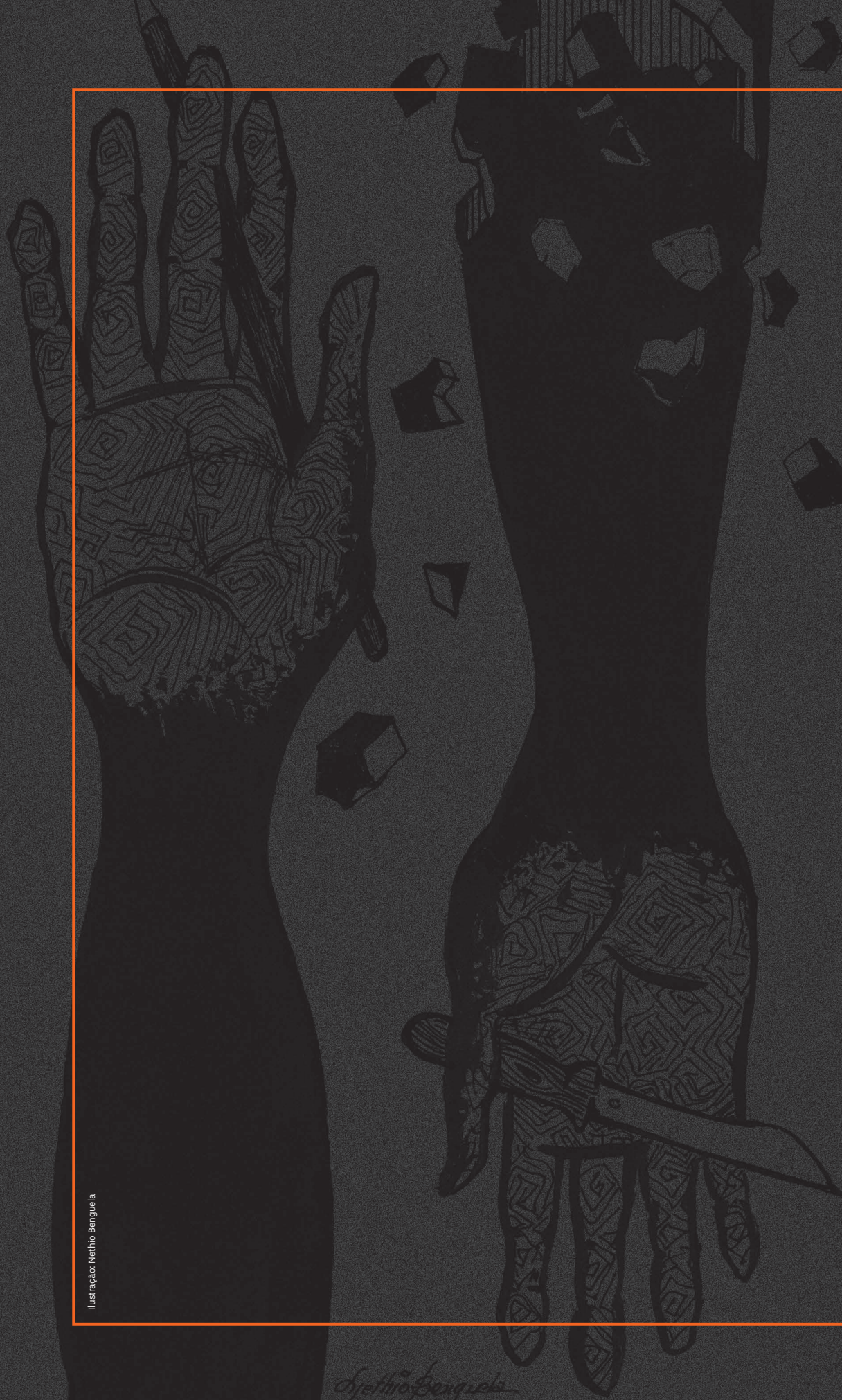


Ilustração: Nethio Benguela

Nethio Benguela

POLÍTICA E NOVAS TECNOLOGIAS

Thanks Obama e o impeachment de Dilma Rousseff, espaços e estratégias de política digital

A guinada conservadora que se observa no mundo, após 2008, já não é uma novidade. O ressurgimento de ideias conservadoras e até mesmo fascistas, que estavam esquecidas desde a década de 1950, encontra nas redes sociais um vetor necessário para sua propagação. A política não é mais apenas no corpo a corpo, nos discursos em palanques ou na dependência de meios de comunicação já instituídos. A internet e, em especial, as redes sociais se tornaram a arena do século XXI. Dilma Rousseff e Barack Obama sofreram ataques que utilizavam novas tecnologias e antigas ideias. Uma engenharia social que não é nova e nem deveria surpreender quem está no poder. Contudo, surpreendeu. Obama saiu-se melhor da provação pelo domínio e expertise que apresentou na manipulação de sua imagem e das ferramentas de rede. Dilma sucumbiu muito mais pelo vácuo da narrativa do governo do que por qualquer razão outra. A sobrevivência das democracias no século XXI parece estar cada vez mais dependendo da implementação de controles sobre a comunicação. Borram-se as fronteiras entre o autoritarismo e a democracia no século que chega.

Luiz Fernando Horta
é doutor em Relações Internacionais pela UnB, professor voluntário no Instituto de Relações Internacionais da UnB.

André Ricardo Nogueira
é doutor em Ciência Política pela USP, professor na UFES.

Luiz Fernando Horta
André Ricardo Nogueira

Desde 2010 no Brasil e 2009 nos EUA, estes dois países eram governados por pessoas que representavam uma novidade histórica. No Brasil, Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher, descendente de imigrantes poloneses e partícipe de movimentos de resistência durante a ditadura militar (1964-1985) chega à presidência da República com mais de 55 milhões de votos. Nos EUA,

Barack Hussein Obama II, o primeiro negro, filho de pai queniano e professor de direito em Chicago, vence o pleito de 2008 com mais de 69 milhões de votos.¹

Rompendo estereótipos

Os dois presidentes, um por ser negro e a outra por ser mulher, rompem com os estereótipos históricos dos ocupantes do cargo mais alto do executivo em ambos os países. As semelhanças não param por aí. Obama se elege com uma agenda de reformas que tinha na implantação de um sistema de cobertura pública e universal da saúde a sua proposta central. Ainda, Obama defendia o fechamento da base americana de Guantánamo e uma mudança mais profunda na economia, afastando a chamada *trickle down* fórmula. Todas as propostas eram bastante controversas para a política norte-americana, especialmente pelo fato de os EUA estarem, à época, enfrentando a maior crise econômica desde 1930.² Reativar a economia americana e diminuir o desemprego eram essenciais para a recuperação do país.

No caso da presidenta Dilma, ela fora eleita na esteira do apoio dado a Lula durante seus dois mandatos anteriores (2003-2011). Embora aquele presidente não tenha feito nenhuma reforma significativa do ponto de vista tributário ou previdenciário, é inegável que, ao retirar cerca de 40 milhões de pessoas da linha da pobreza e aumentar constantemente o salário mínimo acima da inflação, o governo Lula deixava um legado positivo para sua sucessora. Ainda assim, Dilma também tinha uma agenda nada fácil para sua eleição. A inclusão de toda uma parte da população que não tinha serviços básicos (como luz, água e acesso aos serviços de saúde) eram temas controversos para a elite do país, da mesma forma que também era o investimento em infraestrutura produtiva (portos, aeroportos, ferrovias e geração de energia). Dilma, enfim, trazia a esperança de ignorar um aparente *trade-off*, que sempre povoa as narrativas sobre o executivo brasileiro: de que o Estado não tem condições de incluir e crescer ao mesmo tempo.

A crise de 2008 não teve desdobramentos fortes imediatos no Brasil, mas em 2010, com a crise da Zona do Euro, o maior parceiro comercial do Brasil reduzia seu comércio internacional. A Europa deixando de comprar representava um duro golpe na economia brasileira, que já sofria com a redução de demanda pelos EUA e, em seguida, sentiria também a desaceleração chinesa, advinda das mudanças estratégicas do seu 12º Plano Quinquenal (2011-2015).

Tanto Obama quanto Dilma enfrentavam momentos delicados em seus países e agregavam a isto suas agendas e suas biografias singulares. Ambos tiveram imediata e violenta oposição de setores conservadores e ambos se reelegeram para o segundo mandato por margens semelhantes: 3,2% de diferença para o segundo colocado garantiu a reeleição de Dilma em 2014, enquanto Obama garantiu sua reeleição com 3,8% de margem sobre Mitt Romney, em 2012. Nos dois casos, a ameaça de *impeachment* era, a todo momento, apresentada na mídia e pela oposição³.

¹ O sistema de votação norte-americano promove um fortalecimento dos Estados através do voto dos “delegados”. Obama teve 365 votos de um total de 538, vencendo em 28 estados e perfazendo em voto popular 69 milhões e 498 mil e 516 votos. Disponível em: <http://www.fec.gov/pubrec/fe2008/federalelections2008.pdf>.

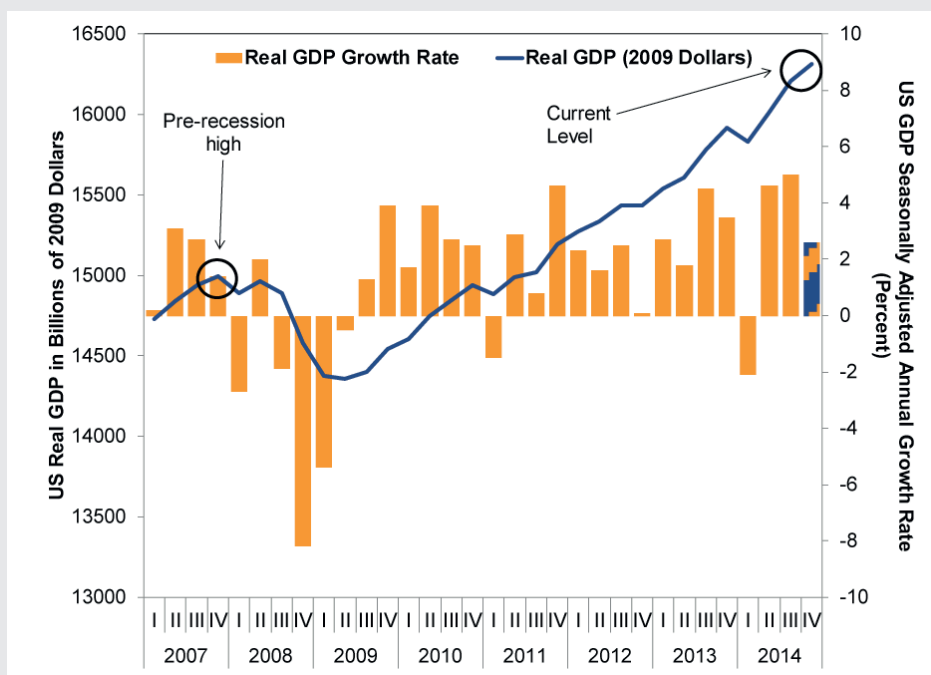
² Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no documento **Global Financial Stability**, publicado em abril de 2009, a crise de 2008 causou perdas financeiras da ordem de US\$ 4,1 trilhões de dólares apenas para as instituições financeiras. O valor ainda deve ser somado a mais US\$ 10 trilhões em perdas diversas como no valor dos bens imobiliários, comércio internacional etc. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/GFSR/Issues/2016/12/31/~media/Websites/IMF/imported-flagship-issues/external/pubs/ft/GFSR/2009/01/pdf/_textpdf.ashx.

³ Obama sofreu com ameaças de *impeachment* entre 2010 e 2012 diuturnamente: (<https://newrepublic.com/article/78198/republicansimpeachobama>, <http://www.politico.com/story/2011/08/repburgessimpeachobama060949>, <http://thehill.com/policy/defense/299009inhofeobamacouldbeimpeachedoverbenghazi>). Depois com pedidos de

O rol de semelhanças ainda não se esgota. Obama conseguiu, pela primeira vez, estar acima dos 50% de aprovação apenas em 2012⁴ enfrentando uma violenta oposição no Congresso e dos grupos de mídia conservadores, que se aproveitavam ainda dos efeitos da crise de 2008. O presidente americano, em sua reeleição, enfrentou um candidato com pouco carisma político.

Já Dilma Rousseff, em 2013, ainda antes das chamadas “Jornadas de 2013”⁵, tinha aprovação de 79% e superava a de Lula e também a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso⁶. Os planos de ambas as oposições nos respectivos países é de que, até então, apenas os efeitos da crise econômica mundial e o forte trabalho de contenção legislativo não estavam produzindo efeitos negativos suficientes nos índices de aprovação de ambos os presidentes para permitir um pleito subsequente com chances aos candidatos opositores. Obama enfrentava uma crise econômica mais aguda, mas, ainda assim, mantinha-se estável, enquanto Dilma estabelecia seu nível máximo de aprovação no início de 2013.

Em um primeiro momento, parece evidente que a recuperação econômica conseguida por Obama seria responsável pela solidez política que o presidente norte-americano demonstrou frente às diversas tentativas de *impeachment*. Uma análise mais detida dos dados, entretanto, mostra que esta relação não é totalmente explicativa. Obama assumiu em 20 de janeiro de 2009, quando o processo de recuperação da economia já havia começado, e sofreu violenta oposição até, pelo menos, 2010, quando a economia americana já estava quase recuperada.



Fonte: US Bureau of Economic Analysis

impeachment em 2013: (<https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2013/08/12/farenthold-says-house-could-impeach-obama/>). E, em 2016, novamente pedidos de *impeachment*: (<http://www.koco.com/article/oklahomallegislaturefilesmeasureaskingcongressstoimpeachobama>, http://www.huffingtonpost.com/2014/07/08/sarahpaliniimpeachobama_n_5567401.html, <http://www.mysanantonio.com/opinion/editorials/article/Enoughwithimpeachmentblatherings5042210.php>)

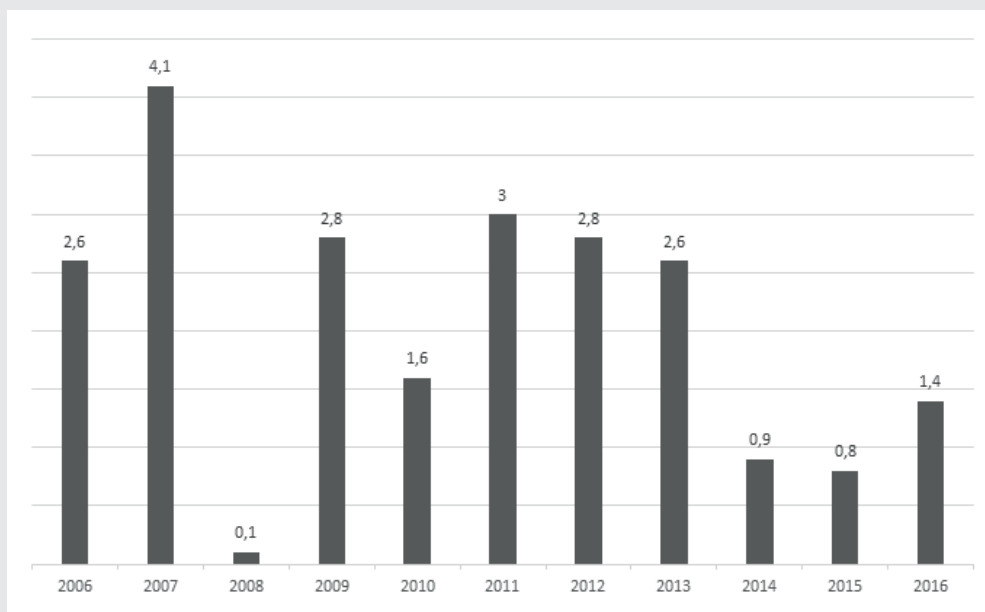
⁴ <http://www.reuters.com/article/us-usa-campaign-obama-idUSBRE82C1AN20120313>

⁵ SOLANO, Manso; NOVAES, William. *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc* (História Agora). Geração Editorial, 2014.

⁶ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>

Os índices de inflação e postos de trabalho abertos mostram que os ataques a Barack Obama não dependeram do comportamento da economia dos EUA. Os índices de inflação, por exemplo, entre 2006 e 2016, eram maiores ANTES da crise de 2008.

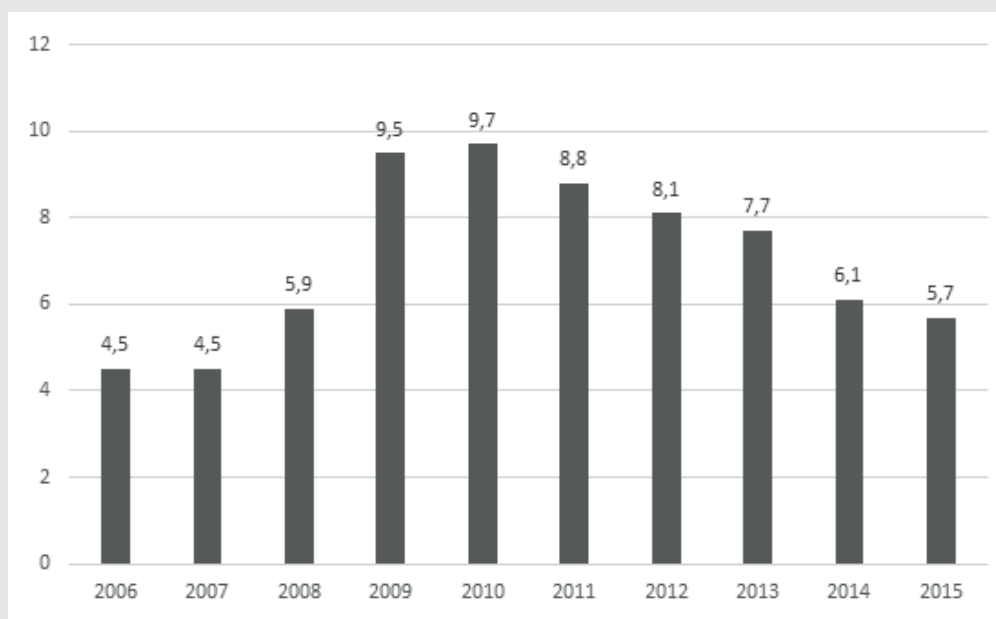
Inflação anual dos EUA - percentual



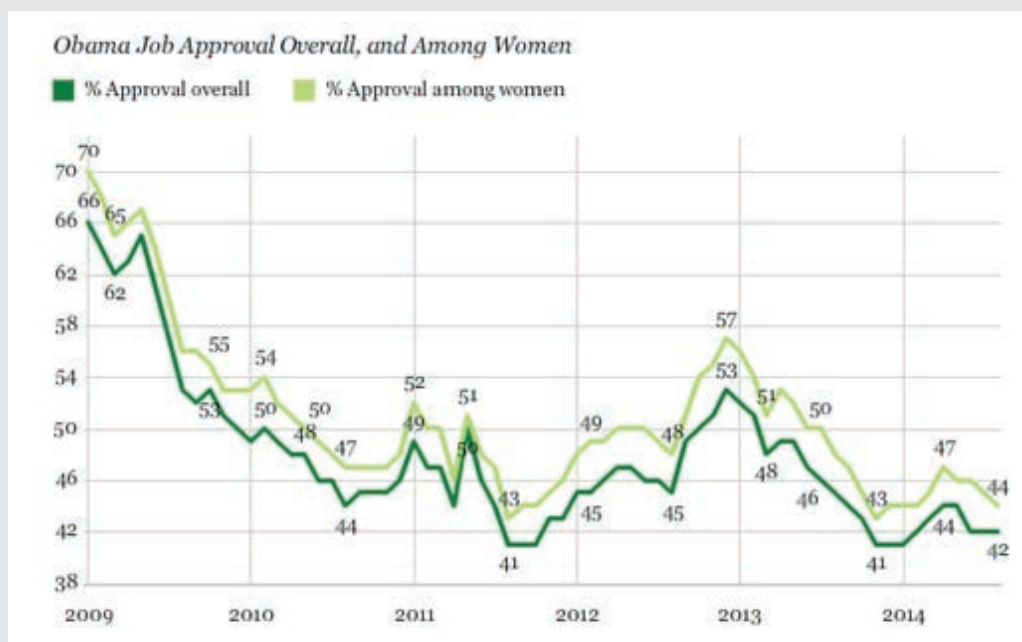
Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics

A taxa norte-americana de desemprego oscila desde a década de 1990, mas somente vai reduzir a níveis pré-2008 em 2015. Desta forma, a questão econômica acaba não sendo variável explicativa da estabilidade de Obama.

Taxa de desemprego dos EUA - percentual



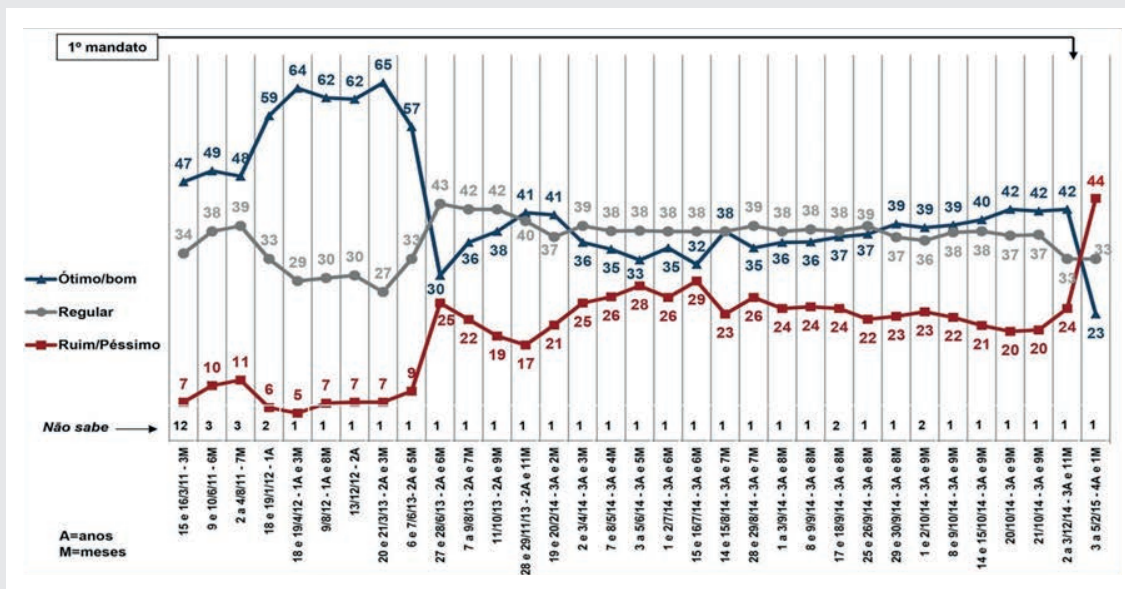
Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics



Fonte: www.gallup.com

Em realidade, quando a economia parece dar sinais de recuperação claros é o momento em que a aprovação do presidente americano se mostra paradoxalmente mais frágil. No caso da presidenta Dilma Rousseff, a situação é de uma profunda mudança no padrão de aprovação em dois momentos claros: um no primeiro semestre de 2013 e outro no primeiro semestre de 2015.

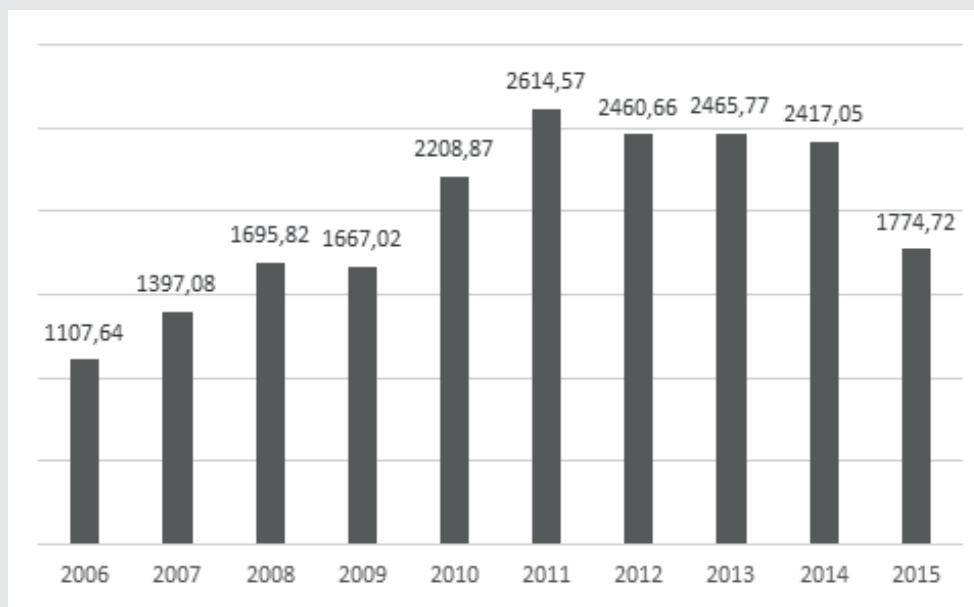
Evolução da avaliação do governo de Dilma Rousseff (estimulada e única, em %)



Fonte: www.datafolha.com.br

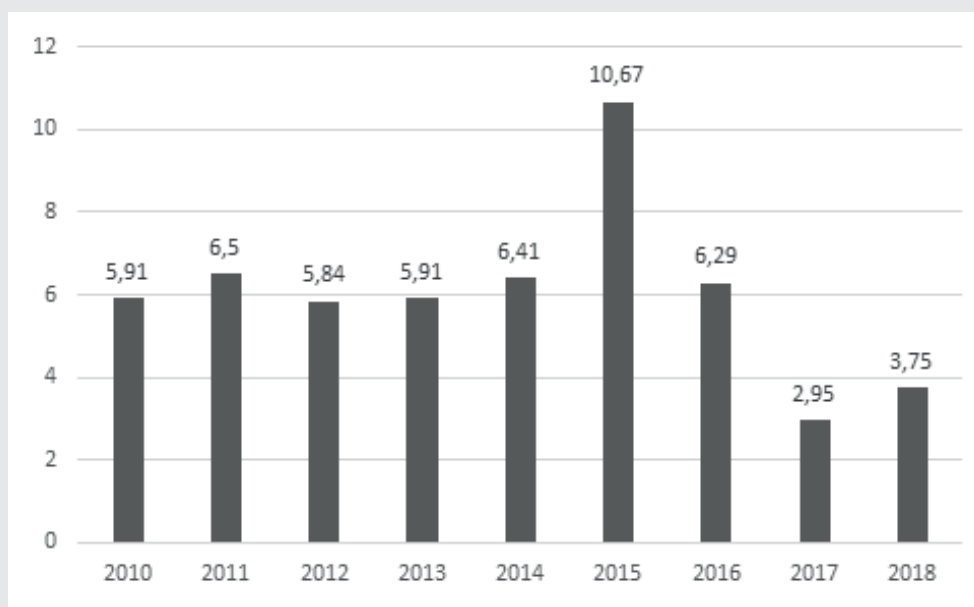
Novamente, a questão econômica não parece ser variável explicativa, uma vez que em 2013 não houve deterioração efetiva das variáveis econômicas a ponto de explicar a queda na aprovação da presidenta Dilma Rousseff.

PIB Brasil em bilhões de dólares



Fonte: Banco Mundial

IPCA variação acumulada



Fonte: IBGE

Ao contrário, os anos de 2013 e 2014 demonstram que os índices econômicos se mantinham estáveis ou melhoravam em relação aos períodos anteriores. Ainda assim, é em 2013 que se inicia a queda de popularidade da presidenta eleita. Como explicar isso?

Think tanks no Brasil e nos EUA

Os chamados *think tanks* parecem ser efetivamente uma criação da política do século XX⁷, nem tanto pela natureza do empreendimento que seria, segundo Andrew Rich “(to) produce expertise and ideas” (RICH, 2004, p. 11), mas pelo fato de tais organizações surgirem descoladas tanto do governo quanto da academia. Após o fim da Idade Média, com o fortalecimento do secularismo, o conhecimento paulatinamente migrou do controle de instituições religiosas para o controle do Estado, como parte do projeto iluminista, durante os séculos XVIII e XIX. No século XX, há uma tentativa de apropriação de tais estruturas pelo mercado, como mostram os exemplos da RAND Corporation⁸, da Atlas Network, Students for Liberty⁹ ou do atual papel financiador, por exemplo, dos Koch Brothers¹⁰ no cenário mundial:

“Apesar das tentativas de conter a influência dos Think Tanks sobre as legislaturas, o fato é que especialmente a partir de 1845, estes modelos de gerência e produção de conhecimento têm se disseminado dentro e fora dos EUA.”

Since the turn of the 19th-20th century, think tanks have partially filled the need for independent analysis and thought. The creation of independent research institutes supported by private donations to conduct policy research and provide a forum for ideas and debate is a strongly American characteristic that originates from the nation’s democratic, pluralistic and philanthropic tradition. (ARIN, 2013, p. 15)

The Koch brothers are very active in politics as well as philanthropy, willing to throw their money around to create and support policy think tanks, foundations, and university programs; to fight political enemies in the media; to support massive and sustained lobbying efforts; and to further the careers of the most extreme right-wingers that can win elections (SKOCPOL; WILLIAMSON, 2012, p. 103).

Rich (2004) define *think tank* como “[...] independent, non-interest based, nonprofit organizations that produce and principally rely on expertise and ideas to obtain support and to influence the policymaking process” (RICH, 2004, p. 11).¹¹ A definição parece conceder bastante espaço para a tese de que tais instituições seriam “desinteressadas”¹², e isto não passou despercebido pelo governo norte-americano, que — diferentemente do governo brasileiro — criou

⁷ “After World War I, domestic and foreign policy challenges led to the creation of the Carnegie Endowment for International Peace (1910), the Hoover Institution on War, Revolution and Peace (1919) and the Council on Foreign Relations (1921)” (ARIN, 2013, p. 15).

⁸ Disponível em: <https://www.rand.org/about/glance.html>.

⁹ Sobre a atuação e importância da Students for Liberty no Brasil, ver *De onde vem e para onde vai a “Ponte para o Futuro”?* (HORTA, 2017).

¹⁰ Sobre o papel não apenas dos “Koch Brothers”, mas de toda a rede Atlas dentro do financiamento de *think tanks* conservadores na América Latina ver o trabalho de Katia Baggio (BAGGIO, 2016).

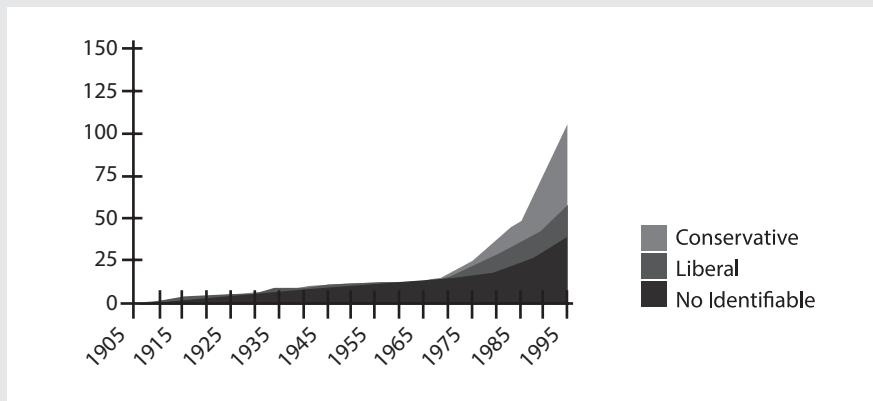
¹¹ Diane Stone, citada por Arin, acaba por incorrer em semelhante erro evocando a ideia de “independência”, como se esta pudesse ser tomada apenas pelo lado formal. Stone define *think tanks* “as relatively autonomous organisations that are engaged in the analysis of policy issues, independently of government, political parties and pressure groups” (ARIN, 2013, p. 30).

¹² Ao contrário, Kubilay Arin afirma que “as a consequence, there exists a symbiotic relationship between interests and knowledge” (ARIN, 2013, p. 10).

lei específica (1969 - Tax Reform) que proibia os *think tanks* usarem mais do que uma “não substancial” parte de suas atividades para influenciar os legisladores. As leis norte-americanas também proíbem os *think tanks* de “*directly or indirectly participat[ing] in, or interven[ing] in (including the publishing or distributing of statements), any political campaign on behalf of or in opposition to any candidate for public office*” (RICH, 2004, p. 18).

Apesar das tentativas de conter a influência de tais instituições sobre as legislaturas, o fato é que, especialmente a partir de 1945, estes modelos de geração e produção de conhecimento têm se disseminado dentro e fora dos EUA:

Crescimento do número de *think tanks* nos EUA



Fonte: Rich, 2004, p. 21

Entre 1920 e 1960, tais instituições “*worked hand in hand with government*” (RICH, 2004, p. 45), dentro do projeto norte-americano de “*cultural diplomacy*” contra o mundo soviético (BERNHARD, 2003, p. 9). Nas palavras de Laura Belmonte: “*Facing threats of communism and anti-Americanism, U.S. information officials embarked on America’s first peacetime propaganda offensive in 1945*” (BELMONTE, 2008, p. 4). No contexto da Guerra Fria, a produção (ARIN, 2013, p. 9), o controle e o uso ideológico da informação eram vistos como esforços de proteção e defesa nacional¹³, baseados na ideia da democracia e no “*free market of ideas*”:

Throughout the early Cold War, U.S. officials drew a stark distinction between totalitarian “propaganda” characterized by falsehoods and democratic “information” marked by honesty (BELMONTE, 2008, p. 14).

These two assumptions – that the U.S. government valued a free marketplace of ideas, and that the commercial marketplace guaranteed free debate – are astonishingly resilient and, at the height of the Second Red Scare, had the quality of irrefutability (BERNHARD, 2003, p. 7).

¹³ Havia discussões sobre o uso do dinheiro público (BERNHARD, 2003, p. 30) para a guerra cultural (BELMONTE, 2008, p. 19), daí a preferência pelo uso de instituições e *think tanks* que, além de diminuir a possibilidade de controle do Congresso (ARIN, 2013, p. 11), ainda recebiam vultosas somas de poderosos industriais (entendidos como “patriotas”) e gozavam de benefícios tributários do governo. Toda esta estranha engenharia financeira e cultural (BELMONTE, 2008, p. 40-41) foi alvo de várias leis, como o *Smith-Mundt Act* (BELMONTE, 2008, p. 32) e mesmo comissões de investigação do legislativo americano, como em 1952, 1954 e 1958 (BELMONTE, 2008, p. 76-81).

A distinção entre “propaganda” e “informação” emula a dicotomia “comunismo *versus* capitalismo” durante a Guerra Fria (BERNHARD, 2003, p. 2) e, mais recentemente, a oposição “nós e eles” na política interna. É importante sinalizar esta evolução porque, ao final da Guerra Fria (1989-1991), os *think tanks* apenas redirecionaram suas atividades do plano internacional para a política nacional, agora sem mais a noção aglutinadora do inimigo soviético (RICH, 2004, p. 48).

A partir dos anos 1970, ocorreu uma guinada bastante evidente de tais estruturas para a direita, no que se consolidou chamar de “*conservative swing*”, operando, ainda, com o referencial do “anticomunismo”, agora travestido de um “pro-americanismo agressivo”, juntamente com o “fundamentalismo cristão” (RICH, 2004, p. 50-51). São citados, frequentemente, como *think tanks* conservadores a Heritage Foundation e Catho Institute:

Charles Koch provided the bulk of support for the Catho Institute through its first three years. Formed in San Francisco in 1977, Catho moved its headquarters to Washington, D.C., in 1981. By the mid-1990s, the Koch family foundations provided only 3 percent of Catho’s annual budget, but they remained key supporters of new free market initiatives, including think tanks. The Catho Institute is today preeminent among the growing group of libertarian and free market think tanks that have formed both in Washington and in state capitals. Heritage and Catho are two of the conservative think tanks that have been established since the mid-1970s (RICH, 2004, p. 55-56).

“ “ No contexto da Guerra Fria, a produção (ARIN, 2013, p. 9), o controle e o uso ideológico da informação eram vistos como esforços de proteção e defesa nacional, baseados na ideia da democracia e no ‘free market of ideas’ ”

O movimento em direção à direita conservadora não é somente dos dois grupos anteriormente nomeados, mas ocorre também por uma significativa mudança nos interesses e tamanho dos investimentos da Ford Foundation. Em 1950, por exemplo, o valor de investimentos da Ford em produção de conhecimento sensível para a política tinha passado de um milhão de dólares por ano, para 474 milhões anuais (RICH, 2004, p. 61), e, desde então, tem crescido anualmente, atingindo, em 2015, mais de 636 milhões de dólares¹⁴. Inicialmente voltados para o movimento “*nuclear freeze*” nos anos 1980 (PAGE; SHAPIRO, 1992, p. 272), já no final do governo Reagan, a “luta contra o comunismo”, contudo, levava a maior parte das verbas das fundações para pesquisas e desenvolvimento de políticas de caráter conservador (PAGE & SHAPIRO, 1992, p. 275), tanto em assuntos nacionais como internacionais.

Until the 1960s, large private foundations like the Rockefeller and Ford Foundations, in combination with the government, had been the principal sources of support for think tanks; these were patrons that appreciated, even encouraged, the detached and neutral efforts of think tanks. As the number of think tanks grew rapidly between the mid-1960s and the mid-1990s, the proportion of organizations with identifiable ideologies grew from less than one-quarter to more than half. Conservative think tanks came to outnumber liberal organizations by a ratio of two to one. [...] New, especially ideological think tanks, beginning with the Heritage Foundation, became more aggressively marketing-oriented (RICH, 2004, p. 205-206).

Uma nova virada para a direita ocorreu no final do século XX, quando os *think tanks* passam a ser “*openly ideological organisations*” e seus objetivos eram

¹⁴ Vide: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/grants-all>.

explicitamente “*to influencing the nations’s agenda*” (ARIN, 2013, p. 16). Estes novos institutos “*such Heritage Foundation have predictable policy findings*”, uma vez que dirigidos “*not from vested interest but rather from a conservative set of principles and underlying ideology*” (ARIN, 2013, p. 16-17). Chamadas de “*advocacy think tanks*”, instituições como a Heritage Foundation (criada em 1973) “*did not devote scholarly attention to their research, but strived to convey their conservative mission to the voters*” (ARIN, 2013, p. 18).

The Heritage Foundation and the American Enterprise Institute managed to become under Reagan the ideological headquarters of the Republican Party which was accompanied by a direct involvement in the conservative administration and the support of elitist corporate ambitions (ARIN, 2013, p. 26).

Os *think tanks* conservadores começaram a se multiplicar a partir dos anos 1970, quando “*inflation and high unemployment (stagflation) wrecked the US economy, a shaky debt structure threatened corporate and financial interests with bankruptcy, and the growing gaps between government revenues and expenditures led to concern about a fiscal crisis of the state*” (ARIN, 2013, p. 37), e se tornaram mais agressivos desde a crise de 2008. O resultado pode ser visto pela formação de consenso quanto à aplicação de medidas econômicas conservadoras (ditas “ortodoxas”) para conter as recorrentes crises econômicas, sempre restringindo gastos sociais e tendo como resultado a concentração de riqueza.

“ No Brasil, a história da relação política entre os *think tanks* financiados externamente e as fragilidades das nossas instituições tem no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) dois exemplos muito bem documentados.”

As the 1970’s moved on the free-market, business-friendly ideology of the neoconservatives discredited liberal Keynesian economic policy-positions, meshed with foreign policy hardliners. Since the 1970s, the most common type of think tank to emerge has been what Weaver terms as the advocacy think tank. Advocacy think tanks as the name suggests combine a strong policy, partisan or ideological bent with aggressive salesmanship in an effort to influence current policy debates (ARIN, 2013, p. 38).

No Brasil, a história da relação política entre os *think tanks* financiados externamente e as fragilidades das nossas instituições tem no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) dois exemplos muito bem documentados. Carlos Fico, por exemplo, afirma que tais *think tanks* são parte da “campanha de desestabilização” feita contra o então governo João Goulart (FICO, 2008, p. 75). Enquanto estes temas estão sendo tratados de forma mais minuciosa pela historiografia nacional apenas recentemente, desde 1977 (no meio do período militar brasileiro), fontes norte-americanas já faziam a ligação entre os *think tanks* conservadores, a CIA e o golpe de 1964. Jan Black, por exemplo, afirma que o IPES e o IBAD serviram à mesma política, chamada nos EUA de *Islands of sanity*, para a América Latina. Segundo Black, o IBAD movimentou apenas em 1962 cerca de US\$ 12,5 milhões de dólares para apoiar campanhas de candidatos conservadores (cerca de 105 milhões hoje), resultando no que o autor chama de “*terrible and unprecedented process of electoral corruption*” (BLACK, 1977, p. 73).

Letícia Ito e Leonardo Secchi afirmam que, hoje, “na América Latina é observado um crescimento constante no número de *think tanks*, somando atualmente 721 (82 no Brasil), o que representa 11% do número total de *think tanks* em todo o planeta” (SECCHI; ITO, 2016, p. 335). Apenas o Students for Liberty declarou que “formou” 1.012 “líderes” no Brasil em 2016. A título de comparação, no mesmo período, sua atuação dentro dos EUA foi a formação de 293

“líderes” e na Europa, 244 apenas. Sua agência no Brasil representa mais da metade de tudo o que foi feito no mundo no mesmo período.



Fonte: Relatório Anual Students for Liberty, 2015-2016, p. 7

É na ação politicamente orientada de tais instituições, internacionalmente interessadas, que está a gênese das crises políticas enfrentadas pelos presidentes Obama e Dilma.

“Thanks Obama!”, o caso americano

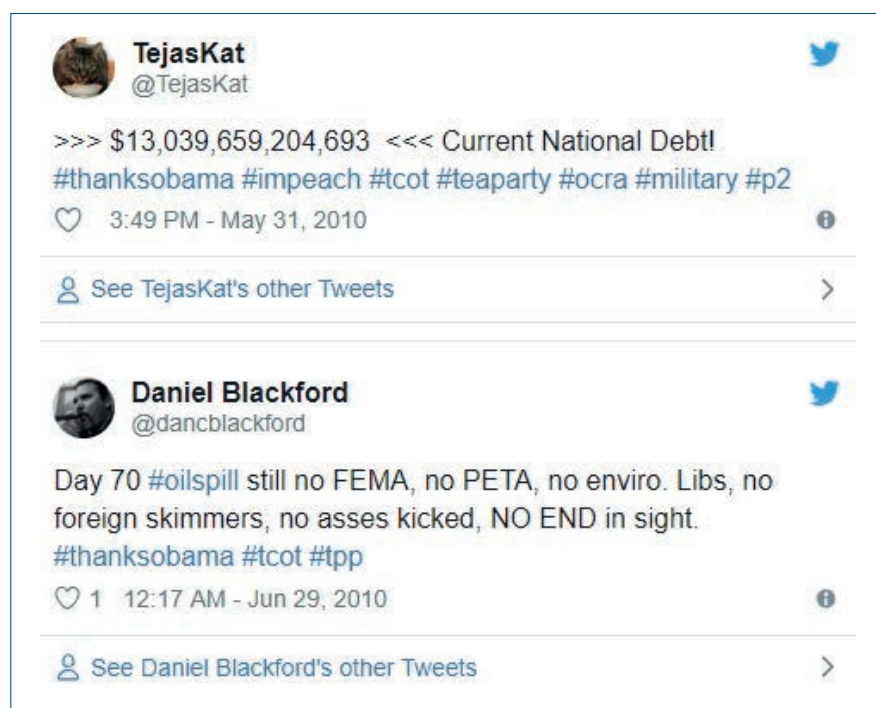
Em 3 de setembro de 2009, o primeiro *tweet* com a *hashtag* “thanks Obama” foi postado. Junto com a *hashtag* ridicularizando o presidente dos EUA, vinha outra *hashtag* “tcot”, significando “top conservatives on twitter”.



“Apenas o *Students for Liberty* declarou que “formou” 1.012 “líderes” no Brasil em 2016. A título de comparação, no mesmo período, sua atuação dentro dos EUA foi a formação de 293 “líderes” e na Europa, 244 apenas.”

A partir daquele momento, e por mais de dois anos seguidos, a *hashtag* “#thanksobama” foi usada pelos conservadores nos EUA, como ação nas redes sociais para unificar os ataques contra o presidente. Estratégias com o uso de robôs e postagens em massa fizeram parte do ataque, já indicando o interesse em eventual pedido de *impeachment*. Em 2011, a *hashtag* migrou para a plataforma Youtube, apresentando vídeos sarcásticos contra Obama¹⁵. Em 2013, a *hashtag* atingiu a final do campeonato nacional de futebol americano, o maior evento esportivo nacional: o Superbowl.

A difusão da *hashtag* foi acompanhada de diversas ações nas redes, protagonizadas por inúmeras pessoas e organizadas de forma a parecerem esparsas e sem coordenação. Vários vídeos foram surgindo de pessoas usando a *hashtag* de forma casual, ligando com suas agruras individuais, com seus problemas pessoais e seu julgamento sobre o momento nos EUA. No fundo, a estratégia foi pensada para unificar o sentimento de desprezo, intolerância e frustração na sociedade norte-americana, formando uma grande bola de neve nas redes.



Tweets sobre diferentes temas com sentido negativo atacando Obama

O “*thanks Obama*” aparecia ligado aos conservadores em geral, ao Tea Party (grupo conservador radical) e aos “militares”, flertando com parcelas mais desgostosas para com a política migratória, a inclusão social e o questionamento que Obama fazia do papel, por exemplo, da base americana de Guantánamo, em Cuba. Uma de suas promessas de campanha era o fechamento daquela instalação militar, que vinha carregada de denúncias de torturas e abusos a prisioneiros, ferindo os direitos humanos. O exército norte-americano se ressentia dos ataques e, de maneira geral, não via com bons olhos o fechamento de bases ou as tentativas de criminalização de seus membros.

A segunda eleição de Obama ocorre em 2012, e, de forma muito mais apertada que a primeira, Mitt Romney ganha em 24 estados e Obama em 26. O segundo mandato de Obama já se iniciava com a sombra dos ataques via redes sociais e ameaças de *impeachment*. Em 2014, uma das lideranças

¹⁵ Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=6RjA1bEt7VQ>.

do Tea Party, a ex-governadora do Alaska Sarah Palin pedia abertamente o *impeachment*, juntamente com fortes figuras do Partido Republicano. Não eram apontados quaisquer fatos específicos, mas o “resumo da ópera”.

Pega de surpresa, de 2009 a 2012, e com a redução drástica da aprovação a Obama, a Casa Branca reagiu a partir de 2013. Obama fez uma série de vídeos de até cinco segundos tomando para si a expressão “*thanks Obama*”. O presidente fazia coisas triviais que davam errado e repetia em voz irônica o bordão. O conteúdo crítico era esvaziado e o sarcasmo negativo se tornava cada vez mais sem sentido.

Obama foi a diversos programas de televisão, como os das apresentadoras Oprah Winfrey e Ellen DeGeneres e, aproveitando do caráter progressista dos *shows*, usava o bordão a seu favor, recebendo entusiásticos aplausos do público presente. Uma enorme campanha de exposição pública da vida privada de Obama foi tomando corpo, fotos com o presidente cumprimentando funcionários da Casa Branca ou comendo junto com seus assessores povoavam as redes sociais e a bola de neve foi se derretendo. No final, já durante a campanha de 2016, em meio aos apoios a Hillary Clinton, Obama frequentemente usava o bordão “*thanks Obama*” associando às suas realizações, como, por exemplo, no discurso na Philadelphia, em 17 de outubro, quando ele afirmou que “*more Americans are working, more have health insurance, incomes are rising, poverty is falling*”. Na plateia, alguém gritou que o litro da gasolina estava custando apenas dois dólares, ao que Obama retrucou: “*Thanks Obama!*”. O trabalho tinha sido bem feito. Os ataques virtuais foram repelidos e o governo Obama tinha se consolidado.



“ A escalada de um movimento sem pauta definida, ‘apolítico’, partidário pôde ser acompanhada via redes sociais e em tudo se assemelhava às teorias de ‘regime change’ desenvolvidas nos EUA desde as décadas de 1950 e 1960.”

“Tchau querida!”, o caso brasileiro

Em pesquisa de março de 2013, feita pela CNI, registrava-se que Dilma Rousseff tinha 79% de aprovação, superando FHC e mesmo Lula. Os dados da aprovação de Dilma eram de pesquisa APÓS a divulgação do crescimento de apenas 0,9% do PIB em 2012¹⁶. Ainda no primeiro semestre de 2013, Dilma emplacava vitórias na Câmara como a aprovação da destinação dos *royalties* do Pré-Sal para educação e saúde, na proporção de 75% e 25%, respectivamente.

O ano, que começava favorável ao governo, viria a se transformar em caótico com as “Jornadas de Junho”. Motivadas por pautas locais, como o preço das passagens, as manifestações foram coordenadas via redes sociais para tomarem uma dimensão imensamente maior do que o seu propositor original — o Movimento do Passe Livre (MPL) — poderia vir a supor. A escalada de um movimento sem pauta definida, “apolítico”, partidário pôde ser acompanhada via redes sociais e em tudo se assemelhava às teorias de “regime change” desenvolvidas nos EUA desde as décadas de 1950 e 1960.

Without some way of branding, all the anger to be found in little pockets of discontent in Egypt – whether it was the textile workers who went on strike in Mahalla in 2008, the journalists who were clamoring for uncensored Internet access in Cairo, or the unemployed kids who were being beaten in the streets all across the country – would never be focused on the real problem, which was Hosni Mubarak’s dictatorship. Having a strong logo would help people make the connection that all this unrest was related to something much larger than themselves (POPOVIC; MILLER, 2015, p. 22).

A análise dos termos e das ligações entre as principais *hashtags* da época revelam um inequívoco trabalho em língua inglesa¹⁷, aproveitando-se para insuflar a percepção de um *trade off* entre os gastos e investimentos para a Copa do Mundo de 2014 e as necessidades brasileiras de investimento em infraestrutura, educação e saúde.

Os ataques coordenados via redes sociais se assemelham em forma, conteúdo e irradiação aos que foram usados contra Obama nos EUA. A geração e captação de frustrações via redes sociais e sua transformação em “capital político” a ser jogado contra o governo integram o rol de ferramentas estudadas e utilizadas, por exemplo, pelo Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA) ligada ao governo dos EUA¹⁸. Embora as referências ainda sejam poucas, a descrição e a forma de organização via redes sociais são semelhantes às encontradas nas “revoluções coloridas”¹⁹. A utilização de redes sociais para

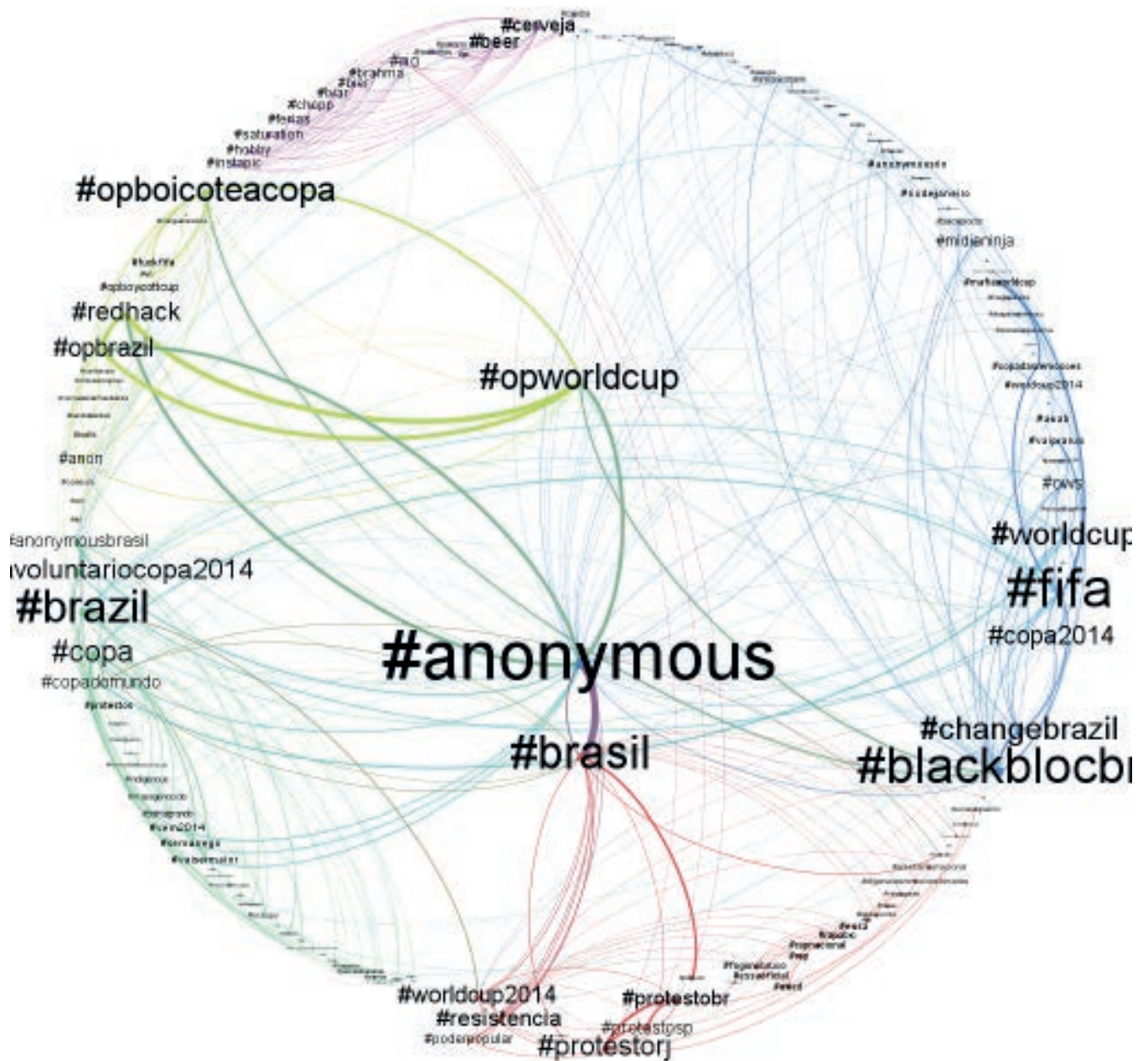
¹⁶ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2013/03/19/dilmacniibope.htm>.

¹⁷ Em janeiro de 2013, a Heritage Foundation, por meio de James Roberts e Ray Walshe, publicava uma *wish list* para a América Latina e o Caribe. Nela, havia a descrição do que deveria ser feito com a economia brasileira: “Instead of relying solely on state-owned enterprises and exploitation of natural resources, Brazil could achieve sustainable economic growth and productivity more effectively by pursuing economic freedom – to include additional privatizations of state-owned enterprises, liberalization of Brazil’s rigid regulatory environment, and harmonization of the country’s many different taxation regimes. The Obama Administration should make these reforms its top priority when dealing with Brazil.” (Disponível em <https://www.heritage.org/americas>)

¹⁸ “The irony of DARPA is that even as its mandate has shrunk, its reputation has ballooned. The agency that created the foundation of the Internet and stealth aircraft is hailed today as the “gem of the Pentagon,” touted as a model for government innovation, and praised by Democrats and Republicans alike.” (WEINBERGER, 2017, p. 365). Vide: <https://www.telegraph.co.uk/technology/social-media/8651284/Pentagon-looks-to-social-media-as-new-battlefield.html>.

¹⁹ “En Georgia, los “jóvenes reformistas” educados en los Estados Unidos que lideraron la revolución de las rosas, encabezados por el abogado Mijel Saakashvili, iniciaron en 2001 sus denuncias de corrupción contra el gobierno de Shevardnadze tras la salida de aquél del gobierno y el cierre de un medio de comunicación. [...] En 2002 una protesta

unificação de pautas²⁰ com vistas à captura do interesse individual via uso do “humor” como ferramenta de comunicação é, em essência, a alienação do sujeito político da sua própria realidade.



Fonte: <http://www.labic.net/wp-content/uploads/workspace2.png>

de civiles desarmados que reclamaban el fin del procesamiento de un diputado acabó en una matanza llevada a cabo por la policía.” (VILLA, 2011, p. 56-57).

²⁰ Em relação ao uso de robôs nas redes sociais, ver o trabalho de Samantha Bradshaw e Philip Howard (BRADSHAW; HOWARD, 2017).



Foto: Reprodução

Congresso brasileiro, abril de 2016

As a matter of fact, she didn't say anything of the sort during the meeting – but, as anyone who has ever been on the Internet can tell you, facts don't really matter once you're online (POPOVIC; MILEER, 2015, p. 105).

O “Tchau querida” foi a *hashtag* que unificou diversos grupos opostos à Dilma Rousseff a partir de 2016²¹. A vitória de Dilma no pleito de 2014 demonstrou que apenas as mobilizações convencionais usadas em outras partes do mundo não seriam suficientes para retirar do poder o projeto de centro-esquerda. Logo após o pleito, o MBL foi criado, em ligação direta com o braço brasileiro da Students for Liberty. Através de intensa injeção financeira, o MBL capturou definitivamente as pautas e os apoios de outros movimentos anteriores como o “Vem pra rua” ou o “Revoltados Online”, deixando tais movimentos esvaziados.

Desde a sonoridade, a construção via teorias de publicidade e propaganda, até os alvos e a forma de ação da política que reivindicavam o “Tchau querida!” sugerem um centro de ação externo e em tudo semelhante ao que se viu tanto nos ataques cibernéticos à Inglaterra, que resultaram no Brexit, quanto na organização das “revoluções coloridas”. O Brasil seria o maior campo de testes dessas ações, seja pelo seu tamanho ou pela força do governo.

²¹ Inicialmente, afirmavam os publicitários criadores da campanha que ela se deu em função da gravação ilegal vazada pelo então juiz Sérgio Moro de conversa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vide: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/11/criadores-comemoram-viralizacao-do-tchau-querida.html>.

Ao contrário do que fez Obama para responder aos ataques, Dilma Rousseff confiou em seu secretário de comunicação, Thomas Traumann. Em sentido oposto ao que fez Obama, Dilma retraiu-se e diminuiu suas aparições públicas e seus discursos. Talvez intimidada pelos “panelaços” que ocorriam quando de seus pronunciamentos, Dilma não buscou outras formas de ação e outros meios de comunicação para desenvolver sua narrativa, como fizeram os especialistas da Casa Branca no caso do “*Thanks Obama*”. E, quando decidiu fazer, foi cerceada pelos seus próprios assessores, como no caso do seu pronunciamento cancelado do dia 15/04/2016.

O vácuo narrativo criado pela ausência de suficiente e tempestiva defesa do governo foi, certamente, ainda mais danoso em função do nível oligopolizado da mídia brasileira. Praticamente nenhum dos grandes canais de comunicação nacional ofereceu qualquer espaço para o governo ou Dilma pessoalmente se defenderem. A vitória da estratégia de comunicação da oposição gerou um sentimento de que havia um acachapante consenso em torno da deposição de Dilma Rousseff. Os silêncios foram mais prejudiciais para o governo do que teria sido qualquer fala.

Comunicação e as engrenagens nas políticas de manipulação

Em 2005, um dos teóricos mais conhecidos da área de Relações Internacionais e consultor do governo norte-americano publicou um livro chamado *O poder suave: os meios para o sucesso na política internacional* (NYE, 2004). Joseph Nye afirma, com impressionante franqueza, que:

“ “ As redes sociais criaram ferramentas políticas de manipulação, controle e direcionamento de ação com uma efetividade que ainda está sendo desvelada.”

Politics has become a contest of competitive credibility. The world of traditional power politics is typically about whose military or economy wins. Politics in an information age “may ultimately be about whose story wins,” say two RAND Corporation experts on politics and information. Governments compete with each other and with other organizations to enhance their own credibility and weaken that of their opponents (NYE, 2004, p. 106).

O que foi desvelado, em 2005, no livro é fruto de prática e pesquisa do Departamento de Estado dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. A novidade não está nas teorias, mas na metodologia. De forma ainda mais aprofundada que só a internet, as redes sociais criaram ferramentas políticas de manipulação, controle e direcionamento de ação com uma efetividade que ainda está sendo desvelada. Não à toa Nye cita a corporação RAND. Os *think tanks* são parte efetiva nesta engrenagem. São eles que proveem material específico para uso pelos grupos assentados em posições-chave nas redes sociais. Não há novidade, portanto:

The result is an explosion of information, one that has produced a “paradox of plenty.” Plenty of information leads to scarcity-of attention. When people are overwhelmed with the volume of information confronting them, they have difficulty discerning what to focus on. Attention rather than information becomes the scarce resource, and those who can distinguish valuable information from background clutter gain power (NYE, 2004, p. 106).

“As agendas de Dilma e Obama eram ‘progressistas’ demais para determinados grupos políticos. Entre os projetos, Obama prometia o fechamento de Guantánamo; Dilma tinha planos de federalizar a Educação, utilizando royalties do petróleo.”

Barack Obama e Dilma Rousseff sofreram ataques que não podem ser explicados pela empiria dos seus índices econômicos ou sociais. Em ambos os casos, a questão material não é explicativa. Os ataques são extremamente semelhantes em forma, conteúdo e estratégias de disseminação. O “*Thanks Obama*” e o “Tchau querida” foram manipulados pelos mesmos grupos políticos e econômicos, aqui e lá, através de *think tanks* conservadores estabelecidos, muitas vezes, especificamente para este fim, como é o caso do MBL no Brasil.

As agendas de ambos os presidentes eram “progressistas” demais para determinados grupos políticos. Obama prometia o fechamento da base de Guantánamo, instalação de um sistema de saúde universal, redistribuição de renda e acolhimento de migrantes nos EUA. É importante destacar o fato de que é exatamente contra esta agenda que os grupos neoconservadores se movem hoje no mundo todo. Dilma tinha planos de federalizar a educação, utilizando os *royalties* do petróleo para atacar o problema central da economia brasileira que era (e ainda é) a falta de inovação da nossa indústria. Ela ainda defendia o aprofundamento das políticas de diminuição das diferenças sociais e econômicas e a construção de uma nova malha de infraestrutura para o Brasil.

Ambos os projetos foram abortados. Obama mudou toda a sua agenda no segundo mandato, e lutou por cada milímetro de avanço em seu sistema de saúde universal (*Obamacare*). Dilma sofreu um *impeachment* e o Brasil deu uma guinada à extrema direita, hoje já se encontrando no espectro político do fascismo. Não há espaço aqui para uma análise mais profunda de todas as razões e resultados desses dois processos. É indiscutível, contudo, que a falta de capacidade e conhecimento no manejo da comunicação do governo brasileiro possibilitou a tragédia, especialmente se comparado com o sucesso e de como a Casa Branca desenvolveu estratégias e contranarrativas em suporte a Obama, pessoalmente e institucionalmente.

Se os regimes autoritários controlavam a comunicação dos seus cidadãos para continuarem no poder, as democracias do século XXI estão tendo que fazer isso de forma ainda mais aprofundada. Talvez seja essa uma das razões pelas quais, cada vez mais, as pessoas sentem suas liberdades retiradas e enxergam a nova extrema direita não com o asco e repulsa que o século XX viu. E este é um enorme problema civilizacional do século XXI.

Referências

ARIN, K. Y. *Think tanks: the brain trusts of US Foreign Policy*. Wiesbaden: Springer VS, 2013.

BAGGIO, K. *Conexões ultraliberais nas Américas: O Think Tank Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2016.

BALABANOVA, E. *Media, wars and politics: Comparing the incomparable in Western and Eastern Europe*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

BAUDRILLARD, J. *For a critique of the political economy of the sign*. Londres: Telos Pres, 1981.

BELMONTE, L. *Selling the american way: US propaganda and the cold war*. Philadelphia: Pennsylvania Press, 2008.

BERNHARD, N. *US television news and cold war propaganda, 1947-1960*. New York: Cambridge University Press, 2003.

BLACK, J.K. United States penetration of Brazil. Pennsylvania. *The University of Pennsylvania Press*, 1977.

BRADSHAW, S. & HOWARD, P. *Troops, trolls and troublemakers: A global inventory of organized social media manipulation*. Computational Propaganda Research Project – Oxford University, 2017.

DAVIDSON, L. Foreign Policy Inc.: Privatizing America's National Interest. Lexington: The University Press of Kentucky, 2009.

DUECK, C. *Hard line: The Republican Party and U.S Foreign Policy since world war II*. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

FICO, C. *O grande irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FORTES, A. Brazil's neoconservative offensive. *NACLA Report on the Americas*, 48:3, 217-220, 2016.

VILLA, Carlos Gonzáles. *Las revoluciones de colores*. Eurasian Hub, 2011.

SOLANO, Manso; NOVAES, William. *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc (História Agora)*. Geração Editorial, 2014.

TERRITÓRIO E SOCIEDADE

as múltiplas faces da Brasília metropolitana

Organizadores:

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Leides Barroso Azevedo Moura
Sergio Ulisses Silva Jatobá
Rebeca Carmo de Souza Cruz
Marcia Regina de Andrade Mathieu
Aldo Paviani

“a presente obra lança o desafio da gestão com propósito de integração da diversidade da região diminuindo as desigualdades.”

Ignez C. B. Ferreira
Professora emérita da Universidade de Brasília

Saiba mais e adquira seu exemplar em:
www.editora.unb.br



POLÍTICA E NOVAS TECNOLOGIAS

Tecnopolítica e novos territórios de disputa: análise de uma guerra de posições

Daniela F. Garrossini é professora no Instituto de Artes da UnB, professora visitante do Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) do Equador e pesquisadora-representante do Brasil da Rede Internacional Tecnopolítica: Redes, Poder e Ação Coletiva.

Francisco Sierra Caballero é professor de Teoria da Comunicação na Universidade de Sevilha, presidente da União Latino-Americana de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, coordenador do Grupo de Trabalho Tecnopolítica, Cidadania e Cultura Digital do CLACSO e diretor da Fundação de Pesquisa Marxista.

Francesco Maniglio é doutor em Comunicação e Crítica da Cultura pela Universidade de Sevilha e pesquisador associado ao grupo Compolíticas da Universidade de Sevilha e ao Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (Labec) da UnB.

Gabriel Lyra Chaves é doutor em Arte Contemporânea, desenvolve pesquisas em Arte Computacional/Generativa, do Design e da Aprendizagem Móvel, é professor substituto no Departamento de Design da UnB e integra o corpo docente do IESB.

A força das redes sociais digitais e os limites da democracia e o que devemos entender atualmente sobre esse processo de confronto em que as forças econômicas, políticas e sociais atuam para colapsar forças hegemônicas em um determinado período histórico

Daniela F. Garrossini
Francisco Sierra Caballero
Francesco Maniglio
Gabriel Lyra

Da guerra de movimentos à guerra de posições

Em junho de 2015, durante estudos e pesquisas empreendidas no Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (CIESPAL), nos deparamos com a organização de um movimento intitulado Banderas Negras, configurado por meio de redes sociais digitais, como Facebook e Twitter, que naquele momento atuavam como promotores de um processo de sabotagem sobre o projeto de lei denominado Lei de Heranças, um dos planos de Rafael Correa, então presidente do Equador, para garantir a taxação proporcional sobre heranças, visando diminuir a desigualdade social naquele país.

A conformação de tais redes nos levou a uma exaustiva pesquisa de monitoramento e compreensão de um processo de oposição organizado via redes sociais digitais, e patrocinado pelos partidos de oposição, em evento similar ao acontecido no Brasil em junho de 2013 e, posteriormente, nas eleições de 2018. Apresentamos uma análise de dados coletados no Facebook e Twitter sobre o movimento intitulado #15J, apresentando esclarecimentos sobre a guerra de posição estabelecida no período.

Ao tratar de processos tecnopolíticos, o fazemos em termos do que Gramsci define como “guerra de posição” (GRAMSCI, 1999), ou seja, processo de confronto em que as forças econômicas, políticas e sociais não se enfrentam militarmente, senão que atuam para reforçar, parar ou colapsar as forças hegemônicas em um determinado contexto temporal. Com essa análise, queremos contribuir para o debate geral sobre a tecnopolítica e, especificamente, sobre o debate latino-americano, abarcando alguns aspectos específicos que caracterizaram os processos tecnopolíticos ocorridos no Equador durante a última década.

Destacamos, principalmente, a dimensão histórica da transformação do Estado durante os governos de Rafael Correa. Trata-se, em primeiro lugar, de denunciar as perspectivas de marcas neocoloniais, presentes, por exemplo, nas contínuas avaliações dos sistemas democráticos da região ou na definição destes como “regimes híbridos” (MORLINO, 2008; DIAMOND, 2002), como funcionais às mesmas lógicas de domínio que historicamente foram impostas com a teoria da dependência e do subdesenvolvimento. Com efeito, essas posições reforçaram uma visão neoliberal da democracia, a sustentação de um paradigma de direitos liberais como base de um sistema político de Estado.

No Equador, esta hibridização significou que o Estado já não se constrói seguindo modelos puros — impostos pelos aliados norte-americanos e funcionais às doutrinas neoliberais —, senão dirigidos pelas exigências da transformação social demandada por aqueles problemas históricos — como a desigualdade socioeconômica estrutural, a concentração de poder econômico, a debilidade dos aparatos de Estado — que nunca haviam ocupado as agendas públicas dos puristas democráticos. A este respeito, estamos convencidos de que quando “o problema do poder é resolvido apenas nas urnas, se oculta a força daqueles que não precisam ganhar as eleições para influenciar as tomadas de decisão públicas” (RAMIREZ, 2012, p. 108).

De 1990 até a primeira década de 2000, o poder do Estado no Equador foi legitimado por uma sociedade civil *criolla*, vinculada aos interesses das castas (predominantemente) urbanas e das forças armadas. Essas correlações de forças têm sido as protagonistas da guerra de movimentos que podemos identificar facilmente no golpe de Estado de Bucaram em 1997, Mahuad em 2000 e Gutiérrez em 2005. Foram, sem dúvida, parte de uma estratégia militar internacional (Operação Condor) que buscava estabelecer regimes políticos que erradicassem da região todos os espaços e campos relacionados a uma perspectiva social da gestão política do Estado. No Equador, o último ato dessa estratégia foi vivido em 30 de setembro de 2010 (30S), com a súbita e violenta tentativa de derrubar o governo eleito, perpetrado por uma parte da força policial e outros aparatos militares.

“A operação Condor, uma estratégia militar internacional, buscava estabelecer regimes políticos que erradicassem da região todos os espaços e campos relacionados a uma perspectiva social da gestão política do Estado.”

Os acontecimentos de 30 de setembro se desdobram em um novo cenário, não mais de crise, mas de “refundação” do Estado e do regime; não mais contra governos desprestigiados, mas com uma administração que conta com o apoio da população, referendado em cinco processos eleitorais; já não com um sistema partidário fragmentado, mas com uma força política que conseguiu capturar o executivo, o legislativo e que tem influência nas funções eleitorais e de controle (ORTIZ, 2010, p. 21, tradução livre).

De fato, no terremoto no qual se encontrava o Estado do Equador no 30S, podia-se vislumbrar uma sociedade civil finalmente presente. O Estado criou uma corrente de poder e forças na sociedade que permitiu enfrentar uma guerra de movimento, a uma tentativa de golpe militar. No entanto, com a crise de 30 de setembro de 2010, terminou uma tática de guerra, mas não a guerra. Não só

porque inaugurara uma nova estratégia de controle civil sobre as forças armadas (RAMIREZ, 2012, p. 128), mas, sim, porque o 30S ocorreu durante um processo de democratização que começou no Equador em 2007, no qual a ação política do governo foi marcada pela lógica de alargamento da faixa de legitimação dos gestores de Estado. Nesse processo político, a adoção de uma ideologia pós-neoliberal no discurso do governo do Equador, especialmente no que se refere ao posicionamento político-econômico internacional, desempenhou um papel fundamental na consecução das políticas de equidade social que vinham sendo implementadas desde 2008.

A relação entre os processos de democratização e a redução da pobreza no Equador entre os anos de 2007 e 2016 demonstra a tentativa política de sustentar socialmente o progresso do Estado, de construir uma sociedade civil que se tornasse um Estado, nas palavras de Gramsci.

A guerra, então, não terminou, mas deixou de ser uma guerra de movimentos contra um Estado fraco e historicamente subalterno, convertendo-se em uma guerra de posições em direção a um Estado socialmente mais forte. De fato, em termos hegemônicos, as forças sociais que lutaram para derrubar os regimes autoritários encurtaram a distância entre o que é comumente entendido como a sociedade política na região, ou seja, as elites *criollas* e a sociedade civil (partidos, organizações e movimentos).

Esse feito abre novas características nas formas de legitimação do Estado, bem como novas táticas de guerra que, embora não envolvam imediatamente uma erupção violenta pelas forças armadas, intervêm, sim, com ações táticas do campo informacional para gerar e promover um clima de mal-estar e polarização na sociedade civil. Não diferente do que se observou no Brasil desde as manifestações de junho de 2013 que culminou nas eleições de 2018. Os movimentos de oposição ao governo de Rafael Correa no Equador, em junho de 2015, seguiram nesse sentido, com intuito de desestabilizar e enfraquecer o governo.

Contextos transmidiáticos e luta tecnopolítica

Nas últimas duas décadas, em diferentes contextos regionais e globais, o campo das Tecnologias da Informação e Comunicação tem testemunhado uma mudança radical rumo a novas formas de uso e apropriação políticas e sociais, como as inauguradas à raiz da denominada “democracia digital”. Os processos participativos na produção de mensagens informativas dispararam. Nesse panorama, dissolveram-se as linhas divisórias entre a mídia tradicional (TV, rádio, imprensa) e as novas tecnologias de comunicação e informação. A produção e circulação de informação por meio de plataformas e redes sociais se converteram, de fato, em fatores fundamentais para a construção da opinião pública, enquanto os próprios cidadãos se tornaram atores comunicacionais ativos.

No entanto, cidadania não é um meio. A participação dos cidadãos nos processos midiáticos de matriz digital se conforma quando eles começam a ser coprodutores e reprodutores de notícias, deixando de ser meros receptores. Segundo José Luis Brea (2009), essa mudança de postura está relacionada à economia informacional característica da cibercultura, uma economia que abandona o paradigma da escassez que marca os processos tradicionais e analógicos de comunicação, e, dessa forma, avança em um novo território, marcado pela abundância informacional. Os cidadãos, diferentemente dos espectadores, assumem um papel mais ativo nas redes digitais, recebendo, alterando e devolvendo informações. Esta nova economia informacional seria

“ Nas últimas duas décadas, em diferentes contextos regionais e globais, o campo das Tecnologias da Informação e Comunicação tem testemunhado uma mudança radical rumo a novas formas de uso e apropriação políticas e sociais, como as inauguradas à raiz da denominada ‘democracia digital’.”

uma economia RAM [*random access memory*, ou memória de acesso aleatório], que constantemente executa a memória de constelação, o status relacional do hipotético conhecimento global circulante em cuja coprodução participa a multidão inúmera dos agentes que se comunicam ilimitadamente entre si, em tempo real, no tempo-agora (BREA, 2009, p. 11).

Analiticamente, o contexto guarda a potencialidade de aumentar a liberdade de expressão, a livre circulação de ideias e a participação do cidadão. Ao mesmo tempo, a nova economia informacional conduz à desinformação e ao desequilíbrio, constituindo um cenário heterogêneo, caracterizado por novas condições na luta pelo “código”, um espaço no qual emergem contradições a partir das dinâmicas de articulação da cibercultura contemporânea. De acordo com Sierra (2018), essas dicotomias passam a pensar a dimensão educacional da tecnopolítica, apontando a necessidade de uma formação social em cibercultura, que potencialize a atuação do ator-rede no uso e na atualização da informação e do conhecimento como prática emancipatória na construção de vínculos e formação social de comunidades, enfrentando a tradicional concepção informacionista, que confunde dados com conhecimento e representação com democracia.

Outro ponto relevante que vale ser considerado se refere ao ato comunicativo em si. Quando este é analisado a partir de uma perspectiva funcionalista, o foco permanece na transmissão e recepção da mensagem. Quando nos limitamos a este escopo, ignorando a dimensão afetiva que emerge no contato entre as partes que se comunicam, são eclipsadas as dimensões social e política do ato comunicativo, terreno sobre o qual se erguem vínculos e afetos, narrativas comuns e outras formas de troca efetiva entre as partes envolvidas. Aqui, delimita-se a diferença entre transmissão e participação, algo que se desenha sobre a separação dos atos formativos — ligados ao processo, ao campo da experiência e à dimensão do conhecimento — e informativos — focados na transmissão unidirecional e eficiente da informação, relacionados à dimensão dos dados.

As dimensões formativa e participativa da comunicação nos permitem problematizar, por exemplo, a questão atual e complexa que se estabelece a partir do uso das redes sociais digitais. Estes espaços podem impulsionar e fortalecer os vínculos de comunidades e grupos para a construção de sentido, quanto permitem a exploração econômica do ato comunicativo, convertendo em mercadoria o produto social e cultural da comunicação que ali se realiza, o que caracteriza o capitalismo pós-fordista.

Abordaremos um exemplo ilustrativo do que acontece com as formas tecnopolíticas contemporâneas na região latino-americana. É o caso das manifestações de Junho de 2015 no Equador, nas quais o volume de comunicações políticas nas redes sociais se multiplicou exponencialmente. Analisa-se propriamente o estado de correlação de forças nas redes sociais para demonstrar, neste campo, as conquistas táticas de comunicação política dos movimentos opositores aos governos progressistas e a vulnerabilidade do governo do Equador nesta questão. Foram identificadas estratégias que afetam a dita comunicação, as deficiências e más práticas comunicativas e a insociabilidade emergente da criação de estratégias de participação cidadã.

É importante especificar que o uso de redes sociais para fins específicos — como campanhas políticas ou para construir a imagem de várias figuras públicas, entre outros objetivos — é determinado por meio de dinâmicas e estratégias particulares. As estratégias dependem, na mesma medida, de “personas” ou “perfis” formadores de opinião e “influenciadores”, que utilizam os vínculos e interações entre os usuários comuns e as ferramentas capazes de monitorar,

gerenciar e difundir informações, com o objetivo final de vincular ideias a usuários e provocar, desta maneira, o sucesso de objetivos e mudanças pretendidos.

O uso de estratégias ligadas à criação de perfis de usuários em redes sociais para influenciar a adesão a campanhas ou ideias e opiniões vai além do uso de ferramentas como “trolls”, conhecidos como grandes “inimigos” por seu alcance e habilidade para desenhar um discurso agressivo para atacar figuras públicas ou ideias. Os perfis dos “influenciadores”, outros atores centrais para a compreensão desta rede, exigem tempo e esforço para a sua criação e manutenção, e não se destinam exclusivamente para o uso de uma campanha. São mantidos por anos, misturando-se com as pessoas reais, com gostos, medos, preferências, crenças e afetos. Não são aleatórios. São desenvolvidos a partir da análise de grupos sociais para que sejam introduzidos dentro destes mesmos grupos. Cada um desses perfis está conectado a outros “influenciadores”, uma rede projetada para alcançar o maior número de pessoas possível.

Em uma campanha política, por exemplo, os “influenciadores” são responsáveis por construir a reputação positiva de uma figura pública. Em contraste, o grupo de desconstrução usa de outros artifícios para derrubar o discurso de seus oponentes. Os dois tipos de perfil atuam de forma independente e, em geral, separadamente. Assim, nem sempre vamos encontrar “influenciadores” em combate direto. Estes podem se misturar com os grupos que apoiam uma determinada campanha ou ideias específicas, concordar com estas e usar todo o aparato de informação para assegurar o sucesso de uma campanha de desconstrução, implementada de forma organizada, estratégica, de acordo com objetivos hierárquicos. O mapeamento e a conexão com os meios de comunicação e as figuras formadoras de opinião, como intelectuais e grupos de interesse, servem para estudar o alcance de suas influências. Nesse processo, costumam enviar o assunto para realçar a ideia que desejam disseminar, alcançando um número crescente de vozes.

A relevância do tema é fundamental para o presente. Na América Latina, podemos citar casos recorrentes, marcados pelo “grande despertar” da população que, cansada de “corrupção”, “retirada de direitos”, ou mesmo da “crise econômica”, é “autoconvocada” em grandes manifestações “populares”. Não são estratégias construídas *do dia para a noite*. São movimentos, grupos, “influenciadores” capacitados, treinados e financiados que iniciam processos estrategicamente concebidos, em momentos determinados, convertendo o ciberespaço em um campo de batalha e instituindo a ciberguerra.

“O uso de estratégias ligadas à criação de perfis de usuários em redes sociais para influenciar a adesão a campanhas ou ideias e opiniões vai além do uso de ferramentas como “trolls”, conhecidos como grandes “inimigos” por seu alcance e habilidade para desenhar um discurso agressivo para atacar figuras públicas ou ideias.”

Equador: o caso do #15J

Em junho de 2015, teve início o movimento de “protestos” opositoristas no Equador. As marchas identificadas começaram a ser convocadas a partir da proposta da Lei Orgânica da Justiça Tributária pela Redistribuição da Riqueza (conhecida como a lei da herança e mais-valia)¹, que pretendia “incluir mecanismos de equidade para promover a redistribuição da riqueza, mecanismos para evitar e prevenir a evasão fiscal de imposto de renda sobre heranças, legados e doações, e fornece incentivos para a democratização do capital a favor dos trabalhadores” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO EQUADOR, 2015). A reação da oposição ao governo foi imediata, e iniciou os ataques na mídia tradicional (imprensa, televisão, rádio) e, ao mesmo tempo, nas redes sociais, deu voz aos partidos de oposição e estabeleceu espetáculos político-midiáticos com o objetivo

¹ No original, a proposta da Ley Orgánica para la Justicia Tributaria para la Redistribución de la Riqueza (conocida como ley de herencia y plusvalia).

de enfraquecer o presidente Rafael Correa, acusando-o — junto ao movimento *Alianza País* e seus ministros — de corrupção e peculato de fundos públicos.

O discurso da oposição vinculou-se, assim, à apresentação de uma lei de maneira impositiva e sem abertura ao diálogo. Aproveitando a oportunidade, ampliou e conectou o assunto a outras insatisfações da população, tais como a arrogância do presidente, a liberdade de expressão, o acesso aos serviços, a lei da água, o fundo de indenização de aposentados, entre outros temas. Iniciam-se, deste modo, as grandes convocatórias para as manifestações do mês de junho de 2015, dentro do quadro geral de que “há um governo instável que está fazendo as coisas mal e nas costas dos cidadãos”. A partir deste cenário, procuramos descrever os modos de articulação do novo golpismo, as mediações que utilizam o potencial político das redes sociais como ferramenta de organização, condução e influência.

Para realizar a análise, escolhemos usar a ferramenta *Scup Analytics*, da *Sprinklr*. Trata-se de uma API (Application Programming Interface) que permite monitoramento, análise, Social CRM, SAC 2.0 e uma série de funções automáticas para a diferenciação e classificação de cada menção, conforme os objetivos de análise. Com efeito, esse rastreador e analisador de conteúdos nos permite pesquisar por palavras-chave, fazer a contagem de menções e a identificação de fontes e usuários. O aplicativo *Scup Analytics* é considerado uma ferramenta oportuna para este tipo de análise, pois nos permite clareza nos resultados e nas representações gráficas relevantes.

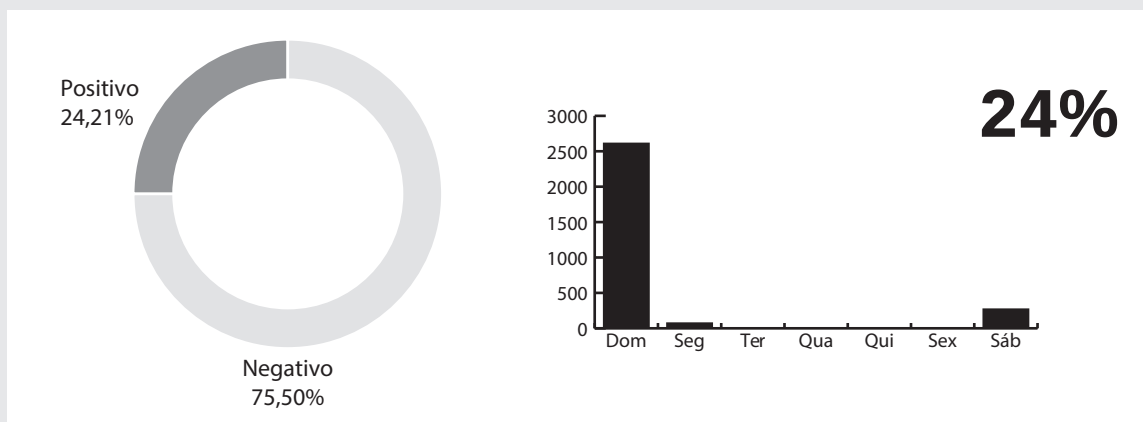
Este estudo foi estruturado de acordo com algumas etapas principais, o planejamento que selecionou quais redes sociais monitorar, o período de tempo e o alcance do público, a análise em que foram feitas as identificações de conteúdo relevante para os objetivos políticos do governo, a classificação, identificando o conteúdo em relação aos parâmetros qualitativos e, por fim, a consolidação de resultados a partir dos quais estruturamos os dados obtidos de acordo com a classificação em gráficos para uma interpretação clara.

Principais resultados: o ataque ao governo de Correa

Entre os dias 13 e 15 de junho de 2015, o grupo de pesquisa Ciespal em Comunicação Estratégica iniciou o monitoramento e a análise das redes sociais, selecionando uma amostra representativa do fluxo de comunicação política nas redes sociais (Twitter e Facebook). Foram coletados 3.777 itens comunicativos (*posts* e mensagens), classificados como positivos (para o Executivo), negativos (contra o Executivo) e neutros, como amostra baseada em critérios qualitativos: *hashtag* (#), mensagens, *posts* e usuários representativos (por atividade).

Observou-se naquele momento que os movimentos de oposição organizaram a comunicação política 2.0 através de “influenciadores” chave, que geraram informações e as reproduziram em grandes redes e mídias tradicionais, e que, por meio de uma rede piramidal, chegaram a atingir massivamente cada um dos diferentes setores da população. Foram identificados os principais 200 “influenciadores” diretos, conectados entre si. Em dois dias, a imagem do Executivo — medida por citações e discursos positivos (a favor) e negativos (contra) em redes sociais — foi bastante enfraquecida. A imagem positiva era de 24%, com uma tendência decrescente naqueles dias, comparada com uma oposição de 75,40% (figura 3).

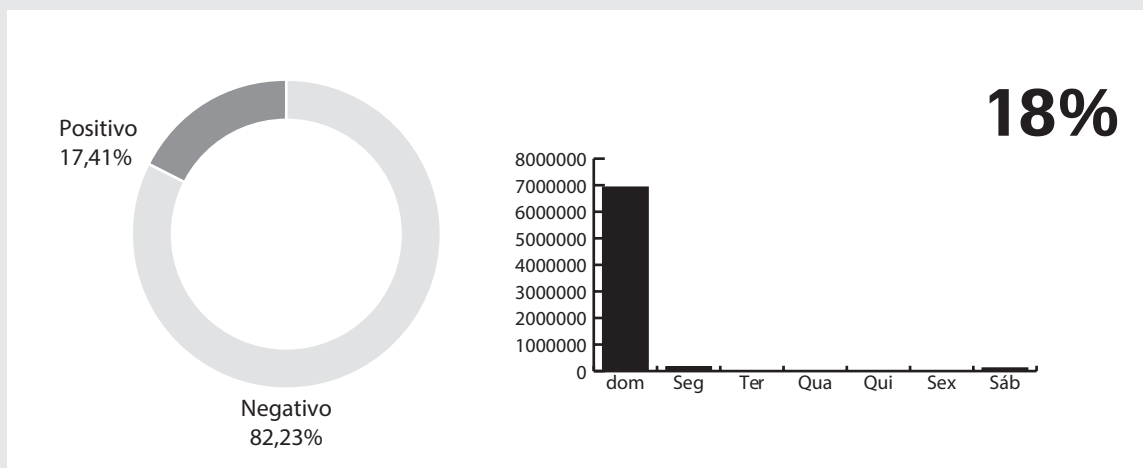
Figura 3: Imagem do executivo por número de citações (seleção da amostragem segundo filtros qualitativos)



Fonte: elaboração dos autores - Scup Software (junho de 2015).

A rede de oposição ao governo apresenta um alto poder de organização, tanto na distribuição da informação quanto na influência exercida sobre os cidadãos, já que, até aquela data, a aceitação do governo do Equador era de, aproximadamente, 70%. Além disso, a imagem do Executivo medida em virtude do alcance, isto é, pelo número de pessoas que foram atingidas pela onda midiática 2.0, e diferenciadas em positiva (a favor) e negativa (contra), é ainda mais enfraquecida (18%) (figura 4).

Figura 4: Imagem do executivo conforme o alcance de pessoas



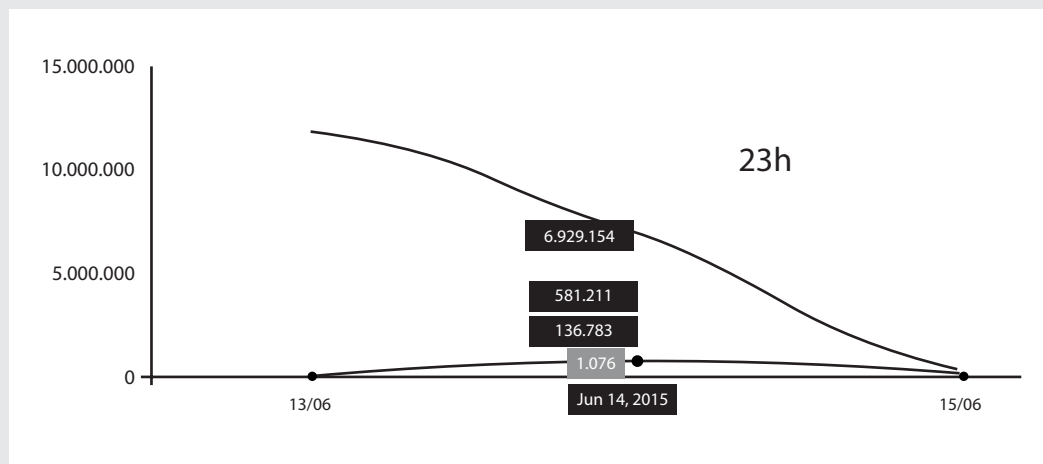
Fonte: elaboração dos autores - Scup Software (junho de 2015).

Fica evidente que, às 23 horas do dia 14 de junho de 2015, enquanto as mensagens de movimentos de oposição chegavam a ter influência sobre 584.221 usuários, o Executivo ascendeu a 136.783, gerando uma relação de cinco contra um (figura 5). Se tomarmos como exemplo as *hashtag*, mensagens e os *posts* usados pelos movimentos de oposição (*#fueracorreafuera*, *#domingonegro*) e pelo Executivo (*#somosrevolucion*, *#somosmuchísimosmás*), podemos afirmar categoricamente que o alcance político das mensagens enviadas pelo Executivo

teve resultados bastante deficientes, enquanto os movimentos de oposição conseguiram penetrar na maioria absoluta/virtual dos usuários (figura 6).

Fica evidente que os movimentos de oposição empregaram, naquele tempo, uma estratégia estruturada em forma piramidal, semelhante à que foi usada por movimentos de protesto em outras latitudes — pensemos na famosa Primavera Árabe ou, com diferente alcance e filosofia, na campanha do presidente dos EUA na disputa do penúltimo pleito eleitoral —, a mesma coisa aconteceu no Brasil nas marchas de Junho de 2013, onde foram utilizadas as mesmas ‘bandeiras de protesto’, com base no mau uso do dinheiro público ou na má administração.

Figura 5: Alcance total no dia 14 de junho de 2015



Fonte: elaboração dos autores - Scup Software (junho de 2015).

Outro resultado verificado com a análise foi a centralidade do discurso, fortemente baseado no ataque ao presidente do Equador, Rafael Correa, em que as mensagens de oposição indicavam uma estrutura organizada com um cume bem definido, o que permitia que as informações se fortalecessem, amplificando as notícias da mídia tradicional e indicando um ótimo grau de difusão. Por outro lado, as mensagens do Executivo não obtinham a mesma adesão; construídas de forma pouco estruturada e dispersa, indicavam uma desestruturação em nível comunicativo central e ocupavam o espaço de forma aleatória, e impedia seu fortalecimento, resultando em notícias perdidas, as quais indicavam um grau terrível de difusão e organização.

Paralelamente a esses resultados, foram realizadas análises sobre a qualidade e adequação do conteúdo comunicacional distribuído pelo Executivo nas redes sociais ou mídias tradicionais. Em geral, as mensagens comunicativas nas redes 2.0 produzidas pelo Executivo da República do Equador foram deficientes em termos de estrutura de produção e difusão, e de muito pouco impacto na estrutura de significância. Nesse sentido, devemos ressaltar que, em alguns casos, tais mensagens provocaram um contra-ataque da oposição, que utilizou o discurso do Executivo contra si mesmo. Esses tipos de mensagens têm um significado fácil de atacar por movimentos de oposição, uma vez que abrem espaço para interpretações e respostas de contra-ataque, usando os mesmos dados.

Nesse sentido, a estratégia do Executivo baseada no tema “#estuvesacandocuentas” — que foi utilizada em referência à oposição para expor as más práticas de alguns personagens políticos — evidencia as consequências nefastas desse tipo de conteúdo: permitiu gerar uma polêmica ineficiente para o Executivo e muito rentável para os movimentos de oposição. A seguir, observamos os *posts*

do perfil do presidente Rafael Correa e as respostas, que usam contra ele as mesmas tags. Entendemos que a estratégia de extração dessas informações não era propícia, em um momento em que a população esperava mais detalhes sobre um tema que não estava claro: a Lei da Herança (figura 9).



Figura 9: elaboração dos autores (junho de 2015)

Fonte: elaboração dos autores (junho de 2015).



Figura 10: Reação do hashtag #EstuveSacandoCuentas

Fonte: elaboração dos autores (junho de 2015).

Os movimentos de oposição empregaram efetivamente o tema #estuvesacandocuentas para sacar “suas próprias contas”, não só em um campo específico, mas em todos os campos nos quais eles podiam atacar, gerando, dessa forma, um processo de noticiabilidade de alto impacto. As consequências foram desastrosas para a imagem comunicativa do Executivo e para a imagem do presidente da República, incluindo novas convocatórias por manifestações por parte dos grupos opositores. Em relação aos discursos promovidos pela comunicação do governo, problemas, encontrados em quase todas as instâncias, evidenciam uma falta de estratégia direcionada para a comunicação institucional.

O discurso criado em um momento de crise deveria ser claro e objetivo, explicando aos cidadãos exatamente o conteúdo da lei e oferecendo explicações e abertura ao diálogo, seguindo as demandas dos cidadãos. No entanto, o Executivo e os grupos relacionados novamente apresentam uma (des)organização sem estratégia, equivocando-se nas ações de resposta, por exemplo, na criação de *hashtags*, como #DefenderemosLoLogrado ou #EcuadorYaCambió, em que ficam evidentes falhas comunicativas, exploradas pela oposição.

Os movimentos de oposição, por sua vez, estruturaram o que se denomina *task forces* comunicativos. Se observarmos as *hashtags* de grande impacto que geraram: #fueraCorrea e #domingonegro, os dois itens são claros em termos de conteúdo, por isso não foram necessárias mais do que duas *tags* para a difusão da informação (a única complementaridade foram *hashtags* como #15J, marcando as datas da reunião da oposição).

Geralmente, os governos não estão preparados para este tipo de confronto, isto é, não estão organizados a partir de uma forte rede de comunicação política. É possível reverter essa situação por meio da utilização de uma metodologia estruturada de comunicação política 2.0, criando uma rede comunicativa forte e de difícil ataque (sem fragilidade). Nessa direção, uma estratégia de comunicação efetiva é aquela em que implica e envolve cidadãos, “influenciadores”, mídias tradicionais e mídias alternativas, entre outros atores sociais. A estratégia deve estar articulada com as campanhas de comunicação integral, com as áreas de projetos políticos; seguindo a mesma direção na produção e retransmissão dos “influenciadores” políticos.

Redes de comunicação como espaços políticos de cidadania

Cidadania, democracia e participação política, direitos civis, políticos e sociais são conceitos que se articulam para formar uma ideia de inclusão focada na participação social no governo. Considerando que a essência da democracia está na participação, é necessária a aquisição dos direitos fundamentais, passando, prioritariamente, pelo debate de como a inserção de novos canais pode levar ao exercício da prática democrática, ampliando e configurando o processo de aproximação do cidadão na elaboração das políticas públicas atuais no Equador.

É notório que os países que passaram por processos de ataques midiáticos não têm espaços participativos suficientes para alcançar a aproximação com os cidadãos. As bases atuais seguem estruturas básicas e frágeis, portanto, no sentido de ampliação dos vínculos. Em uma perspectiva a médio e longo prazo, a configuração deve caminhar para a construção de redes fortes ou antifrágeis, que apresentem características como facilitação de estratégias de diálogo; possibilidade de as redes serem ambientes de ensino da instituição em relação às necessidades do coletivo; uso de redes sociais para gerar aproximação com as pessoas, tornando-as veículos para a escuta ativa dos cidadãos e uso das informações coletadas para retroalimentar os processos de elaboração de políticas públicas, campanhas e projetos.

“Cidadania, democracia e participação política, direitos civis, políticos e sociais são conceitos que se articulam para formar uma ideia de inclusão focada na participação social no governo.”

O estudo realizado em relação aos ataques sofridos pelos governos progressistas na América Latina — nesse caso particular, a marcha de junho no Equador —, juntamente com os estudos estratégicos das redes sociais e a estruturação de redes políticas, mostra claramente a ausência de ações coerentes, articuladas e eficientes no que diz respeito às práticas de comunicação e participação do cidadão. Identifica-se uma deficiência em termos de informação estratégica e comunicação no governo analisado, constituindo uma estrutura vulnerável no desenvolvimento do significado das mensagens.

As más práticas comunicativas em rede mostram o desgaste acelerado do capital político, visível na falta de ações práticas e planos estratégicos que tenham como foco o processo comunicacional ao cidadão. No caso específico do Equador, a partir da análise apresentada, mostra-se que o contexto, criado pelas redes de oposição em junho, deve ser considerado em termos de ciberguerra, demonstrando como a imagem do governo foi enfraquecida na área das redes sociais, afetando-o, ao mesmo tempo, na mídia tradicional. A rápida queda na taxa de aprovação do governo representa uma forte ruptura entre o mesmo e os cidadãos ou a sociedade civil.

“*Uma estratégia de comunicação eficaz é aquela que envolve diversos atores, tanto da política quanto da sociedade como um todo, articulados em torno de uma campanha de informação e comunicação em curso, que tem a capacidade de organizar e maximizar as ações do governo e, finalmente, formar uma opinião pública robusta capaz de anular os possíveis ataques de movimentos de oposição com objetivos golpistas.*”

Estratégias de comunicação na ciberguerra

Nesse contexto de ciberguerra, o processo de reversão de tendências negativas nos planos simbólico, ideológico e político baseia-se na conformação de estratégias de comunicação tática. Primeiro, a criação de estratégias integradas de comunicação para não responder aos ataques, mas para gerar ações em que os cidadãos participem do processo de coprodução e ampliação de informações, considerando que o fortalecimento da rede é parte inseparável da participação cidadã.

Em segundo lugar, comunicar aos cidadãos e considerar áreas de produção de comunicação integrada, com a geração de estratégias articuladas entre os diferentes atores relacionados ao processo político. Em terceiro, a produção e articulação dos significados e conteúdos de mensagens específicas devem basear-se em quatro atores principais: o governo, os partidos, os formadores de opinião e os movimentos sociais, as comunidades e os cidadãos. Considerando esses pontos, uma estrutura de disseminação expandida é aquela que permite gerar informações de forma integrada, articulada e politicamente coerente, por meio de uma rede de produtores de “influenciadores” capazes de envolver um maior número de cidadãos.

Uma estratégia de comunicação eficaz é aquela que envolve diversos atores, tanto da política quanto da sociedade como um todo, articulados em torno de uma campanha de informação e comunicação em curso, que tem a capacidade de organizar e maximizar as ações do governo e, finalmente, formar uma opinião pública robusta capaz de anular os possíveis ataques de movimentos de oposição com objetivos golpistas.

Além de tecnologias, ferramentas, conexões, velocidade, interações e *links*, vale lembrar as ideias do educador Paulo Freire, que inspiram movimentos dialógicos e comunicação participativa, exercendo a dimensão política da comunicação. Portanto, é essencial trabalhar de forma integrada as dimensões crítica, libertadora, participativa, horizontal e dialógica da comunicação. Finalmente, na região, estamos experimentando uma série de transformações de laços sociais no ciberespaço, que antecipam novas formas de ação política.

Assim, os movimentos políticos e a sociedade civil deveriam aceitar a centralidade da tecnopolítica e definir estratégias, na medida em que cada máquina “é uma tecnologia de concatenação não só de conhecimento, mas também de órgãos sociais, chegando ao final do exercício na coordenação de trabalhadores

individuais” (RAUNIG, 2008, p. 28). Nesse processo de construção política, devemos ser claros: a visão matricial da grade implica, por um lado, maior flexibilidade, interconexão, horizontalidade e proximidade; e, por outro lado, mais comunicação e menos informação, de acordo com o paradigma ou a abordagem de mediação.

A questão, então, é ver se e como as redes digitais nos permitem articular espaços políticos socialmente abertos, inovadores e autônomos; se contribuem para estabelecer regras e procedimentos, contrapoderes e espaços de diálogo e empoderamento; ou, pelo contrário, se estas atendem ao domínio da velha lógica, algo observado em muitas contraestratégias colocadas em prática na região (no caso da Bolívia, da Venezuela e do Brasil, entre outros países). Portanto, talvez seja necessário voltar a mover o deslocamento do tecnoinstrumental para a socio-política, reaprendendo a politizar criticamente a geração social da comunicação e da cultura, esforço necessário em uma época de crescente desintegração e mercantilização do universo simbólico, processo que se apresenta pela valorização mercadológica da inovação tecnológica e social.

Se não fizermos uma crítica dos mecanismos de cibercontrole, como reforça Mattelart (2015), os processos de mudança social observados na primeira década do século XXI na América Latina estarão em perigo de queda, presas do domínio das tradicionais forças hegemônicas da região.

Referências

BREA, José Luis. *Cultura_RAM: mutaciones de la cultura en la era de su distribución electrónica*. Barcelona: GEDISA, 2009.

DIAMOND, Larry J. Thinking about hybrid regimes. *Journal of democracy*, v. 13, n. 2, 2002. p. 21-35.

EQUADOR, Presidencia de la República de Ecuador. Ley Orgánica para la Justicia Tributaria para la Redistribución de la Riqueza. Oficio n.º 7212-SGJ-15-440. Presidencia de la República del Ecuador, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. Valentino Gerratana Gramsci, A. (Ed.). México: Ediciones Era/Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

MATTELART, Armand e VITALIS, André. *De Orwell al cibercontrol*. Editorial, Gedisa: Barcelona, 2015.

MORLINO, Leonardo. Hybrid regimes or regimes in transition? *Rivista italiana di scienza política*, nº 38 (2), 2008. p. 169-190.

ORTIZ, Santiago. 30-S: La vulnerabilidad del liderazgo de la Revolución Ciudadana y de la Institucionalidad en Ecuador (Coyuntura). *Iconos-Revista de Ciencias Sociales*, nº 39, 2011, p. 25-34.

RAMÍREZ, F. Perspectivas del proceso de democratización en el Ecuador. Cambio político e inclusión social (2005-2010). In: *Democracias en transformación: qué hay de nuevo en los nuevos Estados andinos*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung-Bolivia (FES), 2012.

SIERRA CABALLERO, Francisco. Tecnopolítica y nuevo sensorium. Notas para una teoría de la cibercultura y la acción colectiva. In: SIERRA CABALLERO, Francisco & GRAVANTE, Tommaso. *Tecnopolítica en América Latina y el Caribe*, 2018

RAUNIG, Gerald. *Mil máquinas: breve filosofía de la máquina como movimiento social*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.



DIREITOS HUMANOS

Tráfico de mulheres brasileiras no mercado do sexo: cenários luso-brasileiros

Maria Lúcia Pinto Leal é professora no Departamento de Serviço Social da UnB, fundadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violências, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres (Violes/SER/UnB).

Este artigo tem por objetivo aprofundar o debate sobre o tráfico de mulheres nos cenários luso-brasileiros, privilegiando as interseções de gênero, exploração do trabalho no mercado do sexo e migração à luz das normativas nacionais e internacionais. A importância da discussão desta temática fundamenta-se na necessidade de responder às inquietações dos movimentos sociais e às tensões da academia para repensar os conceitos que estão no seu lastro.

Maria Lúcia Pinto Leal

O tráfico¹ de pessoas é resultado das contradições do processo de globalização, acirradas pela crise de acumulação do capital e de seus impactos no mundo do trabalho, em consonância com a questão de gênero. A categoria “gênero” é transversal ao tráfico de pessoas, trabalho e migração. O gênero não se restringe às mulheres, mas também envolve travestis (LGBTIs)², homens, crianças e adolescentes em condições de coerção e exploração. A conjugação entre uma definição mais precisa de tráfico de mulheres, que considere essa visão ampliada de gênero, aprofunda os nexos do tráfico de mulheres com o tráfico de pessoas, ampliando o referido conceito.

¹ De acordo com o Dicionário Houaiss, tráfico é: Comércio, negócio; tráfego. / Comércio ilegal e clandestino. // Tráfico de brancas, delito que consiste em arrastar ou induzir mulheres à prostituição. // Tráfico de negros, tráfico de escravos praticado pelos portugueses, espanhóis e ingleses desde os grandes descobrimentos até o século XIX. (O Congresso de Viena, em 1815, condenou o tráfico de escravos e várias convenções posteriores o proibiram.) // Tráfico de influência, troca de favores entre autoridades dos poderes públicos, a serviço de interesses pessoais.

² LGBTIs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Historicamente, a relação entre tráfico de pessoas, mulheres e prostituição configura-se nas convenções e disposições legais internacionais relativas ao tráfico de pessoas, e também na tipificação desse crime por leis nacionais. A utilização da categoria “pessoas”, porém, é recente, pois até as modificações realizadas na legislação brasileira, em 2005, a definição de tráfico se referia exclusivamente ao deslocamento internacional e contemplava apenas as situações que envolvessem mulheres, segundo Ela Wiecko (CASTILHO, 2007), e também como mostram os Tratados citados abaixo:

Em 1904 é firmado em Paris o Acordo para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas, no ano seguinte convocado em Convenção. Durante as três décadas seguintes foram assinados: a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas (Paris, 1910), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (Genebra, 1921), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (Genebra, 1933), o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947), e, por último, a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (LAKE SUCCESS, 1949).

De acordo com o Tratado de 1910 (Paris):

“*A declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: ‘A liberdade está firmada na ideia de que todos são dignos.’”*

[...] o tráfico é “o aliciamento, induzimento ou descaminho, ainda que com o seu consentimento, de mulher casada ou solteira menor, para a prostituição. Tratando-se de mulher casada ou solteira maior, a conduta só deveria ser punida se aquelas condutas tivessem sido praticadas “com fraude ou por meio de violências, ameaças, abuso de autoridade, ou qualquer outro meio de constrangimento”. Era permitido, porém, aos Estados Partes dar a mesma proteção à mulher casada ou solteira maior, independentemente da fraude ou constrangimento (CASTILHO, 2007).

Os tratados têm em comum a tentativa de abolir a exploração de seres humanos, mas se diferenciam pela abordagem. Os tratados anteriores à Segunda Guerra Mundial, inicialmente, buscavam defender somente as mulheres brancas do Leste Europeu traficadas para o resto deste continente, sem criminalizar a conduta. Com o passar do tempo, o tráfico foi criminalizado e crianças e adolescentes foram incluídas no rol de sujeitos passivos desse crime. Ainda de acordo com Ela Wiecko: “Nesse momento, anterior às Grandes Guerras, a prostituição era tida como ‘um atentado à moral e aos bons costumes’” (CASTILHO, 2007).

A dignidade como referência

A partir da fundação das Nações Unidas, em 1945, a perspectiva foi alterada, e a dignidade da pessoa humana passa a ser a referência para o combate ao tráfico. Toda e qualquer atitude contrária à dignidade seria combatida para garantir liberdades. Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: “A liberdade está fundada na ideia de que todos são dignos”.

Além do novo enfoque na dignidade, a conduta de tráfico é mais bem definida, possibilitando um embate direcionado. Dessa forma, a comunidade internacional enxerga a importância de uma atuação mais coordenada e “são lançadas bases para

a cooperação jurídica internacional” (CASTILHO, 2007). O direito internacional passa, então, a enxergar as vítimas do tráfico como vítimas de um sistema que não respeita a máxima da dignidade da pessoa humana. O tráfico passou a ser tratado como um sinal de diversas outras lesões aos direitos humanos. Com o passar do tempo, entende-se que o tráfico para fins de exploração sexual é algo que deve ser combatido nas raízes do corpo social, ou seja, criando redes de apoio, condições que impeçam o aliciamento, redes integradas de combate ao tráfico, atendimento às vítimas de tráfico, dentre outras medidas.

Em 2000, o Protocolo de Palermo foi aprovado e se tornou de extrema relevância tanto para o direito internacional quanto para as leis internas brasileiras. No primeiro, pela construção histórica que, pós-Segunda Guerra, culmina na percepção mundial de que havia a necessidade de privilegiar os direitos do ser humano, da pessoa humana, com o intuito de impedir atrocidades como as ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, a comunidade internacional se manifestou no sentido de entender o direito como “condição de possibilidades”. Isto é, passou-se a entender que o direito, sobretudo o direito humano, é pressuposto à existência plena de uma sociedade livre de preconceitos de raça, gênero, crença etc. Tal perspectiva embasa-se na ideia libertária do direito, no qual a autonomia privada está diretamente vinculada à autonomia pública. Ou seja, um indivíduo só se emancipa a partir do momento em que ele é visto como sujeito capaz de influir nas diretrizes que podam sua própria liberdade.

O direito moderno, na linha de Jurgen Habermas, só é direito quando pressupõe a liberdade. Esta, por sua vez, só atinge seu sentido social na aceitação e na percepção daquilo que é diferente, daquele que é diverso. A pluralidade de vontades, de anseios e de desejos de uma sociedade complexa requer que o espaço público esteja cada vez mais aberto a reconhecer o diferente e, na diferença, reconhecer talvez nossa única igualdade. Por isso, a positivação dos Direitos Humanos, desde 1948³, demonstra uma escolha clara da comunidade internacional em exigir que as relações sociais sejam pautadas a partir de princípios inegociáveis, que permitam a existência plena das diferenças de forma harmônica e coletiva.

“O Protocolo de Palermo se assenta, no que diz respeito aos indivíduos que sofrem com o crime organizado, mais especificamente com o tráfico, na necessidade de impedir que a atuação de um grupo de indivíduos (os agentes do crime organizado) ocorra no sentido inverso aos propósitos almejados pela construção dos direitos humanos.”

A coisificação da pessoa humana

O Protocolo de Palermo, nesse exato sentido se assenta, no que diz respeito aos indivíduos que sofrem com o crime organizado, mais especificamente com o tráfico, na necessidade de impedir que a atuação de um grupo de indivíduos (os agentes do crime organizado) ocorra no sentido inverso aos propósitos almejados pela construção dos direitos humanos. Isto é, coisificar e mercantilizar a pessoa humana. O próprio significado de pessoa para o direito pressupõe a diferença entre esta e uma coisa. Uma coisa possui dono, não é livre, não dispõe de seu próprio destino. A pessoa, em seu sentido jurídico, irradia direitos. Ela é um sujeito, um ente, que se expressa e age livremente mediante direitos garantidos.

O tráfico de pessoas, portanto, é uma grave violação dos direitos humanos e envolve, em muitos casos, a privação de liberdade, a exploração, a violência e a retenção de documentos de identidade, entre outras violações. De acordo com o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas (ONU) contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo), o tráfico de pessoas é:

³ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo a ameaça, ou uso da força ou a outras formas de coação, por rapto, por fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou a situação de vulnerabilidade, ou a entrega ou aceitação de pagamentos, ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre uma outra, para fins de exploração. A exploração incluirá no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (ONU, 2000).

Para Nogueira Neto,

[...] não se deve esquecer que, mesmo quando a mulher concorda livremente que seu deslocamento a levará ao exercício da prostituição, há que se reprimir essa “relação de tráfico sexual”, porque mesmo com a anuência, ela não tem uma real noção das condições que será obrigada a se submeter para desempenhar esse trabalho ao chegar ao seu destino, caracterizando-se assim uma forma de fraude (PESTRAF, 2002, p. 174).

O Protocolo de Palermo, Contra o Crime Organizado Transnacional, prevê ações em três áreas: o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, o contrabando de imigrantes e a luta contra a fabricação de tráfico de armas e de drogas.

A configuração do tráfico de pessoas, nesse protocolo, se expressa a partir de dois aspectos: o aspecto material, através das condições objetivas (recrutamento, transporte, alojamento de pessoas), e o aspecto subjetivo (sedução, coação, submissão, escravidão...) ambos traduzindo-se na realidade do tráfico como indicadores de efetividade.⁴

Um dos principais aspectos que dificulta a delimitação/enfrentamento do problema, bem como a produção do conhecimento sobre tráfico no Brasil, é a vigência de diferentes definições sobre o tema. Em geral, tendem a estar orientadas pelo Protocolo de Palermo e outras instâncias operam com a definição do tráfico de pessoas do Código Penal Brasileiro (CPB).

O conceito-chave de tráfico de pessoas que o Protocolo de Palermo utiliza é o de exploração, diferentemente da noção da OIT que propõe uma abordagem do tráfico de pessoas como uma questão do mundo do trabalho e utiliza o conceito de trabalho forçado, estabelecendo distinções entre forma de exploração presentes no Protocolo de Palermo (trabalho forçado, escravidão, práticas análogas à escravidão e servidão), contribuindo, dessa forma, para esclarecer as noções de exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição forçada e mobilidade de prostituição voluntária (ARAÚJO; VASCONCELOS e BOLZON; *In*: PISCITELLI e VASCONCELOS, 2008).

Ainda em relação ao Protocolo de Palermo, críticas são feitas em relação à distância existente entre as definições normativas de tráfico de pessoas e as percepções de mulheres, travestis e homens em relação à sua situação. De acordo com estudos e pesquisas, existe o tráfico de pessoas em âmbito nacional e internacional para a indústria do sexo e outros setores da economia. A noção de trabalho forçado e gênero torna-se ferramenta importante para a apreensão das especificidades que atingem esses sujeitos.

⁴ Indicadores de efetividade são aqueles que traduzem, na realidade, uma situação concreta e estratégica que possibilita e/ou cria condições favoráveis a uma situação de tráfico.

“O tráfico de pessoas é uma grave violação dos direitos humanos e envolve, em muitos casos, a privação da liberdade.”

Tráfico internacional para a exploração sexual

No que concerne ao tráfico de pessoas em âmbito nacional, o governo brasileiro ratificou o Protocolo de Palermo, em março de 2004, e o Código Penal Brasileiro, no seu artigo 231, define o tráfico internacional como: “*Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro*”. Este artigo foi alterado, em 2005, pela Lei n.º 11.106, definindo o Tráfico Internacional de Pessoa toda ação capaz de “[...] *promover, intermediar ou facilitar a entrada no território nacional de pessoa que venha exercer a prostituição, ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro*”.

De acordo com Ela Wiecko, quando o Código Penal Brasileiro utiliza o termo “facilitar” refere-se a: fornecimento de dinheiro, passagens, papéis, compra de roupas, passaportes e utensílios de viagem, o que é considerado tráfico. A referida autora afirma que na prática as/os migrantes sempre requerem e recebem ajuda, não necessariamente do crime organizado, algumas delas acionam redes informais no processo de migração para trabalhar na indústria do sexo, o que nem sempre pode ser interpretado como tráfico.

Ainda em relação ao artigo 231, em redação dada pela Lei n.º 12.015, de 2009, o Tráfico Internacional de Pessoa para exploração sexual é definido como: “[...] *promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição, ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro*”.

No artigo 231-A, o Tráfico Interno de Pessoas é definido como: “*promover, intermediar ou facilitar no território nacional o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição*”. Já o Tráfico Interno de Pessoa para fim de Exploração Sexual é definido como: “*promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual*”.

Quando se trata do Código Penal Brasileiro, algumas questões precisam ser levadas em consideração, por exemplo: as decisões que estão centradas na prostituição feminina que não fazem distinção entre prostituição forçada e não forçada não reconhecem a capacidade de as mulheres exercerem o direito sobre seu próprio corpo e negam a possibilidade de a prostituição ser considerada trabalho, estigmatizando, assim, as prostitutas. Observa-se, também, outras noções estereotipadas sobre feminilidade e sexualidade, que tem como consequência considerar as mulheres em situação de tráfico como “agressoras”.

Ainda com relação ao Código Penal Brasileiro, o combate ao tráfico de pessoas tem efeito na repressão à prostituição no Brasil. Dessa forma, Castilho (2007, p.22) assinala que a adequação ao Protocolo de Palermo pode ser uma saída à prática da prostituição. Segundo a autora, essa harmonização pode ser um reforço para a política antimigratória dos Países Centrais e redução da proteção das pessoas que vão para o exterior exercer a prostituição.

Nessa perspectiva, quando se trata de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, temos de desconstruir a criminalização da prostituição, pois esta vai incidir diretamente na mulher. Nessa direção, o artigo 231 (CPB) foi alterado para 231-A, com intuito de superar a restrição de gênero e ampliar o rol de conduta tipificada. Além da promoção, facilitação, também tipifica a intermediação, inclusive a conduta dos aliciadores, e eleva a pena de tráfico quando há emprego de violência, grave ameaça ou fraude

Preconceito ao exercício da prostituição está na lei

Essas mudanças no artigo 231 foram importantes, mas ainda persiste o preconceito com relação ao exercício da prostituição no texto da referida lei, uma vez que a liberdade de ir e vir de qualquer mulher, bem como a liberdade de dispor de seu próprio corpo deve ser respeitada, garantindo-lhe plena autonomia e independência. Assim, o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins diversos, deve ser explicado considerando as diferentes etapas de desenvolvimento e crescimento, suas formas desiguais de distribuição e o seu conseqüente impacto socioambiental nos modelos culturais e nos processos migratórios.

Deve-se considerar, ainda, a questão do preconceito contra as mulheres, que ocorre em âmbito transnacional, e está relacionado à sua condição de gênero, de raça, de orientação sexual, de origem étnica e social, de sua procedência territorial e faixa etária, o que aprofunda as desigualdades sociais e a sua inserção no mundo do trabalho, definindo, desta forma, o tráfico de mulheres como uma construção social.

O deslocamento de mulheres do interior do país para as grandes cidades e para as fronteiras brasileiras é uma realidade que se verifica no Brasil, por mais complexo que seja identificar como ele está ocorrendo, ou seja, se é migração irregular, tráfico ou outras formas onde se pode evidenciar a exploração da força de trabalho. Além disso, é complexo desvendar como ocorre o tráfico interno e internacional de mulheres, no contexto da exploração do trabalho no mercado do sexo.



Folder de campanha de denúncia sobre tráfico de pessoas

Ao analisarmos as causas que poderiam explicar o fenômeno do tráfico, é preciso muito cuidado para não cairmos em uma visão mecanicista de que tráfico para fins de exploração sexual resulta, exclusivamente, de desigualdades econômicas e de situações extremas de pobreza. Entretanto, de acordo com pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal, a verdade é que a pobreza tem um rosto marcadamente feminino e o tráfico não é indiferente a esse fato. Porém, outras questões também estão relacionadas, como aspectos culturais, quadros jurídicos-normativos, práticas de violências baseadas em relações de poder desigual entre gênero, raça, etnia e orientação sexual, situações de conflito de guerra

“ Ao analisarmos as causas que poderiam explicar o fenômeno do tráfico, é preciso muito cuidado para não cairmos em uma visão mecanicista de que tráfico para fins de exploração sexual resulta, exclusivamente, de desigualdades econômicas e de situações extremas de pobreza.”

e crime organizado, que mostram a falta de uma política de defesa e garantia da cidadania da mulher (SANTOS, 2007, p. 317).

O debate contemporâneo dos movimentos sociais (em especial os feministas) tende a acirrar o diálogo entre descriminalização e criminalização da prostituição⁵. Por que esse debate é tenso? Dentre outros fatores, podemos assinalar algumas destas tensões: a associação entre exploração sexual e prostituição de forma simplista; a ligação superficial entre tráfico e *smuggling*⁶ (migração ilegal); e o debate sobre a substituição do termo migração ilegal para migração irregular. Assim, observamos que se torna mais complexo e conflituoso o diálogo no campo político e ideológico.

Não caia na rede de traficantes	Cuidado
<p>Buscar vida digna no exterior é um direito de todos, mas fique atento. Sem informação, você pode cair em uma rede de tráfico de pessoas. Esta situação pode ser evitada:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Cuidado com desconhecidos que prometem ótimos empregos no exterior; o Desconfie de casamentos arranjados por agências internacionais; o Verifique a seriedade de agências de modelos e de empregos; e o Informe-se, ainda no Brasil, como evitar uma situação de permanência irregular em outro país. 	<p>Você pode ser considerado uma vítima do tráfico de pessoas se estiver:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Com os documentos retidos, incluindo o passaporte; o Impedido de circular livremente; o Obrigado a trabalhar de forma desumana; o Obrigado a pagar dívidas de que desconhece; o Casado com alguém que o obriga a exercer tarefas domésticas; e o Sendo explorada sexualmente com chantagens e ameaças.
<p>Antes de viajar</p> <ul style="list-style-type: none"> o Deixe seus contatos no exterior com a família ou amigos; o Anote endereço e telefone de embaixadas e consulados; o Tenha sempre original e cópia do passaporte e demais documentos; o Não entregue seus documentos, inclusive o passaporte a ninguém; e o Busque informações na Central de Atendimento à Mulher por meio do número 180. 	<p>O Consulado ou a Embaixada do Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> o Representam o Brasil nos respectivos países; o Disponibilizam todas as informações sobre direitos, deveres e proteção social aplicáveis aos cidadãos brasileiros em cada país; o Possuem as condições para providenciar a cooperação com o país onde você se encontra. <p>As Embaixadas e Consulados estão à disposição para prestar toda a assistência aos brasileiros vítimas de tráfico. Ao procurar a Embaixada ou o Consulado, você não precisará denunciar os traficantes, caso não deseje fazê-lo.</p>

Folder de campanha de denúncia sobre tráfico de pessoas

Intervenção inadequada do Estado neoliberal

Outra questão que torna mais complexo o debate é quando o Estado neoliberal intervém por meio de medidas repressivas e xenofóbicas, o que coloca em risco o direito de ir e vir das pessoas. Portanto, faz-se necessário buscar estratégias para garantir a cidadania, especialmente de mulheres brasileiras que migram para Portugal, desde a origem até o destino.

De acordo com estudos e pesquisas desenvolvidos por autores portugueses⁷, grande parte da migração de brasileiros para Portugal, antes dos anos 1980, era masculina e voltada para profissões mais simples. Pós-1990 tem crescido o número de mulheres brasileiras para a prostituição, e, conforme esses autores, essa profissão sofre de tons muito negativos, pois vem carregado de estigmas morais que têm rebatimento direto nas relações de sociabilidade dessas mulheres em Portugal e também no Brasil.

⁵ De acordo com Kamala Kapadoo (1994), há uma distinção entre prostituição forçada e a voluntária. Segunda a autora, o termo “forçado” só deve ser usado ao lado da categoria prostituição se for observado violência contra a mulher. O “voluntário” estaria no campo da livre escolha da mulher em estar ou não exercendo suas atividades na prostituição.

⁶ Vide Tráfico de pessoas e algumas considerações legais em SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa - socius@iseg.utl.pt

⁷ Como, por exemplo, as obras *Tráfico de pessoas à imigração Ilegal em Portugal: análises de processos*, do autor Paulo Manuel da Costa; e *Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal*, de Igor José Renó Machado.

Para esses autores, a cidadania dessas mulheres está comprometida, tanto no país de origem, como no destino, pois eles se preocupam muito com o valor monetário que representa o migrante (*coisificação*). O Brasil quer regular o repasse de dinheiro e Portugal quer regular a retenção deste repasse. Não há uma preocupação visível dos dois países sobre as condições sociais dadas para garantir a proteção dos direitos trabalhistas, dentre outros, necessários à construção da cidadania desses migrantes.

Além disso, se ele estiver em situação irregular, como é o caso de muitas mulheres brasileiras, observa-se indícios de exploração da força de trabalho, mesmo que para o migrante que esteja nesta situação não seja percebido como tal, dada as condições de produção e reprodução da força de trabalho e a alienação daí decorrente.



Cartaz criado pelo CNJ para realização de denúncias no Brasil

Embora em muitos países a prostituição não seja uma profissão legalizada, como é o caso do Brasil e Portugal, esta se tornou uma bandeira de luta das trabalhadoras do sexo. Esta questão é chave, visto que, ao se tornar legal a profissão, a prostituta tem mais chance de lutar por melhores condições de trabalho de forma organizada e coletiva, o que, efetivamente, terá reatamento na conquista de sua cidadania.

Os casos apresentados pela pesquisa do CES mostram que essas mulheres, em sua maioria, desembarcam em Madri e são levadas por alguém por via terrestre para as cidades portuguesas e entregues aos proprietários de casas de alterne e outros ramos similares. Os casos analisados apontam fortes indícios de exploração sexual (forçada e escravidão). Foi identificada a retenção do passaporte, o direito de ir e vir controlado por mecanismos de coação, as dívidas

a pagar com a venda de seus serviços sexuais, dentre outras. Essas situações podem vir a qualificar estes casos como tráfico para fins de exploração sexual?

O destino Portugal

Partindo dos estudos de casos das pesquisas realizadas entre Brasil e Portugal, nesta última década, sobre o tráfico de mulheres brasileiras, chegamos ao seguinte estado da arte:

Por que migram para Portugal?

As mulheres brasileiras se deslocam do Brasil para Portugal por diferentes motivos, seja para melhorar suas condições de vida, por sonhos e/ou outros projetos. Às vezes, estas questões estão inter-relacionadas. Na perspectiva de mobilidade social, seja por meio de oferta de trabalho, de um bom casamento binacional ou outras relações que a motivem mais do que ficar no seu país de origem.

Por que fazem essa opção?

Não vamos entrar no mérito do que teria levado essas mulheres a decidirem migrar para outro país, pois elas têm direito de ir e vir assegurado por direitos civis, embora alguns estudos e denúncias tenham mostrado o contrário, ou seja, que está havendo um rígido controle e medidas repressivas e higienistas nas fronteiras dos países do norte, que, para vários pesquisadores brasileiros e portugueses, podem levar à aproximação das mulheres brasileiras com as redes de exploradores.

Qual o perfil dessas mulheres?

Em sua maioria, as mulheres são de classes populares, baixa escolaridade, têm filhos, profissional ou não do sexo; arrimo de família; apresentam um histórico de trabalho precário, estão na faixa etária de 15 a 25 anos (PESTRAF/2001), de 24 a 34 anos (CES, Portugal) e de 24 a 40 anos (SNJ/2005). A pesquisa da SNJ informou que 20% das entrevistadas declararam possuir nível superior completo, registrando-se um caso de pós-graduação, e 22,9% nível fundamental. Por outro lado, esta mesma fonte apontou que, das 175 pessoas deportadas da Europa, 92,6% se autocalificaram como mulheres, 5,1% homens, 2,3% transgêneros. Cerca de 40% dos entrevistados, que admitiram terem se envolvido na indústria do sexo, são transgêneros; 47,4% estão entre 25 e 40 anos e 37,1% estão entre 18 e 24 anos.

Nos estudos de casos, são confirmadas situações de precarização das relações de trabalho das mulheres no comércio de entretenimento, o que afeta diretamente a saúde física e mental de algumas delas. Aprofundar casos desta natureza nos levará a compreender o fenômeno do tráfico no contexto da exploração sexual? Como abordar essas mulheres? Que método utilizar?

Quais são os estados brasileiros de origem?

De acordo com os estudos de casos do Centro de Estudos Sociais (CES/2006), a maioria de mulheres que está na prostituição em Portugal (Guarda, Porto etc.) e que apresenta indícios de tráfico é proveniente do estado de Goiás. A pesquisa da Secretaria Nacional de Justiça/2005 aponta que os estados de Goiás, Minas Gerais e Paraná representam mais da metade dos estados de origem das não admitidas. A PESTRAF/2001 também apontou que a maioria das mulheres que tinha Espanha e Portugal como destino procedia do estado de Goiás.

Como foram recrutadas e transportadas?

Por homens (em sua maioria) e por mulheres, ou viajou por conta própria. Pelas informações dos casos (CES/PESTRAF) nos pareceu que as pessoas que fazem o recrutamento pertencem a algum tipo de rede ou pequenos grupos formados pelos proprietários de casas de alterne ou similar. Geralmente, o(a) aliciador(a) é o taxista, algum conhecido ou parente que já mora em Portugal. O aliciamento é feito, na maior parte das vezes, por solicitação de comerciantes portugueses do ramo do entretenimento, articulado em rede ou de forma doméstica (com a participação de mulheres). A via de transporte é aérea e/ou terrestre.

A organização social do trabalho leva em consideração, entre outros, critérios de idade e beleza e país de origem; o que vai implicar na definição de seu lugar na escala da divisão de trabalho no comércio do sexo (dentro da casa de alterne/na rua) e no tipo de cliente que vai consumir seus serviços sexuais. Geralmente, o pagamento dos serviços sexuais é feito diretamente ao proprietário, que fica com o dinheiro até ela poder pagar a dívida que contraiu com a passagem e com a manutenção da sua força de trabalho. Neste processo, muitas delas contraem dívidas que não conseguem pagar em curto período do tempo, o que a leva a ficar vulnerável à exploração da sua força de trabalho e às doenças oportunistas.

Configura-se, neste cenário, um processo de perda da autonomia, dependência financeira, exposição a violências físicas e psicológicas, entre outras situações que contribuem para a vulnerabilidade desta mulher e a perda da sua liberdade. Este cenário, aliado à desorganização do segmento, às violências de gênero e da sua imagem no contexto da sociedade e à ausência de uma política de cidadania para as migrantes pode escamotear o fenômeno do tráfico, dada a sua natureza complexa. Apesar das condições de precarização, os estudos de casos apontam muita coragem e tolerância por parte das mulheres, em relação às manifestações de violências sofridas no cotidiano da exploração sexual.

As brasileiras exercem um forte atrativo nas preferências dos portugueses(as), afirmam as pesquisas em Portugal (SILVA FILHO, 2007). Para estes, a exploração simbólica da imagem das mulheres brasileiras que estão na prostituição dá lugar a uma “tabloidização” que reduz a sua imagem a estigmas valorados por falsa moral instituída pelas práticas institucionais que regulam e normatizam os valores da sociedade.

“As brasileiras exercem um forte atrativo nas preferências dos portugueses(as), afirmam as pesquisas em Portugal. Para estes, a exploração simbólica da imagem das mulheres brasileiras que estão na prostituição dá lugar a uma tabloidização que reduz a sua imagem a estigmas valorados por falsa moral instituída pelas práticas institucionais que regulam e normatizam os valores da sociedade.”

Objetividade e subjetividade do fenômeno da exploração sexual

Como articular as questões que envolvem o mercado (oferta e consumo) da exploração da imagem destas mulheres na construção da objetividade e da subjetividade do fenômeno? Os indícios nos levam a afirmar que existem várias situações e circunstâncias nas quais as mulheres podem ser atraídas para situação de tráfico para fins de exploração sexual.

Precisamos contar com uma ampla visão de como essas mulheres se percebem, dentro dessas relações múltiplas que sua profissão impõe nos recortes de mercado/consumo/imagem/gênero e sexualidade e, por outro lado, como os movimentos sociais têm dialogado para a defesa da construção da cidadania dessas mulheres, isto é, qual o papel dessas mulheres no âmbito das lutas sociais a favor de processos emancipatórios em nível transnacional?

É prudente indagar quem é o sujeito do qual falamos? Porque os estudos também mostram que nem todas as mulheres brasileiras que partem para a Europa estão em situação de tráfico e/ou de exploração sexual e nem tampouco exercendo atividades na prostituição. Por outro lado, embora o contingente de mulheres brasileiras seja maior em Portugal, esta não é uma regra, pois há deslocamentos de homens e trans.

Os conceitos que utilizamos para dar visibilidade a esta questão realmente esclarecem, por meio de indícios, as relações intrínsecas entre tráfico, *smuggling*, exploração sexual, trabalho sexual e prostituição? Como desconstruir mitos criados pelo uso e abuso da mídia e outros canais midiáticos sobre essa temática? Como pensar o combate a essa questão, tendo em vista a supervalorização de medidas repressivas higienistas que recaem sobre a criminalização dos sujeitos, em situação de vulnerabilidade, no âmbito local e global? Que medidas alternativas que tenham como centralidade o ser social podem ser priorizadas?

Em primeiro lugar, temos a sensação de que o excesso de formalismos teórico-metodológicos sobre a temática é tão denso que faz crer que o menos

importante é o sujeito que está vivendo a ação, isto é, perde-se de vista o essencial do objeto de análise que é a densidade humana, no contexto das suas diferentes formas de se relacionar com a sociedade.

O ser social, segundo Lukács (1979), é composto por dois polos: o indivíduo e a sociedade, existindo uma indissolúvel relação de interdependência e de reciprocidade. Na relação entre o indivíduo e a sociedade, são expressas duas categorias fundamentais na compreensão da ética: a alienação e a objetivação. O inter-relacionamento da alienação com a objetivação é desencadeado somente a partir do trabalho.

Por um lado, esclarece a presença do novo (produtos sociais inexistentes na natureza) e o resultado do empenho humano no domínio sobre as determinações objetivas do real; e, por outro, traduz a forma de expressão da individualidade humana sobre a objetividade social.

Por isso, o trabalho é concebido como esfera ontológica originária da capacidade humana de exprimir-se sobre a objetividade. Nessa perspectiva, é preciso analisar o tráfico de mulheres no contexto da reação delas, na esfera de sua participação no trabalho e a consciência que elas têm do seu papel histórico na construção de uma sociedade emancipada. Assim, pensar processos emancipatórios sem considerar a luta da participação política dessas mulheres nos contextos da defesa de sua cidadania significa construir uma descontinuidade histórica da capacidade que têm esses sujeitos de transformar sua própria realidade.

Dessa forma, o ponto de partida são as necessidades individuais, que devem ser traduzidas em ações coletivas, mobilizadas na base da organização deste segmento, rompendo com uma visão romântica de que é suficiente estes sujeitos reconhecerem os seus direitos, com base em escolhas individuais, que estar assegurada sua cidadania.

Atravessar as fronteiras do capitalismo, tendo a salvo sua liberdade individual e uma crença em um projeto social cheio de oportunidades, para aquele indivíduo bem-sucedido, que conseguiu subir na vida pelos seus próprios esforços, na sociedade capitalista, não pode ser um modelo que está na razão direta da capacidade ou incapacidade do sujeito. A razão do seu sucesso ou insucesso no sistema capitalista está muito além da capacidade individual de cada um resistir às mazelas do capitalismo. Podemos até considerar que, em algumas situações dentro do nosso objeto de estudo, existam certas relações que ainda não foram mercantilizadas, porém essa não é a lógica do capitalismo, pois o que ele toca vira ouro.

A noção de ser social traz a dimensão política (ação coletiva) ao atribuir ao sujeito seu papel histórico e transformador de uma dada realidade, quando ele passa a tomar consciência em si e para si das reais determinações do seu *status quo* na sociedade, tendo como centralidade o trabalho. Aqui a mediação de defesa dos direitos vai além dos interesses individuais, buscam-se processos de lutas que articulem as necessidades individuais às agendas macros sociais e políticas.

Apostar em projetos societários que elevem a autodeterminação das mulheres e dos LGBTs que circulam entre Brasil e Portugal, para enfrentar as mazelas do capitalismo e os preconceitos contra esses sujeitos sociais, certamente é a nossa utopia.

Referências

- BARCELLOS, José Carlos. *Homoerotismo e abjeção em “O lugar sem limites”, de José Donoso*. Lit. linguíst. [online], 2007, n. 18, p. 135-144.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas II*. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Brasília: SNJ, 2011.
- BRASIL. *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011. Conceito internacional de tráfico de pessoas e sua aplicação no contexto brasileiro*. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça, 2011.
- BRASIL. *Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasil: MJ, 2000.
- BRASIL. *Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)*. Lei n.º 11.340/06.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. Relatório: *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Relatório: *Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que representam ao Brasil via aeroporto de Guarulhos*. Ministério da Justiça, 2006 (Parte 2).
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação – 2005, 2006*.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Ministério da Justiça. *Relatório Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.
- BRASIL. Tráfico de Pessoas: da convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: Cartilha Ministério da Justiça: *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, Brasília, 2007.
- BRASIL. *Constituição 1988 – 25ª edição atualizada em 2005*. Brasília: Câmara dos Deputados. 2005.
- BRIZ, Mamen; GARAIZABAL, Cristina (orgs.). *La prostitución a debate: Por los derechos de las prostitutas*. Madrid: Ediciones TAIASA, 2007
- CADERNOS PAGU – *Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu*. Universidade Estadual de Campinas. 1ª Ed., 1993, p. 24.
- COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA. OEA. *Orientación Sexual, Identidad de Género y Expresión de Género*. Rio de Janeiro, 2013.
- CASTILHO, Ela Wiecko. Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, Brasília, 2007, p. 10-15.
- DECLARAÇÃO DE CAICAIS sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal/Irregular, Portugal, 2006.
- DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, Relatório Final nº 02 de 2002. Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, nº 226/2011. *Tráfico de Seres Humanos*. Brasília: Senado Federal, 2012.

GRANER, Bárbara; STEFANI, Andréa; LIONÇO, Tatiana. *Movimento GLBT e transexualidade nas políticas públicas de saúde no Brasil: idiosincrasias e sincronismos*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/G/Graner-Stefanie-Lionco_16. Pdf. Acesso em abril 2019.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; DUARTE, Maria Madalena; TERESI, Verônica Maria. *Coneção Ibérica*. Violes/SER/UnB. NEIJ/CEAM/UnB. Brasília, abril 2011.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas no Brasil. In: *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual*. Brasília: Violes, 2007.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil*. Brasília: PESTRAF/CECRIA, 2002.

LINO, Maria José. *Gênero no contexto das políticas de imigração em Portugal*. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Gulbenkian/MariaJoseLino_metropolis2006.pdf. Acesso em:

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do Ser Social – Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACDOWELL, Pedro. *Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade* (manuscrito e ainda não publicado). Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2007.

MINISTÉRIO DE ASSUNTOS SUPERIORES E COORPECAÇÃO (UE). *Convênio do Conselho da Europa sobre a luta contra Tráfico de Seres Humanos*. Varsóvia, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional*. Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional. [S.l.: s. n.], Nova Iorque, 2000. 26 p.

PEIXOTO, João et alii. *O Tráfico de Migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

PISCITELLI, Adriana e VASCONCELOS, Márcia. Dossiê: Gênero no tráfico de Pessoas. *Cadernos Pagu* (31), julho-dezembro de 2008, p. 23.

PORTUGAL, *PLANO NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS de PORTUGAL*. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena; BAGANHA, Maria Ioannis. *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Cidade do Porto – Portugal: Clássica - Artes Gráficas, 2008.

RODRIGUES, Rôney. Seres Humanos à Venda. *Revista Caros Amigos*. São Paulo: Bangraf, 2012, p. 10.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho; MIRANDA, Adriana Andrade; GORENSTEIN, Fabiana. *Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

SERVICO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. *Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações (REM)*. 2006.

SILVA FILHO, Willy. *Representação na mídia tabloideizante: os dois lados-macronarrativas possíveis do tráfico de brasileiras para a prostituição em Portugal e a sua representação na mídia tabloideizante*. Centro de Investigação Media e Jornalismo de Lisboa-UC, PT, 2007.

TERESI, Verônica Maria. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

EDUCAÇÃO

As crianças sem-terra e o direito a uma educação libertadora

Diana Daros é membro do Coletivo Político Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro e do Setor de Educação do MST.

Luana Pommé é mestranda em Educação na USP na área de Educação, Estado e Sociedade e integra o Setor de Educação do MST.

Diana Daros
Luana Pommé

Toda infância deveria ser atravessada pelos aspectos da cultura, classe, gênero, etnia, pelos quais as crianças também são mediadas. Portanto, pesquisadores das culturas infantis não podem interpretá-las sem observar as condições sociais em que as crianças vivem. É a partir dessa perspectiva sobre a infância, dialética e determinada historicamente, que este artigo analisa alguns elementos da infância do campo e da participação das crianças Sem Terrinha no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

“A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação; no fundo, o nosso sonho”.

Paulo Freire

A infância é o tempo que se refere ao sujeito criança, a um tempo de nascimento, de descobertas, de constituição e de formação. Também é um tempo de criação e de construção histórico-social. Não obstante, a compreensão sociológica acerca desse estágio da vida nem sempre reservou à criança o lugar de sujeito e de sujeito histórico.

O historiador P. Ariés (1978) retrata a representação da criança em diferentes momentos históricos, por exemplo, na idade média vista como adulto pequeno, ao processo de construção histórico-social da infância na modernidade. Os estudos sociológicos passam a focar as crianças no período da industrialização, urbanização e imigração, sobretudo, uma preocupação com o trabalho infantil, a

deficiência mental e a delinquência juvenil. Estes estudos são protagonizados por médicos, psicólogos, filantropos e reformadores sociais (MONTANDÓN, 2001).

Durkheim (1975) definiu criança a partir da referência nos adultos e nas instituições que teriam como função inculcar valores e normas à forma de ser criança, atribuindo à educação das crianças a função moralizadora e disciplinadora do sujeito à ordem estabelecida.

A criança como sujeito social

Segundo Sarmento (2005), após a década de 1980, com a publicização de estudos de autores como Adler e Adler (1990); James & Prout (1990); Qvortrup (1994); James, Jenks e Prout (1998); Corsaro (1997); Bois-Raimond e Sunker (2001); Boocook e Scott (2006), é possível falar de uma Sociologia da Infância centrada na criança. No Brasil, Florestan Fernandes, em 1945, é pioneiro entre os cientistas sociais a abordar a criança por ela mesma em seu estudo sobre as “Trocinhas infantis do Bom Retiro”. Fúlvia Rosemberg (1976) chama a atenção para a perspectiva “adultocêntrica” adotada até então nos estudos sobre a criança. Ana Lúcia Goulart de Faria, Manuela Ferreira, Manuel Jacinto Sarmento, Deise Arenhardt e Sônia Kramer, entre outros, também são autores que fundamentam uma concepção de infância pautada na criança como sujeito social de características próprias e não apenas como potencial adulto, ser em devir, assim como ressaltam Abramowics e Oliveira (2010, p. 42) “pensar a criança como sujeito e ator social do seu processo de socialização e também construtores de sua infância, como atores plenos, e não apenas como objetos passivos deste processo e de qualquer outro”. Dessa forma, novas temáticas surgem de modo que se possa “entender as crianças como produtoras de culturas, a partir delas próprias” (ABROMOWICS; OLIVEIRA, 2010, p. 42).

A infância está presente em todas as sociedades independentemente da forma como as crianças são vistas pelos adultos em diferentes tempos históricos, pois ela é permanente. Essa premissa não contradiz uma segunda: a de que a infância é também atravessada pelos aspectos da cultura, da classe, do gênero e da etnia, pelos quais as crianças também são mediadas (SARMENTO, 2005).

Nesse sentido, a interpretação das culturas infantis “não pode ser realizada no vazio social, necessita de se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem” (SARMENTO, 2005, p. 27). A partir dessa perspectiva sobre a infância, dialética e determinada historicamente, que apresentaremos alguns elementos da infância do campo e da participação das crianças Sem Terrinha no MST.

Infância do campo

A concepção de infância do campo vem sendo construída pelas práticas educativas e populares das comunidades deste território, alternativas forjadas no contexto dos movimentos sociais e sindicais, com o objetivo de construir a Educação do Campo a partir da realidade e das necessidades concretas das comunidades camponesas. Situada em contextos complexos atravessados pelas relações sociais que a constitui, a infância do campo vive a desigualdade no acesso a moradia, saúde, renda familiar, educação, lazer, bens culturais, o que confere às crianças um tipo de experiência determinada, ao mesmo tempo em que elas têm uma intensa vivência na relação com a natureza, com a terra, com o trabalho, com os alimentos e com o coletivo familiar e social do qual faz parte. Desta forma,

“*Situada em contextos complexos atravessados pelas relações sociais que a constitui, a infância do campo vive a desigualdade no acesso a moradia, saúde, renda familiar, educação, lazer, bens culturais, o que confere às crianças um tipo de experiência determinada, ao mesmo tempo em que têm uma intensa vivência na relação com a natureza, com a terra, com o trabalho, com os alimentos e com o coletivo familiar e social do qual faz parte.*”



Foto: Inês Ulihôa

Sem terrinhas participam de manifestação na esplanada dos Ministérios.

contraditoriamente, elas estão incluídas e excluídas, uma vez que são parte de grupos socioculturais submetidos a processos distintos de acesso a bens materiais e imateriais e aplicados em lógicas de diferenciação atravessadas por relações de poder (SILVA; RAMOS, 2012, p. 418).

Condições estas atravessadas e determinadas pela concentração de terra e renda e pelo modelo de produção adotado, que tem em sua base a desigualdade social. Quando há famílias sem-terra, sem-teto, significa também que há crianças que são mediadas pela ausência da garantia de seus direitos protetivos e pela ausência do Estado.

Assim, quando as crianças e os jovens sem-terra lutam pelo direito à escola e pelos direitos da infância do campo, estão inseridas na construção de uma contraposição ao modelo de produção que privilegia o agronegócio, o monocultivo, a exploração dos bens da natureza, um território sem “vida e gente”, que serve apenas à obtenção de lucro, em detrimento da existência de sujeitos historicamente vinculados à terra e à vida no campo. Nesse sentido, a “construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizada no momento atual na disputa contra-hegemônica” (MOLINA; SÁ, 2012, p. 326).

O Brasil tem uma legislação avançada em relação aos direitos das crianças, fruto de lutas e da construção histórica de uma visão humanizada em relação à infância. No entanto, não é suficiente serem juridicamente consideradas como sujeitos de direitos. Na prática, os direitos das crianças pobres não são garantidos, e isso inclui especialmente as crianças do campo. Os Sem Terrinha do MST sabem quais são seus direitos e pautam com autoridade temas que dizem respeito às suas comunidades. No Manifesto das Crianças Sem Terrinha¹ que foi apresentado ao Ministério da Educação (MEC), em 2018, elas afirmam porque lutam:

“Por terra, por escola, saúde, educação, desses meus direitos eu não abro mão! Os sem terrinhas do MST sabem quais são seus direitos e pautam temas que dizem respeito às suas comunidades.”

¹ O Manifesto das Crianças Sem Terrinha foi elaborado por elas em função do I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, realizado em Brasília, de 23 a 26 de julho de 2018.

Lutamos por nossos direitos, que não são cumpridos: nossas estradas são ruins e esburacadas; o transporte escolar quase sempre quebra e entra muita poeira; muitas escolas estão sendo fechadas e outras são longe de nossas casas; falta material e temos poucos livros pra ler. As escolas do campo precisam ter melhores condições. (MANIFESTO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA, 2018).

Ainda que não efetivados, os direitos garantidos constitucionalmente servem de “instrumento de luta em favor das crianças como sujeito de direito, que tem se materializado no campo sob várias perspectivas” (SILVA; RAMOS, 2012, p. 420). A participação da criança na luta, a participação política em sua comunidade, em processos de organização coletiva e a vivência nas práticas familiares na manutenção da vida fortalecem a consciência da criança de seus direitos: “à vida, ao trabalho, à escola, à participação política do direito de viver plena e dignamente o tempo da infância” (SILVA; RAMOS, 2012, p. 420). Talvez por isso, as crianças do campo, como as Sem Terrinha fazem declarações como essa:

Ser Sem Terrinha é muito legal! Brincamos na Ciranda Infantil, tomamos banho de rio, soltamos pipa, pulamos corda, brincamos de esconde-esconde, pega-pega, jogamos bola, donas da rua e até bolinhas de gude. Gostamos da natureza, de olhar para o céu, brincar com as nuvens, sentir o vento. Gostamos de aprender como uma semente germina na terra, como que a plantinha cresce, como a terra pode ser linda e nos dar alimentos gostosos (MANIFESTO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA, 2018).

“*A cultura infantil é constituída a partir da sua vida concreta, em sua realidade social, na vivência de luta e construção de processos de transformação que visam a dignidade humana*”

As relações com o brincar e com a natureza estabelecidas pelas crianças referem-se a um jeito de ser criança no campo, de uma cultura infantil que lhes é conferida historicamente pelas relações que são atravessadas pelo local e tempo em que vivem. Por isso, destacamos como fundamental a inserção e participação da criança no Movimento Sem Terra como produtora de uma identidade coletiva, de luta e participação social como Sem Terrinha, forjados junto à luta coletiva pela terra, escola e dignidade.

No MST a infância foi forjada juntamente com a luta pela terra, uma luta coletiva por direitos coletivos de moradia, de sustento, de identidade. As crianças que participam da luta dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, (...) possuem vivências particulares, forjadas nas condições concretas da vida, no cotidiano da luta, no imaginário coletivo e na cultura de seu grupo social. [...] No MST as crianças vão sendo compreendidas como protagonistas e construtoras, junto com os adultos. Elas produzem uma representação diferente através de sua intervenção na história da luta pela terra e do MST. E, por essa razão, participam de toda vida construída neste ambiente que expressa luta, sonhos, projetos, resistências e conquistas (RAMOS, 2016, p. 37).

A cultura infantil é constituída a partir da sua vida concreta, em sua realidade social, na vivência de luta e construção de processos de transformação que visam a dignidade humana e na inserção em processos coletivos que estão vinculados à sua família e sua comunidade. A infância no campo é projetada não apenas como espaço e tempo de direitos, mas também de formação de um sujeito social. No caso, as crianças do MST, as crianças Sem Terrinha são sujeitos coletivos, suas manifestações constituem-se culturalmente, na participação em

diferentes atividades de lutas, bem como nas diferentes formas organizativas dos acampamentos e assentamentos do MST no Brasil.

A luta pelo direito das crianças Sem Terrinha e, principalmente, o direito de se manifestar na sociedade como seres humanos contra a criminalização, preconceito com as crianças dos assentamentos e acampamentos, falta de estrutura e uma série de violências vividas por elas, reafirma o imaginário coletivo na cultura infantil forjada pelo seu grupo social. Portanto, a singularidade das crianças Sem Terra está no seu processo formativo e educativo (RAMOS, 2016, p. 89).

Este lugar que a criança Sem Terrinha ocupa a considera como sujeito e parte também de um sujeito coletivo, de um grupo social, considera a participação das crianças na vida de suas comunidades, sendo compreendidas como construtoras junto com os adultos da vida real, lhes proporciona um lugar político, educativo e cultural construído por meio da coletividade, da vida e dos valores humanos construídos por mulheres, homens, idosos e crianças, que, ao longo destes 35 anos do MST, ressignificam a importância de ser criança Sem Terrinha, tornando estes sujeitos construtores de sua história, e da história da luta pela terra.

O direito a uma educação libertadora

É nesse contexto que importa a garantia do direito a uma educação libertadora para as crianças Sem Terrinha e ao seu direito de participação na construção de uma educação que almeja a emancipação e que leva em conta o cuidado com todos os aspectos — e dimensões — da vida do sujeito. A educação libertadora deve iniciar na infância com a estimulação da criação pela imaginação e fantasia, além da reprodução, que utilizamos como memória e preservação do que a humanidade já construiu. Com isso, a criança está inventando, criando algo novo, assim como mais tarde fará como cientista, artista, operário, camponês, trabalhadores de forma geral. A atividade criadora, conforme nos aponta Vigotski, é uma construção humana, a qual ela projetou:

Chamamos de atividade criadora do homem aquela em que se cria algo de novo. Pouco importa se o que se cria seja algum objeto do mundo externo ou uma construção da mente ou de sentimento, conhecida apenas pela pessoa em que essa construção habita e se manifesta (VIGOTSKI, 2018, p. 13).

Ou seja, é próprio do ser humano ser criador; não é algo destinado aos gênios. Se retiramos essa estimulação para reproduzir e criar na infância, a criança perderá sua formação humana, integral. Ainda segundo Vigostki, “a imaginação, base de toda a atividade criadora, manifesta-se, sem dúvida, em todos os campos da vida cultural, tornando igualmente possível a criação artística, científica e técnica” (VIGOTSKI, 2018, p. 13).

Para o MST, a infância e a criança Sem Terrinha possuem características coletivas que contribuem para o processo de sua formação e que se manifesta pela luta a uma educação que considere:



**“Sem Terrinha em Movimento:
brincar, sorrir e lutar, por
Reforma Agrária Popular!”**

O direito a brincar – proporcionando à criança o espaço para que ela se expresse, para que ela crie, brinque, corra, represente, leia, pense e também elabore a realidade em que vive. Como aspecto fundamental, o brincar também é uma atividade coletiva, que possibilita estabelecer relações com as demais crianças, ou seja, a criança ao brincar está fazendo duas coisas: reproduzindo e criando. Para Vigostki, “se for esse o nosso entendimento, então, notaremos facilmente que os processos de criação manifestam-se (...) se expressam melhor em suas brincadeiras. Assim como na brincadeira o ímpeto da criança para criar é a imaginação em atividade” (2018, p. 18). Tanto a experiência quanto a imaginação se apoiam uma na outra. É, além disso, a questão emocional importante para a relação entre imaginação e realidade. O direito de brincar implica o direito de viver experiências ricas para o desenvolvimento da imaginação, como desenvolvimento humano. A consequência disso é o direito da criança a vivenciar experiências mais amplas e mais ricas de vida, seja na família, na comunidade, no movimento, na escola.

O direito a constituir-se parte de um grupo social: de construir sua identidade – a criança Sem Terrinha encontra na terra o ofício de seus pais e a riqueza do dia a dia, do chão que pisa e que brinca, que constrói castelos, túneis, pontes e mundos paralelos que representam o seu mundo, e sua realidade concreta, substrato de suas criações, imaginação e forma de agir na realidade. Constituem-se também como parte de um coletivo. A participação da criança no grupo social, desde a sua família, na escola, no grupo de brincadeiras em seu local de moradia, amplia a experiência de vida das crianças, “caso queira-se criar bases suficientemente sólidas para a sua atividade e criação” (VIGOTSKI, 2018, p. 25).

O direito às artes – o primeiro Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, realizado de 23 a 26 julho de 2018, com 1.200 crianças e 300 educadores de 22 estados, foi uma expressão de como a organização de cada acampamento e assentamento, articulada à organicidade do MST, pode possibilitar uma experiência única, expressão daquilo que todas as crianças deveriam ter acesso nas mais diferentes

“*A educação é uma bandeira protagonizada pela infância e pela juventude Sem Terra, na busca por uma escola que seja lócus de socialização do conhecimento acumulado pela humanidade e de reflexão crítica, uma escola que as reconheça como sujeitos e que não os criminalize por sua condição de camponeses, de Sem Terra, de filhos e filhas de trabalhadores organizados.*”

realidades. Essa experiência fica mais bem explicada nos depoimentos dos próprios Sem Terrinha sobre as oficinas culturais realizadas durante o encontro. Suas falas são expressão do lugar que a infância deve ocupar na nossa história:

Aprendemos muitas coisas: teatro, aprendemos a mexer com sementes, aprendemos a jogar xadrez e aprendemos sobre histórias indígenas. Aprendemos a pintar.

Eu aprendi a contar histórias engraçadas. Aprendemos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Adorei também as oficinas de argila, de pintura, e a yoga.

Eu aprendi brincadeiras, arte, truques de mágica, fazer tranças de linha, massagem corporal e paródias e como fazer tranças de palha.

Aprendi a jogar capoeira e a pintar e muito mais. Aprendi a andar de bicicleta, a jogar xadrez. Eu aprendi a fazer artesanato e mandalas nas oficinas. Eu aprendi a fazer penteados africanos.

Aprendemos várias coisas como usar o rádio, como fazer para enviar áudio nos rádios, a cantar, a desenhar, a plantar, eu aprendi os pontos turísticos de Brasília...

Depoimentos das Crianças que participaram do Encontro Nacional Sem - Terrinha

As artes têm papel fundamental na formação libertadora da criança de forma geral, pois despertam nelas os sentimentos vivenciados socialmente. É direito da criança vivenciar as experiências emocionais em contato com a literatura, o teatro, o cinema, as artes plásticas, a música. Outra forma de expandir a experiência da criança na relação entre a fantasia e a realidade é a de interagir com invenções, algo novo.

O direito a lutar por escolas – a educação é uma bandeira protagonizada pela infância

e pela juventude Sem Terra, na busca por uma escola que seja lócus de socialização do conhecimento acumulado pela humanidade e de reflexão crítica, uma escola que as reconheça como sujeitos e que não os criminalize por sua condição de camponeses, de Sem Terra, de filhos e filhas de trabalhadores organizados. O direito à escola deve estar vinculado à garantia de infraestrutura, à escola no local onde moram, ao respeito à identidade Sem Terra e sua organicidade enquanto parte de um coletivo.

O cultivo da solidariedade – os valores cultivados em uma formação libertadora também passam pela solidariedade e esta só é construída através do reconhecimento do outro, nas diferenças e naquilo que um tem de igual ao outro (sem eliminar a diferença): a empatia se constrói pelo outro através da identificação. Uma criança do campo, por exemplo, deve conhecer a realidade das crianças da periferia da cidade, suas dificuldades, suas formas de expressão, e suas similaridades desde a sua condição de classe, por que não? E se solidarizar, se identificar naquilo que as une. Uma criança brasileira tem o direito a se identificar com uma criança em luta na Palestina, na Síria, no Haiti, por exemplo, naquilo que as une e na construção de um sentimento comum. A solidariedade e a indignação frente às desigualdades e injustiças são valores característicos de uma formação humanizadora.

O direito de se organizar - participar – a criança Sem Terrinha aprende no seu dia a dia, junto à sua família, que as suas condições de vida digna são garantidas por meio da luta e isso é condição objetiva de sua existência. A participação lhe confere um lugar digno e respeitoso com o sujeito criança no seu processo histórico. Não só de compreender, mas como lhe serem possibilitados espaços de expressão, reflexão e participação na comunidade onde vive, no caso, as formas organizativas dos acampamentos e assentamentos.

“*Uma criança do campo deve conhecer a realidade das crianças da periferia da cidade, suas dificuldades, suas formas de expressão, e suas similaridades desde a sua condição de classe, por que não? E se solidarizar, se identificar naquilo que as une. Uma criança brasileira tem o direito a se identificar com uma criança em luta na Palestina, na Síria, no Haiti, naquilo que as une e na construção de um sentimento comum. A solidariedade e a indignação frente às desigualdades e injustiças são valores característicos de uma formação humanizadora.*”

Quando o MST se organiza para que as crianças participem e organizem-se coletivamente, junto aos seus pares nos diferentes espaços de encontros, proporciona também que a criança se reconheça no outro, conheça sua história, cultural e material, história que se torna coletiva, elaborada, refletida enquanto sujeito.

Nesse processo, as crianças têm a possibilidade de se inserir e vivenciar um lugar de respeito, de afirmação de sua identidade e da sua condição de sujeito histórico. Vivenciam, assim, o direito a construir história, de maneira mais integral e autônoma, justamente porque compreendem o espaço e tempo em que vivem, e muitas vezes brincando, elaboram e buscam formas criativas de resistência a uma realidade desumanizadora.

A práxis de seu cotidiano junto aos seus familiares reflete uma cultura de participação, seja nos mutirões para a construção do parque infantil no assentamento, na construção do barracão da escola que o Estado não garantiu, na construção coletiva do barraco de uma família que chegou ao acampamento, na socialização dos alimentos e na alimentação coletiva... Na marcha que lhes garante a conquista do assentamento e a construção das casas para as famílias, da escola, do posto de saúde, do transporte escolar...

Com nossos pais e com o Movimento, lutamos por escola; moradia digna; cooperativas; acesso à luz, água boa e encanada; postos de saúde também com tratamento natural; transporte escolar. Nós queremos tudo isso para que todo mundo tenha uma vida digna

Lutamos por terra, escola, saúde e educação, desses direitos não abrimos mão! (MANIFESTO SEM TERRINHA, 2018).

Uma educação libertadora precisa ajudar a construir novos homens e novas mulheres, precisa romper com os valores centrados no lucro e no individualismo. No centro do processo deve estar a pessoa humana e a sua liberdade, a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos e a capacidade permanente de sonhar e de partilhar o sonho e as ações de realizá-los. Isso é direito das crianças.

Quando as crianças sem-terra, juntamente com seus pais e educadores, realizam suas manifestações estão, por meio destas, mostrando à sociedade e reivindicando ao poder público um direito que lhes está sendo negado. Aprenderam que direitos se conquista, logo se organizam e os reivindicam, e, assim, levam junto, em suas manifestações, não só a realidade dos assentamentos e de suas escolas, mas também a realidade do campo e de muitas outras crianças da cidade que estão sendo cada vez mais afetadas pela negação do direito e do respeito à escola como espaço de direito e de construção de conhecimento.

A participação das crianças está intrinsecamente relacionada a uma intencionalidade educativa que perpassa a compreensão de desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões humanas. Ao impedir as crianças de expressarem a sua perspectiva sobre o mundo, desconsidera-se seu contexto histórico. Quando forças conservadoras se organizam para calar as crianças é porque a organização e o protagonismo delas estão incomodando alguma ordem.

As crianças têm o direito ao respeito, à sua identidade, ao acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade e, também, a serem produtoras de conhecimento. Como bem sintetiza Cauã, que ao ser perguntado sobre o seu futuro, responde prontamente: “*Quando eu crescer, eu quero ser doutor e plantar feijão de corda*”. Não há inspiração melhor para projetarmos a infância do campo hoje.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: Uma área em construção. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>.
- ÀRIES, Philippe. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1978.
- DURKHEIM, Émilie. *Sociologia, Educação e Moral*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- FERREIRA, Manuela; SARMENTO, Manuel Jacinto. Subjetividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 60-91, nov. 2008.
- FARIA, Ana Lúcia. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, Especial – Out. CEDES, 2005.
- FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MOLINA, Mônica, C.; SÁ, Laís Mourão. *Escola do Campo*. In: *Dicionário da Educação do Campo*. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 326 – 333.
- MONTANDON C. Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation Université de Genève Tradução: Neide Luzia de Rezend. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Nossa marcha, nossa casa, nossa vida*. Maceió: Edufal, 2011.
- MST. *Manifesto das Crianças Sem Terrinha – Primeiro Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha – Brasília*, 2018.
- MST. *Diário do Sem Terrinha - Depoimentos, Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha*. Brasília, 2018.
- RAMOS, Márcia Mara. *Educação, trabalho e infância: Contradições, limites e possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*. Dissertação Mestrado. Unicamp, Campinas, 2016.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação pra quem? *Ciência e Cultura*, v. 28, n. 12, 1976, apud FARIA, A. L. G. de. *Anais do congresso luso-afro-brasileiro em Braga*, 2009.
- SARMENTO, Manuel. Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.
- SILVA, A, FELIPE; S. RAMOS, M. Infância do Campo. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 419-426.
- VIGOTSKI, Lev S. *Imaginação e criação na infância*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.



Foto: André Gomes, SECOM/UnB

UNIVERSIDADE

Mia Couto, um *honoris causa* em favor da cultura

Edvaldo A. Bergamo é professor do Departamento de Teoria Literária e Licenciaturas do Instituto de Letras da UnB

Discurso proferido na 19ª Semana Universitária da Universidade de Brasília, em 27 de outubro de 2019, em homenagem ao escritor moçambicano Mia Couto, que recebeu o título de doutor honoris causa pela UnB.

Edvaldo A. Bergamo

É com grata satisfação que recebemos na Universidade de Brasília o nosso homenageado, António Emílio Leite Couto, Mia Couto para os seus numerosos leitores: um escritor moçambicano, Prêmio Camões de 2013, um cidadão da república mundial das letras, um artífice da palavra, que transforma em arte literária as contraditórias dimensões da condição humana, a partir de seu referencial africano primordial. Em se tratando de um aclamado escritor oriundo especificamente da África austral, cuja fortuna crítica de uma obra ainda em plena elaboração só faz aumentar, no Brasil e em outros países, estamos a falar, outrossim, de um continente ou de parte desse continente caracterizados por uma complexidade, diversidade e heterogeneidade que trazem grandes desafios, como nos lembra o escritor malinês Amadou Hampâté Bâ (2013, p. 12):

Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há *uma* África, não há *um* homem africano, não há *uma* tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para aldeia.



De origem familiar lusitana totalmente identificada com o lócus afro-moçambicano, Mia Couto nasceu em 1955 na cidade da Beira, capital da província de Sofala, região-centro de Moçambique, um país que se localiza, em vista do continente negro, na rota cultural do oceano Índico e suas itinerâncias, tendo assim de se considerar as múltiplas interações discerníveis entre a África e o Oriente, as quais podem ser identificadas desde antes da chegada do europeu ao terreno, mas aprofundadas no contexto histórico expansionista da colonização moderna, a partir do século XV, que colocou em trânsito, em diáspora, em movimento compulsório, povos, línguas, saberes, crenças, valores etc. Moçambique é a grande varanda do Índico, deixemos passar o clichê, um país de composição étnica, linguística e cultural variadíssima, com uma história extremamente intrincada que passa por influências indianas, árabe-muçulmanas, euro-americanas e, como é óbvio, por organizações africanas propriamente ditas, uma vez que ali também se constituíram grandes impérios de diferentes povos autóctones espoliados e espoliadores, que resistiram ao invasor, que comercializaram com o estrangeiro, que foram escravizados pelo odioso capitalista primitivo, que padeceram com a imposição da penitência judaico-cristã do pecado e da culpa e que expulsaram finalmente o colono racista, explorador e violador, agente inflexível do flagelo da segregação racial e social. Moçambique, ilha e nação. Camonianamente Ilha de Moçambique nos périplos do navegador Vasco da Gama. Ilha de Moçambique de um inconfidente mineiro exilado/desterrado, Tomás Antonio Gonzaga, na poesia de Cecília Meireles. A Ilha de Próspero e de Caliban dos poetas nacionalistas. A nação, de José Craveirinha: “a levantar no cosmos a beleza do nome / não renegável de Moçambique”.

Mia Couto é um autor pertencente à geração de 1980 da literatura moçambicana. Foi militante anticolonial em atividade jornalística pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), por exemplo, na revista semanal *Tempo*. Sua formação é tributária dos movimentos nacionalistas africanos da segunda metade do século XX na renhida luta política e bélica pela liberação dos territórios ocupados pelos colonialistas europeus. Trata-se de uma conjuntura histórica caracterizada pela violência estruturante, marca d’água do mundo colonial — conforme postula o grande ideólogo da soberania africana, Frantz Fanon —, que

“ Suas narrativas míticas e alegóricas, realistas em sentido ontológico profundo e seus textos de intervenção bem demonstram seu comprometimento político-ideológico em prol da emancipação humana ”

se estendeu inclusive numa longa guerra civil. Por conseguinte, nosso homenageado, em sua obra literária, em sua atividade intelectual, em sua militância ambiental, apresenta-se como um pensador crítico e mordaz da vida moçambicana e africana, especialmente as formas de inscrição do poder. Suas narrativas mágicas e alegóricas, realistas em sentido ontológico profundo, e seus textos de intervenção bem demonstram seu comprometimento político-ideológico em prol da emancipação humana vislumbrada notadamente no trabalho artístico-literário, sem mistificações ou afropessimismos. Exemplo em concreto nesse sentido é, igualmente, a criação e direção da Fundação Fernando Leite Couto, em Maputo, espaço cultural que leva o nome de seu pai: jornalista, poeta, editor e tradutor. Um local de cultura que tantos serviços tem prestado à valorização da arte em Moçambique, especialmente no apoio a jovens talentos promissores.

Romancista, contista, cronista, poeta, dramaturgo, biólogo. Até em razão de sua atividade profissional ligada às ciências da natureza, às demandas ecológicas, nosso homenageado conhece bem o que poderíamos chamar de um Moçambique adentro, o *hinterland* moçambicano, que vem à tona em suas obras: a jovem nação das províncias mais distantes, das aldeias mais isoladas, dos antigos ré-gulos tiranos, dos costumes tradicionais em mutação, das dificuldades materiais persistentes, da (in)submissão de mulheres maltratadas, das crianças e dos velhos abandonados, dos homens barbarizados, da ordem patriarcal renitente, da miséria, da pobreza, do descaso, da solidão, de um lado. Mas também, de outro, da imensa riqueza impossível de mensurar relativamente aos enormes recursos naturais do país, aos intraváveis contatos linguísticos, hibridismos diversos, aculturações, transculturações comuns, inerentes ao mundo africano e moçambicano. Um arquivo cultural de que a literatura de Mía Couto vale-se com grande propriedade e versatilidade artísticas: a paciência e a resiliência artesanais no trato caprichoso da linguagem sob erupção, numa narrativa poética repleta de neologismos, ditados e provérbios, ressignificados com criatividade e ousadia. Um epos ancestral africano entrecruzado com a experiência histórica da colonização e com os impasses da África contemporânea: a influência econômica, política e social da África do Sul do *apartheid* e do *pós-apartheid*, o significativo alcance da tradição islâmica ao norte, a exuberância da cultura da savana, o magnetismo do mar com uma imensa costa azul, com destaque para Maputo capital. Em face de tão fascinante mundo africano e moçambicano, movimentando-se entre a permanência e a transformação, nosso homenageado já afirmou:

[...] o escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque só assim ele viaja entre identidades. E é isso que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há um escritor que não partilhe dessa condição: uma criatura de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade (COUTO, 2007, p. 59).

Um autor igualmente muito atento a determinada tradição literária em língua portuguesa, só para ficar numa contingência cultural e comunitária mais próxima: o contato direto com a fonte experimental inesgotável do brasileiro Guimarães Rosa, sertão-savana em profunda conexão, a consideração à inventividade abundante do angolano Luandino Vieira, “línguas em português” na bela formulação de José Saramago, a atenção aos humilhados e ofendidos da história, reconhecida no apreço à obra do brasileiro Jorge Amado, “companheiro Jorge Amado”, segundo o poema de Noémia de Sousa. Memórias de leitura e de um Moçambique, província ultramarina à época, onde esses cultivadores de

outras paragens da língua portuguesa chegavam muitas vezes em condições clandestinas e subversivas, dada a situação de perseguição política sofrida no tempo do fascismo salazarista, com os torturadores, os secretas, os agentes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) sempre à espreita. Disse nosso autor, em específico sobre a recepção de Jorge Amado naquela altura:

Nós vivíamos sob um regime de ditadura colonial. As obras de Jorge Amado eram objeto de interdição. Livrarias foram fechadas e editoras foram perseguidas por divulgarem essas obras. O encontro com o nosso irmão brasileiro surgia, pois, com o épico sabor da afronta e da clandestinidade. A circunstância de partilharmos os mesmos subterrâneos da liberdade também contribuiu para a mística da escrita e do escritor (COUTO, 2011, p. 65).

Deve-se ressaltar que as narrativas de Mia Couto estão assentadas nas basilares matrizes da cultura oral africana: nas formas de efabulação (os mitos e os ritos), no registro ancestral (a fala, o gesto, a memória), de origem essencialmente rural, em interação fecunda com a cultura letrada, de índole mais urbana. Romances e contos em que figuram as vicissitudes da moçambicanidade entre a história e as estórias, entre o fato e a ficção, entre a verdade e a imaginação, entre o racional e o mágico, entre o sonho e a fantasia, entre o prosaico e o insólito, uma vez que dão a ver nas passagens irônicas, nas situações inusitadas, nos desfechos inesperados, no encanto do instante e do cotidiano e na engenhosidade da prosa poética o manancial cultural africano subsaariano do qual a oralidade é fonte primeva, sendo que a escrita literária se beneficia de tal fonte para amplificar sentidos, sentimentos e sensações; que reavivam o passado no romance de extração histórica em proveito de uma história nacional descolonizada, como reminiscência dos antepassados, dos tempos idos (“um passado ainda por nascer”), ao narrar muitas vezes o não contado ou apenas o contado pela ótica do colonizador; que problematizam o presente em romances e contos nos quais a força motriz da ancestralidade é circunstância mobilizadora de identidades apagadas ou silenciadas no tempo colonial, que se inserem num tempo-hoje labiríntico, em razão de serem narrativas que tensionam tradição e modernidade, singularidade e universalidade, numa obra caracterizada por uma particularidade estilística inconfundível, vale sublinhar. De acordo com o nosso homenageado:

É preciso estar livre para mergulhar no lado da não escrita, é preciso capturar a lógica da oralidade, é preciso escapar da racionalidade dos códigos da escrita enquanto sistema de pensamento. Esse é o desafio de desequilibrista – ter um pé em cada um dos mundos: o da escrita e o da oralidade. Não se trata de visitar o mundo da oralidade. Trata-se de deixar-se invadir e dissolver pelo universo das falas, das lendas, dos provérbios (COUTO, 2011, p. 108).

Literatura moçambicana e africana hoje correlacionada à impressionante capacidade de trabalho do nosso homenageado dá o que pensar, em sua dimensão atual e futurante. Trata-se de uma obra que é espelho e reflexo de uma sociedade moderna formada sob o signo da diversidade, das primeiras e de subsequentes muitas outras histórias e estórias, num continente marcado a ferro pela violência do tráfico negreiro num passado mais distante e pela violência intrínseca da ordem colonial imposta num passado não tão distante, que enfrenta no tempo agora contemporâneo outros e novos desafios, em estreita correlação com a conjuntura mundial e continental, quais sejam, o fundamentalismo religioso, o extremismo

político, a xenofobia, o neoimperialismo cibernético, a neocolonização em chave interpretativa decolonial, enfim, as muitas e arrojadas estratégias de dominação do capitalismo global no sistema-mundo das redes sociais, as novíssimas formas ou nem tanto de mercancia total do humano. A “instrumentalização generalizada da existência humana”, conforme o filósofo camaronês Achille Mbembe, na caracterização do conceito de necropolítica, num esforço de “crítica da razão negra”, na era da “pós-colônia”.

A literatura de Mia Couto contribui, portanto, para revelar a humanidade africana, o gênero humano moçambicano representado literariamente, ao mundo de hoje e vindouro, o da comunicação instantânea e o da incomunicabilidade atemorizante. É um autor de imaginação extraordinária, cuja obra comprova e confirma ao leitor atento as qualidades e as adversidades das sociedades africanas na nova ordem mundial, “viajando” constantemente ao passado distante ou recente, “trafegando” num presente em transe, para evidenciar desventuras, infortúnios, bem como enlevos e júbilos do modo de ser e de estar africano/moçambicano num típico arranjo social e histórico assinalado desde sempre pela desigualdade e injustiça tanto quanto por uma força vital notável e descomunal.

A arte e a literatura são o exercício provocante do sonho impossível, são cartografia de devaneios possíveis. O sonho ainda é livre! A grande arte ainda é livre! A literatura de Mia Couto é livre. É uma luz ardente contra as trevas das sinuosas formas de autoritarismos e obscurantismos de ontem e de hoje. Suas histórias, abalizadas em reconhecido chão histórico, conforme o próprio homenageado,

“ A arte e a literatura são o exercício provocante do sonho impossível, são cartografia de devaneios possíveis. O sonho ainda é livre! A grande arte ainda é livre!”

[...] falam desse território onde nos vamos refazendo e vamos molhando de esperança o rosto da chuva, água abensonhada. Desse território onde todo homem é igual, assim: fingindo que está, sonhando que vai, inventando que volta (COUTO, 2012, p. 5).

A obra literária de Mia Couto, “o bebedor de horizontes”, é, em suma, inquirição do passado, indagação do presente e projeção de futuro, numa movimentação histórica, social e cultural que vai do reino da necessidade ao reino da liberdade, como exercício de imaginação ficcional que entrevê, alumbra possibilidades de humanização autêntica numa África para todos, num Moçambique de todos. O “tradutor de chuvas” Mia Couto é já doutor *honoris causa* em “princípio esperança”, em sonhos acordados, pois “os factos só são verdadeiros depois de serem inventados.”

Referências

HAMPATÉ-BA, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. Tradução: Xina Smith de Vasconcelos. São Paulo: Casa das Áfricas; Palas Athena, 2003.

COUTO, Mia. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COUTO, Mia. *Pensatempos*. Maputo: Ndjira, 2007.

Mia Couto:

se estou aqui é porque estamos juntos na luta da democracia e da liberdade

O Brasil é uma pátria que inventei para mim. Os que escreviam e cantavam a nação brasileira tatuaram para sempre a minha alma. Aos poucos, os meus sonhos foram ganhando um sotaque brasileiro.

Se estou aqui hoje nesta cerimónia, é porque me chego a poesia e a prosa brasileiras. Chegaram Guimarães Rosa, Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Machado de Assis, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto. E tantos outros e outras.

Se estou aqui foi porque vieram do Brasil as vozes de Dorival Caymmi, Elis Regina, Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Maria Bethânia e tantas, tantas outras.

Todos esses escritores e cantores não serviram apenas de inspiração artística. Eles foram exemplo de uma dignidade que não se calou quando a democracia e a liberdade foram derrubadas. Não houve ditadura nem exílio que silenciasse o pensamento e a palavra desses brasileiros.

Esta cidade foi sonhada por Oscar Niemeyer, essa figura genial que tanto prestigiou o nome do Brasil no mundo inteiro. Imagino que não exista governante brasileiro que não se sinta privilegiado em ter como casa de trabalho uma obra como o Palácio do Planalto. Oscar Niemeyer disse ter desenhado as colunas do Palácio para que “elas traduzissem a leveza de uma pena pousando sobre o chão”.

Este poderia ser um recado para que os governantes brasileiros sejam movidos por essa mesma vontade de beleza e de leveza. E que se inspirem nessa grande figura humana que foi Niemeyer, que, sendo ateu, construiu as mais belas igrejas do Brasil. E se inspirem nesse escultor de sensualidade que trouxe para o concreto a linha curva das ondas, dos rios e dos corpos.

Faz todo sentido estarmos aqui numa instituição universitária celebrando a poesia e a literatura. Na verdade, a arte é um modo de entender e expressar o mundo. A arte

e a ciência nascem do pensamento crítico e celebram a diversidade humana. Há quem olhe as ciências humanas e a cultura com suspeita. Há quem pense que as artes e as humanidades são assuntos dispensáveis. Há quem pense que os escritores e os cientistas são funcionários do Poder e podem ser nomeados e demitidos conforme as conveniências do momento. Engana-se quem assim pensa. Brasília, Oscar Niemeyer e todo o Brasil são a prova desse erro tão grosseiro.

O Brasil é rico porque tem várias raças. O Brasil não é rico por causa do racismo. O Brasil é rico por causa da diversidade religiosa. O Brasil não é rico porque, em nome de uma única religião, se perseguem as religiões de origem africana. O Brasil é rico por causa da sua cordialidade. Mas o Brasil não é rico por causa da violência que essa mesma cordialidade nunca conseguiu ocultar.

A grande riqueza de uma nação são as pessoas, com sua criatividade, com a eterna festa da sua imaginação. Essa riqueza tem sido traduzida pelo pensamento dos cientistas e pela inspiração dos fazedores de arte. A grandeza do Brasil não caberá nunca num discurso arrogante, preconceituoso e pobre, num discurso que se esgota na fabricação do medo e do ódio.

No Brasil e no mundo inteiro, cabe-nos a obrigação de defender a herança de liberdade que nos foi legada por quem nos precedeu. Esperamos que os escritores e as universidades possam contribuir, sem medo e sem censura, para uma sociedade mais humana e mais justa.

Confesso, caros amigos, que hesitei quando recebi este convite. Não foram nunca nem prêmios nem títulos que me moveram. Vossas Excelências sabem disso e entendem estas minhas palavras como a expressão da mais profunda gratidão. E sabem que, sem deslustrar o brilho desta cerimónia, a minha presença serve sobretudo para dizer que estamos juntos na luta da democracia e da liberdade.

SEGUNDA LEITURA

Segunda Leitura é a sessão que reedita artigos já publicados em edições anteriores da revista *Humanidades*.

O artigo “*Sobre a ação ética*”, de Rogério Madeira, foi publicado na edição nº 53, de junho de 2007, no Dossiê *A vida como amor mundi: Hannah Arendt, entre a filosofia e a política*.

A ação, na medida em que é livre, não se encontra sob a direção do intelecto, nem debaixo dos ditames da vontade — embora necessite de ambos para a execução de um objetivo qualquer.

Hannah Arendt. Entre o passado e futuro. p. 198.



Foto: Reprodução

Sobre a ação ética

Ação é o conceito fundamental da teoria política de Hannah Arendt. Para ela, política é ação. Desse modo, a política não poderia estar submetida às questões que nascem a partir da subjetividade. E que política é essa voltada somente para a práxis? Pode o político prescindir das questões que nascem da interioridade?

Rogério Madeira é doutor em Direito, Estado e Constituição pela UnB e pesquisador sobre a história do constitucionalismo brasileiro.

Rogério Madeira

Discutir a noção de *praxis* é fundamental para se compreender o que denominamos de ética arendtiana. Esta tem como pressuposto o cuidado com o mundo, com o espaço das relações entre os homens, com o lugar que possibilita a vida e a singularidade humana.

Ao se afirmar a perspectiva ética do conceito de ação arendtiano pretende-se também mostrar que essa *praxis* não se reduz ao seu caráter estético, pois tal indicação comumente leva à consideração de que o agir em Hannah Arendt seria destituído de conteúdo. De forma diversa, entende-se que a ação arendtiana, mais do que a estética, é ética e encontra nos modelos da ética aristotélica e heroica alguns de seus fundamentos.

O mundo é o interesse da ética arendtiana. Dessa forma, o elemento externo ao homem é a sua preocupação¹. Arendt não procura na subjetividade a fonte de sua ética². Ela privilegia a política e no centro das questões políticas está o cuidado com o mundo, não com o homem em sua individualidade. Isso poderia se configurar como um distanciamento ético. Contudo, a crítica de Arendt é contra a consagração do sujeito moderno e

¹ Para uma discussão fenomenológica sobre o conceito de mundo em Arendt, conferir TASSIN, Étienne, *Le trésor perdu – Hannah Arendt: L'Intelligence de l'action politique*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1999, especialmente o capítulo VI, "Le Monde".

² Sobre o conteúdo ético de Arendt baseado não somente a partir do conceito de mundo, mas tendo como perspectiva as questões da interioridade que nascem da "vida do espírito", conferir o artigo de ASSY, Bethânia, "Fases privadas em espaços públicos: por uma ética da responsabilidade", escrito como introdução à edição brasileira de ARENDT, Hannah, *Responsabilidade e julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

seu processo de alienação do mundo, a ponto de transformá-lo em mais um objeto passível de destruição. Mais do que o homem, o conteúdo de sua ética é a preocupação com os homens em sua pluralidade. Assim, a autora afirma a dimensão pública e não privada dessa relação³.

Para Arendt, “o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas”⁴. Quando ela se refere a “coisas”, não alude somente a objetos tangíveis, tais como casas, mesas ou cadeiras, isto é, produtos resultantes da atividade da fabricação (*poiesis*), feitas pelo homem (*homo faber*), para o mundo em que vive. Existem resultados de atividades humanas intangíveis, que não podem ser apreendidas por meio da reificação de um modelo previamente dado. Trata-se das “coisas” produzidas pela atividade prática (*praxis*) e consiste em atos e falas produzidos pelo homem. Tais produtos somente podem ser apreendidos por meio de uma narrativa que os encerre em uma história ou por meio da imitação (*mimeses*) desses mesmos atos e falas⁵.

“ A crítica de Arendt é contra a consagração do sujeito moderno e seu processo de alienação do mundo, a ponto de transformá-lo em mais um objeto passível de destruição. Mais do que o homem, o conteúdo de sua ética é a preocupação com os homens em sua pluralidade.”

Condição humana

Assim, o mundo é o espaço onde o homem, por meio de determinadas atividades, *poiesis* e *praxis*, condiciona a sua própria existência. Constitui o lugar onde estão os objetos que possibilitam o seu viver: “Tudo o que expon-taneamente adentra o mundo humano, ou por ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana”⁶. Como o mundo é condição de existência humana, requer que se tenha cuidado com ele.

Para Arendt, mundo não significa, portanto, o espaço limitado para o movimento e a condição da vida orgânica:

Antes tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interpostos entre os que nele habitam em comum, [...]; pois, como todo intermediário, o mundo, ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens⁷.

O mundo é esse espaço entre (*between space*), que relaciona coisas e homens (*objective in-between space*) e homens e homens (*subjective in-between space*)⁸. É o lugar que vincula as diferenças e, por isso mesmo, também se constitui como um *locus* necessário para realçar e marcar essas mesmas diferenças, evitando que se constitua uma identidade geral destruidora da diversidade própria à política. O mundo é o próprio espaço material entre os homens, onde se localiza o universo das relações humanas e se realizam os eventos políticos⁹. É o terreno das atividades humanas, no qual as coisas se tornam públicas e, portanto, é pressuposto da política. Como afirma Arendt:

[...] O mundo ao qual viemos não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que estabeleceu através da organização, como no caso do corpo político (ARENDR, 2003, p. 31)¹⁰.

Esse cuidado com o mundo, com o espaço entre homens, é o cuidado com a própria possibilidade da singularidade humana. No caso da esfera política, o seu cuidado é o que garante a grandiosidade humana, seu lugar de liberdade, criatividade e distinção.

A atividade que possibilita a dignidade do mundo é a ação (*praxis*). A faculdade de agir significa responder pelo mundo, o qual deve ser um lugar com uma “face decente”, tanto para os que nele estão como para os recém-chegados, os *neoi*¹¹.

Arendt nos apresenta uma perspectiva ética que não tem um modelo definido. Trata-se de um cuidado com os homens que não se baseia em nenhuma ideia de bem previamente definida, mas que é criado em concerto, por meio da ação. Uma ética ativa, em que o próprio movimento constitui-se na referência de como se agir novamente. Como essa ação é realizada pelos homens, eles se estabelecem como o modelo para a ação. Tem-se, assim, uma ética feita por

³ COURTINE-DENAMY, Sylvie. *O cuidado com o mundo: Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p.93.

⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, p.17.

⁵ Idem, *Ibidem*, p.199.

⁶ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Editora Ática/Editora UnB, 1988, p. 68.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 62.

⁸ ASSY, Bethânia. Op. Cit., p. 32.

⁹ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Editora Ática/Editora UnB, 1988, p. 68.

¹⁰ Idem. *A condição humana*, p. 31, grifos nossos.

¹¹ COURTINE-DENAMY, Sylvie. Op. cit. p. 98.

homens e para os homens, distante de qualquer revelação ou do imperativo universal criado por um só indivíduo.

Inspiração aristotélica

A *praxis* é o que revela o conteúdo ético de Arendt. Pelo fato de possibilitar, por meio de sua atividade, uma forma de alçar grandiosidade ou mesmo imortalidade aos homens — elementos que existem somente se puderem ser visíveis a outros homens — nenhuma ação poderia ter como finalidade destruir esses agentes, os espectadores-atores de todas as ações. Cuidar da *praxis* é preservar a possibilidade de os homens se constituírem como seres singulares.

Arendt inspira-se em Aristóteles para afirmar a dignidade desse tipo de ação¹². A *praxis* é toda atividade que se realiza em si mesma. Desse modo, não tem uma motivação fora dela mesma; não produz nada, nem termina ou se realiza em uma obra que lhe seja exterior, pois não se dirige a qualquer tipo de reificação — é pura performance e energia (*energeia*), que vai se exaurindo à medida em que está sendo executada. Para Arendt, a *praxis* corresponde à fala (*lexis*) e à plural interação dos homens¹³. Assim, a *praxis* não se apoia em nenhuma técnica. Concerne aos negócios humanos ou à vida dos agentes sob o ponto de vista do *bios politikos*, a maneira de se exercer a singularidade humana no seio de uma comunidade¹⁴.

Oposta à *praxis*, encontra-se a *poiesis*, uma atividade como a *praxis*, porém instrumental, determinada pela categoria de meios e fins. Ela representa a atividade da fabricação, do *homo faber*, do fazer instrumentos utilitários e duráveis para facilitar a vida dos homens. A finalidade do objeto produzido é dupla: a atividade de fazê-lo se exaure ao fim do processo, mas ao ser terminado, esse objeto se torna um novo meio para a produção de outro produto. A atividade do *homo faber*, *poiesis*, apresenta-se, então, como um processo, no sentido de que instaura um ciclo de meios e fins interminável, que não possibilita o surgimento de qualquer novidade¹⁵.

Ao contrário de uma atividade que se realiza em um processo cíclico que impede qualquer inovação, Arendt propõe a criatividade da *praxis* em sua relação de constante ruptura com as estruturas dadas do mundo. A relação da *praxis* é a que se dá entre homens e mundo — de homens no mundo —, diferentemente da perspectiva solitária do

¹² TAMINIAUX, Jacques. *The Thracian maid and the professional thinker – Arendt and Heidegger*. Albany: State University of New York Press, 1977. Destaca como Arendt foi influenciada pela leitura de Heidegger do conceito de *praxis* em Aristóteles. Ver especialmente a Introdução, “The history of an irony”, e o capítulo 1, “The phenomenologists of action and plurality”.

¹³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 34.

¹⁴ TASSIN, Étienne. Op.cit., p. 292.

¹⁵ MOREAULT, Francis. Hannah Arendt, l' amour de la liberté. Essai de pensée politique. Laval: Les Press de L' Université Laval, 2002, p. 40.

“ Arendt retira qualquer privilégio do homem entendido em sua pura individualidade. Um só homem não é criativo a ponto de mudar o mundo. Ele pode até se constituir como *arché*, o princípio e primeiro impulso para o agir, mas a ação em si somente pode se dar mediante uma realização levada a cabo por muitos homens, que aderem ao empreendimento.”

trabalho do artesão, ou mesmo do artista que se isola para fazer sua obra. Assim, os homens — e não o homem — são o fundamento da *praxis*. Arendt retira qualquer privilégio do homem entendido em sua pura individualidade. Um só homem não é criativo a ponto de mudar o mundo. Ele pode até se constituir como *arché*, o princípio e primeiro impulso para o agir, mas a ação em si somente pode se dar mediante uma realização levada a cabo por muitos homens, que aderem ao empreendimento¹⁶.

Conceito de ação

É inegável a influência da concepção aristotélica de *praxis* na construção do conceito de ação de Arendt¹⁷. Porém, mesmo reconhecendo tal influência, Arendt não fica restrita à ideia aristotélica de *praxis*. O seu conceito vai além e traz uma gama muito maior de possibilidades, pois baseia-se na potencialidade ilimitada de agir, algo muito distante da noção teleológica de *praxis* aristotélica baseada na ideia de se atingir um fim: o Bem.

De Aristóteles Arendt retira que toda ação tem como fundamento a *praxis* e que essa prática não pode ser considerada esvaziada de conteúdo. Entretanto, poder-se-ia perguntar como uma ação que encontra seu fundamento em si mesma, que não tem qualquer tipo de finalidade, pode ser ética? Aqui, o que se chama ética tem como fundamento o cuidado com a pluralidade humana constitutiva do mundo, e esse cuidado é feito por meio de uma realização (*praxis*), que se renova à medida que está sendo executada. É esse o ponto de contribuição da ética aristotélica para Arendt, pois para o estagirista, a ética é entendida como a prática de

¹⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 202.

¹⁷ HABERMAS, Jürgen. O conceito de poder de Hannah Arendt. In FREITAG, Barbara e ROUANET, Sérgio (orgs e trads). *Habermas*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 15. Editora Ática, 1993, p.110.

hábitos virtuosos: “Aos hábitos dignos de louvor chamamos virtudes”¹⁸. A virtude ou *aretê* é a busca pela excelência, que se faz pela ação. No contexto arendtiano, essa prática é o próprio “horizonte da experiência”, em que se dão os problemas éticos centrais¹⁹.

Essa ação que não se dá por nenhum tipo de causalidade, por nada que se constitua como sua causa necessária, determinando direcionamento, tem início específico. A ação surge de algo que lhe é externo: os modelos ou princípios gerados em um espaço público específico, que se tornam a referência do que é virtuoso. Arendt, então, estabelece que a ação tem como referência a virtude ou a excelência, a *aretê*, dos gregos (ARENDR, 2002, p. 33)²⁰. A *praxis* arendtiana encontraria nos modelos da ética heroica, fundamentada na perspectiva de um ato virtuoso, uma de suas formas inspiradoras.

Elementos heroicos da *praxis*

A excelência é um dos elementos da ética arendtiana. Nesse sentido, *ethos* expressa a prática (*praxis*) de hábitos virtuosos em meio a uma pluralidade. Ética é, portanto, o conjunto de práticas virtuosas que são executadas como forma de se realizar o Bem em determinada comunidade. Contudo, essa ideia de Bem não se refere a um padrão ou valor fixo, mas é construída à medida que responde às mudanças geradas na esfera política. Há, portanto, uma via de mão dupla em que *ethos* expressa uma prática influenciada por princípios já existentes, mas à medida que os executa, também os modifica, renovando-os.

Desse modo, quando se fala da ética arendtiana, pode-se destacar que ela é influenciada pela maneira como a antiguidade concebia agir eticamente. Trata-se, portanto, de uma ética guiada por valores coletivos, por um compromisso com a comunidade que a constrói. A sua referência são as virtudes e os princípios que expressam a psicologia e os valores de um espaço público específico, os quais são formados ao longo do tempo e ganham existência concreta a partir do momento em que se manifestam em cada ato localizado. Uma ética guiada por uma luminosidade antiga, que vê na prática constante o seu referencial de realização, cuja perspectiva distancia-se de uma noção de ética pautada em valores predeterminados, encontrados fora do domínio mundano.

Diferentemente de toda análise que busca entender o conceito de *praxis* arendtiano, exclusivamente por seu caráter estético, portanto, destituído de todo e qualquer con-

teúdo que não seja a sua própria aparição²¹, o entendimento de ética que ressaltamos fundamenta-se, também, na noção arendtiana de princípios.

Já que a ação é entendida como um fenômeno autônomo, os princípios não devem ser compreendidos, neste contexto, como leis prescritivas ou imperativas. Como destaca Arendt, funcionam como fontes inspiradoras semelhantes à ideia de Espírito, que, para Montesquieu, deveriam guiar a feita das leis²². São valores gerais de determinada comunidade, que se tornam a referência do modo mais prestigioso de se agir. Esses princípios modelam uma diversidade de práticas, as quais, quando tomadas conjuntamente, formam aquilo que Aristóteles denominou como ética ou prática das virtudes²³.

Quando afirma que a ação brota de princípios, Arendt exemplifica que “tais princípios são a honra ou a glória, o amor à igualdade, que Montesquieu chamou de virtude, ou a distinção, ou ainda a excelência — o grego *aéi aristeúein* (“ambicionar sempre fazer o melhor que puder e ser o melhor de todos”), mas também o medo, a desconfiança ou o ódio”²⁴. Apesar de fazer referência a esses três últimos, o que se destaca na relação de Arendt são as virtudes mais ligadas a uma ética de caráter heroico grego: honra, glória, distinção e excelência.

Ademais, como bem ressalta Kateb, a relação de princípios consternadores, como medo, desconfiança e ódio, contribui para a perspectiva trágica do conceito de política de Arendt, à medida em que esses princípios enriquecem e completam o drama da política: “Eles contribuem para a queda da autêntica política”²⁵, pois toda queda representa também a possibilidade de soerguimento, a possibilidade de novos começos.

A virtude heroica

A ética arendtiana reflete o espírito heroico antigo. Para Arendt, o modelo é aquele que se apoia na épica homérica e seus heróis, como Ulisses²⁶ ou Aquiles²⁷, homens que agem tendo como referência o mundo externo e não seus conflitos e valores pessoais.

¹⁸ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Borhheim. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979, 1103a 10.

¹⁹ CURTIUS, Kimberley F. Aesthetic foundations of democratic politics in the work of Hannah Arendt. In CALHOUN, Craig and MCGOWAN, JOHN. *Hannah Arendt and meaning of politics*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1997, p. 33.

²⁰ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p.33.

²¹ Neste sentido, cf. KATEB, George. “The Judgment of Arendt”. In *Revue Internationale de Philosophie*, 2/1999, n° 208, jun. de 1999, p.133-154; VILLA, Dana R. *Arendt and Heidegger: he fate of political*. Princeton University Press, 1999, especialmente o capítulo 3, “Arendt, Nietzsche and the ‘aestheticization’ of political action”. Sobre essa discussão, cf. DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: Política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 218-233.

²² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 199.

²³ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, p. 1103a 10.

²⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 199.

²⁵ KATEB, George. “Political action: Its nature and advantages”. In VILLA, Dana (Ed.). *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge University Press, 2000, p. 138-9.

²⁶ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p.74.

²⁷ Idem. *A condição humana*, p. 206.

Arendt destaca, constantemente, a permanência e influência dos valores homéricos nas origens do fenômeno político. Em seu esforço para compreender com que condições fundamentais da existência humana a política se relacionava, encontra nas práticas e virtudes existentes na épica homérica uma de suas fontes essenciais: “Essa estreita união do político com o homérico é de grande importância para a compreensão de nosso conceito de liberdade política tal como aparece em sua origem na polis grega”²⁸. Para a pensadora, alguns dos elementos fundamentais para a compreensão da política podem ser encontrados na ética heroica contida no homérico: “E isso pela simples razão de que nunca, seja antes ou depois, os homens tiveram em tão alta consideração a atividade política e atribuíram tamanha dignidade a seu âmbito”²⁹.

A inspiração, para Arendt, é a perspectiva heroica grega da virtuosidade da ação. Essa virtuosidade está primeiramente relacionada à realização, no sentido de que a excelência de uma ação se dá com o próprio desempenho, e não com o resultado final da atividade. Arendt nos lembra que os gregos, para expressarem metaforicamente a política, utilizavam-se de atividades cuja excelência e virtuosismo somente poderiam ser auferidos enquanto estavam sendo desempenhadas, como tocar flauta, dançar, pilotar e navegar³⁰. Inspirada em Aristóteles³¹, afirma a autora: “Como todo agir contém um elemento de virtude, e o virtuosismo é a excelência que atribuímos à prática das artes, a política tem sido com frequência definida como uma arte”³².

É importante salientar que os princípios éticos, quando relacionados com algo externo, que se torna uma fonte de inspiração para os atos, perderiam completamente sua importância e significação para o corpo político se não fossem de algum modo perseguidos de forma prática. Eles necessitam ser constantemente “reavivados” por meio da ação, em uma espécie de mimeses criativa, pois “são o resultado de algum treinamento ou ensinamento”³³.

Desse modo, o caráter do agente da ação é formado por algo que lhe é externo e se faz por meio das práticas já consagradas antes de sua vinda ao mundo. Como o caráter não é algo que seja natural ou intrínseco à pessoa, Aristóteles afirma que ele se forma por meio da “imitação”: “As diferenças de caráter nascem de atividades semelhantes”

a atos que sejam bons ou maus³⁴. Os atos é que determinam o caráter do agente³⁵, e não o contrário; ou, dito de outra forma, são os princípios éticos como referência de atos virtuosos que moldam a ação.

Determinadas *praxis* tornam-se virtudes ao refletirem princípios dignos de louvor, por isso, auferem glória a quem tentar imitá-las. Mister, então, que se possa expor publicamente a imitação das virtudes, para que se possa ser reconhecido como um homem singular e, talvez, alcançar a glória maior: ser a personificação de algumas dessas virtudes, ao constituir um exemplo do modo como Aquiles representa a coragem³⁶, Jesus Cristo ou São Francisco, a bondade³⁷, e Odisseu, a perspicácia. Ao encarnar uma das virtudes, o homem torna-se o exemplo e, a partir de então, ele mesmo passa a se constituir como um princípio (ético) — ser um novo. Assim, Arendt ressalta que “a única oportunidade de que um princípio ético seja simultaneamente verificado e validado” é por meio do exemplo³⁸. Ele ensina e persuade por meio da inspiração, “de tal modo que, sempre que procuramos realizar um ato de coragem ou bondade, é como se imitássemos alguma outra pessoa — a *imitativo Christi*, ou qualquer que seja o caso”³⁹.

Diferentemente da verdade filosófica, originada de um transcendente, o caráter de modelo da virtude não vem de algo que esteja fora do mundo dos homens, mas a partir dele, por meio de exemplos. A sua capacidade de permanência depende das práticas imitativas que lhe fazem referência e louvor. Desse modo, o modelo ético tem sua fonte no homem voltado para a vida mundana, sendo constantemente alimentado pela única atividade especificamente humana: a ação.

Segundo Arendt, “a manifestação de princípios somente se dá pela ação, e eles se manifestam no mundo enquanto dura a ação e não mais”⁴⁰. Cria-se, assim, um “mundo” no contexto arendtiano do termo, em que as referências, os princípios e os valores são criados a partir dos homens e tendo como referência eles próprios em sua pluralidade, e não por meio de formas transcendentais ou padrões criados

²⁸ Idem. *O que é política?* (Edição Ursula Ludz). Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.54.

²⁹ Idem. *Entre o passado e o futuro*, p. 201.

³⁰ Idem. *Ibidem*, p.200.

³¹ Diz Aristóteles em relação às virtudes: “Adquirimo-las pelo exercício como também sucede com as artes. Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tornam-se arquitetos construindo, e tocadores de lira tangendo este instrumento”. (*Ética a Nicômaco*), 1103b.

³² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 200.

³³ Idem. *Responsabilidade e julgamento*. (Edição Jerome Kohn). Trad. Rosaura Ecichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.139.

³⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, 1103b 23-5.

³⁵ Idem. *Ibidem*, 1103b 33.

³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, p. 206, e *Entre o passado e o futuro*, p.307.

³⁷ Arendt, ao trazer os exemplos de Cristo ou de Francisco de Assis, pretende mostrar apenas que toda virtude tem como referência um exemplo. Contudo, a virtude cristã de bondade não é política, pois não pode aparecer nem para o mundo e muito menos para quem a pratica, “pois é claro que no instante em que uma boa obra se torna pública e conhecida perde o seu caráter específico de bondade, de não ter sido feita por outro motivo além do amor à bondade”. Continua Arendt: “A bondade só pode existir quando não é percebida, nem mesmo por aquele que a faz; quem quer que se veja a si mesmo no ato de fazer uma boa obra deixa de ser bom; será, no máximo, um membro útil da sociedade ou zeloso membro da Igreja”. (2002, p. 85).

³⁸ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 306-7

³⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 307.

⁴⁰ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p. 199.

individualmente. Por essa razão, Arendt não inclui nenhum princípio moral em sua lista⁴¹.

No lugar de princípios transcendentais, Arendt destaca uma perspectiva ética que se faz por meio de práticas humanas reveladoras de coragem⁴², liberdade⁴³, perspicácia⁴⁴ e amizade⁴⁵. Todas de inspiração heroica e que somente podem ser concretizadas por meio de uma ação no mundo.

Neste ponto, Arendt se afasta de Aristóteles, pois no lugar do privilégio à contemplação como virtude principal, ela realça as virtudes pré-filosóficas que baseavam a vida política. Ao contrário da virtude recôndita da razão, que possui sua atividade na privacidade da mente do filósofo, Arendt elege as excelências que podem ser motivo de admiração pública, porque aparecem ao mundo e, por conseguinte, são as que oferecem maior segurança, pois estão à vista e ao escrutínio de todos, à maneira das atividades artísticas.

A ação como *praxis*, inspirada em princípios, demonstra a perspectiva ética de Hannah Arendt. Tais princípios têm como referência o mundo. Movem-se, portanto, a partir de práticas mundanas que se estabeleceram como formas de virtudes. A subjetividade constitutiva dos padrões morais, por ser expressão do oculto, do que não aparece à vista de outros, não poderia se constituir como referência para a ação política.

Desse modo, mais do que a afirmação do sentido da política em razão de seu caráter puramente estético, calcado somente em sua aparição, Arendt realça a ação que conduz a si própria como uma espécie de “imitação criativa” de seu próprio fundamento: os homens. Ação como expressão de homens que “imitam” outros homens por meio do exemplo, em que cada “imitação” constitui também uma criação quando revelada como algo novo ao fim do processo. Essa “imitação” se realiza como inspiração de atos admiráveis que expressam a sempre renovada possibilidade de grandeza humana: a coragem, a liberdade, a honradez, a perspicácia, a amizade e o amor ao mundo, que (referente é o amor ou todos os atos?) torna possível todos esses princípios. Em sua maioria, todos eles foram elevados à categoria de virtudes conhecidas desde a antiguidade, mas que ainda servem como forma de orientação para as ações políticas em um mundo que está sempre correndo o risco de entrar em “tempos sombrios”.

“ “ A subjetividade constitutiva dos padrões morais, por ser expressão do oculto, do que não aparece à vista de outros, não poderia se constituir como referência para a ação política.”

⁴¹ KATEB, George. Op. cit., p. 139.

⁴² De acordo com Arendt, a coragem é “a virtude política por excelência”. Cf. *A condição humana*, p. 45-6, e *Entre o passado e o futuro*, p. 203.

⁴³ Em *Entre o passado e o futuro*, p. 203, Arendt chega mesmo a falar que “a liberdade é a *raison d’être* da política”.

⁴⁴ Sobre este ponto ver especialmente os ensaios de Arendt sobre a relação entre verdade e política contidos em *Entre o passado e o futuro*, p. 297 e seguintes, e *Crises da República* (Trad. José Volkman, Editora Perspectiva, 1999, p. 15 e seguintes).

⁴⁵ Em seu texto “Filosofia e política”, de 1954, in *A dignidade da política – Ensaio e Conferências* (Trad. Helena Martins, Frida Coelho, Antônio Abranches, César Almeida, Cláudia Drucker e Fernando Rodrigues, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 98), Arendt realça a relação entre amizade e política.

BrasÍLHA

A cidade é plana. Plana para se pensar em diários planos. Plano Piloto que pilota minhas constantes idas e vindas, que se dão em meio às esperanças, caos, contradições internas que BrasILHA proporciona. Sou brasiliense, resiliente por fora do quadrado completamente fora dos Eixos, Ls e Ws, siglas que não me dizem o respeito, Lago(s) que mata(m), Água(s) Claras que confunde(m).

BrasILHA, cidade em que as pessoas não sabem onde fica coisa alguma; talvez isso aconteça porque a ILHA esteja sendo movimentada por estrangeiros, que vivem resistentes em suas bordas distantes da metrópole monumento. Estrangeiros vindos de Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Varjão, Planaltina, Sobradinhos, Santa Maria, Gama, Sol Nascente...

Para os estrangeiros entrarem na ILHA, é necessário um passaporte que custa em média 300 reais mensais, dado que as passagens de idas e vindas custam por volta de 10 reais diários. Após a retirada do passaporte, a viagem de duas conduções de uma hora e meia é liberada; a validade do “documento” é de 5h às 18h. Logo depois desse horário, todos não pertencentes à ILHA, tornam-se ilegais.

O acesso à ILHA não é pleno para os não nativos, mesmo com seus devidos passaportes em mãos, eles só podem cruzar algumas quadras, o caminho para o trabalho. O mais perto que chegam às formas modernistas da cidade é em sua rodoviária central, ponto principal de embarque e desembarque. Subindo em sua plataforma superior, consegue-se vislumbrar a bela ILHA com seus centros de governança. No piso inferior, escuta-se um coração que pulsa em diferentes sotaques, em sua maioria de nordestinos(as).

O cruzamento da Ponte JK é a chance que os estrangeiros têm de se encantar pela janela do ônibus com as formas diferenciadas da ponte, que se mistura à natureza e à opulência luxuosa das casas dos verdadeiros residentes de BrasILHA, à beira do lago Paranoá.

A frieza da metrópole se dá através de um manual de condutas, normas e comportamentos, manual este que tem como alvo principal de entrega os não nativos, que devem decorar suas leis e segui-las à risca e, assim, ao menos conseguir respirar enquanto estão na ILHA. Em uma cidade chamada BrasILHA, em que a divisão socioespacial e racial proporciona solidão perpetuada por sua política higienista, indagações constantes aparecem, principalmente esta: “Será que vale a pena viver em Brasília?”

Hellen Rodrigues Batista

Estudante de Ciências Sociais da UnB



VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

DOSSIÊ

Com racismo não há liberdade: as trincheiras de luta no Brasil atual

As narrativas são muitas, mas se consolidam em um só objetivo, qual seja o de superar formas de opressão de uma grande parcela da sociedade brasileira por esta ter o tom escuro em sua pele. A diferenciação social entre brancos e negros tende a aumentar no cenário atual, em que deixaram de ser importantes as pautas dos movimentos sociais, após um período em que cotas raciais nas universidades públicas deram visibilidade e voz aos que lutam para desconstruir o mito da democracia racial de uma forma nunca antes debatida.

Sabemos que apenas políticas de cotas não dão conta de superar a complexidade desse modelo de sociedade na qual está inserida a realidade perversa das desigualdades e da pouca importância que se dá à diversidade. No Brasil da atualidade, não é difícil observar o avanço de uma onda conservadora, que não raro causa perplexidade pela negação da política e das instituições públicas e, em consequência, pelo desprezo às políticas públicas sociais, vistas como eleitoreiras e de privilégios e não como políticas de inclusão. E também pela negação das identidades políticas e culturais que atuam publicamente por reconhecimento e no combate às desigualdades.

Mesmo após 70 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, parece que o ativismo no Brasil corre sérios riscos. Ser e se defender como negro, feminista e LGBTI impõe uma necessária luta e indispensável reflexão crítica para renovar o pensamento acerca das forças de resistência que devem estar no centro do debate no Brasil de hoje. A responsabilidade histórica com os elementos políticos necessários ao debate das questões raciais interagidas com os problemas de gênero e de classe social está no contexto das principais lutas políticas contemporâneas, que mobilizam diversas redes no campo do conhecimento. Entretanto, as condições observadas no Brasil atual, em que se negligenciam os direitos e as garantias, mostram que não basta só ocupar a política ou as cátedras, é preciso ir além, é necessário ocupar os espaços e ter compromissos e identidade para pensar um novo projeto de nação, com esforços para combater o racismo estrutural e lutar por uma justiça não racializada.

Por isso, a revista *Humanidades* reúne neste dossiê diversas vozes para a contextualização da realidade brasileira na sua prática racista e a sustentação teórica da necessidade das resistências no sentido de estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades.

Inês Ulhôa

Editora da Revista Humanidades



Ilustração: Cláudia Dias/Editora UnB

O Brasil africano invisível-visível e a geografia secular perversa

Este artigo usa as linguagens cartográfica e fotográfica para expressar aspectos fundamentais, em uma perspectiva historiográfica, das geografias “oficial” e “não oficial” existentes no Brasil. Um foco é dado no Brasil africano, excluído secularmente da Geografia implementada, como um exemplo explícito das territorialidades distintas no espaço e paralelas no tempo, isto porque existe um convívio secular não assumido, regido por uma geopolítica da invisibilidade, que funciona como estratégia básica para a manutenção do sistema dominante conservador, oligárquico e preconceituoso. A diminuição crescente dos prestígios da Geografia nas estruturas de poder, o modelo fragmentário de tratar as demandas territoriais do país, assim como a manutenção do pensamento social racista dominante no que se refere às matrizes africanas no território e no povo brasileiro constituem entraves básicos na operacionalização de políticas públicas e privadas permanentes e articuladas no Brasil. Minorar os preconceitos e os estereótipos seculares de fundo geográfico constituem desafios estruturais para o Brasil no século XXI. O texto faz referência ainda às comunidades quilombolas e aos terreiros religiosos de matriz africana, ou seja, dois exemplos geográficos de conflitos territoriais afrobrasileiros contemporâneos nesse processo de exclusão étnica, no território e junto ao setor decisório-governamental.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos é geógrafo, professor titular da UnB. É autor-gestor do Projeto GEOAFROBrasil e pesquisador do Instituto Baobás.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Na história da Geografia do Brasil, verificamos uma constatação básica de que esta área do conhecimento quase sempre esteve a serviço do Estado, ou seja, a sua evolução está marcada por uma série de ações de suporte ao Brasil Colônia, Império e República. Preconizamos que o espaço e a sociedade que vivemos atualmente (no sentido largo) são resultados evidentes do que aconteceu no passado (não muito longínquo), ou seja, convivemos de forma estrutural sem conhecer os processos que aconteceram de fato e esta estratégia geopolítica secular traz no seu bojo estar caminhando sistematicamente em um “território vulnerável”.

O país se constituiu com dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial na qual, por exemplo, o conceito de ter “terra” significa ainda poder e superioridade, negligenciando e excluindo a conceituação de “território” porque traz referências para a identidade de um povo e o seu pertencimento junto ao lugar. Nesse sentido, a precariedade da educação geográfica ensinada tem sido uma ferramenta eficaz para a manutenção da “Geografia da invisibilidade e da ignorância espacial”.

Nesta oportunidade, vamos usar como exemplo básico nesse processo de exclusão as matrizes africanas registradas no território, na população e as ações seculares para que estas referências do Brasil não existissem e nem existam, de forma a contribuir para a manutenção do sistema dominante, de seus valores, e com perspectivas oriundas da Europa. Usamos como ferramentas básicas de trabalho as imagens cartográficas e as fotografias, pelas suas eficácias para revelar e interpretar a Geografia “real” e sua dinâmica no preconceito geográfico sistemático com a “África brasileira”. No item a seguir, abordamos de forma mais focada as referências historiográficas dos contextos em que a Geografia vai se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação justificada global.



Fonte: Pedro Apian. *Cosmographicus Liber*. Landshut, 1524.

Referências básicas da Geografia de Estado (legal) e a Geografia irregular (ilegal) brasileira

No “clik” das mudanças estruturais nos séculos XV-XVI, estão as novas relações que vão se estabelecer entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente, quando os trópicos eram vistos, sobretudo pela Europa moderna, como um “mundo sem fronteira” que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente. Os distintos povos com suas matrizes no “mundo desconhecido” denominados geralmente de “índios” nesse processo de “encontros” vão ser e ainda continuam sendo inferiorizados na sua essência, nos seus valores e nas suas referências básicas. É nesse contexto que a Geografia e a Cartografia vão se desenvolver e servir ao grande projeto de domínio territorial, justificado por preconceitos. Esta estratégia respaldava os conflitos para a ampliação do poder e, também, o estímulo à política de desenvolvimento do capitalismo comercial e fortalecimento do Estado,

assim como se configuram as teorias e os conhecimentos oficiais com a função básica de subjugar e inferiorizar as culturas da Etiópia (África), das Índias (Ásia) e do Novo Mundo (América).

“O país se constituiu com dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial na qual, por exemplo, o conceito de ter “terra” significa ainda poder e superioridade, negligenciando e excluindo a conceituação de ‘território’ porque traz referências para a identidade de um povo e o seu pertencimento junto ao lugar.”



Foto: J. A. A. A.

Foto 1: Registro fotográfico da paisagem da localidade Dmongo Beringa, Região de Equateur - Antigo Reino do Congo - Século XIX

A Zona Equatorial, pejorativamente denominada de “Tórrida” (mapa 01, Pedro Apian, 1524), revela a força da tomonímia associada ao racismo geográfico que vai se consolidar ao longo dos séculos seguintes. Nessa zona, os animais, a vegetação, as frutas, assim como os seres humanos serão alvo de forte preconceito, que se mantém na contemporaneidade, como, por exemplo, a associação do ser humano de matriz africana com um macaco; as frutas estigmatizadas e sem nenhum valor como o abacaxi e a banana, dentre outras construções de valores distorcidos que revelam a “carga” preconceituosa com o “mundo tropical”.

Não eram somente as riquezas da África e do Oriente que interessavam a Europa, mas os seres humanos, que eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração nos “novos territórios descobertos”. Instaurou-se, assim, um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capitais, estruturado em um sistema

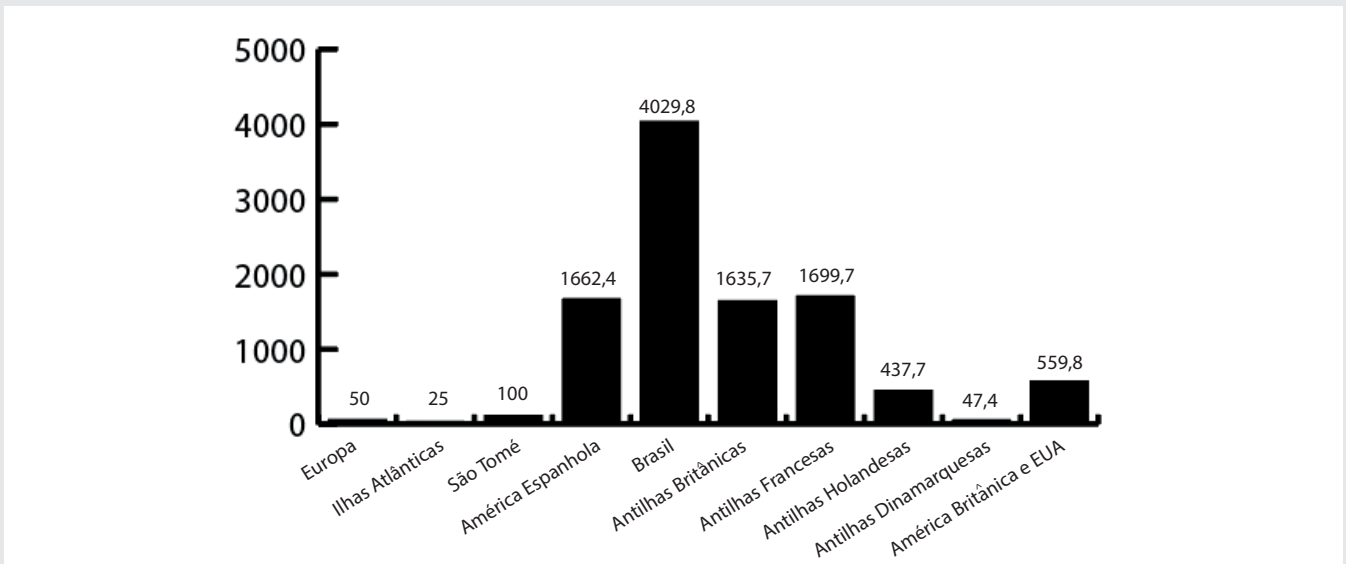
político, jurídico e econômico que vai permitir o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial, possibilitando a expansão do capitalismo. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi demarcado espacialmente e temporalmente por distintos “tratados” durante quase quatro séculos, a ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos e africanas retirados(as) de seu hábitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade.

Entendemos o movimento histórico das grandes navegações como uma consequência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu, sobretudo na Península Ibérica. É nesse contexto que a Geografia e a Cartografia vão se configurar como campos do conhecimento fundamentais e de suporte aos projetos de colonização e imperialismo. A expansão das Reais Sociedades

Geográficas patrocinadas pelos Estados políticos europeus é uma evidência deste processo geopolítico.

O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus. O grande triângulo dos fluxos econômico-comerciais do século XV ao XIX envolvendo a Europa, a África e a América tinha o oceano Atlântico como grande espaço de ligação. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contra-costa do continente africano. É neste oceano que se encontra o grande cemitério dos séculos da diáspora África-América. O mapa 2 mostra as principais referências territoriais (pontuais e regionais) de origem na África nos quatro séculos do tráfico e a Geografia da Diáspora que se configurou e estruturou nas margens do Atlântico, mesmo com as

Gráfico 1 - Estimativa do número de seres humanos oriundos do continente africano desembarcados em várias regiões do mundo



Fonte: Baseado nas tabelas e Philip Curtin. The Atlantic Slave Trade – A Census, revistas por David Eltis para o período 1781 – 1870.

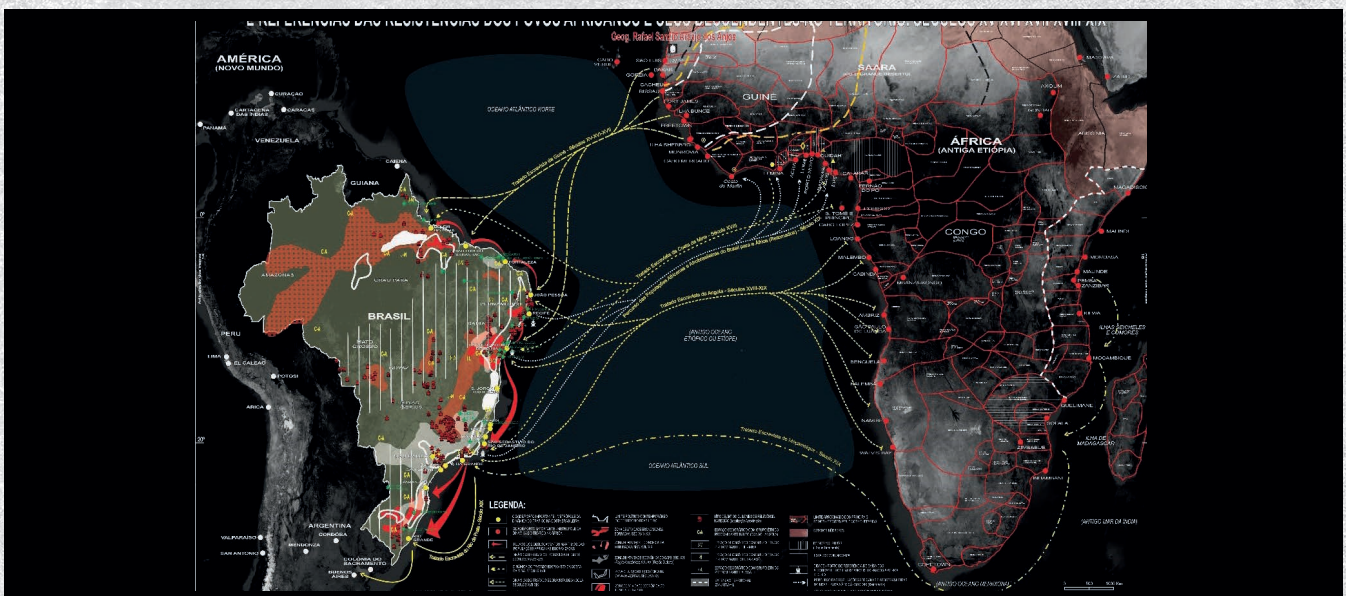
contradições e os conflitos do sistema dominante.

No fluxo Europa-África-Europa, os navios saídos dos portos escravagistas europeus levavam armas, tecidos, bebidas e outras mercadorias e dos portos africanos vinham o sal, pedras

preciosas, café, açúcar, marfim, entre outros produtos tropicais, e seres humanos. O fluxo América-África-América se caracteriza prioritariamente pelos deslocamentos dos distintos grupos étnicos com suas bagagens culturais e tecnológicas para a ocupação e for-

mação dos novos territórios coloniais. Da sua costa Oriental eram exportados o tabaco (fumo de corda), aguardente (cachaça), batata, amendoim, entre outras mercadorias. Do fluxo América-Europa-América saíam açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café,

Mapa 2: Estados políticos e chefarias, fluxo dos tratados escravistas transatlânticos da África para o Brasil colonial-imperial e referências das resistências dos povos africanos e seus descendentes no território. Séculos XV - XVI - XVII - XVIII - XIX



Fonte: ANJOS, R. S. A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014.

borracha, pedras preciosas, algodão, batata, girassol, tomate, milho, pimenta, baunilha etc., e para o Novo Mundo eram encaminhados cevada, gado, aveia e centeio.

Os grandes fluxos comerciais entre os séculos XV e XIX que envolveram a Europa, a África e a América tinham o Oceano Atlântico como grande espaço

de integração e de conflitos na dinâmica econômica. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, dos espaços produtores e explorados (colônias) e os “navios negreiros” que saíam da rede de cidades-portos europeus e da costa ocidental e contra-costa (oriental) do continente africano.

Essa dinâmica espacial entre continentes e, sobretudo, no Brasil, pela sua posição estratégica no Oceano Atlântico e na América escravocrata, estava permeada por conflitos territoriais. O quilombo, expressão africana do “tronco das línguas Bantus”, tem vários significados, entretanto, no contexto territorial colonial, era uma reconstrução

Foto 2: Aspectos da tipologia e distribuição espacial das habitações no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO.



Foto: Rafael Sanzio

Foto 3: Referências do fogão e forno de lenha no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO



Foto: Rafael Sanzio

Paisagem do sistema de guarda e vigilância no antigo quilombo do Brasil Colonial.
Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO.



Foto: Rafael Sanzlo

no espaço de um tipo de organização territorial existente na África Meridional e que vai ser reconstituído na Colônia Brasil como uma expressão geográfica concreta dos conflitos com o sistema dominante. A grande extensão dos povoados “livres”, como uma forma de organização territorial de matriz africana, que vão se desenvolver nas margens brasileiras do Oceano Atlântico, tem em comum a referência de um espaço seguro e protegido, com igualdade de condições na maioria das relações comunitárias, de liberdade de acesso à terra e de uma base possível de ter confrontos.

As fotos 2, 3 e 4 mostram exemplos de como se estruturaram um dos espaços africanos construídos no Novo Mundo, particularmente a distribuição das casas, detalhes da tecnologia das construções e a estrutura de vigilância — proteção do quilombo.

A Geografia de Estado do Brasil vai se desenvolver sobre este contexto secular de dominação, conflitos e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados. Foi o Brasil Colonial o país que mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas (gráfico 1) e o último a sair do sistema escravista, resolvido institucionalmente

com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido a pressões internacionais e em um contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos na sociedade e no território brasileiro nesses mais de 130 anos “carregando” as referências do escravismo criminoso.

Esses fatos mostram por que no Brasil mantém-se um pensamento social dominante racista até os dias atuais, ou seja, saiu do período escravocrata “sem querer”, portanto, resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras institucionais e sociais do Sistema Escravista secular. E esta resistência não resolvida de quase cinco séculos ainda se configura de forma predominante na sociedade e no território contemporâneo. Nas relações espaciais das regiões de produção colonial — imperial e na distribuição da população do Brasil atual (ANJOS, 2014), a constatação espacial mais evidente apontada é de que o “espalhamento” do nosso povo quantificado (IBGE, 2010) se processa ainda nos mesmos espaços coloniais, ou seja, os outros territórios continuam sob o controle ou a serem controlados pelos segmentos domi-

nantes e o setor decisório (o Estado) não consegue alterar esta Geografia Colonial ainda persistente.

Aqui está um dos grandes paradoxos geográficos do país: de um lado, um sistema agrário-exportador sustentado quatro séculos pelo trabalho escravocrata, formado por um seleto grupo de comandantes e de ascendência europeia, com espaços de alta produtividade de monoculturas e alta tecnologia no processo produtivo (anteriormente, de seres humanos escravizados), baseado na mecanização das ações e etapas e, na outra face da fronteira (de conflito), está um conjunto complexo de espaços urbanos articulados secularmente, ocupado pela maior parte da população do país (preta e parda, predominantemente), com infraestrutura precária (sentido largo), e principal instância espacial do processo de extermínio das populações pobres. As “ilhas de prosperidade” nestes espaços urbanos estão guardadas por muros altos e sofisticados esquemas de segurança dos condomínios fechados para atender às classes média e alta.

Esta realidade geográfica evidencia a estrutura espacial conservadora, cujas formas de configuração dos usos

do território se dão de forma conflitante nas suas fronteiras e nos grupos socioeconômicos envolvidos e com lugares bem demarcados no sistema vigente, mesmo com as contradições na fragmentação do espaço. Alguns marcos legais e ações institucionais que estruturam a evolução da Geografia de Estado no Brasil Colonial-Imperial-República são apontadas a seguir:

1. Brasil Colônia: Conhecimento Geográfico necessário para a manutenção e expansão territorial. Exemplo: contexto geopolítico de alargamento da fronteira do Tratado de Tordesilhas e as sucessivas “missões” de conhecimento do

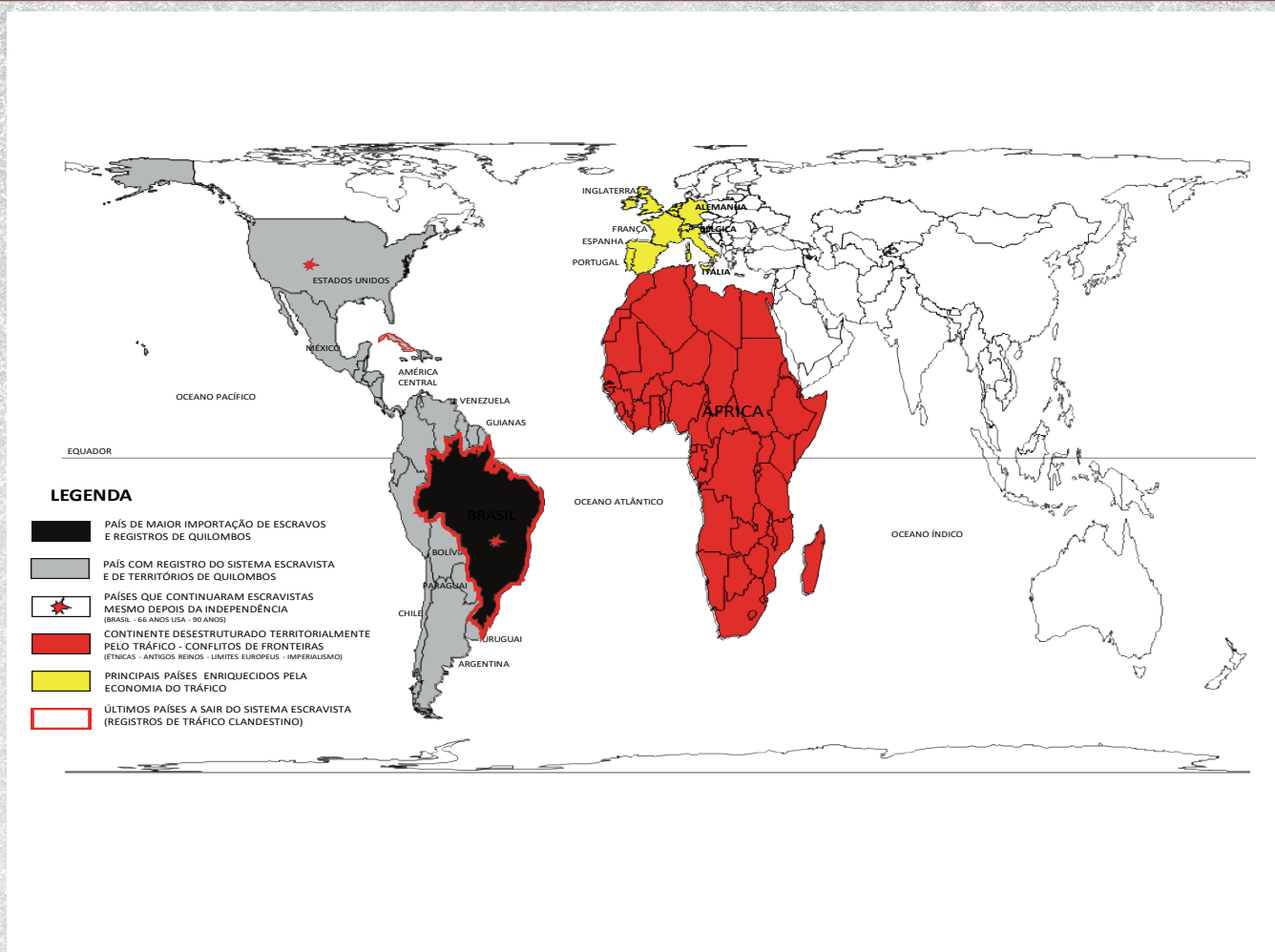
território. A Real Sociedade Geográfica de Portugal, em Lisboa, é uma referência documental deste momento histórico;

2. Brasil Império: criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1838, é uma referência básica para a institucionalização e definição de fronteiras conflitantes, a exemplo das Missões Diplomáticas do Barão do Rio Branco, sobretudo a do Acre e sul do Brasil (Guerra dos Farrapos). É no período imperial que se cria a Lei de Terras (1850) para inviabilizar a possibilidade de propriedade aos povos africanos e seus descen-

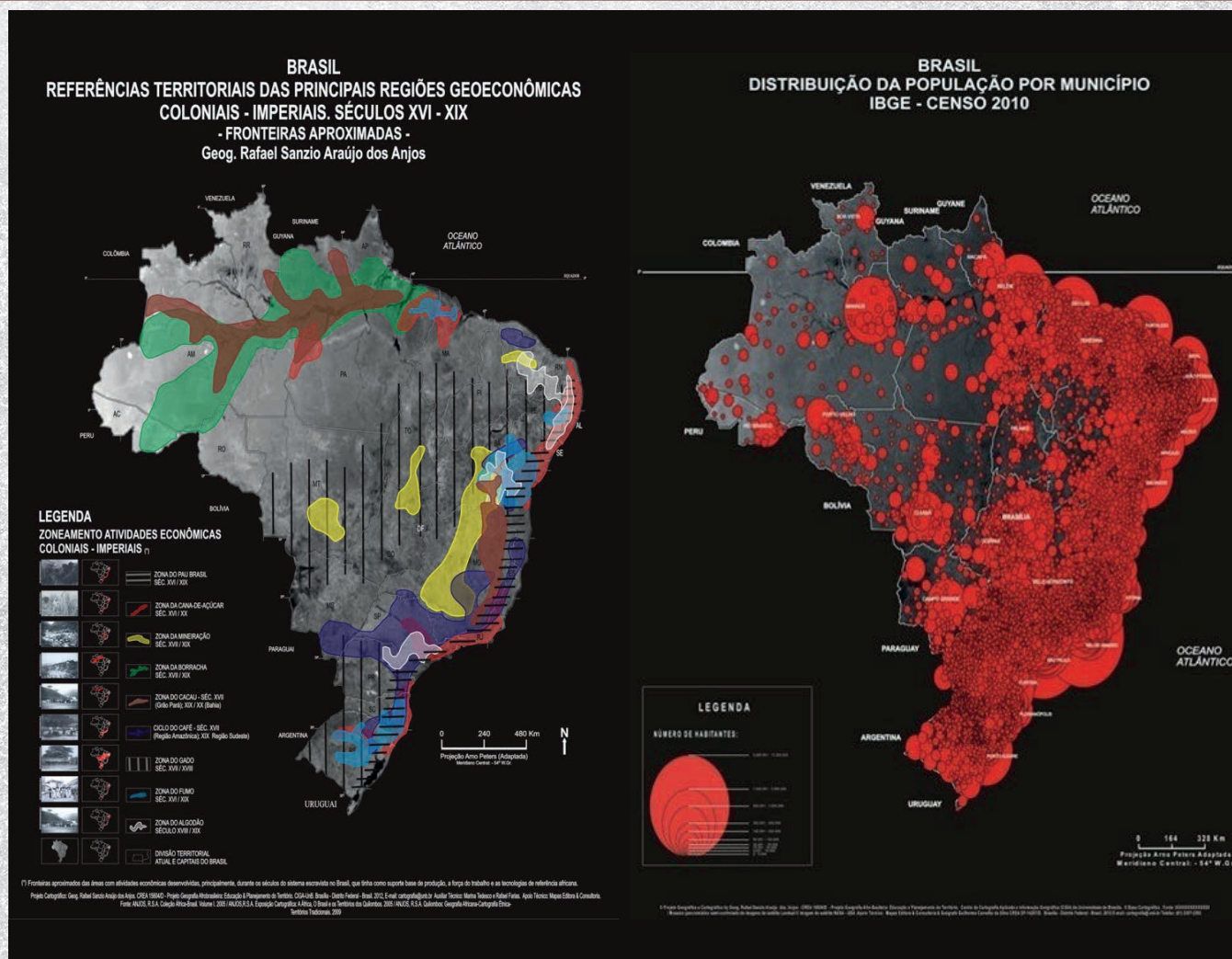
dentes, assim como os indígenas terem território no Brasil. O contexto político da criação desta Lei estava na perspectiva real de abolição da escravatura (Lei Áurea, 1888);

3. Brasil República - século XX: uma importante referência é a criação de uma autarquia para produção de conhecimento geográfico e cartográfico do país, fiscalizadora do espaço e com a atribuição de realizar os censos demográficos (a partir dos anos 1940), denominada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, foi transformada em fundação e o instituto foi se descaracterizan-

Mapa 3: A África, a América, a Europa e o sistema escravista



Fonte: ANJOS, R. S. A. Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XVI-XIX: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria. 2ª. Edição, 2014.



Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 2009 | ANJOS, R.S.A. Atlas geográfico: AFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, 2014.

do das suas premissas iniciais ao longo do século XX, configurando-se como produtora de dados estatísticos de suporte à economia do país. A política cartográfica toma força durante o Regime Militar — criação da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG) — e esta “geografia militarizada” vai sendo minimizada e fragmentada posteriormente, momento em que a disciplina da Geografia passa a ser descaracterizada e desqualificada, sobretudo no sistema escolar (implementação da disciplina Estudos Sociais) e passa a ter um lugar bem definido na Universidade e não mais no Estado. Na atua-

lidade, a Geografia se fragmenta no processo de desagregação e parcelamento das áreas dos conhecimentos na própria Universidade (criação de novos cursos com similitudes de conteúdo) e na estrutura do setor decisório, as restrições são evidentes (carência de concursos é uma delas).

A seguir, tratamos de outras referências das práticas e omissões na Geografia de Estado do Brasil Republicana, e também apontamos dois exemplos das ineficiências para as demandas territoriais no país que fortalecem o preconceito secular e a precariedade na gestão do território.

O modelo de governança dispersivo-negligente e os comprometimentos para a geografia do país

A forma como o Estado brasileiro contemporâneo tem conduzido a política geográfica e cartográfica no país revela uma fragmentação institucional e das ações, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas, sobretudo, causa um dano irreparável na gestão eficaz sobre o território nacional de proporções continentais. A figura 1 representa graficamente esse processo fragmentário na estrutura governamental. O círcu-

lo amarelo representa a forma corriqueira como são tratadas as demandas governamentais com rebatimento geográfico-cartográfico, ou seja, uma configuração de parcelamento, portanto, dividido entre vários órgãos cada um com uma parcela do problema (retângulos azuis).

Verificamos que esta configuração vem fortalecendo a dispersão da gestão e a questão básica nesse processo fragmentário é quem se responsabiliza pela demanda principal ou o tema central. Observamos este modelo governamental na esfera federal nos últimos 40-50 anos, ou seja, uma estrutura dispersiva (pulverização das funções para o mesmo tema) na qual há ineficácia do fluxo de ações governamentais para as demandas territoriais, revelando uma configuração espacial do tipo “cama de gato”. Esta tipologia aponta para a existência permanente de pouco foco no direcionamento da solução e a evidente dispersão no processo de gestão institucional nos vários ministérios na Esplanada em Brasília (figura 2).

Apesar das modificações na organização dos ministérios no Governo Federal em 2019, buscando minorar a estrutura governamental, a estratégia de “não resolver de forma eficaz” as demandas territoriais conflitantes está mantida e, sobretudo, as incompatibilidades conceituais, ainda não resolvidas, no que se refere às abordagens para “terra” e “território”, assim como um julgamento de fundo sobre os segmentos sociais de quem tem “direito” ao território, mesmo com as referências constitucionais e eles já estarem de fato sendo usados.

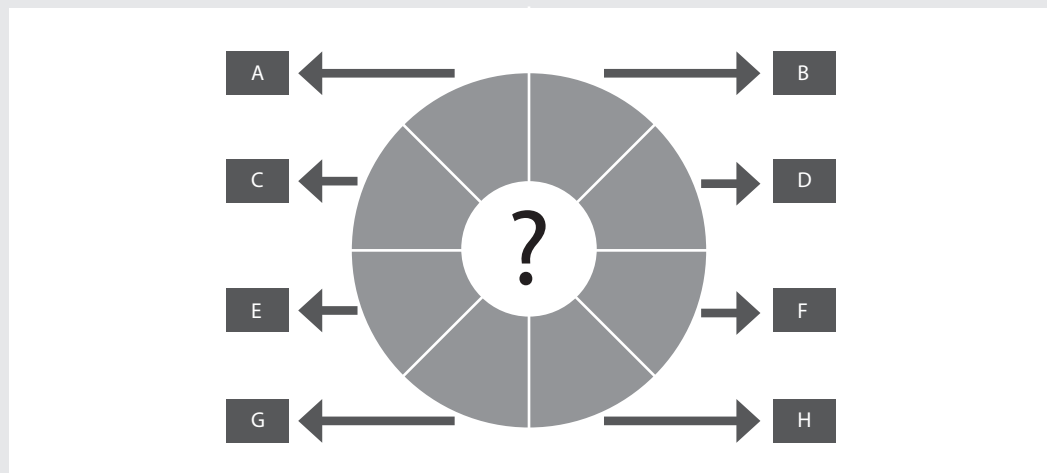
Dois exemplos com evidências bem explícitas dessa forma histórica de gestão governamental são dados a seguir. O primeiro é referente à forma como a Cartografia Oficial está sendo gerida no país continental, pulverizado entre distintos ministérios, com orçamentos e prioridades de ações diferenciadas, são eles: Ministério da Defesa, operacionalizado pelo DSG; antigo Ministério do Planejamento, conduzido pelo IBGE (atual Ministério da

Senhor Chico, sua esposa Viscência, sua mãe e o filho Fernando. Salvador, Bahia. Anos 1930 do Século XX.



Foto anônima. Fonte: acervo família Dos Anjos.

Figura 1: Modelo dispersivo da gestão de demandas estruturais territoriais-cartográficas no Brasil



Modelo Gráfico Dispersivo Institucional para as Demandas Territoriais no Brasil.
Elaboração: ANJOS, R.S.A. ; CIGA – UnB, Brasília, 2014

Figura 2: Esplanada dos Ministérios em Brasília e o Fluxo das Ações Institucionais tipo “Cama de gato”.



Fonte: ANJOS, R.S.A. ; CIGA – UnB, Brasília, 2014 | Fonte imagem satélite: Google Earth, extrato junho-2014

Economia); Ministério da Integração Regional, com a atuação da Codevasf (Vale do Rio São Francisco); Ceplac (sul da Bahia); Sudene (Região Nordeste) e Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações da Embrapa (pontualmente em São Paulo), atualmente Ministério da Agricultura.

Se observarmos o índice das cartas sistemáticas 1:100.000 (escala básica do processo de planejamento em

que 1 centímetro no mapa corresponde a 1 quilômetro no mundo real) do Brasil, representado no mapa-índice do Mapa 6, verificamos esta “colcha de retalhos” que se configura na cartografia brasileira.

Os dados de pesquisa deste documento cartográfico revelaram um quadro, quase que generalizado, de desatualização da produção cartográfica existente (a maioria dos mapeamentos

foram realizados nas décadas de 1970 e 1980). Com o Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, o Governo Federal extinguiu a Comissão Nacional de Cartografia (Concar), criada em 1994, que discutia e deliberava sobre direcionamento e ações do Estado para a política cartográfica do país. Esta extinção traz mais fragilidade ao Sistema Cartográfico Nacional, portanto, um horizonte de mais comprometimento na Geografia

Oficial. A pergunta básica que uma atitude desta natureza traz é: quem (pessoas) ou quais instâncias (empresas, instituições) ganham com esta ação?

Para falar de outro exemplo da ineficácia na gestão das demandas territoriais pelo setor decisório dentro da Geografia que caracterizamos aqui como “invisível ou não oficial” no Brasil, destacamos o esquecimento proposital da geração de novos produtos cartográficos temáticos para o ordenamento territorial

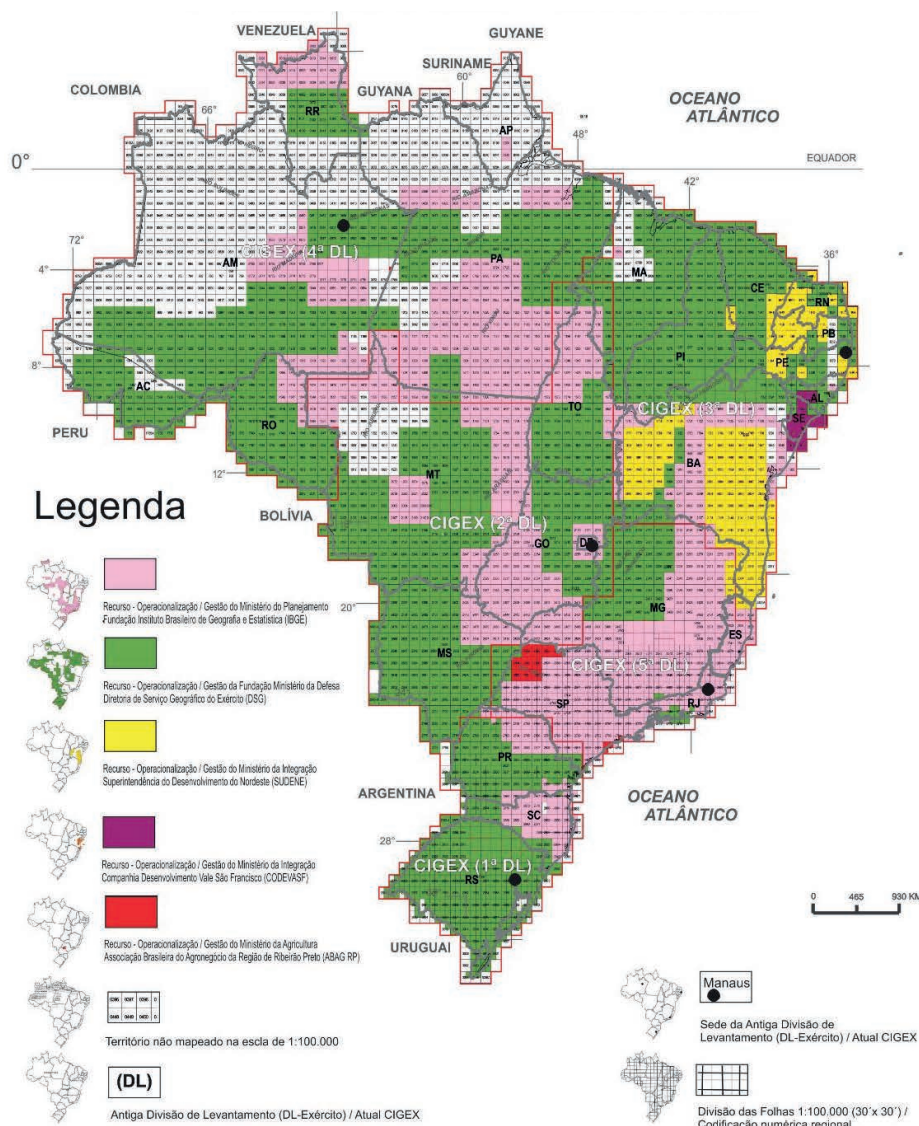
e conhecimento das dinâmicas geográficas do país. Dessa forma, o uso de forma extremamente dependente das imagens do Google Earth tem sido a “válvula de escape” para as demandas de bases cartográficas atualizadas e informações espaciais recentes do território brasileiro.

O mapa 7 revela um estudo preliminar sobre a qualidade das resoluções espaciais das imagens de satélite do Google Earth, ou seja, registros do território real com níveis de discernimento

da informação espacial com qualidades distintas para uso e interpretação em estudos geográficos (sobretudo rurais) no espaço do Brasil, e algumas constatações básicas são verificadas.

Primeiro, existem três “Brasis” bem distintos, fato que tem rebatimento direto na Geografia conhecida, produzida nas unidades políticas e sobretudo na implementação e gestão de projetos territoriais. As imagens de satélite disponibilizadas pelo Google com boa

Mapa 6: Brasil - Estrutura regional e atribuição institucional da cartografia oficial - Escala 1:100.000



PROJETO GEGRÁFICO E CARTOGRAFÍCO BY GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DO ANJOS - CREA 15664/D / LUIZ ANTONIO MANO UGEDA SANCHES. AUXILIAR TÉCNICO: MATEUS PEREIRA NUNES. CIGA - GEÁ - UNB. BRASÍLIA - DF. 2014 E-MAIL: cartografia@umb.br SITE: www.ciga.umb.br FONTE: Orgão: SEI - http://www.set.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_mapaindice_2000.pdf Orgão: SUDENE - <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa1.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa2.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa3.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa4.jpg> Orgão: Embrapa - <http://www.abagr.cnpem.embrapa.br/material/cartografia.htm>

Mapa 7: Nível das resoluções espaciais das imagens do Google Earth por unidade política - Brasil -Rural



Legenda

	Boa qualidade
	Média qualidade
	Baixa qualidade

	Território não mapeado na escala de 1:100.000		Manaus
	(DL) Antiga Divisão de Levantamento (DL-Exército) Atual Centro de imagens e Informações Geográfica do Exército - CIGEX		Sede da Antiga Divisão de Levantamento (DL-Exército) / Atual CIGEX
			Divisão das Folhas 1:100.000 (30' x 30') / Codificação numérica regional

PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO BY GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOA ANJOS - CREA 15604/D.
AUXILIAR TÉCNICO: GUSTAVO SILVEIRA TOLENTINO. CIGA - GEA - UNB. BRASÍLIA - DF. 2018 E-MAIL: cartografia@unb.br SITE: www.ciga.unb.br
FONTE: Google Earth, CIGA. NOTA TÉCNICA: Boa qualidade - Bom tratamento da imagem, sem presença de nuvens e pouca mudança de interface; Média qualidade - qualidade possível de ser identificada, porém, com qualidade inferior, com presença de nuvens e pouca mudança de interface; Baixa qualidade - presença de nuvens, mudanças de interface e de difícil compreensão a imagem

resolução espacial (que possibilita o discernimento da informação geográfica em média escala 1:50.000) estão presentes no bloco das unidades políticas das Regiões (IBGE) do Sul, Sudeste, parte do Centro-Oeste (Goiás e DF) e alguns estados do Nordeste (Sergipe e Alagoas). Na Região Norte, o registro está no Maranhão e no Tocantins.

No segundo bloco, ocupam posição mediana na qualidade da resolução das imagens de satélite disponibilizadas os estados do Nordeste brasileiro, assim como os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste e o Pará e Amapá no Norte do país. Os produtos caracterizados como “de baixa qualidade” estão na maioria das unidades políticas da Região Norte, fato que se observarmos o índice do mapa 6, verificaremos que existe uma correspondência na precariedade da cartografia oficial disponibilizada.

Relevante frisar que não somos contrários à utilização das imagens disponibilizadas pelo Google, mas em um país continental, onde a polí-

tica cartográfica e a educação espacial estão sendo comprometidas, este fato geopolítico toma contornos preocupantes, enquanto política de Estado frágil e como ferramenta para justificar o modelo ineficaz do Estado.

Algumas referências territorializadas do Brasil africano excluído

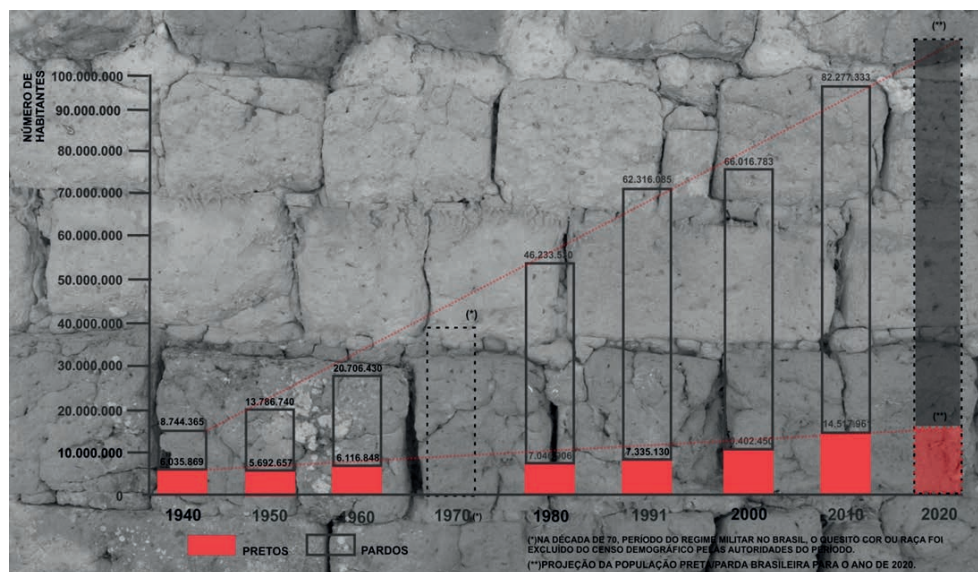
O Brasil, conforme referência anterior, continua sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo dos séculos XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afro-brasileiras. Ser descendente das referências africanas no Brasil, secularmente, continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade

“ Ser descendente das referências africanas no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser/estar inserido no território.”

no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser/estar inserido no território.

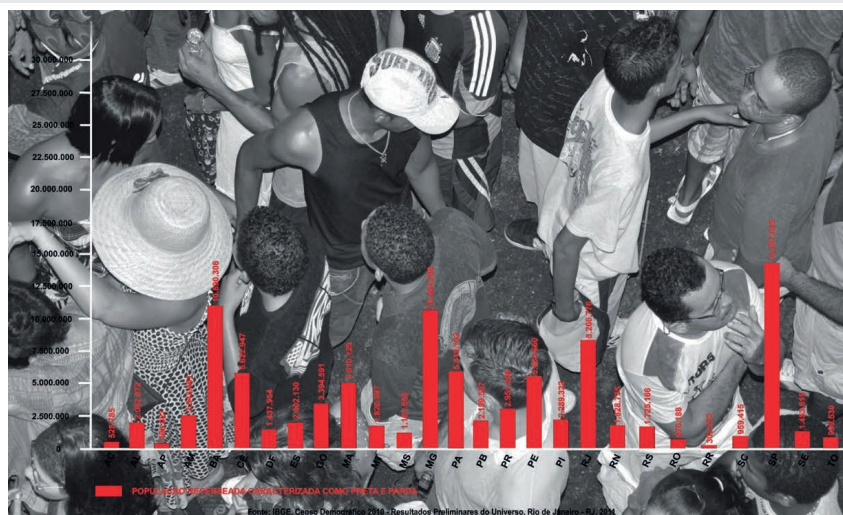
Primeiro, a questão demográfica do “Brasil africano” continua sendo uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição

Gráfico 2: Monitoramento do crescimento da população recenseada como preta e como parda pelo IBGE - Brasil 1940 - 2020



Fonte: ANJOS, R.S.(Org.). Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal – 1ª. Etapa – Cartografia Básica. Projeto GEOAFROBrasil – CIGA-UnB – FCP-MINc – Finatec. 2018.

Gráfico 3: Distribuição da população recenseada caracterizada como preta + parda por unidade da federação. IBGE - Brasil 2010



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

oficiais do povo levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o país. O IBGE continua agrupando os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declaram e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta instituição inseriu o grupo dos “índios”.

O gráfico 2, da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2010), mostra algumas constatações relevantes:

1. A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferior revela como o racismo e a mentalidade colonial persistem na sociedade brasileira;

2. O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Esta é uma importante questão que não é devidamente refletida pelo nosso povo e tem passado despercebida ao longo de algumas décadas, ou seja, a “paradarização” da população brasileira;

3. O tímido aumento no crescimento da população declarada preta nas últimas décadas revela os esforços realizados nos distintos níveis da educação, pelas entidades representativas e movimentos organizados e algumas políticas públicas desse período e que atualmente já estão retiradas, como a implementação da Lei n.º 10.639;

4. Neste gráfico, consta ainda uma simulação a partir das estatísticas oficiais para a projeção da população afro-brasileira em 2020 (preta+parda). Se esta tendência for verificada na contagem oficial, teremos em um futuro próximo uma consolidação do processo de embranquecimento do Brasil escravocrata, desenhado pela elite e pelo Estado no século XIX e que se materializa no século XXI como uma política de Estado e não de Governo.

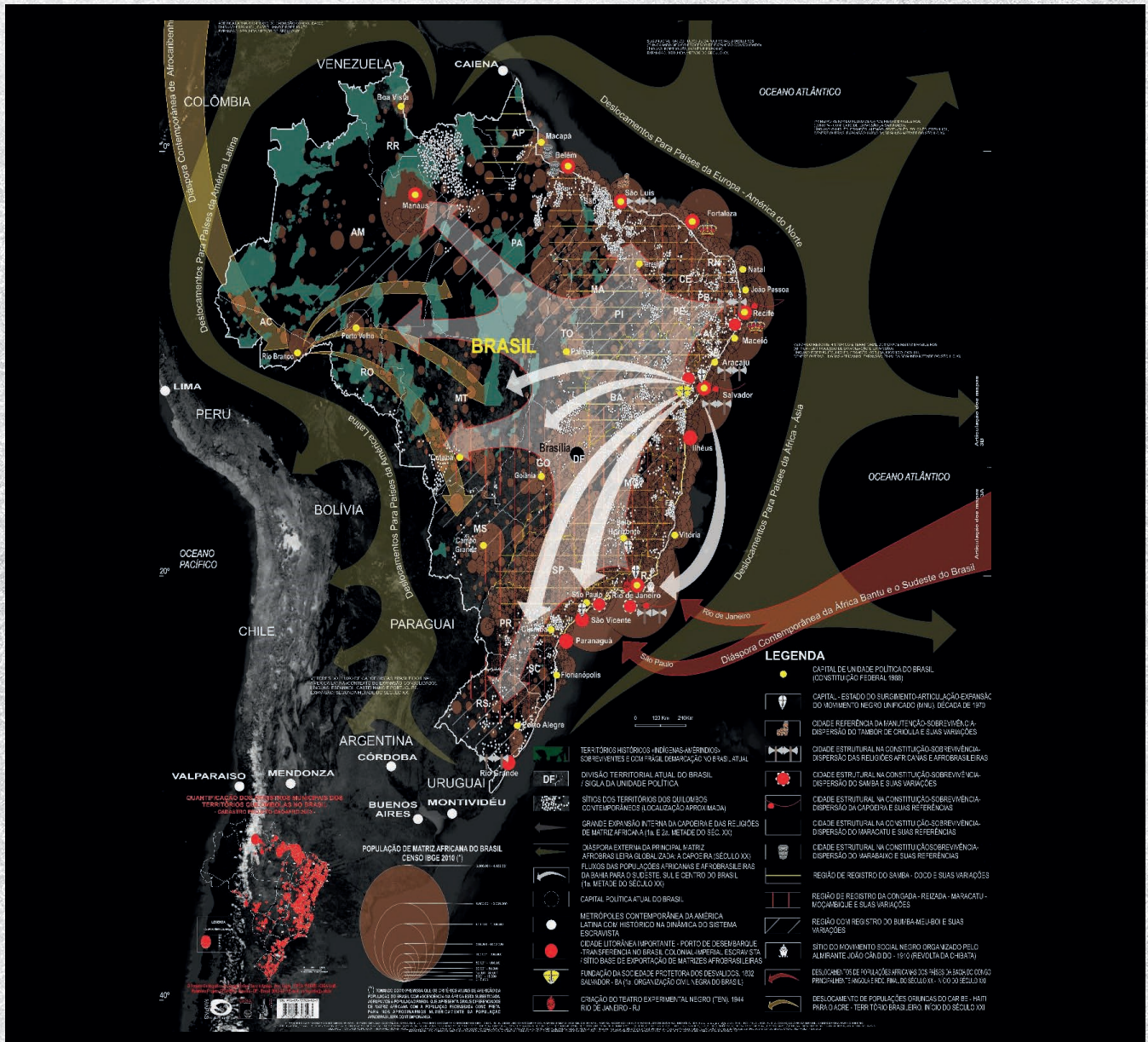
Lembramos que associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. São

milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país para eles e o processo de “embranquecer” é uma forma de estar inserido, participar e “ser visto” na sociedade.

Este “engano” psicológico, pelos dados divulgados é ascendente, e nos leva a uma constatação que revela uma fragilidade e indefinição das identidades no Brasil contemporâneo. As projeções demográficas para as décadas seguintes não são reveladas oficialmente e convivemos sem referências oficiais do processo efetivo que ocorre no país. Como “pano de fundo” neste processo está a política de Estado desde o Império de consolidar o projeto de embranquecimento do Brasil e eliminar de forma emblemática as referências identitárias africanas no povo e nos seus territórios. Talvez aqui esteja um dos conflitos estruturais mais graves a ser considerados pelo Estado brasileiro neste milênio. O gráfico 3 nos auxilia neste entendimento espacial no país continental.

O mapa temático 8 tem um grande desafio gráfico que é revelar em

Mapa 8: Matrizes africanas estruturais visíveis-invisíveis no território brasileiro. Século XX - XX



Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014.

uma escala continental (dimensões do nosso país) a visibilidade do conjunto das matrizes africanas existentes e territorializadas no Brasil atual. Em uma estrutura social, ainda de práticas preconceituosas e racistas cotidianas em praticamente todas as dimensões do sistema vigente, este produto cartográfico mostra graficamente a grandiosidade das matrizes africanas e afro-brasileiras resistentes e sobreviventes no território (Maracatu, Capoeira, Xangô, Rio Abaixo,

Tipos de Samba, quilombos contemporâneos, entre outras), assim como a distribuição da população de ascendência africana em praticamente todo o espaço geográfico e os movimentos diaspóricos atuais, como a globalização da capoeira, com registros significativos em todos os continentes, com poucas ocorrências na África (temos aí um paradoxo!) e os deslocamentos recentes dos povos africanos do Congo (Bacia do Rio Congo) e distintos pontos do Caribe para o

Brasil entrando pela Região Norte. Neste documento, estão mapeadas também as terras indígenas concentradas no Norte-Noroeste do Brasil, “acuadas” devido ao processo de extermínio secular.

Nos itens a seguir, tratamos de registros de conflitos étnicos territoriais no Brasil, com foco no contexto geográfico secular dos quilombos contemporâneos e do preconceito crescente associado aos terreiros de religiões de matriz africana.

Incongruências geopolíticas no tratamento dado pelo Estado brasileiro aos quilombos contemporâneos

Dentro da “Geografia Africana Invisível no Brasil Contemporâneo”, destacamos o esquecimento proposital dos territórios descendentes de antigos quilombos. No conjunto das representações do mapa 8 estão os pontos pulverizados por todo o país representando os territórios quilombolas atuais, com ocorrência, sobretudo, nas regiões de atividade econômica colonial-imperial, evidenciando que os registros espaciais não são poucos (mais de 5 mil comunidades tradicionais). Esse dado espacial está expresso quantitativamente no gráfico 4, no qual constata-se a relevância do Maranhão, Bahia, Pará e Minas Gerais

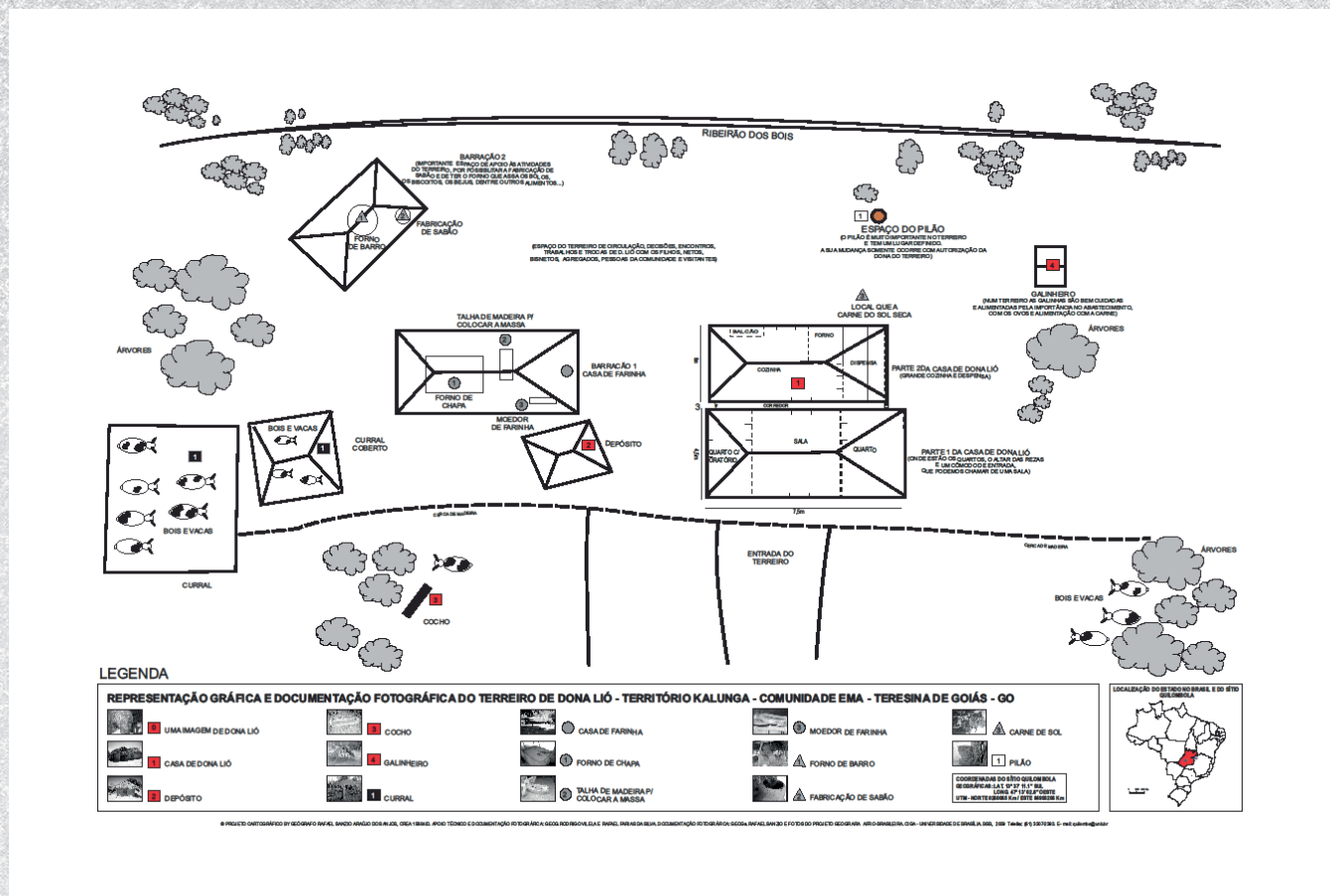
como estruturais no direcionamento de políticas públicas reparatórias. Mesmo passados mais de 130 anos da sanção da Lei Áurea pelo Regime Imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados” e aos quilombos sempre como algo do passado, como se esses não fizessem mais parte da vida contemporânea do país.

As ações do setor decisório mostram-se conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos oficiais para resolverem as demandas dos quilombos contemporâneos, é possível constatar, de uma forma quase estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete

o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados.

Além da questão estrutural de fundo da posse efetiva da terra, ou seja a definição oficial da fronteira afro-brasileira, podemos destacar outros problemas estruturais dos quilombos contemporâneos, como a falta de um conhecimento sistematizado dos saberes, das tecnologias e das referências de viver e sobreviver dos povos quilombolas. O mapa 9 mostra uma representação espacial de um terreiro tradicional quilombola no norte de Goiás, dentro do grande território Kalunga, onde a organização e os usos dos espaços bem definidos revelam lógicas de sobrevivência e manutenção

Mapa 9: Terreiro quilombola de Dona Lió - Território Kalunga - Comunidade Ema - Teresina de Goiás - GO



Fonte: ANJOS, R.S.Territorialidade Quilombola:Fotos&Mapas, Mapas Editora & Consultoria, BsB, 2011.



Foto: Rodrigo Vilela e Rafael Farias, 2006

“Outro contexto relevante no processo de exclusão social e espacial crescente das matrizes africanas no Brasil refere-se à intolerância com os territórios de religiosidade, que se opera sobretudo nos espaços urbanos do país.”

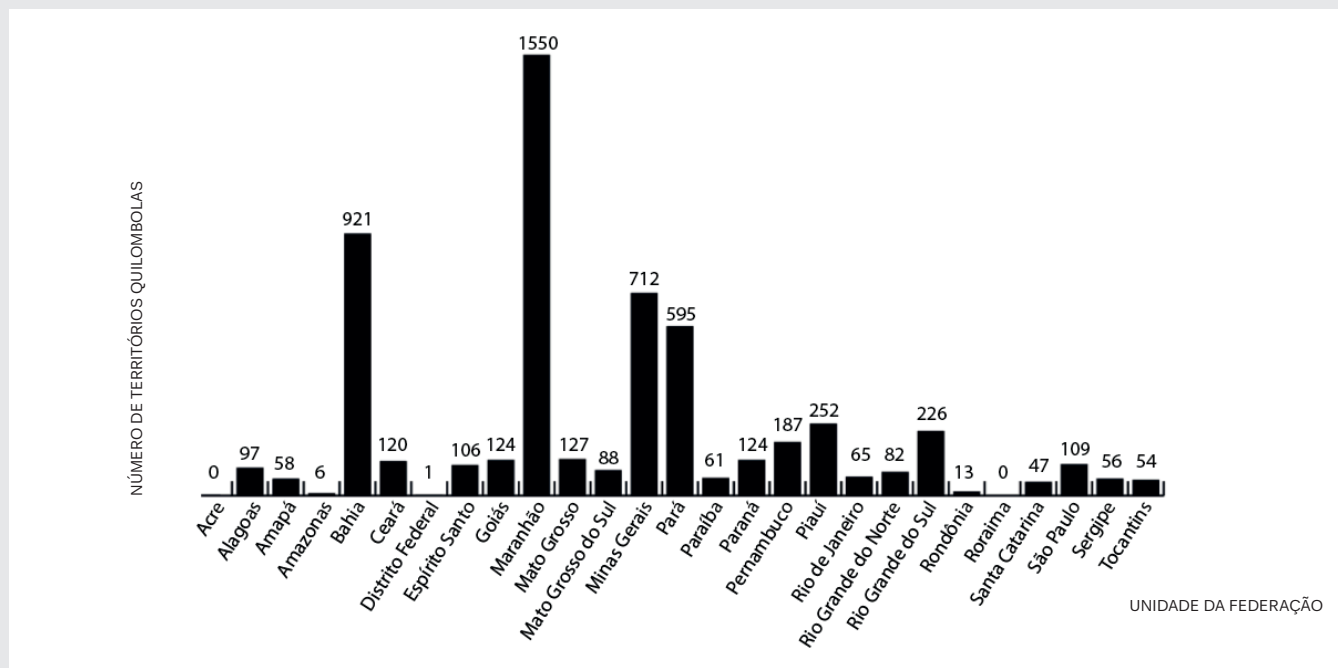
da vida, como, por exemplo, o local de produzir as farinhas; o local de guardar os excedentes para troca e/ou venda; o espaço para assar os bolos e biscoitos; a edificação de uso comunitário para fazer a farinha de mandioca; o ponto sagrado onde fica o pilão; a área onde ficam agrupados os animais, entre outras referências.

Constata-se, ainda, a ocupação com a manutenção do ambiente — proximidade do rio e existência de muitas árvores envolvidas com os distintos usos do território mostram a forte conexão do espaço tradicional com a natureza. Outro ponto estrutural relevante que acomete os territórios quilombolas é o fluxo migratório crescente da sua juventude para as cidades em busca de estudo e oportunidade de trabalho. A foto do gráfico 4 nos mostra o “retrato real” de uma família quilombola com os deslocamentos dos seus jovens, ou seja, ficam os mais idosos que detêm o conhecimento ancestral passado pela oralidade e as crianças, seus netos ficam sendo cuidados pelos avós na ausência dos seus pais. Temos aí um risco grave de “quebra de elos

e dos conhecimentos ancestrais” com esta dinâmica demográfica particular ocorrente no Brasil continental.

O “modelo institucional dispersivo”, ou seja, uma fragmentação nas responsabilizações governamentais para resolução das demandas dos quilombos contemporâneos revela o enfraquecimento do movimento organizado e das ações concretas nos territórios e, sobretudo, evidencia o descompromisso governamental para com a defesa e garantia dos direitos quilombolas no país. O histórico dos territórios quilombolas desapropriados desde a Constituição de 1988 até o momento atual revela esse quadro de desinteresse do “Brasil Colonial” sobrevivente em resolver uma das demandas básicas do “Brasil africano” contemporâneo. A terra assegurada, que significa poder na mentalidade ainda colonialista do setor decisório, se configura como o principal elemento de negociação e conflito na resolução da pendência secular. Este contexto político é o que nos possibilita entender porque tantos “espaços” sem ações concretas desde os direitos constitucionais.

Gráfico 4: Quantificação dos registros municipais dos territórios quilombolas no Brasil por unidade da federação cadastroprojeto Geoafro 2013



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas geográfico: AFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, 2014.

Foto 6: Danificação da placa oficial do Programa Brasil Quilombola – SEPPiR – Governo Federal na Comunidade de Mesquita – Goiás



Exclusão social e espacial dos terreiros religiosos de matriz africana no Brasil

Outro contexto relevante no processo de exclusão social e espacial crescente das matrizes africanas no Brasil refere-se à intolerância com os territórios de religiosidade, que se opera sobretudo nos espaços urbanos do país. Se tomarmos os terreiros existentes nas metrópoles coloniais (São Salvador de Bahia, São Luis do Maranhão, São Sebastião do Rio de Janeiro, Belém do Pará, entre outras), os registros dos espaços estão nas periferias urbanas e, com raras exceções, nas áreas centrais e valorizadas da cidade. Este fato espacial é revelador do processo real de exclusão e “invisibilidade” de uma das mais significativas referências da diáspora africana no Brasil, a territorialidade da resistência religiosa. A foto 7 e o mapa 10 são representações da paisagem e da cartografia étnica do primeiro monumento tombado pelo IPHAN/Mi-

nistério da Cultura (1984) no Brasil. A Casa Branca do Engenho Velho ou *Ilê Axé Iya Nassô Oká* apresenta-se nos seus registros históricos como o primeiro terreiro de candomblé em São Salvador da Bahia. Dele descendem, por exemplo o Terreiro do *Ilê Axe Opo Afonjá* no Bairro de São Gonçalo, mostrado no mapa 11 com a sua estrutura espacial, também em Salvador, Bahia. A observação espacial desses espaços seculares sobreviventes e resistentes na dinâmica do crescimento e das transformações urbanas, alguns aspectos geográficos chamam a atenção e merecem ser registrados, como, por exemplo:

1. O padrão tipológico mais uniforme, ou seja, os tipos de habitações populares com morfologia de poucas variações (altura das edificações), revela uma unidade socioeconômica nas comunidades, fato que minora os conflitos na relação riqueza-pobreza (fato detectado nos dois terreiros);

2. A alta densidade espacial das construções (casas geminadas, lotes pequenos e com quase nenhuma área verde) mostra a possibilidade de correspondência no número alto de habitantes (7, 8 pessoas ou mais) por habitação. Este aspecto é importante no fortalecimento da comunidade nas suas demandas estruturais. Não são espaços “frios-isolados-solitários” como nas áreas das grandes residências da classe alta;

3. Os espaços verdes que permanecem no espaço dos terreiros mais antigos e no seu entorno apontam para a sua importância na preservação e manutenção ambiental das áreas urbanas, principalmente, nas periféricas, mais excluídas dos investimentos de infraestrutura na cidade;

4. Pela questão topográfica e religiosa, alguns sítios estão em uma encosta que se encontra (ou encontrava) com um elemento hidrográfico (rio, riacho, córrego, lagoa, lago,

Foto 7: Terreiro Casa Branca, anos 1970.



Mapa 10: Candomblé Ilê Axé Iyá Nassô Oka - Terreiro da Casa Branca - Salvador - Bahia - Brasil



Fonte: ANJOS, R.S. Diáspora África-Brasil e o Espaço do Candomblé. *Rev. História Crítica*. UFAL, 2012.

barragem etc.). Alguns destes vales viraram avenidas e sua hidrografia foi retificada e canalizada, ou seja, os seus cursos naturais não existem mais e nem a acessibilidade pelos terreiros, com excessão dos que conseguiram manter e resistir à pressão e desfiguração da paisagem pela urbanização. O Axé Opo Afonjá guarda ainda no espaço do seu terreiro uma significativa “mata” usada para suas atividades e preservação da vegetação nativa no espaço intraurbano.

Preconizamos que a leitura, representação e interpretação dos espaços de matriz africana religiosos no Brasil carecem de uma prioridade política. No Distrito Federal, foi desenvolvido recentemente o **Projeto de Mapeamento dos Terreiros do DF – Cartografia Básica**, uma articulação institucional do Projeto GEOAFROBrasil, CIGA-UnB, Fundação Cultural Palmares e Finatec. A premissa básica era construir

uma documentação cartográfica que respondesse três demandas básicas: revelasse quantos terreiros (Umbanda e Candomblé) existem no território; mostrasse a localização desses terreiros no espaço institucional das Regiões Administrativas (RAS) (urbano e rural); e elaborasse uma ficha técnica com dados fundamentais para a implementação de políticas públicas reparatórias.

O estudo revelou algumas informações básicas, como o processo de expulsão dos terreiros do Distrito Federal para outras regiões do país (mapa 12) e a constatação das RAs do DF que possuem os maiores registros de Terreiros Religiosos de Matriz Africana (gráfico 5). Estes registros espaciais têm correspondências com os maiores *locus* das populações afro-brasileiras, de concentração de pobreza e baixa renda, de ocorrências de violência policial sistemática, de precariedade de infraestrutura e de equipamentos urbanos.

Existe uma pergunta básica que todos os brasileiros e brasileiras podem e/

ou deveriam se fazer sobre o nosso país: o que seria o Brasil sem o conjunto amplo das matrizes africanas (tecnologias, línguas, conhecimentos e saberes, religiões, culturas, relações sociais, entre outras dimensões) que o edificou e o edifica há cinco séculos? É relevante refletir e verificar se é possível simular como seria a nossa nação?

Entendemos que a manutenção da falta de informações e o preconceito secular são estratégias operantes para que um terreiro religioso de matriz africana não seja “visto” como um espaço de solução e, sim, de problemas. Para quais segmentos da sociedade um terreiro é um incômodo? Nesta direção, como seria pensarmos num terreiro com uma perspectiva de ser mais um suporte para a escola oficial; como um posto de saúde comunitário complementar; como um restaurante étnico para potencializar a manutenção dos saberes; como um ponto para visitação turística para auxiliar na desmistificação cultural; dentre outras possibilidades.

Mapa 11: Candomblé do Axé Opó Afonjá - Salvador - Bahia - Brasil



LEGENDA



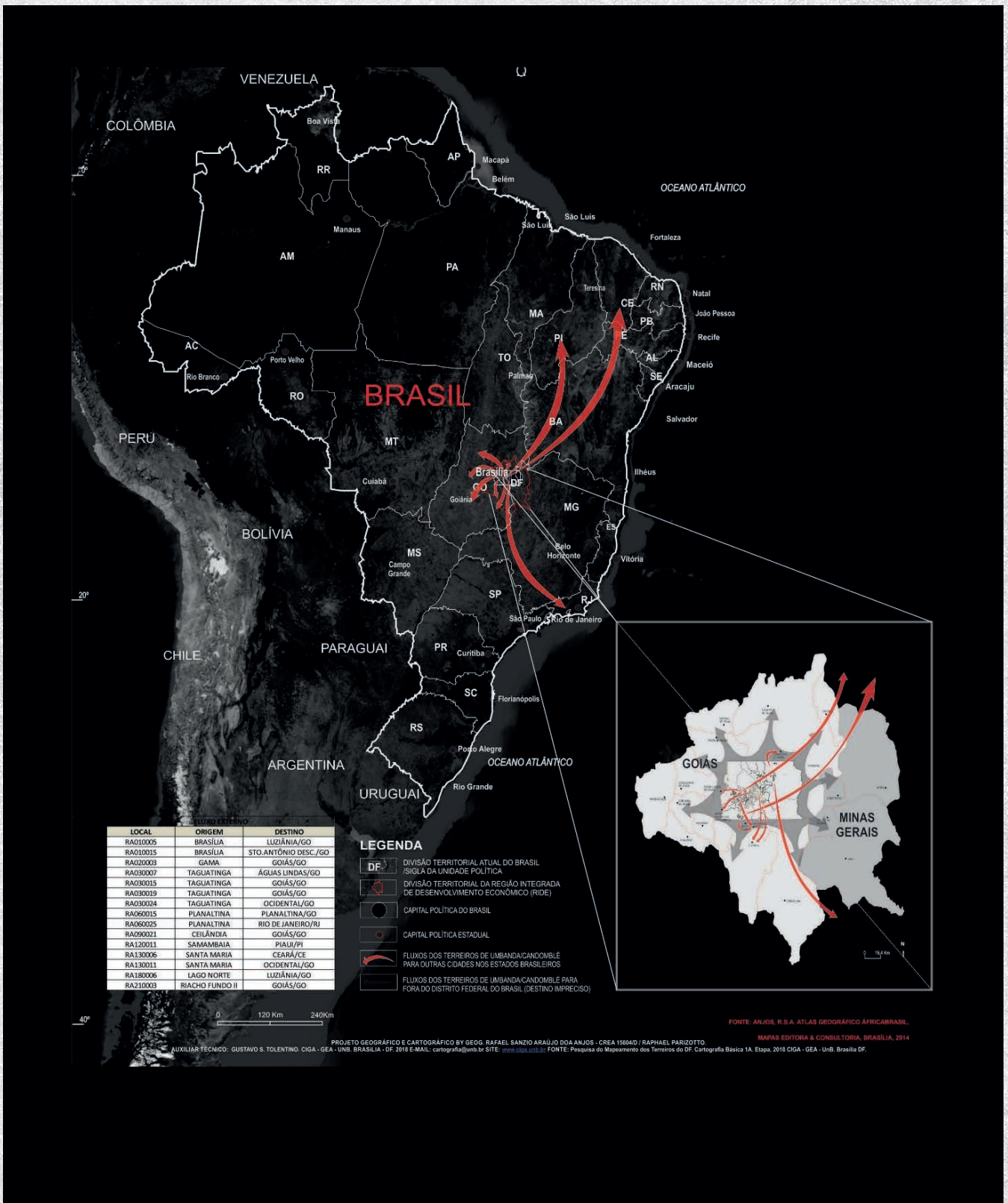
LIMITE DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - AXÉ OPÓ AFONJÁ



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, SEMPLA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE, FUEL - FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA SENIOR - SIBGE CARTOGRAFICO (2009) - IMGE BAIAS (ARQUIVO) SECRETARIA DA PREFEITURA DE SALVADOR.
 PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO BY GEOG. RAFAEL SANDO ANJOS DOS ANJOS - CREA 19840. PROJETO GEOGRAFIA APROXIMADORA, CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMACAO GEOGRAFICA CISA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. APOIO TECNICO: RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA, BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL 2012. MANEIRA TERRESTRE E DIGITAL (ORIGEM) EVELY, PASSAGEM EM NOVEMBRO DE 2010.

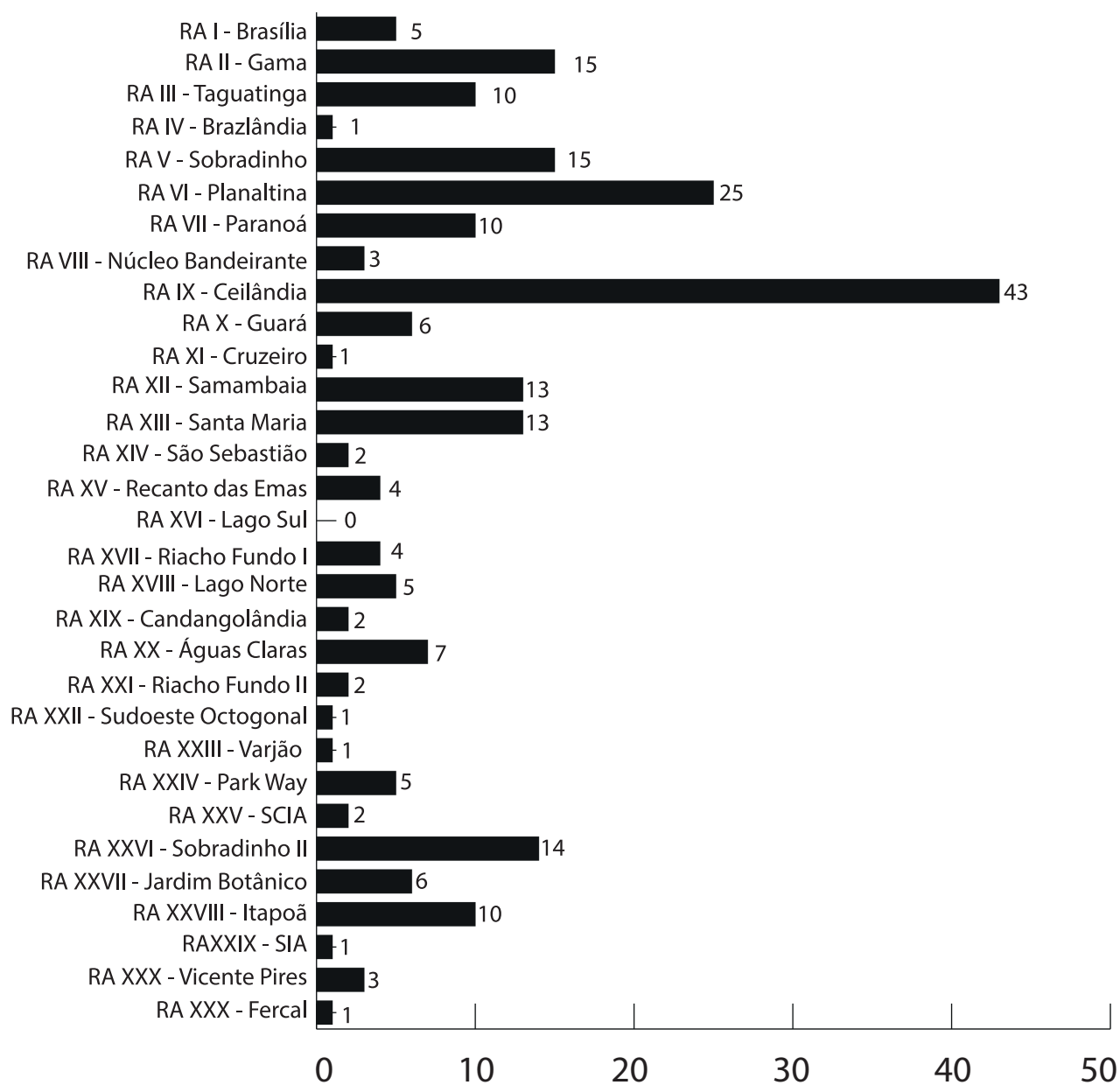
Fonte: ANJOS, R.S. Diáspora África-Brasil e o Espaço do Candomblé. Rev. História Crítica, UFAL, 2012.

Mapa 12: Dinâmica territorial e fluxos dos terreiros de religiões de matriz africana no Distrito Federal e no Brasil



Fonte: ANJOS, R.S. (Org). Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal – 1ª. Etapa – Cartografia Básica. Projeto GEOAFROBrasil – CIGA-UnB – FCP-MINc – Finattec. 2018.

Gráfico 5: Distribuição quantitativa dos terreiros religiosos de matriz africana por região administrativa no Distrito Federal - 2018



Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, observamos que:

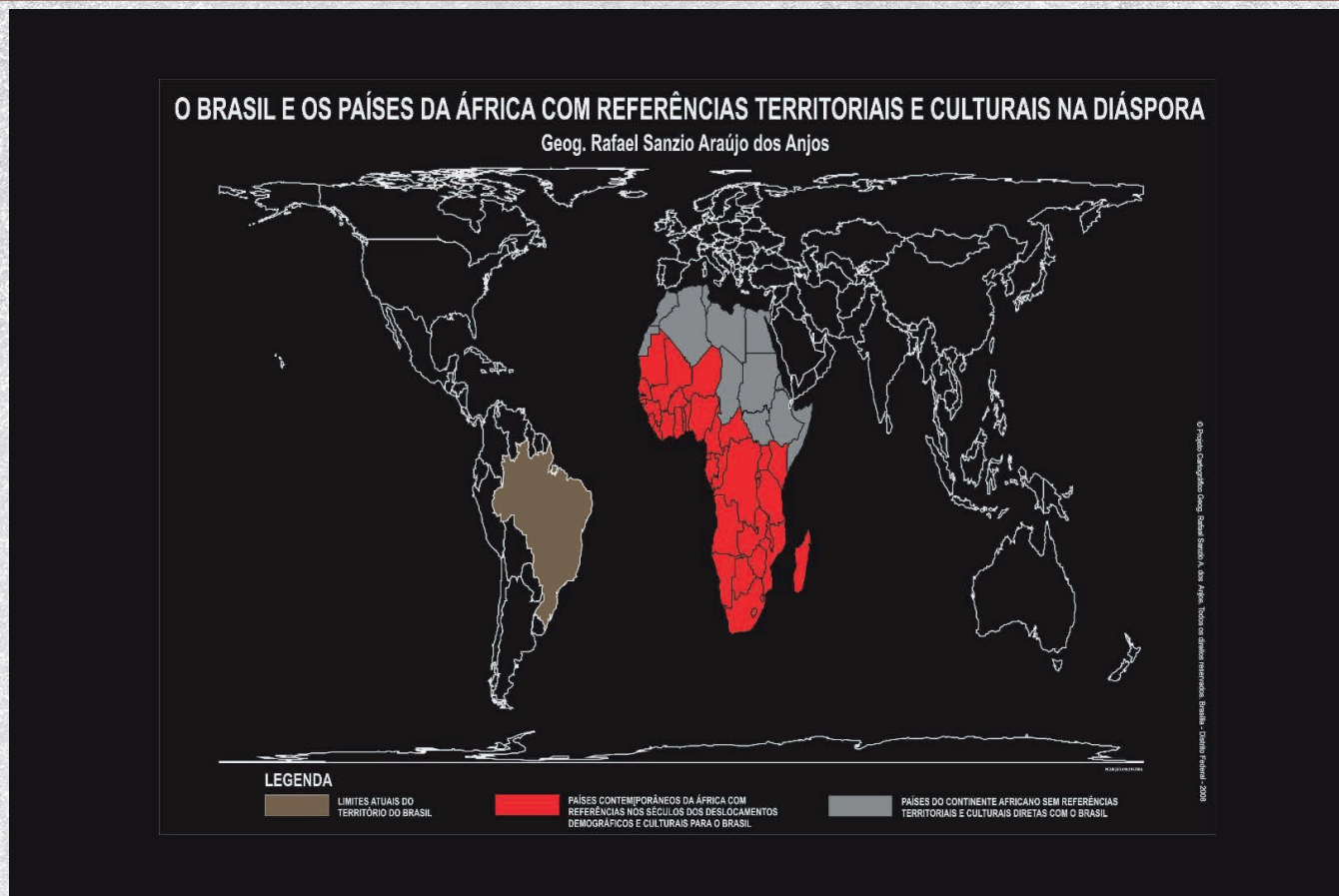
- O modelo dispersivo para resolução das demandas territoriais no país, sobretudo as históricas, evidencia a resistência na manutenção de valores e referências do “Brasil Colonial”. Uma pista para este contexto está em trazer mais “foco”, responsabilização e eficácia na resolução dos problemas geográficos e, conseqüentemente, uma possibilidade de recuperação da relevância e da representatividade da Geografia no Estado;
- A manutenção do quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave

estrutural para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção na sociedade brasileira da população de matriz africana, está a inferiorização desta no ensino, sobretudo na educação geográfica permitida e na forma de representação distorcida e exclusão na Cartografia Oficial. Temos aí uma questão geopolítica histórica e secular sem resposta: qual o lugar geográfico oficial do “negro” no Brasil? Para o sistema dominante, essa questão não é pertinente, porque as políticas de extermínio, invisibilidade e embranquecimento resolverão a política de Estado que aponta claramente, desde a Primeira Lei de Terras do Brasil (1850), que os povos africanos e seus des-

cedentes não devem ter terras no Brasil. Mas os europeus e orientais (imigrantes) com os seus descendentes, sim! O mapa 13 mostra os países africanos contemporâneos que mantêm relações territoriais e culturais com o Brasil. Este dado espacial revela o que não queremos ver e nem assumir, mesmo estando na nossa “frente”!

- A questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais, esporádicas e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, nesta primeira década do século XXI e com indícios de manutenção. O modelo vigente da gestão das demandas quilombolas no país é desagregador e pode

Mapa 13: O Brasil e os países da África com referências territoriais e culturais na diáspora



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

ser alterado quando tivermos uma perspectiva de mudança na política de Estado do país para com a dívida secular com os africanos e seus descendentes;

- Os espaços de intolerância de matriz africana incomodam de maneira evidente o sistema dominante e as classes dirigentes porque deixam visível o Brasil excluído que vem sendo invisibilizado há séculos, mas que continuam no espaço geográfico e na estrutura social. O Brasil aboliu o sistema escravista sem querer e nem buscou articular uma maneira de equilibrar as regras do Estado, pelo contrário, agiu para limitar um caminho de reconhecimento e de respeito às diferenças, à nossa diversidade. Nesse sentido, minorar os preconceitos e os medos das matrizes africanas pelo Estado são pistas concretas para uma nação passar a existir com menos conflitos étnico-territoriais, que tendem a aumentar;

- Tomamos como premissa que as informações, por si só, não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração das situações emergenciais do povo e dos territórios do “Brasil africano”.

Referências

- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. 2ª Ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (Org.). *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: MEC-Secad, 2006, p. 81-103.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos; CYPRIANO, André. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. São Paulo: Petrobras, 2006. 240 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. Vol. II. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Quilombos: Geografia africana - Cartografia étnica-territórios tradicionais*. Brasília, Mapas Editora & Consultoria, 2009. 190p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Territorialidade quilombola: fotos & mapas / Quilombola territoriality: photos & maps*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011. 124 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Geopolítica da Diáspora África – América – Brasil. Séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX – Cartografia para Educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2012.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014. 104 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *O Brasil africano: algumas referências dos séculos XVI – XXI: Cartografia para Educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014b.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *Revista GeoUSP*, v. 19, n. 2, São Paulo, 2015.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal: 1ª etapa Cartografia básica*. (org.). Projeto GEOAFRO, Instituto Baobás, CIGA-UnB. Brasília, 2018. 216 p.
- CASTRO, Y.A.P. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 366p.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996.
- IPEA. *Pesquisa Dinâmica Demográfica da População Negra*. Brasília: IPEA, 2013.
- UGEDA, L. *Direito administrativo geográfico*. Brasília: Instituto Geodireito, 2017.

(*) Este artigo é parte do material produzido para as Conferências: O Brasil Africano Visível - Invisível, promovidas pela Universidade de Coimbra (Portugal) e o Museu Real da África Central (Tervuren-Bélgica), realizadas em parceria com o Projeto GEOAFROBrasil e a UnB em outubro de 2018 com o apoio da FAP-DF.

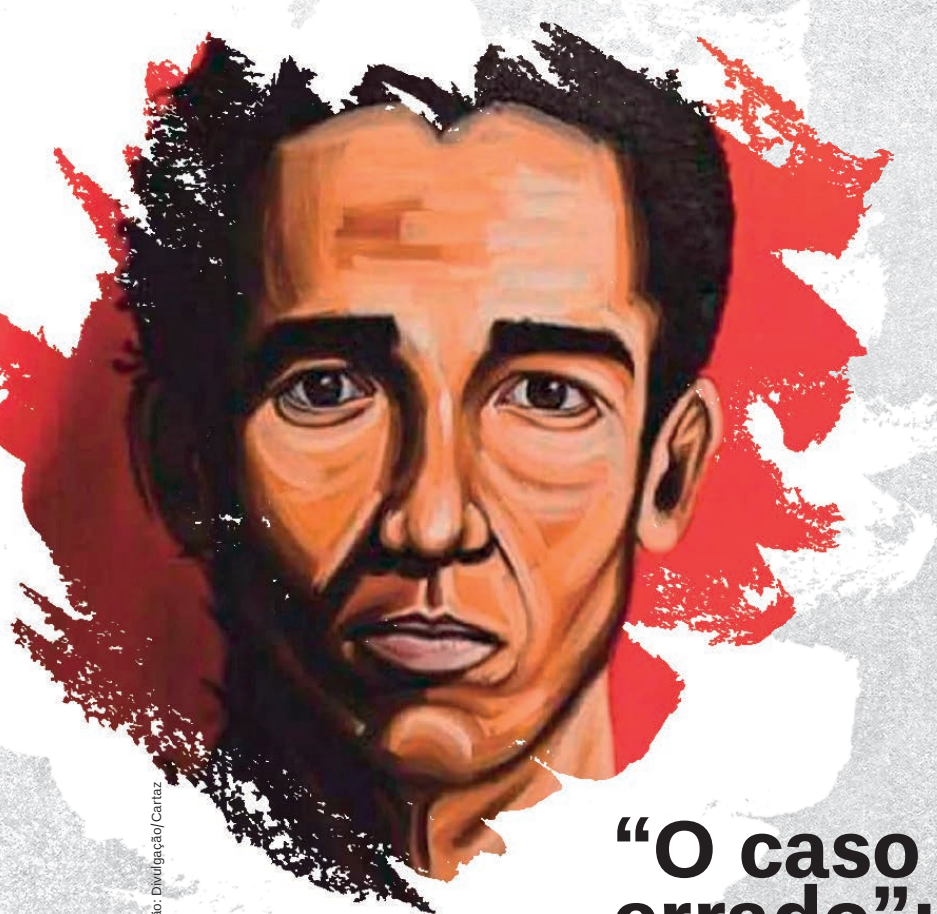


Ilustração: Divulgação/Carfaz

“O caso do homem errado”: desamparo e genocídio da população negra

Edileuza Penha de Souza é doutora em Educação e Comunicação pela UnB, onde leciona as disciplinas Pensamento Negro Contemporâneo e Etnologia Visual da Imagem do Negro no Cinema. Pesquisadora e documentarista. Autora e organizadora da Coleção: Negritude, Cinema e Educação – Caminhos para implementação da Lei n.º 10.639/2003.

Documentário relembra execução de operário negro por policiais da Brigada Militar de Porto Alegre, em 1987, ao ser confundido com assaltante de um supermercado. A morte de Júlio César provocou uma grande mobilização de ativistas dos direitos humanos, movimento negro e imprensa, o que foi fundamental para a comprovação de que o rapaz era inocente e fora executado. Esta foi apenas mais uma das milhares de vidas negras que são eliminadas no Brasil, o que demonstra a seletividade racista da violência policial

Edileuza Penha de Souza

*Oh!, meu Brasil verdadeiro
Não me iludo mais com tuas falácias
Devo mesmo apagar essa longa mentira
Devo mesmo cobrar esta dívida antiga
Devo mesmo dizer que não há mais dúvidas.*

Nelson Maca

A falácia da democracia racial e o racismo tiram a vida de homens negros e mulheres negras todos os dias. Tem sido assim! A execução da juventude negra pelo Estado brasileiro e demais instituições públicas ocorre em muitos lugares, em todos os momentos. Foi assim naquele 14 de maio de 1987, quando Júlio César de Melo Pinto, homem, negro, jovem, trabalhador, saiu de sua casa em Porto Alegre, e não voltou!

Perde-se a conta de quantas vezes foi assim! Na noite de 23 de julho de 1993, quando Paulo Roberto de Oliveira, 11 anos, Anderson de Oliveira Pereira, 13 anos, Marcelo Cândido de Jesus, 14 anos, Valdevino Miguel de Almeida, 14 anos, “Gambazinho”, 17 anos, Leandro Santos da Conceição, 17 anos, Paulo José da Silva, 18 anos e Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos, dormiam na calçada da igreja da Candelária no Rio de Janeiro. “Os homicídios de jovens representam uma questão nacional não só de segurança pública, mas de saúde pública também” (BRASIL, 2017).

Foi assim!... No dia 6 de fevereiro de 2015, 88 dos 143 tiros disparados ceifaram as vidas de Evson Pereira dos Santos, 27 anos, Ricardo Vilas Boas Silvia, 27 anos, Jeferson Pereira dos Santos, 22 anos, João Luís Pereira Rodrigues, 21 anos, Adriano de Souza Guimarães, 21 anos, Vitor Amorim de Araújo, 19 anos, Agenor Vitalino dos Santos Neto, 19 anos, Bruno Pires do Nascimento, 19 anos, Tiago Gomes das Virgens, 18 anos, Natanael de Jesus Costa, 17 anos, Rodrigo Martins de Oliveira, 17 anos, e Caique Bastos dos Santos, 16 anos, no bairro do Cabula, na cidade mais negra do país, Salvador.

Diante de dados tão assustadores perguntamos: o que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina os seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens serem homens e negros? As ciências criminais serão capazes de nos ajudar a

descriminalizar essa juventude e se contrapor ao seu extermínio? O sistema de justiça consegue, de fato, fazer justiça? A educação se preocupa com essa questão? (GOMES; LABORNE, 2018).

Tem sido assim!... 111 tiros no dia 28 de novembro de 2015 tiraram a vida e os sonhos de Roberto, Carlos Eduardo, Cleiton, Wilton e Wesley, quando apenas comemoravam a alegria do primeiro salário. E não para por aí. No Brasil, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. Afinal, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”¹.

Não basta nascer pobre, se assim fosse, no dia 3 de fevereiro de 2004, policiais militares da Força Tática do 5º Batalhão de São Paulo não teriam matado a tiros o dentista Flávio Ferreira Sant’Anna, homem negro de 28 anos, quando voltava do Aeroporto Internacional de Guarulhos em seu carro

¹ Trecho da música *A carne*, composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto. Interpretada por Elza Soares no álbum *Do cóccix até o pescoço* (2002).

Fotógrafo de Zero Hora, Ronald Bernardi, flagrou Júlio César sendo preso vivo, algemado no interior da viatura policial, e chegando morto com um tiro no HPS.

importado, “homicídio é a principal causa de mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, fenômeno que mostra crescimento pelo menos desde a década de 1980” (BRASIL, 2017).

É assim! Ser negro, em uma sociedade racista e excludente como a brasileira, é a premissa para a execução sumária, como foi no dia 14 de fevereiro de 2019 a morte do jovem negro Pedro Henrique Gonzaga, de 19 anos, estrangulado por um segurança do supermercado Extra, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Teve um pouco mais de sorte o empresário negro Crispim Terral, de 34 anos, que escapou da morte no dia 19 de fevereiro deste ano, quando foi imobilizado e retirado a força de uma agência da Caixa Econômica, em Salvador.

A cor da morte

Não cabem nessas páginas. São mais de 60 mortes diárias, ultrapassam 1.800 mortes por mês. A vulnerabilidade de ser negro desestrutura a vida de mais de 22 mil famílias brasileiras anualmente. Famílias que sofrem com a perda de filhos, pais, irmãos, namorados, netos, sobrinhos, afilhados, maridos, primos, amigos, amantes, colegas, estudantes, trabalhadores...

Enquanto escrevo esta resenha, escuto o noticiário de mais um desses erros. Desta vez, militares do Exército, amparados pela Lei n.º 13.491, de 2017² — que determina que, quando em serviço, os crimes “cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União” —, dispararam “por erro” mais de oitenta tiros em um carro, guiado pelo músico negro Evaldo Rosa dos Santos. Para o delegado da polícia civil que assumiu o caso no momento, “Tudo indica

que houve o fuzilamento do veículo de uma família de bem indo para um chá de bebê. Uma ação totalmente desproporcional e sem justificativa” (delegado Leonardo Salgado em entrevista à imprensa³). O resultado é mais um corpo estendido no chão. São muitos nomes e sobrenomes, em comum, eles têm apenas a cor que os marca para morrer.

O racismo faz aumentar a vitimização violenta das populações negras por dois canais, um indireto e o outro direto. O canal indireto está associado à pior condição socioeconômica dos afrodescendentes, que deriva não apenas de um processo de persistência na transmissão intergeracional do baixo nível capital humano, que seguiu como um legado da escravidão, mas por consequência dos efeitos culturais da ideologia do racismo no mercado de trabalho para negros. Se, do ponto de vista da demanda por trabalho, o racismo bloqueia o acesso a oportunidades e interdita o crescimento profissional, efeitos igualmente maléficos podem ocorrer pelo lado da oferta de trabalho (CERQUEIRA; MOURA, 2013, p. 13).

Até quando? Essa foi a pergunta do Movimento Social Negro (MSN) após a execução de Júlio César de Melo Pinto. Essa é a pergunta que setores da sociedade civil fazem a cada execução, que a jovem cineasta Camila Lopes de Moraes clama em seu primeiro longa-metragem, o documentário *O caso do homem errado*. O filme reúne depoimentos que elucidam “o caso”, e não é por coincidência que Camila desvende o descaso das autoridades.

Depois de meses de apuração jornalística, com a descoberta do local do crime, a reconstituição do itinerário feito pela viatura policial, a derrubada de versões apresentadas pela BM [Brigada Militar] e a identificação dos envolvidos na execução, o caso foi a julgamento na Justiça Militar. A maioria dos PMs acusados — entre eles, dois oficiais — foi expulsa da BM⁴.

Embora Camila não tenha conhecido Júlio Cesar pessoalmente, desde muito pequena, ouvia histórias sobre ele e de como fora barbaramente assassinado. Júlio Cesar era irmão de criação do pai de Camila, o jornalista Paulo Ricardo de Moraes e padrinho de seu irmão mais velho, o arquiteto Horácio Lopes de Moraes.

O percurso do filme e da cineasta Camila de Moraes

Um cinema que devolve a dignidade de parte de nossas histórias. Ainda na universidade, a disciplina de jornalismo investigativo despertou em Camila a ideia de fazer o filme, que a princípio seria um curta-metragem. Em 2015, ela buscou financiamento coletivo para a realização, mas não obteve êxito, como também em 2016, quando, apesar do novo insucesso, a equipe pôde iniciar o filme, cujas gravações foram realizadas em junho, em Porto Alegre, e seis meses depois, em Brasília.

O argumento foi ganhando volume, e no meio de pesquisas em arquivos de jornais e televisão, os roteiristas Mariani Ferreira, Maurício Borges de Medeiros e Camila de Moraes abandonaram a opção inicial por um curta-metragem, por terem visto nos vigorosos depoimentos a possibilidade de ampliar a narrativa para um longa-metragem. A sintonia dos roteiristas trouxe para as

² Lei sancionada em 13 de outubro de 2017 pelo governo Temer e o seu ministro da Defesa Raul Jungmann, que alterou o Decreto-Lei n.º 1.001 do Código Militar (de 21 de outubro de 1969).

³ “Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico”, *Folhapress* de 08/04/19 às 12:28, atualizado às 12:52. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/exercito-dispara-80-tiros-em-carro-de-familia-no-rio-e-mata-musico>. Acesso em: 8 abr. 2019.

⁴ Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2018/08/26/filme-gaucha-e-um-dos-candidatos-a-indicacao-do-brasil-ao-oscar/>.

telas um filme delicado e contundentemente cuidadoso em relação à aparição de cada pessoa.

Nos depoimentos de Paulo Ricardo de Moraes, militante do MSN, jornalista e irmão da vítima; Ronaldo Bernardi, fotógrafo, autor do registro fotográfico do caso; Luiz Francisco Corrêa Barbosa, advogado e ex-procurador da República; João Carlos Rodrigues, repórter; Jair Kirschke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Edilson Nabarro, sociólogo; Renato Dornelles, jornalista; Paulo Antônio Costa Corrêa, vizinho de Júlio César, na época, e amigo da família; Waldemar Moura Lima, professor e ex-secretário da educação; Vera Daisy Barcellos, jornalista, militante do MSN; Romeu Karnikowski, advogado do Sindicato da Polícia Civil; Aline Kerber, socióloga; e da viúva Juçara Pinto, o filme costura o tempo com as lembranças de pessoas que, de alguma forma, cruzam a história da vida à morte de Júlio César de Melo Pinto.

Cinema de gente negra

Ao reconstituir os episódios da execução de Júlio César, Camila traz o olhar, a técnica e a sensibilidade peculiar a uma mulher negra cineasta. *O caso do homem errado* é um cinema de gente negra para o mundo, fiel ao movimento que desde Zózimo Bulbul⁵ se consolida como um cinema “de dentro, para desde fora”, um documentário expositivo e investigativo, demarcado pelo argumento “Vidas negras importam”. Nessa premissa, Camila relata o desamparo das famílias negras e reitera a inocência de Júlio César.

Ainda na época da investigação e do julgamento do caso, a defesa do réu contou com depoimentos dos assaltantes e das pessoas feitas reféns durante o assalto. As sequências de fotos de Ronaldo Bernardi, publicadas no jornal *Zero Hora*, foram fundamentais

para provar a inocência de Júlio César e caracterizar o racismo institucional do Estado. Na trama, violência, dor e poesia, leveza e ternura atravessam o documentário em diversos momentos, como no depoimento do irmão de criação, Paulo Ricardo. No entanto, é a narrativa de Juçara Pinto que traz a marca da dor na memória de quem fica. Juçara fala dos sonhos abortados com a morte de Júlio, da timidez, do cuidado, do respeito e da doçura de seu companheiro.

“ *O caso do homem errado é um cinema de gente negra para o mundo, fiel ao movimento que desde Zózimo Bulbul, se consolida como um cinema ‘de dentro, para desde fora’, um documentário expositivo e investigativo, demarcado pelo argumento ‘Vidas negras importam’.*”

Embora a mãe de Júlio César, dona Maria Sebastiana de Melo Pinto, não esteja fisicamente no documentário, os relatos sobre ela nos permitem sentir sua imensa dor e aflição. A reprise do padecimento, do luto e do tormento de todas as mulheres com a morte de seus filhos. Juçara e dona Sebastiana parecem entoar os versos da canção *Não lugar*, de Ellen Oléria: “Quem fica é quem sofre / Quem fica é quem sofre”.

O longa-metragem *O caso do homem errado* faz coro a uma filmografia de denúncia do extermínio da juventude negra, a exemplo do curta-metragem da cineasta capixaba Daiana Rocha,

*Braços Vazios*⁶ (2018), no qual ficção e documentário se misturam para narrar a história de Vera, mãe de Carlos, barbaramente assassinado aos 16 anos. O doloroso isolamento de Vera sucumbe em uma fresta de esperança ao encontrar um grupo de mães irmanadas no mesmo lamento.

Outras tantas produções, como *Auto de Resistência* (2018), documentário de Natasha Neri e Lula Carvalho; *Talvez Futuro* (2011), animação de Jamile Coelho em *stop-motion*, têm encontrado no cinema espaço para denunciar o assassinato de jovens negros. Camila não está sozinha. Seu cinema se assenta na Associação dos Profissionais do Áudio Visual Negro (APAN), nascida da necessidade de fomentar a diversidade racial em toda a cadeia produtiva do audiovisual, cuja política se estrutura na concepção, produção, distribuição e exibição do audiovisual, com o compromisso de combater o racismo, as discriminações e os preconceitos.

Camila de Moraes conta como é difícil ser e permanecer diretora negra e o quanto o racismo e o sexismo tentam deslegitimar o lugar de ser cineasta negra. Em entrevista, a cineasta descreveu o intenso aprendizado que lhe permitiu inserir o filme no circuito comercial, mas, sobretudo, falou das lições de vida pessoal e profissional que realizar o filme lhe proporcionou.

Inspirações dos depoentes formaram o fio condutor do filme, entretanto eles também possibilitaram um giro 360° graus na vida profissional. Eu trabalhava com assessoria de comunicação e quando terminamos o filme começou a dificuldade de distribuir, então eu precisava sair dessa fase e fui fazer a produção executiva do filme. Aí eu tinha que aprender a fazer o filme circular (trecho de entrevista).

⁵ Zózimo foi ator, cineasta e roteirista, considerado o pai do cinema negro brasileiro.

⁶ Ficção, (16 min.) - 2018.

Em março de 2018, o documentário entrou em circuito comercial, o que parece ter sido o “abre-te sésamo” para percorrer diversos festivais. Camila revela que há um caminho árduo para que um filme de produção independente entre no circuito comercial, e destaca a importância de ter participado do Festival Latino-Americano, em São Paulo, e da 2ª Mostra Cineclube Teresa de Benguela: encontros, em Vitória, onde ela e a amiga, produtora e roteirista Mariana Ferreira foram responsáveis por um laboratório de escrita de narrativas.

Camila enfatiza os momentos de trocas e aprendizagem com a equipe de filmagem, composta majoritariamente por pessoas negras, com paridade de gênero. Nos sets de gravação, a maioria usou roupas de tecidos africanos, como forma de integração e posicionamento político.

Em mais um passo de sua trajetória promissora, o filme está disponibilizado para os próximos três anos na programação do É Tudo Verdade, do Canal Brasil. Camila também destaca o quanto o filme tem repercutido e as estratégias de mobilização em todos os locais onde o filme tem sido exibido; “Nunca vou sozinho aos locais, em todas as ações para exibir e/ou falar do filme temos ido ‘em bando’, o que tem fortalecido ainda mais o percurso do filme”.

Fechar um contrato com Canal Brasil foi algo bem legal que aconteceu, foi o momento de aprender a ler um contrato, a vender o filme. Estamos o tempo todo fazendo cinema de guerrilha, cinema de resistência. Daí não aprendemos essas coisas. Ninguém diz para você: “tem que fazer assim”. Ninguém ensina, a gente vai rompendo barreiras, vai aprendendo a fazer cálculos, calcular custos, negociar com salas de cinema. Entrar no circuito nacional (CAMILA, 2019, trecho de entrevista).

O desejo da diretora agora é disponibilizar o filme para cineclubes, escolas e demais entidades que debatem de diferentes modos a importância de vidas negras.

O circuito dos afetos

Quero mais espaço para que mais pessoas negras ocupem o audiovisual.

Camila (2019)

Em 2016, após a finalização da campanha de financiamento coletivo que não teve êxito, Camila firmou a parceria com a Produtora Praça de Filmes, de Porto Alegre, o que os possibilitou fazer as gravações. O filme circulou em quinze estados brasileiros e mais o Distrito Federal. Por onde anda, a diretora tem ouvido histórias de extermínio, desamparo e dor, algumas delas evocam a execução de Júlio César, enredos muito semelhantes de uma mesma história. Neste caso, houve o diferencial da intensa e ampla mobilização por parte do Movimento Social Negro do Rio Grande do Sul, do Movimento de Justiça dos Direitos Humanos e da própria família de Júlio César, que na época travaram uma batalha incessante com o Estado.

O caso do homem errado denuncia o racismo e preconceito racial. Júlio César de Melo Pinto foi morto por ser preto, foi esse o único motivo que impeliu umas das pessoas presentes a gritar “pega ladrão!”. Sua detenção evidencia o abismo social de um país que foi e continua sendo escravo-

“

Além do assassinato de Júlio César, a produção discute as mortes de pessoas negras de que a polícia é acusada. O grande número de jovens negros mortos no Brasil, pelas forças de segurança pública, levou a Anistia Internacional a tratar a situação como genocídio da juventude negra.”

crata e colonialista. Sua morte desenha o genocídio perpetrado pelas forças de segurança como a segunda maior causa de mortes violentas no país, e aponta para a urgente necessidade de verdadeiramente democratizar os espaços institucionais e a sociedade civil para construir outras visões de mundo. Ao que a psicóloga Cida Bento afirma:

As decisões, normas, planos e programas que emanam destes lugares institucionais afetam uma gama variada de grupos com trajetórias, identidades, interesses e contribuições diversificadas e impactam seus direitos, muitas vezes conquistados após muita luta, nas ruas. Não podem ser decisões tomadas a partir de premissas e processos viciados, excludentes e antidemocráticos (BENTO, 2019).

Em agosto de 2017, o filme estreou nacionalmente no 45º Festival de Cinema de Gramado. A partir daí, foi exibido em vários festivais, mostras e cineclubes, e premiado como melhor longa-metragem do 9º Festival Internacional de Cine Latino, Uruguay y Brasil, em Punta del Este, em novembro de 2017; e na II Mostra Competitiva de Cinema Negro – Adélia Sampaio, em novembro de 2018. *O caso do homem errado* chegou ao circuito comercial como o primeiro filme de uma cineasta negra brasileira a ser cotado para representar o Brasil no Oscar, na categoria filme estrangeiro, porém não figurou entre os escolhidos pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.



Cena do documentário: Juçara Pinto, a viúva, clama por justiça.

“É uma história que precisa ser contada”, afirma Camila, e nos remete à importância de fazermos cinema, conforme Zózimo Bulbul proclamava: “o cinema é uma arma, nós negros temos uma AR15 e com certeza sabemos atirar”.

Além do assassinato de Júlio César, a produção discute as mortes

de pessoas negras de que a polícia é acusada. O grande número de jovens negros mortos no Brasil, pelas forças de segurança pública, levou a Anistia Internacional a tratar a situação como genocídio da juventude negra. O filme também apresenta dados sobre a violência contra a comunidade negra.

“Vivemos num país, onde o Estado está autorizado a matar a população negra”, afirma Camila, e enfatiza a dificuldade que a população negra tem em fazer cinema, de construir e consolidar um cinema negro, uma vez que todas as estruturas brancas e racistas agem na contramão da diversidade.

Muitas pessoas negras estão trabalhando para chegar e cumprir os vários rituais impostos pelo mercado. No entanto, muitas vezes sequer a gente consegue chegar ao eixo que eles determinam. Por exemplo, o filme, no início do nosso circuito comercial, por questões estratégicas, escolhemos começar pelo Rio Grande do Sul, onde o caso ocorreu, Bahia, por ser o estado mais negro do país, e Acre, por estar na região norte do país, para depois ir para os demais estados brasileiros. No entanto um dos pré-requisitos para concorrer para representar o país no Oscar é entrar em circuito comercial e que tenha ficado em cartaz pelo menos no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Após o Acre, entramos em cartaz em São

Paulo, e depois em outros onze estados, além de cumprir outros requisitos do regulamento, e foi o que nos possibilitou chegar na lista de possíveis filmes nacionais para representar o país no Oscar de 2019. O que percebemos? As nossas produções negras normalmente não chegam nesse patamar de circuito comercial.

O que quero dizer é que a gente não tem as mesmas condições de competir com quem há séculos faz cinema – e só fazem isso, vivem disso. Pessoas brancas não precisam nomear o seu cinema de “Cinema Branco”, isso está naturalizado, o cinema é branco e masculino, além de elitista. Então, é preciso proporcionar melhores condições

para que se possa de fato estruturar um cinema negro, um cinema LGBTQ+, um cinema inclusivo. Não queremos cota das sobras. As pessoas sempre tiveram 100% das fatias milionárias do Cinema, daí eles dão migalhas para fingir que estão fazendo inclusão no Cinema Brasileiro. Não é mais possível continuar assim, são necessários recursos para produzir audiovisual e as pessoas precisam ser bem remuneradas. Por exemplo, é inadmissível lançar um edital para produção e produtores negros/negras e premiar pessoas brancas. Chega disso, estamos em 2019! Por isso, me junto à luta para fortalecer e ampliar o audiovisual feito por pessoas negras (CAMILA, 2019).

O caso do homem errado está rodando pelo mundo e tem servido de ponte para debater o extermínio da população negra. Em fevereiro deste ano, Camila participou de um debate sobre o genocídio da juventude negra na Universidade da Califórnia; a aceitação do público nos congressos e festivais na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos, em Portugal e no Uruguai, por onde o filme já foi exibido, demonstra a urgência da representação do povo negro no cinema e o poder da imagem na construção da identidade. Ao mesmo tempo, nos remete ao que Muniz Sodré (2002) chamou de conceito de pertencimento, ou seja, em qualquer parte do mundo é o coletivo que nos possibilita a humanização.

Na comunidade está implicada a ideia de uma continuidade, derivada não dos atributos de uma entidade ou da propriedade de uma substância comum (seja sangue, território, um laço cultural etc.), e sim da partilha de um múnus, que é a luta comum pelo valor, isto é, pelo que obriga cada indivíduo a obrigar-se com o outro. Tal é a dívida simbólica, transmitida

de uma geração para outra por indivíduos imbuídos da consciência de uma obrigação, tanto para os ancestrais... quanto para com os filhos... (SODRÉ, 2002, p. 178).

Camila também demarca o momento de retrocesso que o Brasil, em especial a cultura e a educação, passa neste momento, mesmo assim ela segue otimista com muitos planos para o futuro: “Vou tirar alguns projetos da gaveta. A busca agora é tentar permanecer no audiovisual, tenho muitos planos, quero fazer ficção, penso em fazer uma série e estou trabalhando no roteiro de dois documentários”.

Se, por um lado, o filme *O caso do homem errado* demarca a violência e o genocídio da população negra, por outro, ele celebra o cinema negro no feminino em que Camila de Moraes concretiza, em denúncia, em combate às múltiplas opressões, evocando em 77 minutos uma estética de afetos e aprendizagem.

Encerramos este texto com o poema *Negridianos*, de Livia Natalia, por entender que a poética de Camila de Moraes é uma alternativa que consolida um cinema que se impõe fértil e poderoso.

Há uma linha invisível,
lusco-fusco furioso dividindo as
correntezas.
Algo que distingue meu pretu-
me de sua carne alva
num mapa onde não tenho
territórios.

Minha negritude caminha nos
sobejos,
nos opacos por onde sua luz
não anda,
e a linha se impõe poderosa,
oprimindo minha alma negra,
crespa de dobras.

Há um negridiano meridiando
nossas vidas,
ceifando-as no meio incerto,
a linha é invisível mesmo:
mas nas costas ardem,
em trilhos rubros,
a rota-lâmina destas linhas
absurdas
que desenha
enquanto eu não as enxergo.

Livia Natalia



O Caso do Homem Errado

Documentário: “O Caso do Homem Errado”

Produtora: Praça de Filmes

Diretora: Camila de Moraes

Roteiro: Camila de Moraes, Mariani Ferreira e Maurício Borges de Medeiros

Produção Executiva: Camila de Moraes e Mariani Ferreira

Elenco (depoentes): Juçara Pinto, Paulo Ricardo de Moraes, Ronaldo Bernardi, Luiz Francisco Corrêa Barbosa, João Carlos Rodrigues, Jair Kirschke, Edilson Nabarro, Renato Dornelles, Paulo Antônio Costa Corrêa, Waldemar Moura Lima, Vera Daisy Barcellos, Romeu Karnikowski, Aline Kerber

Direção de Fotografia: Maurício Borges de Medeiros

Trilha Sonora: Rick Carvalho

Montagem: Maurício Borges de Medeiros

Desenho de Som: Guilherme Cássio dos Santos

Referências

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Pelo não retrocesso. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pelo-nao-retrocesso/>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260661>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. São Paulo: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.
- MACA, Nelson. *Gramática da ira*. Salvador: Blackitude, 2015.
- MORAES, Camila de. Entrevista concedida a Edileuza Penha de Souza, em março de 2019.
- NATÁLIA, Livia. *Negridianos*. Literatura afro-brasileira. O portal da literatura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/567-livia-natalia-negridianos>. Acesso em: 7 mar. 2019.
- GOMES, Nilma Lino Gomes; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, v. 34, Belo Horizonte: EPUB, 23 nov. 2018.
- OLÉRIA, Ellen. *Não Lugar*. Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/ellen-oleria/1266326/>. Acesso em 3 abril 2019.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear*. Petrópolis: Vozes, 2002.



Ilustração: Nethio Benguela

A memória negra na diáspora como instrumento jurídico

O modelo de Estado neoliberal que persiste no Brasil atual dá espaço a que prolifere o genocídio negro, fortalecendo as forças repressoras para quem os corpos negros não são reconhecidos como corpos humanos. Então, por que respeitá-los?

Maíra Brito é jornalista, mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB, professora voluntária na Faculdade de Direito da UnB e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré (FD/UnB).

Rodrigo Gomes é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB, professor voluntário na Faculdade de Direito da UnB, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro – Maré (FD/UnB).

Felipe Freitas é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB e membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (GPCRIM/UEFS).

Maíra Brito
Rodrigo Gomes
Felipe Freitas

Era novembro de 2015 quando Wesley Rodrigues, 25 anos; Carlos de Souza e Roberto Penha, 16 anos; Wilton Júnior, 20 anos; e Cleiton de Souza, 18 anos, saíram para comemorar o primeiro salário de Roberto. Na volta para casa, o carro em que estavam os cinco jovens negros foi atingido por uma rajada de tiros. No total, foram 111 tiros contra eles e os dois jovens (os irmãos Wilton e Wilkerson, o último, o único sobrevivente da chacina) que estavam na moto ao lado (JUSTIFICANDO, 2018).

Testemunhas disseram que os policiais continuaram atirando mesmo com os gritos afirmando que eles eram

moradores de Costa Barros (Zona Norte do Rio de Janeiro). Os policiais buscavam os responsáveis pelo roubo de um caminhão, porém, só tinham a informação que os assaltantes estavam em um carro e uma moto (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

O caso foi registrado como auto de resistência pelos agentes do Estado, categoria que justifica a morte de civis por policiais em prol da legítima defesa, contudo, a suposta troca de tiros foi desmentida pela perícia e pelas testemunhas.

Em julho de 2016, morreu Joselita de Souza. Ela encontrava-se em quadro

de pneumonia e anemia, além da parada cardiorrespiratória que a levou para o hospital (O GLOBO, 2016). Apesar da extensa lista de complicações, a morte de Joselita foi causada por uma dor sem nome, a dor de perder um filho (BRITO, 2018). Ela era mãe de Roberto, um dos jovens mortos com 111 tiros. Desde aquela noite, sua vontade de viver perdeu espaço para a depressão. A tragédia de Costa Barros tirou a vida de seis jovens e a de Joselita e destruiu várias famílias para as quais as mortes são pesadelos reais e diários. Para quem fica, resta a tentativa de (sobre)viver diante de tantas ausências.

Esses são apenas dois casos que demonstram parte do projeto genocida antinegro do Estado brasileiro¹. Nesse projeto, a negritude é vista como antítese da humanidade. E se os corpos negros não são reconhecidos como corpos humanos, por que respeitá-los? Para que preservá-los? Não há porque nem para que em uma sociedade cujo racismo é estrutural e dilacerante. Estamos falando de um processo brutal em que a integridade da vida e da dignidade das pessoas negras não chega sequer a representar enunciações retóricas do conjunto da sociedade. A antinegitude é um traço que estrutura polaridades e ancora a eliminação e o descarte sistemático da vida negra:

O genocídio negro, então, nada mais é do que a expressão social de uma estrutura de antagonismo antinegro

que tem no sofrimento negro não uma fonte de escândalo, mas um fato banal e previsível. Um mundo que não seja antinegro requer a elaboração de mundo novo (FLAUZINA; VARGAS, 2017, p. 7).

Em relação a esse assunto, Joy James e Jaime Amparo (2017) destacam o percurso sobre o genocídio antinegro e alertam sobre como a diáspora africana é um “espaço projetado para a morte negra”. A este respeito, a pesquisadora norte-americana e o pesquisador brasileiro interrogam: “como responder ao terror policial dentro da lei se a lei é inerentemente antinegra?”.

Neste artigo, tomamos empresta-

“*A antinegitude é um traço que estrutura polaridades e ancora a eliminação e o descarte sistemático da vida negra.*”

da a provocação contida na indagação sobre os limites de uma “lei inerentemente antinegra” no enfrentamento ao terror provocado pela própria antinegitude para também interrogar: “como resistir ao projeto genocida antinegro do Estado brasileiro como categoria teórica, política e jurídica?”. As últimas décadas demonstram como a memória tem sido mobilizada como instrumental jurídico para resistência a esse projeto genocida, que tenta destruir corpos, afetos, passados, presentes e futuros.

A memória como (sobre) vivência negra

No país onde o genocídio antinegro tem como principal frente o extermínio da juventude negra, observamos os grupos de mães que perderam os

filhos assassinados como uma das principais agências de enfrentamento ao racismo. As experiências dessas mulheres representam uma importante expressão do encontro entre a vivência da vitimização pela discriminação e pela violência convertidas em potente identidade de luta pessoal e coletiva em defesa da própria memória (e de seus familiares), mas, ao mesmo tempo, pela transformação das práticas estatais no âmbito penal e processual penal e pelas reconstruções das ações policiais. Neste sentido, os grupos de mães são uma expressão de luta pela memória e pela justiça, cujos sentidos inspiram importantes reflexões sobre racismo, diáspora negra e igualdade.

O primeiro ponto a ser destacado é como elas lutam pela memória de seus filhos. Elas querem mostrar ao mundo quem eram esses jovens. Geralmente, é muito forte nas identidades destes movimentos o uso de camisas com fotos dos jovens vítimas de violências, cartazes com seus nomes e datas de nascimento e de morte das vítimas e bandeiras com frases diretas e cortantes — “nossos mortos têm voz”, “nosso luto é luta”.

A base da resistência dessas mulheres é, antes de tudo, uma disputa pela memória, uma disputa sobre os sentidos da própria existência e sobre os contextos e conflitos nos quais estão enredados suas famílias e suas comunidades, ou seja, uma luta de duplo movimento para ressignificar o presente conferindo ao passado uma narrativa e uma interpretação que lhes pareça justa e verdadeira.

Depoimentos como os de Ana Paula Oliveira, uma das fundadoras e integrantes do grupo Mães de Mangueiros, são de extrema relevância para compreender o valor das lembranças. No livro *Não. Ele não está* (2018), ela revela porque sempre carrega consigo uma foto do filho Johnatha, morto aos 19 anos com um tiro nas costas por um agente do Estado.

Tem uma coisa que nunca vão me tirar: eu sempre vou ser mãe do Johnatha. [...] A todo lugar

¹ São diversas as faces desse projeto que atravessam a experiência negra em diáspora. Em termos de realidade brasileira, o genocídio antinegro também materializa com a inviabilização dos modos de viver das comunidades quilombolas. Trata-se de uma guerra secular contra os quilombos, com cenas de extermínio colonial do passado - Almares (AL) e Cabula (BA) - e no presente em nome do “desenvolvimento” ou da “soberania nacional” - Contente (PI), Barros Vermelho (PI), Alcântara (MA), Rio dos Macacos (BA) e Marambaia (RJ). Essa face da violência racial foi recentemente abordada na publicação realizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e pela Terra de Direitos em *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*; trata-se de um livro-denúncia que destaca o crescente número de assassinatos de quilombolas no país.

que vou, levo uma foto do meu filho. Eu nem preciso aparecer, mas quero que lembrem do rostinho dele. Claro que quero que o policial que tirou a vida do meu filho pague perante a Justiça, mas hoje, muito mais importante do que isso, é manter viva a memória do meu filho. Eu quero levar a imagem e a história dele para outras mães. [...] É nisso que eu penso. De poder tocar outras mães, com essa trajetória do luto à luta. É mexer no íntimo dessas mães e fazer com que de alguma forma elas se identifiquem e queiram falar de seus filhos. Que elas também possam encontrar forças para falar (BRITO, 2018, p. 49-50).

É uma disputa pela possibilidade de protagonizar uma narrativa sobre si e sobre a sua história (individual e coletiva) que confere ao presente uma interpretação favorável à disputa por um lugar no mundo, direcionada à ressignificação do luto decorrente do trauma da violência racial. O sentido prioritário da disputa da memória por parte dessas mulheres consiste na luta pelo direito de dizer que o filho vítima de violência não era envolvido com práticas ilícitas, ou, nos casos em que havia condutas ilícitas na trajetória da vítima, que, ainda assim, não havia motivo (ético ou jurídico) que justificasse ou contextualizasse a execução.

O segundo ponto é a luta por justiça. A maioria esmagadora desses jovens sofre, além da morte física, a morte simbólica, pois recorrentemente são acusados de algum crime que justifique a morte, na tentativa de comprovar a máxima racista e elitista que “bandido bom é bandido morto”. É como se houvesse sobre as vítimas de violência policial uma permanente presunção de culpa, e como se esta presunção fosse sempre um alibi para que se possa evocar o argumento da legítima defesa e do confronto com a autoridade policial.

Excluindo aqui o debate jurídico sobre o sentido da validação das narra-

tivas policiais no âmbito judicial, tem-se nestes casos um interessante exemplo de como a memória (das vítimas) pode ser evocada para validar (ou não) posições políticas sobre as formas de controle judicial. Ao declarar que as vítimas “tinham passagem pela polícia”, o Ministério Público, a mídia e a própria Justiça presidem um singular processo de desumanização dessas vítimas, que resulta na validação da ação estatal que resultou em sua morte. Dito a partir da expressão popular: “morreu porque era bandido”.

Tal ilustração serve para pensar inúmeras questões do direito à memória e da produção jurídica em torno deste direito. A questão serve para problematizar como a memória das vítimas de violência policial é usada em sentido negativo para produzir um tipo de condenação moral que tem servido para justificar a ação violenta das polícias e como, em sentido contrário, as mães de vítimas irrompem nesta conjuntura e alteram esta trajetória.

Por último, porém não menos importante, são os vínculos de (sobre)vivência e manutenção da vida e da (sobre)vivência, mesmo diante da morte, que as fortalecem na trajetória de luta e memória. Falamos aqui do apoio recíproco que organiza sentidos nas comunidades negras, nas trocas afetivas, materiais e imateriais em busca de reconstrução das próprias experiências. Falamos aqui daquilo que Bell Hooks descreve como “a força transformadora do amor” para referir-se à capacidade política de alterar desigualdades a partir do somatório de esforços coletivos de ajuda mútua e de solidariedade comum:

Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o

poder do amor. O amor cura (HOOKS, 2006, p.196).

É devastadora a dor de perder um filho. Porém, ao conectar Hooks (2006) com as práticas empíricas de solidariedade entre as mães de grupos organizados (como o Mães de Mangueiros), encontramos experiências concretas de solidariedade materializadas politicamente na ideia de amor como uma importante potência. Outra questão relevante é compreender a memória como um direito, pois se os corpos foram alvo de violência, como herança deixaram suas trajetórias e a latente lembrança de porque não estão mais aqui, instigando verdade e justiça.

A memória negra como matriz histórico-jurídica

A memória da (sobre)vivência será aqui mobilizada como instrumental histórico-jurídico potente para efetivação de direitos da população negra no presente, senão para provocar o campo jurídico que tem se mantido silente quanto à violação desses direitos, portanto, na luta contra o racismo — o projeto genocida antinegro do Estado brasileiro.

Essa centralidade da memória tem uma estrita relação com o modo como a nossa historiografia jurídica tem narrado as relações raciais, predominando as imagens da escravidão² no discurso dos juristas. Essa retórica da questão racial, estritamente vinculada à escravidão, evidencia um domínio “das mãos brancas” sobre a matriz histórica dominante no campo jurídico. A construção política da memória sobre a presença negra, portanto, o ato de lembrar e esquecer, é ainda agenciada por mitos raciais. Dessa forma, cumpre duas funcionalidades que aqui destacamos: i) o silêncio sobre

² As imagens “controladoras” da escravidão enraizadas nas narrativas jurídicas traduzem uma experiência negra reduzida aos lugares de submissão e passividade dos escravizados, inclusive, nas disputas jurídicas protagonizadas pela agência negra.

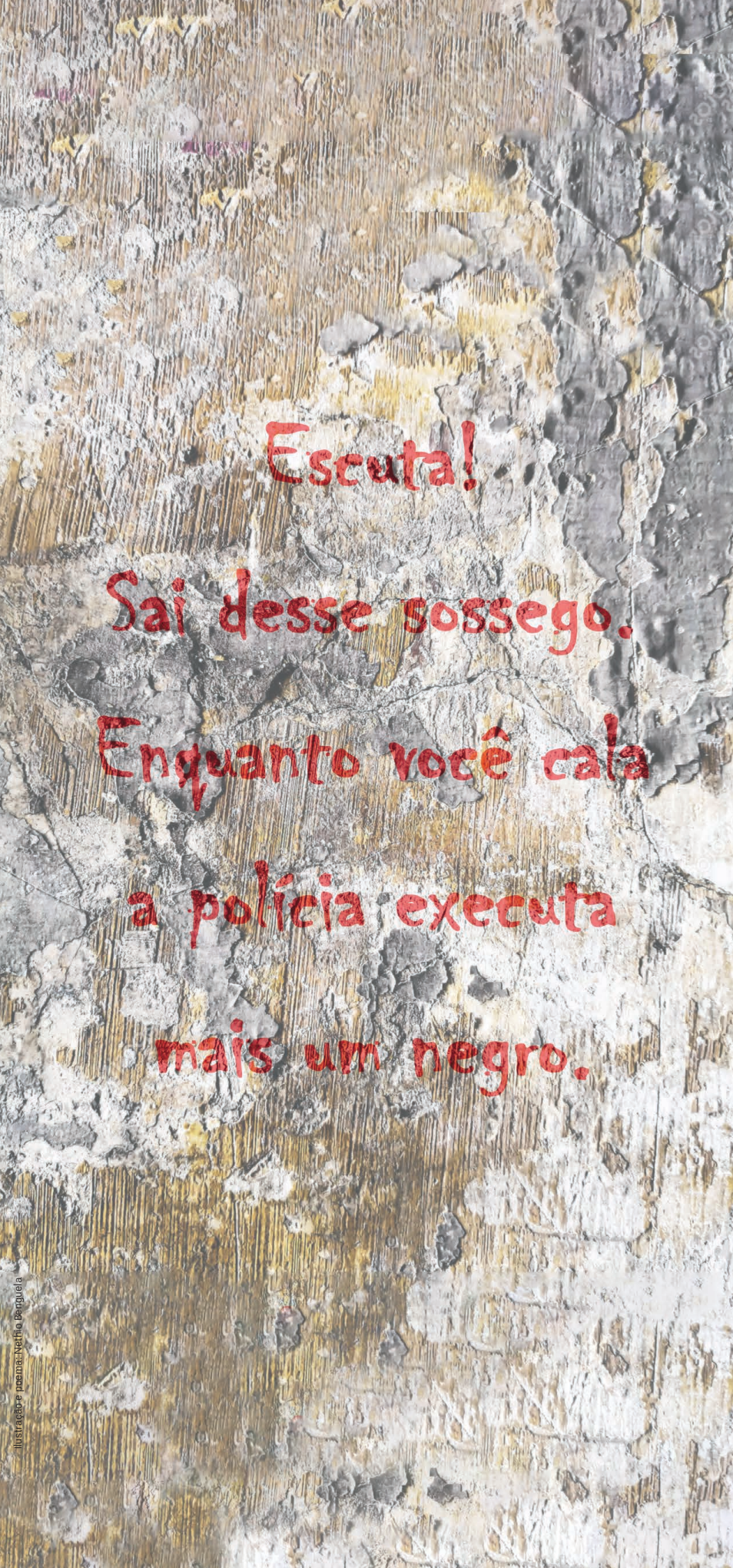
os impactos da hierarquização jurídica em razão da raça no pensamento e na prática do direito; ii) e o apagamento da agência negra no manuseio dos instrumentos jurídico-políticos em sua luta por direitos.

Em *Direito e relações raciais*: uma introdução crítica ao racismo, Bertúlio (1989, p. 118) nos provoca com o que parece óbvio no diagnóstico sobre a postura do campo jurídico frente ao racismo hoje: “o desenvolvimento da teoria e da prática do Direito e ações estatais de Direito, para o Direito e baseadas no Direito, ‘passa por cima’ da realidade racial no Brasil”.

A agenda de pesquisa do direito e das relações raciais, inaugurada nos anos de 1980, já consolidada atualmente, tem nomeado esse fenômeno de “silêncio dos juristas” sobre raça e/ou racismo. Uma proposição que se pretende contrapor ao diagnóstico apresentado encontra centralidade na historicização das relações raciais e do direito. Postura assumida inicialmente por Prudente (1980) e Bertúlio (1989), que evidenciaram um problema estruturante das relações raciais: a “raça” é um dispositivo substancial no momento de afirmar ou negar direitos.

A eficiência dessa hierarquização racial na tradição jurídica brasileira é notada com a inscrição de narrativas que têm obstado os direitos da população negra, dentre as quais destacamos a subsunção do mito da democracia racial e da mestiçagem como o valor jurídico da igualdade no Brasil. A noção de que “somos todos iguais” atravessa a elaboração, a interpretação e a aplicação das normas jurídicas. Assim, os silêncios sobre os impactos do racismo na estrutura

“*A face oposta à dor, à violência e ao genocídio antinegro na diáspora africana é o amor, a resistência e a (sobre)vivência negra.*”



político-jurídica brasileira reforçam a funcionalidade de exclusão do direito em razão da raça (QUEIROZ; GOMES, 2017).

Portanto, a máxima jurídica “somos todos iguais” opera no Brasil como mecanismo de interdição da discussão sobre racismo no presente — contingenciando-o como um problema do passado — e, conseqüentemente, de instrumentos institucionais aptos ao enfrentamento do genocídio antinegro. Essa narrativa ainda predominante sobre a presença negra a partir dos significados e símbolos produzidos pelos mitos raciais, e traduzida no campo jurídico como valor de igualdade, apresenta um problema que aqui apontamos: contingenciar a experiência do racismo como algo do “passado” e não enfrentá-lo como um problema constitucional revela o caráter a-histórico dessa narrativa.

A historicização do ordenamento jurídico brasileiro de Bertúlio (1989) do pós-abolição ao período pré-constitucional de 1988 evidenciou justamente o *continuum* de uma matriz histórico-jurídica abertamente racista que legitima-se e institucionaliza-se na dinâmica estatal o genocídio antinegro, pois considera o impacto das leituras sobre o passado no presente. A centralidade da memória negra na diáspora como instrumental jurídico-político de enfrentamento ao racismo de Estado é justamente o enraizamento dessa trajetória-experiência da população negra em diáspora que não pode ser reduzida às narrativas da branquitude.

A face oposta à dor, à violência e ao genocídio antinegro na diáspora africana é o amor, a resistência e a (sobre)vivência negra. A disputa por uma memória negra na diáspora é, portanto, a elaboração de contranarrativas que, por meio da oralidade, dos corpos-documentos, do quilombo e da resistência cultural, privilegia a agência da população negra em contraposição ao projeto genocida antinegro do Estado brasileiro.

Um “ensaio desde dentro da resistência de um povo negro”³

O sentido de memória é construído e reconstruído socialmente em função das experiências históricas dos sujeitos políticos e de como esta construção é reconhecida e registrada pela política, pela história, pela cultura e pelo direito. É fundamental considerar que no campo da memória atuam não só forças sociais, mas também personagens políticos que ambicionam ampliar seus espaços de poder ou, no caso dos historicamente excluídos, repor sua versão sobre fatos históricos e retomar o discurso sobre a própria identidade e experiência social. Fala-se aqui das narrativas das vítimas como ponto que opera na história para deslocar os discursos e as posições oficiais na disputa política pelos sentidos históricos das experiências vividas socialmente.

A este respeito, podemos falar da experiência das comunidades negras na diáspora como importante fonte de resistência baseada na disputa pela memória, na solidariedade mútua e na reinvenção criativa da própria liberdade. E, sob esta ótica, falamos dos grupos de mães enquanto mecanismos persistentes na diáspora negra cujo impacto é evidente em termos de (sobre)vivência coletiva e de resistência ativa.

A partir de lutas pelo deslocamento dos discursos oficiais acerca da própria experiência, as mães que perderam os filhos elaboram categorias analíticas orientadas a partir da experiência concreta de dor e luto. Com base na auto-organização coletiva e na disputa pela memória e pela verdade, essas mulheres promovem inversões epistemológicas no registro da história e ampliam os seus repertórios políticos para o desenvolvimento de lutas das quais dependem a sua própria sobrevivência.

“É fundamental considerar que no campo da memória atuam não só forças sociais, mas também personagens políticos que ambicionam ampliar seus espaços de poder ou, no caso dos historicamente excluídos, repor sua versão sobre fatos históricos e retomar o discurso sobre a própria identidade e experiência social.”

³O subtítulo do capítulo introdutório de *O quilombismo* é originalmente intitulado “Introdução à mistura ou massacre? Ensaio desde dentro do genocídio de um povo negro” (NASCIMENTO, 1980, p.12).

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Chacina de jovens em subúrbio do Rio faz um ano e PMs ainda não foram julgados*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/chacina-de-jovens%20-em-sub%C3%BArbio-do-rio-faz-um-ano-e-pms-ainda-n%C3%A3o-foram-julgados>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BRITO, Maíra de Deus. *Não. Ele não está*. Curitiba: Appris, 2018.

CONAQ; TERRA DE DIREITOS. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Helion Costa (Orgs.). *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

O GLOBO. *O adeus de Joselita, mãe de menino morto em Costa Barros*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-adeus-de-joselita-mae-demenino-morto-em-costa-barros-19680236>. Acesso: em 02 abr. 2019.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maysa; EVELYN C. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: Nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas Editora / Criola, 2006.

JUSTIFICANDO. 3 anos da Chacina de Costa Barros: 5 jovens mortos, 111 tiros. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/11/09/3-anos-da-chacina-de-costa-barros-5jovens-mortos-111-tiros/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA., 1980.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa e GOMES, Rodrigo Portela. Teoria Crítica do Direito, pesquisa jurídica e relações raciais: Contribuições fundacionais de Dora Lúcia de Lima Bertúlio. In: *Anais do III Congresso de Direito Constitucional e Filosofia Política – A desigualdade e a reconstrução da democracia social*. KOZICKI, K. et al. (Org.). Belo Horizonte: Arraes Editores, p. 402-403, 2017.



Foto: Inês Uliôa

As cotas raciais na UnB: avanços, desafios e questões abertas

Givânia Maria da Silva é doutoranda em Sociologia (UnB), professora voluntária e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Ceam/UnB) e dos grupos de pesquisas Tterra/UNB e Geppherg/UnB.

Bárbara de Oliveira Souza é doutora em Antropologia pela UnB, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (UnB) e ao Tterra/UnB e professora voluntária vinculada ao NEAB/CEAM/UnB.

Este artigo tem como objetivo discutir de forma panorâmica a adoção do sistema de cotas raciais pela UnB, como ação afirmativa, e os avanços e desafios desse pioneirismo que posteriormente se tornou uma política pública em nível nacional. A formulação e implementação das cotas incita questões e desafios. Qual é o contexto da criação e do debate sobre as ações afirmativas no Brasil? Quais são os limites existentes na estrutura curricular de uma das maiores universidades públicas do país, na materialização das cotas raciais? O que as cotas raciais provocaram no interior da UnB e nas demais Universidades Públicas no Brasil? Quem são os sujeitos negros que ainda não acessam as cotas na proporção da sua existência? Essas reflexões serão debatidas ao longo do artigo com vistas a contribuir para o aprimoramento e fortalecimento das cotas raciais na UnB e no Brasil.

Givânia Maria da Silva
Bárbara Oliveira Souza

Parte das reflexões apresentadas nesta análise sobre a criação e adoção do sistema de cotas na UnB tem como base as experiências das autoras na prática docente na Universidade de Brasília (UnB), como professoras voluntárias em duas disciplinas optativas ofertadas nos semestres 2º/2018 e 1º/2019, com foco nas relações raciais e nos quilombos do Brasil. As disciplinas são: *Pensamento*

Contemporâneo – Departamento de Extensão (DEX) e *Cultura, Cultura, Poder e Relações Raciais* – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM/NEAB). O artigo também aborda experiências vividas pelas autoras como parte do corpo discente, antes e após a aprovação das cotas na UnB. Para além dos dados empíricos, o artigo busca analisar dados secundários sobre as políticas de igualdade racial, sobre as ações afirmativas e sobre a população negra de forma geral. Está presente, também, uma reflexão sobre os marcos de direitos que permeiam o debate sobre a implementação das ações afirmativas.

Tensionada por uma situação de racismo no seu interior, a UnB se tornou, em 2003, a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas raciais no Brasil. As cotas foram aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), no dia 6 de junho de 2003. O Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial¹, que fundamentava a proposta das cotas, estabelecia que 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros. Para indígenas, estava prevista a disponibilização de vagas a ser construída com base em demanda específica. As cotas passaram a ser implementadas na UnB a partir de 2004².

Esse momento é marcado por vários protestos e denúncias de ausências de estudantes negros na UnB. O movimento dos estudantes da UnB, ao denunciarem práticas de racismo em seu interior, recebeu apoio de parte dos/as professores/as³. Contudo, muita resistência foi vivida no processo, além de haver um forte discurso contrário às cotas. Esse enredo ganhou força no contexto das ciências

sociais, conforme descreveremos a seguir. Não por acaso, foi exatamente no contexto do Departamento de Antropologia que houve a denúncia de racismo na pós-graduação, o que propulsou o debate sobre a necessidade de discutir o racismo na Universidade, assim como de possibilitar estratégias para o acesso a estudantes negros ao ensino superior.

Demanda por ações afirmativas

Esse processo na UnB foi articulado com a histórica pauta dos movimentos negros, que já entoavam a demanda de ações afirmativas nas universidades em encontros, fóruns e conferências ao longo de décadas no Brasil. Um dos exemplos relevantes dessa mobilização, no contexto dos anos 2000, foi vivida na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, na cidade de Durban na África do Sul, realizada em 2001.

A referida conferência, além de reconhecer a escravidão como um crime que lesa a humanidade, apresentou um conjunto de medidas aos Estados para diminuir os efeitos causados aos negros e às negras durante os séculos de escravização, declarando que:

O racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, quando equivalem a racismo e discriminação racial, constituem graves violações de todos os direitos humanos e obstáculos ao pleno gozo destes direitos, e negam a verdade patente de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, constituem um obstáculo para relações amistosas e pacíficas entre povos e nações, e figuram entre as causas básicas de muitos conflitos internos e internacionais, incluindo conflitos armados e o consequente deslocamento forçado das populações (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 7).

No que se refere às desigualdades no acesso à educação, entre outros aspectos e recomendações, a Conferência de Durban reconhece que:

[...] a educação em todos os níveis e em todas as idades, inclusive dentro da família, em particular, a educação em direitos humanos, é a chave para a mudança de atitudes e comportamentos baseados no racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e para a promoção da tolerância e do respeito à diversidade nas sociedades; Ainda afirmamos que tal tipo de educação é um fator determinante na promoção, disseminação e proteção dos valores democráticos da justiça e da igualdade, os quais são essenciais para prevenir e combater a difusão do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 29-30).

A sistemática denúncia que os movimentos negros faziam sobre o silêncio do Brasil em relação aos efeitos do racismo na vida das/os negras/os e às desigualdades a que estão submetidas as pessoas negras ganha força no contexto de Durban. Ainda no início dos anos 2000, inicia-se no Brasil, na mesma conjuntura, um novo ciclo de governo, que elege pela primeira vez um presidente do Partido dos Trabalhadores, partido que traz em sua história um reflexo das organizações negras.

Nesse momento, a incidência dos/as negros/as na plataforma política do Programa de Governo, por meio do setorial de Igualdade Racial do Partido dos Trabalhadores (PT), com a elaboração de um documento intitulado “O Brasil sem racismo”, apresentado como contribuição à elaboração do programa de Governo que seria apresentado aos/às brasileiros/as durante a campanha presidencial em 2002, foi fundamental para que, durante a campanha, temas como racismo,

¹ Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>.

² Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>.

³ Cabe destacar, inclusive, que os autores do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, aprovado na UnB em 2003, foram Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho, professores da Universidade.



A nova cara da UnB: maior representatividade da diversidade

desigualdades e seus efeitos fossem apresentados e debatidos, e posteriormente construídos alguns mecanismos de superação.

O referido documento, estruturado por eixos, apresenta um diagnóstico sobre a situação dos negros e propõe medidas de inclusão e acesso dos negros às políticas públicas. Em relação ao acesso à educação, apresentava-se o seguinte quadro:

O sistema educacional no Brasil reproduz com frequência práticas discriminatórias e racistas. Existe um círculo vicioso que combina pobreza, fracasso escolar e marginalização social. A soma destas práticas impede o desenvolvimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação social, econômica, cultural e política. Se já é difícil, no modelo atual, garantir acesso e permanência de crianças, jovens e adultos brancos aos diferentes níveis

de ensino, maior ainda deve ser a atenção dada à população negra no sentido de garantir a oferta de educação de qualidade. Além disso, é inadiável a construção de um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, equidade e justiça social (FPA, 2001, p. 16).

É verdade que nem todas as ações propostas apresentadas no documento “Brasil sem racismo” que foram incorporadas ao programa de governo e, posteriormente, ao Plano Plurianual foram concretizadas na sua integralidade. No entanto, inicia-se em 2003 um conjunto de políticas voltadas para a população negra, cujo objetivo era diminuir os abismos provocados pelas desigualdades entre negros e brancos, que eram ainda mais acentuadas na quele década.

Com essas políticas também nasceram estruturas que, pela sua natureza, teriam o papel de elaborar e executar políticas de promoção da igualdade

racial, como, por exemplo, a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁴, a coordenação de regularizações fundiárias de quilombos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os Institutos Federais, as novas universidades, os conselhos diversos, os grupos de trabalhos, as conferências, a alteração da Lei nº 9.394/2006 — Lei de Diretrizes de Bases da Educação do Brasil (LDB)⁵, entre outras mudanças nas estruturas do Estado que reforçavam a necessidade de se elaborar políticas de ações afirmativas. A igualdade deixava de ser uma mera igualdade perante a lei, para

⁴ A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do seu Diretório Nacional no dia 5 de maio de 1996. Essa decisão abria o caminho para concretização de uma antiga aspiração do PT, que era a de constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para desenvolvimento de atividades como as de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência, a pluralidade de opiniões que, dificilmente, podem ser encontradas nos embates do dia a dia de um partido político.

⁵ Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

se transformar em uma “igualdade feita pela lei, uma igualdade através da lei” (SANTOS, 2007, p. 14).

No Brasil, era o começo de uma ação do Estado em que a busca pela igualdade passaria a ser pensada a partir do combate às desigualdades provocadas por séculos de escravização dos negros em terras brasileiras. Nesse contexto, o olhar sobre o ensino superior ganhou fôlego, especialmente pelos dados alarmantes de desigualdade:

No Ensino Superior, a desigualdade entre os dois grupos raciais é ainda mais alarmante: em 2002, 3,8% dos jovens negros de 18 a 24 anos tinham acesso à universidade; entre os brancos esse percentual era quatro vezes maior: 15,5% (IPEA, 2004).

É com base em dados como estes que cotas raciais se tornaram necessárias como medidas para diminuir as diferenças que causam desequilíbrio e criam, para pessoas negras, ainda mais barreiras no seu desenvolvimento sociocultural e, por consequência, no mercado de trabalho. Nesse contexto de mudanças, as cotas raciais nas universidades afirmam-se como uma bandeira de luta para a inclusão de negros/as no ensino superior, e começam a ser implementadas no Brasil. A UnB, como uma das pioneiras no Brasil para o tema, tem hoje cerca de 45 mil alunos/as com uma composição diversa e mais colorida. Retrato muito diferente do que foi vivenciado nas décadas anteriores.

Contudo, não apenas o acesso é relevante para se pensar uma sociedade diversa. Algumas medidas nas estruturas internas são necessárias, como a perspectiva epistemológica da universidade, assim como a garantia de permanência para os cotistas e a ampliação da diversidade étnico-racial do corpo docente. São medidas que ainda carecem de ações mais efetivas para a implementação. A análise, especialmente curricular, de cursos da universidade indica uma grande carência e invisibilidade dos aspectos vinculados à cultura, à história

e às identidades negras brasileiras e da Diáspora Africana nas Américas, assim como africanas. A existência de algumas disciplinas optativas na graduação dialogam com esse o novo momento da UnB, como *Pensamento Negro Contemporâneo e Cultura, Poder e Relações Raciais*, mas ainda há um passivo considerável a se desbravar, conforme detalharemos no artigo.

Acerca desses aspectos este artigo busca discutir, assim como também reflete, sobre os avanços e desafios que ainda estão presentes na UnB para que as cotas raciais saiam do plano numérico, simbólico e estético e se tornem uma mudança mais profunda, epistemológica e radical na forma de pensar e construir conhecimentos junto ao corpo docente e discente de forma geral.

“*A UnB, como uma das pioneiras no Brasil para o tema, tem hoje cerca de 45 mil alunos/as com uma composição diversa e mais colorida. Retrato muito diferente do que foi vivenciado nas décadas anteriores.*”

Panorama histórico das ações afirmativas

Nos primeiros anos do século XXI, especialmente a partir de 2003, já se desenvolviam no Brasil ações afirmativas em várias universidades pelo país, mesmo que de forma incipiente. As ações afirmativas foram fundamentais ao Brasil para reduzir a grande iniquidade existente no acesso ao ensino superior. Não se constituem como o único caminho, obviamente, mas tornam o trajeto mais curto para uma inclusão mais imediata da população negra.

Antes de nos aprofundarmos no debate sobre as ações afirmativas e as cotas nas universidades, cabe a reflexão sobre a diferenciação entre esses dois conceitos. De acordo com Duarte (2014), a definição de ações afirmativas não se confunde com a de cotas. As ações afirmativas apresentam mais amplo espectro de ações e iniciativas possíveis, das quais as cotas são uma delas. “Toda contratação ou promoção preferencial de membros de grupos discriminados, seja por meio de cotas, bolsas de estudo, vantagens, medidas de proteção ou reparações financeiras, são abarcadas pelo conceito de ação afirmativa” (DUARTE, 2014, p. 06).

Por si só, as ações afirmativas não rompem outras barreiras, como a fragilidade de acesso à educação nas etapas anteriores de ensino, as condições para a permanência na universidade e a perspectiva da epistemologia existente nas universidades. Esses são aspectos que reforçam a necessidade das ações afirmativas serem integradas a outras políticas públicas.

Os resultados das cotas nas universidades começam a ser concretos, mesmo antes da aprovação da Lei de Cotas, em 2012. Após a execução mais consistente das ações afirmativas no ensino superior no país, é possível aferir um aumento significativo de estudantes negros nessa etapa de ensino, como destaca André Lázaro:

Uma boa notícia é o aumento de estudantes negros nas universidades. O número de negros (soma de pretos e pardos, pela metodologia do IBGE) na educação superior mais do que quadruplicou no período de 1997 a 2011. Se considerarmos a população com idade entre 18 e 24 anos, a proporção de jovens negros passa de 4% em 1997 para 19,8% em 2011. Certamente os debates sobre as políticas de ações afirmativas e sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos negros bem

como a adesão a essas políticas por parte de muitas universidades federais e estaduais contribuíram para o crescimento registrado. Entretanto, cerca de 80% dos jovens negros ainda não têm acesso ao ensino superior. Os dados demonstram a necessidade da Lei de Cotas e de políticas que promovam um percurso escolar consistente até a chegada à educação (LÁZARO *et al.*, 2012, p. 6).

O cenário anterior às cotas apresentava um espectro de quase total exclusão de uma parcela tão significativa da população brasileira. Em um estudo sobre a inclusão étnica e racial no Brasil (2005), apresenta dados que mostram o impacto do racismo no ensino superior. No início dos anos 2000, os negros representavam cerca de 2% dos universitários e os pardos cerca de 14%. Apesar de não haver naquele período informações relacionadas ao quesito raça/cor, a pesquisa feita pelo professor junto a um conjunto de universidades federais revelou que menos de 1% do corpo docente dessas universidades era composto por negros.

No momento presente, nós temos em média 0,5% de professores negros nas universidades públicas brasileiras. Em algumas, isso chega a um escândalo como o da USP que é de 0,2%. De 4.700 professores, nós não contamos dez professores negros em toda a USP. A Universidade de São Carlos tem 670 professores e tem três professores negros, isso chega também a 0,2%. A UnB tem 1.500 professores e tem 15 professores negros, é 1%. A maioria chega a 1% como teto (CARVALHO, 2005, p. 05)

UnB, a pioneira

Este quadro fez com que ocorressem as primeiras iniciativas de ações afirmativas para a promoção da

equidade do ensino superior junto aos segmentos raciais mais discriminados. A Universidade de Brasília foi uma das pioneiras, que passou a implementar o sistema de cotas a partir de 2004⁶. Os dados referentes à inclusão desse segmento nessa universidade são emblemáticos:

Os dados [...] mostram que a UnB já incluiu em 2012 um total de 41% de estudantes negros (o que é mais do que o dobro do que ela incluía no ano 2000, antes da implementação das cotas). Contudo, a população de pretos e pardos no Brasil como um todo é de 50%; no Distrito Federal é de 56%, o que significa dizer que se o sistema de cotas for interrompido, a igualdade racial proposta pelo plano de metas não será alcançada em sua plenitude (Relatório de 10 Anos de Implementação do Sistema de Cotas da UnB, 2013, p. 25)⁷.

A alarmante desigualdade brasileira nesses espaços tem caído também pelos efeitos combinados das ações afirmativas e das políticas universais, apesar de ainda ser considerável a diferença entre os segmentos étnico-raciais no país.

De acordo com o mapa das ações afirmativas no Brasil, realizado pelo Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da UnB, 128 instituições de ensino superior possuem alguma forma de ação afirmativa, havendo ainda uma maior presença da ação afirmativa para estudantes de escola pública. Os programas de cotas dessas 128 instituições estão assim divididos: 110 para escola pública, 66 para indígenas, 53 para negros, 35 para pessoas com deficiência, 25 para residentes da

região, 14 para estudantes de baixa renda, 7 para quilombolas⁷.

A partir da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as ações afirmativas nas universidades devem ser implementadas por todas as instituições de ensino superior no país. Em alguns casos, a lei representa um retrocesso em relação às experiências já existentes, como o caso da UnB⁸, quando abordamos a necessidade de expansão do acesso para a população negra. Mas, por impactar uma grande parcela das instituições de ensino, significa um importante avanço, especialmente quando analisamos o contexto histórico de exclusão da sociedade brasileira.

Essa expansão de sua aplicação representa uma resposta concreta às históricas demandas do Movimento Negro brasileiro. A educação e o acesso ao ensino superior sempre compuseram o histórico de lutas, desde a Frente Negra Brasileira nos anos 1930, do processo de organização do movimento em âmbito nacional na década de 1970, na mobilização negra na Constituinte, na Marcha Zumbi em 1995, dentre outros marcos.

Maior representatividade da diversidade

O acesso à universidade é historicamente mais restrito e gerou concentração de classe, regional e racial, conforme apontam estudos (LÁZARO, 2012). Nos últimos anos, contudo, houve uma considerável expansão de universidades e institutos federais no país, com grande ampliação das vagas. Além disso, foram ampliadas as bolsas para cursos em universidades privadas, parte do programa conhecido como Universidade para Todos (Prouni). Essas ações também contribuíram para uma maior representatividade da diversidade da

⁶ No artigo “*A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?*” (LIMA, 2001), o então estudante de doutorado relata a situação de violência racial sofrida no âmbito universitário embranquecido. Esse foi um dos casos que embasou a proposta de Cotas na UnB, no início dos anos 2000.

⁷ Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da UnB, 2011.

⁸ Vide Relatório de 10 Anos de Ações Afirmativas na UnB, 2013.



As cotas raciais são importante mecanismo de inclusão social

sociedade brasileira no ensino superior. Contudo, as ações afirmativas, como destaca Lázaro (2012), são um fator determinante para esse crescimento da participação negra nas universidades.

As ações afirmativas são medidas que permitem, em um tempo mais curto, a efetivação de parte dos direitos a um segmento populacional historicamente discriminado. Como pontua Gomes (2004), as ações afirmativas são medidas para atingir objetivos que seriam inalcançáveis caso a estratégia antirracista fosse restrita a regras meramente punitivas e proibitivas de discriminação. “Não basta proibir, é preciso também promover, tornando rotineira a observância dos princípios da diversidade e do pluralismo” (GOMES, 2004, p. 55).

Os resultados de poucos anos de implementação da Lei de Cotas (2012) demonstram resultados que políticas universais não dariam conta. De acordo com o levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pes-

quisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgado em 2019⁹, a Lei de Cotas possibilitou a ampliação em 39% da presença de estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas, egressos de escolas públicas, nas instituições federais de ensino superior, no período de 2012 a 2016.

Outro ponto que indica uma promoção da diversidade nas universidades é a ampliação de estudantes egressos das escolas públicas de ensino médio. A pesquisa do INEP indica que já em 2012, ano da aprovação da Lei de Cotas, a maioria dos que ingressavam nas universidades federais eram provenientes de escolas públicas. Contudo, após a aprovação da Lei, essa participação foi ampliada. Atualmente, essa participação é de 63,6% do total.

⁹ Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6299241/numero-de-alunos-da-cota-racial-cresce-39-nas-federais>.

“ No primeiro semestre de 2019, os dados apontam que, na Universidade de Brasília, dos quase 4 mil estudantes aprovados em cursos de graduação da universidade, 47% estudaram na rede pública de ensino. Há uma ampliação significativa dessa participação, o que impacta sobre a pluralidade, dentre as quais destaca-se a socioeconômica e a étnico-racial.”

No primeiro semestre de 2019, os dados apontam que, na Universidade de Brasília, dos quase 4 mil estudantes aprovados em cursos de graduação da universidade, 47% estudaram na rede pública de ensino¹⁰. Há uma ampliação significativa dessa participação, o que impacta sobre a pluralidade, dentre as quais se destacam a socioeconômica e a étnico-racial.

A experiência das ações afirmativas é possível de ser sentida empiricamente na vivência da UnB. Nós, autoras deste artigo, somos docentes em disciplinas¹¹ na Universidade desde o segundo semestre de 2018. As turmas têm sido bastante diversas em vários sentidos, sendo compostas por estudantes de muitos cursos, de variadas origens e com grande diversidade étnico-racial. Também cabe destacar a significativa presença das mulheres negras nas turmas.

Desde o primeiro dia de aula, e ao longo das disciplinas, são muitos os relatos dos estudantes de que se trata da primeira vez que têm contato com o tema racial na Universidade e, por vezes, até na vida escolar. Apenas uma parte minoritária da turma relata ter convivido com o tema das relações raciais ou da cultura, história e identidades negras ao longo de sua vida acadêmica, mesmo tendo apresentado interesse pelo tema.

Por ser aluna da UnB desde minha graduação em 2000, eu, Bárbara Oliveira, fui ambientada em uma universidade bastante diferente da que hoje encontro. Em minha turma de Ciências Sociais, nos primórdios de meu curso, dos 30 alunos que ingressaram, me recorde de haver apenas duas pessoas negras e cerca de quatro oriundas de escolas públicas, segundo os registros de minha parca memória.

A partir da aprovação das cotas na universidade, em 2004, passou a haver, pouco a pouco, a ampliação das cores, das narrativas, das visões de mundo e das perspectivas acadêmicas. Hoje, o que podemos sensorialmente perceber é uma ampliação da representação do que somos como sociedade brasileira em debates, trabalhos finais de curso, pesquisa, artigos.

Uma sociedade plural demanda que existam também universidades plurais. Em um discurso clássico de Che Guevara, feito na Universidade de Las Villas, em 1959, ele destaca que a universidade deve se pintar de povo, se pintar de negro, se pintar de mulato, não apenas entre os alunos, mas também entre os professores.

Essa diversidade que somos nós, filhas e filhos dessa terra, tem crescido em sua — necessária — representação, participação e atuação nas universidades. Contudo, os desafios ainda são significativos, especialmente quando analisamos a necessidade de fortalecer as estratégias de permanência desses estudantes, do que é ensinado e de qual epistemologia estamos tratando nas universidades, assim como a presença importante dessa diversidade também entre o corpo docente. Esses aspectos ainda carecem de aprofundar-se, de ganhar raízes e de crescer sob o sol que ilumina o cerrado da Universidade de Brasília. A força para seguir na luta pela universidade plural também provém do reconhecimento do terreno que estávamos há alguns anos, e no que agora estamos, dos passos alcançados.

“Caso UnB” e o debate sobre as ações afirmativas nas universidades

Nesse trecho do artigo, abordamos alguns dos discursos presentes ou que foram vivenciados no passado, no contexto do debate sobre as ações afirmativas nas universidades. Nessa perspectiva, cabe analisar historicamente os trajetos discursivos que passamos.

Nas reflexões sobre as ações afirmativas, cabe destacar discursos antirracistas e pró políticas de igualdade racial e de ações afirmativas, assim como aqueles que abordam essas iniciativas como divisionistas, como fragmentários da idealização de um conjunto nacional anteriormente harmônico. Esse debate temperou fortemente o contexto da primeira década dos anos 2000.

Até o julgamento ocorrido no Supremo Tribunal Federal (STF)¹² sobre o tema, foram diversas as narrativas apresentadas. Inclusive, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi impetrada no STF pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas, que na época argumentava, dentre outros pontos, que as cotas eram inconstitucionais e que geraria conflitos raciais. Após o julgamento realizado em 2012, e sua votação por unanimidade pela legalidade das ações afirmativas, esse debate ganhou outro tom.

O reforço do discurso contra as cotas e ações afirmativas tem crescido em alguns espaços na atualidade, como no Congresso Federal. O Partido Social Liberal (PSL), tem integrantes que apresentaram projetos de lei que tentam derrubar as ações afirmativas nas universidades, como o PL da deputada Dayane Pimentel (PSL-BA).

Contudo, o amplo debate que antecedeu o julgamento do STF, assim como o amadurecimento de algumas instituições para o tema, tem trazido reflexos significativos sobre a importância social das cotas. O Ministério Público Federal (MPF) em nota, publicada em abril de 2019¹³, se posicionou “veementemente” contra o fim das cotas raciais. Dentre os argumentos do Ministério Público Federal (MPF), apresenta uma série de pesquisas e estudos que comprovam como o racismo está institucionalizado na sociedade

¹⁰ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/03/01/ensino_ensinosuperior_interna,740525/47-dos-calouros-que-ingressarao-na-unb-estudaram-em-escolas-publicas.shtml.

¹¹ Disciplina ofertada pelo Núcleo de Estudos Afrobrasileiros, do CEAM/UnB, intitulada: Cultura, Poder e Relações Raciais. A outra disciplina é Pensamento Negro Contemporâneo.

¹² Julgamento realizado em 2012. Mais informações: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207003>.

¹³ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/22/mpf-contest-projeto-de-lei-de-deputada-do-psl-contra-cotas-raciais.htm>.

brasileira e que as cotas são uma medida para combatê-lo.

Há uma preocupação crescente relacionada ao risco de se romper com direitos assegurados nos dias de hoje. Algumas das argumentações utilizadas na atualidade contra as cotas, foram no período anterior ao julgamento do STF, assim como no seu decorrer, apresentados por cientistas sociais brasileiros, como Ivonne Maggie e Peter Fry. Maggie e Fry (2002) afirmaram que “as cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas iriam racializar a sociedade brasileira”, ou ainda que ocorreria “uma divisão racial do Brasil”, ou que “discriminar, mesmo que positivamente, é uma forma de racismo contra a tradição brasileira”, dentre outras posições semelhantes.

A UnB imergiu neste debate de forma intensa. Uma denúncia de racismo vivenciada pelo único estudante negro de doutorado em antropologia da UnB no período, ocorrida em 1998, foi o estopim da mobilização pelas ações afirmativas na universidade. O estudante doutorando, Ari Lima, negro, homossexual e baiano, publicou artigo no qual compartilha a experiência que viveu no Departamento de Antropologia da UnB.

[...] vou considerar o “drama social” que tenho vivido como doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB), depois de uma injusta e mal versada reprovação numa disciplina obrigatória ministrada pelo professor Dr. Klaas Woortmann, eminente nome da Antropologia do Parentesco, no Brasil. Acomodado ao status de “excelente” que adquiriu ao longo dos seus quase 30 anos de existência, este programa é um consistente resíduo conservador no Brasil. Resiste a discutir uma questão tabu na sociedade e na academia brasileira como a questão racial. Não possui sequer um

professor negro ou que se apresente como tal. Apesar de ser um dos seus raros alunos negros, numa universidade visivelmente branca, o corpo de docentes que controla as instâncias de poder e decisão do PPGAS vem tentando sufocar as tensões e os conflitos gerados pela minha presença negra através de um discurso universalista e meritocrático (LIMA, 2001, p. 285).

A referida reprovação foi finalmente revista em 19 de maio de 2000, na quarta instância na qual foi apresentado o recurso pelo estudante. O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) discutiu, pela segunda vez, o processo e reconheceu, por 22 votos a favor e quatro contra, que a reprovação foi indevida.

A partir do chamado “Caso Ari”, houve significativa ampliação do debate sobre o racismo institucional que pairava sobre a UnB. Pelo fato de ter sido o lugar no qual o caso motivador surgiu, o Departamento de Antropologia vivenciou uma extrema tensão na época. Logo, o “Caso Ari” tornou-se o “Caso UnB” no meio acadêmico, e muita produção foi feita no período sobre o tema. As Ciências Sociais refletiram fortemente essa polarização do debate, como relata Ricardo Ventura e Marcos Maio:

À guisa de uma sistematização prévia, poderíamos dizer que doze comentaristas (Azevedo, Bortolini, Duarte, Fry, Rosário de Carvalho, Lewgoy, Lima, Maggie, Pena, Ribeiro, Salzano e Schwarcz) mostraram-se, no geral, afinados com nossas interpretações. Isso não quer dizer que, por vezes, alguns deles não indaguem sobre aspectos que consideraram insuficientemente claros ou apresentem interpretações diferentes das nossas acerca de pontos específicos. Guimarães, ainda que concordando com nossos argumentos principais, conside-

ra que tratamos o “caso UnB” com uma contundência indevida, o que é compartilhado por Sansone. Anjos e Corrêa se ativeram a aspectos próximos, qual seja, criticam quanto aos delineamentos das fronteiras ciência *vis-à-vis* política em nossos argumentos. São de Jorge de Carvalho e Segato, naturalmente, os textos menos afinados com nossas interpretações (SANTOS *et al.*, 2005).

Os autores destacam, no artigo supracitado, o isolamento argumentativo no meio antropológico de dois professores de Antropologia da UnB na época que acompanharam o caso Ari e vivenciaram fortemente o processo de discussão das cotas. Rita Segato e José Jorge de Carvalho, os professores citados anteriormente, são, inclusive, os autores da proposta de Cotas na UnB, aprovada em 2003¹⁴. Sintomático o destaque do “isolamento” desses dois professores e do maciço apoio que as argumentações contrárias às cotas e à sua implementação tinham no campo das Ciências Sociais, conforme destacado pelos autores no artigo aqui citado.

Anos 1960, os primeiros sinais

Contudo, para além de um debate restrito a um microcosmo específico da Antropologia brasileira, que por vezes dava sinais de desconexão com a complexidade desigual da sociedade brasileira, as ações afirmativas foram e são objeto de pesquisa, de mobilizações sociais, de marcos de direitos e de políticas públicas em diversos países do mundo há décadas. Os primeiros registros legais no Brasil que amparavam iniciativas para a redução da desigualdade racial são da década de 1960.

Em 1965, foi aprovada, pela Assembleia Geral da ONU, a Convenção

¹⁴ Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>.



Foto: Luis Gustavo Prado / Secom UnB

As políticas de ação afirmativa garantiram o acesso também de indígenas ao ensino superior

Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Essa declaração foi aprovada pelo Decreto Legislativo brasileiro n.º 23, de 21 de junho de 1967, e posteriormente ratificada pelo Brasil em 1968. Entre os diversos aspectos apresentados para a superação de todas as formas de discriminação racial, a Convenção, ratificada pelo Brasil, rege que os Estados se comprometem a tomar medidas efetivas, inclusive legislativas, para eliminar a desigualdade e as barreiras existentes entre os grupos raciais.

Outro instrumento assinado pelo Governo brasileiro, e fundamental para o tema, foi a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A Declaração de Durban complementa os olhares necessários para o combate à discriminação racial e ao racismo, com abordagem de diversas dimensões, como educação, saúde e segurança pública. No campo da educação, destaca

a necessária ação para redução das desigualdades nos vários níveis.

Cabe destacar que, além das convenções internacionais, a Constituição Federal de 1988 é uma referência primordial de direitos do nosso país. Há na Constituição a prevalência dos direitos humanos como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. O processo de

“A UnB, como uma das pioneiras no Brasil para o tema, tem hoje cerca de 45 mil alunos/as com uma composição diversa e mais colorida. Retrato muito diferente do que foi vivenciado nas décadas anteriores”

debate da Constituição de 1988 foi extremamente rico e participativo, e contou com a participação ativa dos Movimentos Negros, que encamparam sua histórica pauta de ampliar o acesso da população negra à universidade. Como reflexo também dessa mobilização social, a Constituição trouxe princípios baseados na busca por um Estado de bem-estar social, com ênfase nas políticas e nos direitos sociais. O combate à desigualdade social norteou parte dos princípios da Carta Magna.

Portanto, a defesa de ações para a redução da desigualdade racial no acesso a direitos, como a educação superior, dialoga historicamente com marcos de direitos nacionais e internacionais, assim como mobilizações sociais ao longo da história mais recente do Brasil. E a fundamentação principal da defesa das ações afirmativas, e das cotas nas universidades, está na necessidade urgente de reduzir a cavalgar desigualdade racial existente nas universidades brasileiras.

[...] podemos dizer que aqueles que se posicionam favoravelmente às políticas de reservas de vagas e ações afirmativas, em geral, argumentam que estas são medidas temporárias, usadas como forma de combater a discriminação, seja social ou racial, e de corrigir uma dívida histórica, que contribuiu para que se perpetuasse a pobreza nas mesmas camadas sociais, enraizando no cenário brasileiro grandes desigualdades socioeconômicas (DUARTE, 2014, p. 7)

Essas argumentações surgiam com força na primeira década dos anos 2000, período em que se discutia no país a criação e implementação das ações afirmativas nas universidades. Os dados estatísticos da época apontavam imensa desigualdade no acesso entre os grupos negro e branco. A presença de jovens negros na universidade representava 20,8% da presença branca em 2002 (IPEA, 2010).

É inegável que aquela ação na UnB em incluir cotas raciais, como mecanismo de acesso de negros/as, se tornou para o Brasil uma marca em momento histórico de reabertura e consolidação das perspectivas democráticas. Porém, observa-se que há um caminho longo ainda a percorrer. Ressaltamos, por um lado, que a UnB, assim como as demais universidades públicas federais e algumas estaduais, não apresenta atualmente um corpo discente tão desigual como há duas décadas atrás, apenas com representantes majoritariamente de um único grupo racial — os brancos.

Por outro lado, as ações afirmativas focadas na população negra e indígena no Brasil baseiam-se na necessidade de diminuir as desigualdades entre esses grupos e os brancos, há décadas denunciadas pelos movimentos negros, e diagnosticadas por uma ampla variedade de pesquisas.

Em meados dos anos de 1970, algumas parcelas da sociedade

brasileira, principalmente a classe média negra, já sentiam os efeitos dessa política. Como disse Santos (1985), os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas. Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que, na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e 2º graus, eram vencidas pelas classes média e alta (GUIMARÃES, 2003, p. 251).

Cotas, uma medida necessária

O diagnóstico aqui apresentado sobre o acesso ao ensino superior releva uma das questões centrais que permeia o debate sobre as ações afirmativas, neste caso, as cotas raciais: elas foram e continuam sendo uma medida necessária para a superação das desigualdades entre negros e brancos no Brasil.

Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país; contudo, observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural na educação [...]. Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior — que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade — era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a popula-

ção negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros (IPEA, 2011).

É possível aferir que, mesmo quando se altera os dados positivamente em relação ao acesso da população branca à educação, esse mesmo movimento não acontece em relação aos negros, sendo ainda bastante visível a necessidade de medidas imediatas que possam diminuir esses abismos. As cotas raciais são, sem dúvida, uma das ações que podem afetar positivamente a vida da população negra brasileira e da sociedade de forma geral.

As cotas raciais também incidem sobre o campo simbólico. A aplicação do quesito raça/cor em pesquisas e estudos traz para o centro do debate a postulação sobre o privilégio da branquitude, assim como a negritude e as reflexões sobre o racismo. Refletir sobre o “privilégio branco”, nas palavras de Zurbano, ou sobre o conceito de branquitude, é fundamental para a compreensão da dinâmica do racismo e das relações raciais. Cardoso (2010) define genericamente a branquitude como a identidade racial branca, construída e reconstruída histórica e socialmente a partir das influências locais e globais. Há nuances, por exemplo, entre os diferentes países, como África do Sul, Brasil, Venezuela, Bolívia e Estados Unidos¹⁵. A branquitude seria o lócus de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos que contribuem para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial e racismo (CARDOSO, 2010).

José Jorge de Carvalho (2005) faz uma reflexão da branquitude a partir da conscientização de seu próprio espaço de homem branco na sociedade brasileira:

Todos nós, brancos, nos beneficiamos cotidianamente, e de um modo ilícito, por vivermos em uma sociedade racista.

¹⁵ Conceito dialogado com outros autores *apud* Cardoso (2010); Huijg (2007); Bento, (2002); Sovik (2004).

São inúmeros privilégios, pequenos, médios e grandes, que nos ajudam a manter vantagem e concentrar mais recursos. Na medida em que o racismo brasileiro opera no cotidiano, nós brancos somos diariamente favorecidos com algum capital (social, econômico, cultural) que foi distribuído desigualmente segundo critérios raciais: do tempo menor de espera para ser atendido no espaço público a uma carta de recomendação, a um contato importante no mundo do trabalho, a um reforço psicológico da imagem pessoal, ou a uma nova fonte de renda. Ser branco no Brasil é levar vantagem diária sobre os negros. Mesmo não existindo raças no sentido biológico do tempo, a representação social da diferença é racializada fenotipicamente – basta olhar para a televisão, das novelas à publicidade (CARVALHO, 2005, p. 97).

De acordo com Frankenberg (1999 *apud* CARDOSO 2010), a branquitude

seria o lugar estrutural através do qual o sujeito branco vê a si próprio e aos outros a partir de um espaço de poder, privilegiado, confortável. A identidade racial branca não é uma identidade marcada, por ser compreendida como padrão normativo único, sinônimo de ser humano ideal.

Outros trabalhos sobre o tema contestam a visão da branquitude como uma categoria não marcada. O processo de colonização delimitou essa diferenciação entre europeus, africanos e indígenas. Essa marcação, obviamente, esteve amparada pela construção hierárquica dessas identidades (SANTOS, 2006, *apud* CARDOSO, 2010).

A branquitude como privilégio

Matt Wray diz que a definição da branquitude como norma, geralmente seguida pela ideia de que ela é invisível, acaba por privilegiar o ponto de vista dos brancos, que sem se

enxergarem, acabam por não questionarem suas vantagens raciais (WRAY, 2004 *apud* CARDOSO, 2010). A mídia, a escola, os livros didáticos, os círculos sociais, as percepções que são passadas nos núcleos familiares colaboram para isso. Colocações muito usuais em Cuba e no Brasil, tais como “*estás adelantando la raza*”¹⁶, “se não suja na entrada, suja na saída”, ou “cabelo ruim” e “cabelo bom”, são apenas alguns dos muitos exemplos que reforçam os espaços hierarquicamente marcados, dos privilégios da branquitude, como a inteligência, a beleza, a riqueza, e o espaço de estigmatização do negro, feio, rude, pobre.

Como destaca Lawrence (2004), a supremacia branca é uma ideologia historicamente edificada. Do ponto de vista institucional, o sistema colonial perpetuou a exploração e opressão de continentes, nações e povos. Para fundamentar essa exploração, a construção do marcador da desumanização

¹⁶ Em livre tradução: está adiantando a raça.

As cotas raciais operam como mecanismo de materialização dos direitos



pela raça esteve sempre presente, com o objetivo de manter e defender um sistema de riqueza, poder e privilégio. Esses conceitos continuam sendo ressemantizados no presente, sem contudo, no senso comum, ter alterada sua relação de valorização.

Ainda, de acordo com a autora, o privilégio branco é um direito, vantagem, imunidade, especialmente concedido a um indivíduo ou grupo, e negado a outros. É um sistema que perpetua prejuízo preferencial. Em um sistema de supremacia branca, privilégio branco e opressão racial são dois lados da mesma moeda.

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho (BENTO, 2002, p. 3).

As mobilizações antirracistas, portanto, permeiam a sociedade em sua complexa gama de relações. Sujeitos que se autodenominam brancos são tão importantes para esse processo como sujeitos que se autodenominam negros e indígenas. A consciência do sistema opressor por parte de sujeitos situados no lócus privilegiado branco e sua ação de contestação desse processo é fundamental para gerar uma quebra nesse ciclo.

Todavia, a naturalização e contínua reprodução das desigualdades e dos privilégios historicamente construídos só geram uma reafirmação

da lógica racista. E a quebra desse *status quo* desigual passa, também, por repensar a conformação dos espaços de poder. Se a dinâmica de privilégios é uma construção social, a sua desconstrução também pode ser. As ações afirmativas são uma das possibilidades para esse caminho, como os dados sobre o acesso às universidades no Brasil demonstram.

As cotas raciais exercem a função de visualizar os privilégios advindos da branquitude em função do racismo que, entre seus muitos reflexos, criou uma suposta superioridade racial branca. E é pela Lei n.º 12.711, de agosto de 2012¹⁷, que a política de cotas raciais passa a ser obrigatória para todas as universidades e institutos públicos federais de ensino. É importante registrar que alguns estados da federação também seguiram essa orientação e criaram suas estratégias e mecanismos de inclusão de negros e indígenas nas universidades.

Além das cotas raciais, novos marcos foram se consolidando, no Brasil, no campo das ações afirmativas. O Estatuto da Igualdade Racial¹⁸, criado pela Lei n.º 12.288, de 20 de

¹⁷ Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Acesso em 09 de junho de 2019, às 16:49m.

¹⁸ Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se: I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e

novembro de 2010, estabelece, entre outras ações, o Sistema Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e a Lei de Cotas no Serviço Público Federal – Lei Federal n.º 12.990, de 9 de junho de 2014¹⁹.

Nesse contexto de mudanças estruturais, as cotas raciais operam como mecanismo de materialização dos direitos assegurados nessas normativas, que visam aumentar a inserção dos negros nos sistemas de ensino. Contudo, precisamos registrar que se a inserção dos negros e indígenas no ensino superior é um dos maiores avanços obtidos nos últimos anos para a redução das desigualdades étnico-raciais, devemos reconhecer alguns limites que ainda estão presentes e que precisam ser enfrentados. Discorreremos a seguir acerca de alguns desses limites.

oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica; III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais; IV - população negra: o conjunto de pessoas que se auto-declararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga; V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

¹⁹ Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Acesso e permanência

Como debatido anteriormente, as cotas raciais se transformaram em um forte mecanismo de inclusão social e de superação das desigualdades entre negros e brancos no Brasil, questão essa tratada em extensa literatura e pesquisas. Mesmo assim, em que pese não ser um tema novo, desafios se apresentam à medida que os grupos historicamente excluídos das universidades passam a ingressar no ensino superior. Esse ingresso, com certa frequência, não leva em consideração fatores estruturantes na vida desses sujeitos, por vezes oriundos das marcas do processo de colonização e escravização que assolaram o Brasil por quase quatro séculos. São fenômenos que persistem, apesar das ações implementadas na UnB a partir de 2004, e dialogam com outras desigualdades estruturantes de nossa sociedade.

Um dos diagnósticos que indica esse aspecto está presente no Plano Nacional de educação:

No caso das desigualdades de raça/cor, a Taxa Líquida de Ajustada do Ensino Superior – Brasil (Tlea) dos brancos e amarelos era 2,28 vezes maior do que a dos afrodescendentes e indígenas em 2013. O primeiro grupo já se encontra perto de atingir a meta nacional para o indicador, com 29,4% de acesso à educação superior entre a população de 18 a 24 anos, enquanto o segundo apresenta menos da metade desse valor, com apenas 12,9% de acesso. Todavia, pode-se observar uma redução em termos relativos entre ambos os grupos ao longo do último decênio, pois, em 2004, a Tlea dos brancos e amarelos era 3,45 vezes maior do que a dos afrodescendentes e indígenas. Apesar do crescimento observado na Tlea deste grupo entre 2004 e 2013, seu patamar no final do período era inferior ao dos brancos e amarelos em 2004 (PNE, 2014-2024). Os dados revelam que,

mesmo com os esforços empreendidos, existem questões a serem superadas. Um desses desafios é garantir, além do acesso à universidade, a permanência. O Plano De Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília²⁰, aprovado pelo CEPE/UnB em 2003, já apontava a permanência como um dos pilares da implementação das cotas na Universidade:

II – Permanência: 1. A Universidade de Brasília alocará bolsas de manutenção para os estudantes indígenas e para aqueles estudantes negros em situação de carência, segundo os critérios usados pela Secretaria de Assistência Social da UnB. 2. A UnB, em parceria com outras instituições como a FUNAI, propiciará moradia para os estudantes indígenas. Além disso, concederá preferência nos critérios de moradia para os estudantes negros em situação de carência. 3. A UnB se disporá a implementar três programas relacionados diretamente com o Plano de Metas: a) um programa de apoio acadêmico psicopedagógico, ou de tutoria, não obrigatório, porém sob solicitação, para todos os calouros que demonstrarem dificuldades no acompanhamento das disciplinas; b) um programa acadêmico destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar seus resultados periodicamente, sugerir ajustes e modificações e identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência; c) uma Ouvidoria, destinada a promover inclusão de pessoas negras e membros de outras minorias e categorias vulneráveis na universidade. (PLANO DE METAS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL, ÉTNICA E RACIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2003).

Dentre os estudos existentes, que avaliam tanto o sistema de cotas na UnB como a permanência e o desempenho desses estudantes, está o de Cardoso (2008). O autor destaca que as cotas ampliaram a proporção de estudantes negros na Universidade e que a taxa de evasão de cotistas é menor do que a dos não cotistas. As notas dos estudantes cotistas, por outro lado, apresentam resultado equiparado aos dos não cotistas, com exceção de alguns cursos minoritários no conjunto.

Outras publicações abordaram o perfil e o ingresso de cotistas na Universidade de Brasília, como o trabalho de Assunção *et alii* (2018). Para esse conjunto de autoras, os dados analisados revelaram que o programa de cotas raciais na UnB contribuiu para aumentar o acesso de alunos negros à Universidade e redistribuí-los entre os cursos, e indicou que os candidatos negros buscam cursos considerados como de “menor prestígio social” e, de forma crescente, cursos na área da saúde.

Outro estudo que cabe destaque é o de Veloso (2009). Veloso analisou dados da primeira turma de estudantes que ingressaram na UnB após a implementação das cotas. Os resultados indicam que mais de 1/3 dos cotistas se situavam na metade superior da distribuição do índice de rendimento acadêmico (IRA) em seus cursos, de forma equiparada aos melhores estudantes aprovados pelo sistema universal.

Outra medida prevista no Plano de Cotas (aprovado em 2003 na UnB) a concessão de bolsas para assegurar a permanência, foi posteriormente integrada a uma política pública em nível federal. Atualmente, o Ministério da Educação tem, entre suas ações, o Programa Bolsa Permanência, com vistas a contribuir para permanência e conclusão de cursos de graduação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com ênfase para indígenas e quilombolas.

²⁰ Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>.

O valor atual da bolsa para graduandos é R\$ 900 mensais²¹.

Nos últimos meses, e com a sequência de cortes e contingenciamentos ocorridos, há um severo risco de suspender ou de extinguir essas bolsas, o que traria um prejuízo incalculável para assegurar o objetivo de tornar possível o acesso e a permanência nas universidades para a diversidade étnico-racial do país²².

A estratégia de assegurar reserva de vagas vem sendo adotada por algumas universidades públicas com sucesso e como fortalecimento das ações afirmativas diferenciadas, por reconhecer que grupos específicos, como indígenas e quilombolas, pos-

suem características diferenciadas e que algumas medidas têm mais dificuldades de ser acessadas, inclusive o sistema de cotas raciais para o acesso e a permanência no ensino superior.

Essas especificidades não são apenas socioeconômicas. Elas são muitas vezes relacionadas com suas cosmovisões. As múltiplas formas de lidar com o conhecimento tradicional de determinados povos têm relação direta com suas compreensões de mundo. Considerando o pensamento de Simmel, podemos dizer que o mundo rural, em grande medida, traz consigo um imaginário de inferioridade frente ao mundo urbano ou, ainda, “com o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica”, afirma Simmel (1973).

Diante do exposto, tem-se aí caminhos a serem percorridos para que as cotas raciais possam chegar de forma mais célere aos grupos que, por várias questões, estão em desvantagens com os demais. Uma

de nossas vivências empíricas como docentes na UnB indica essa desigualdade no acesso de certos grupos étnico-raciais. Apesar de o grupo de estudantes que cursam as disciplinas *Pensamento Negro Contemporâneo e Cultura, Poder e Relações Raciais* ser amplamente negro e cotista, apenas uma estudante quilombola ingressou em uma dessas disciplinas durante dois semestres, em um conjunto total de estudantes de mais de 120 pessoas.

Esse é um fator, dentre vários, que parece indicar uma baixa presença de quilombolas na UnB, mesmo que Brasília esteja a cerca de 300 km do maior quilombo já identificado no Brasil, que é o território Kalunga (situado entre os municípios de Teresina, Cavalcante e Monte Alegre), e a aproximadamente 40 km do quilombo de Mesquita (situado no município de Cidade Ocidental), ambos no Estado de Goiás. Um levantamento mais apurado dessa questão pode qualificar o olhar sobre esse aspecto, assim como auxiliar a formulação de

²¹ Para acessar a bolsa, é necessário o envio da documentação comprobatória da condição étnica, além de demais documentos previstos na Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, do MEC. Outra exigência é não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação no qual estiver matriculado.

²² Foram diversas as matérias sobre os cortes e contingenciamentos ocorridos nos primeiros meses de 2019. Disponibilizamos uma das matérias sobre o tema: <https://noticias.r7.com/educacao/bloqueio-de-verba-nas-universidades-federais-chega-a-r-22-bilhoes-04052019>.



**Universidade mais plural:
as cotas ampliaram a proporção
de estudantes negros**

alguma iniciativa para buscar reduzir essa desigualdade.

A UnB, em que pese ser pioneira na adoção do sistema de cotas raciais no Brasil, ainda precisa avançar para compreender alguns aspectos da diversidade étnico-racial ao seu redor que envolvem as populações tradicionais, para que se dê a devida atenção e se possa trazer para o seu interior uma ampla diversidade como forma de agregar, elaborar e compartilhar conhecimentos, promovendo o ingresso e a manutenção de estudantes diversos, mantendo seu pioneirismo qualificado e se colocando como âncora na implementação das ações afirmativas no Brasil.

Diversidade e currículo

As cotas raciais para negros e estudantes de escolas públicas, assim como as estratégias de reserva de vagas para os povos indígenas e quilombolas em algumas universidades, são questões relevantes e necessárias para a redução da desigualdade, mas que demandam atenção específica. A reserva de vagas é uma estratégia dentre as possíveis para as ações afirmativas que um conjunto de universidades brasileiras vem adotando como caminho para diminuir as distâncias entre os brancos e os demais grupos no Brasil.

Se, por um lado, a política de cotas, como uma estratégia de inclusão social, vem tornando a universidade mais plural, por outro, exige que essa inclusão seja acompanhada de movimentos e mudanças no interior e nas estruturas das universidades que garantem e respeitam algumas características próprias de grupos marcados pelo seu pertencimento étnico-racial. Em outras palavras, reconhecer a diversidade sociocultural, não apenas do ponto de vista de trazê-la para o seu interior os corpos, mas, sobretudo, trazer também perspectivas teórico-mitológicas, cosmovisões e referências epistemológicas que incluam as formas de fazer/viver desses grupos, algo já assegurado pela

Constituição Federal de 1988, por meio dos artigos 215 e 216²³. Estas são algumas questões referentes ao sistema de cotas e à representação dos negros e do pensamento negro contemporâneo no Brasil, sobretudo, relacionado às histórias africana e afro-brasileira.

A partir da experiência docente na UnB, percebe-se que há alguns desafios que precisam ser enfrentados. É perceptível que os estudantes que passam por essas disciplinas aqui destacadas, *Cultura, Poder e Relações Raciais e Pensamento Negro Contemporâneo*, embora grande parte seja de cotistas, tiveram pouco contato com referências teóricas que tragam abordagens que valorizem a história e os aspectos de suas culturas, ou mesmo da diversa cultura brasileira. Ou seja, embora estejam presentes fisicamente, culturalmente continuam ausentes.

Portanto, um dos desafios a serem enfrentados, refere-se às lacunas e ausências na base curricular. Segundo Regina Leite Garcia:

O modelo europeu branco, patriarcal, cristão se apresenta como Cultura Universal que, desde sempre é imposta num processo em que a escola cumpre importante papel. Desde o início da escolaridade, educação infantil, passando

²³ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

pelo ensino fundamental, chegando ao ensino superior até os estudos pós-doutorais, vai subalternizando, quando não, excluindo, os afrodescendentes, os descendentes dos povos ancestrais, os filhos dos trabalhadores não qualificados, aqueles que vivem nas periferias urbanas das grandes cidades, por alguns, denominadas favelas, por outros, comunidades (GARCIA, 2012, p. 127).

Como mecanismo de superação das desigualdades entre os grupos que compõem a sociedade brasileira, há de se atentar para as desigualdades culturais, que trazem para o interior do currículo do ensino superior na graduação, sejam nas licenciaturas ou bacharelados e seguindo para a pós-graduação, outras epistemologias e formas de elaborar e compartilhar os conhecimentos, procurando romper com o pensamento único que, em grande medida, representa um sistema de opressão para determinados grupos sociais no Brasil. Para Santomé:

O currículo pode ser organizado não só em torno de disciplinas, como costuma ser feito, mas de núcleos que ultrapassam os limites das disciplinas, centrados em temas, problemas, tópicos, instituições, períodos históricos, espaços geográficos, grupos humanos, ideias etc. (SANTOMÉ, 1998, p. 25).

“É papel da educação criar situações didáticas para que aprendamos a conhecer, valorizar e respeitar as especificidades de todos os grupos que compõem nossa sociedade.”

Se as universidades públicas e privadas, do ponto de vista do seu corpo discente, principalmente, já não são mais as mesmas de uma década atrás, o currículo dessas instituições também não poderia ser. À medida que esses currículos permanecerem inalterados na sua estruturação e referências, perpetua-se o silêncio e apagamento de culturas diversas, a exemplo dos negros e indígenas, pescadores/as, alunos das periferias, do meio rural, que hoje já circulam anonimamente no interior dessas instituições.

Além disso, são essas/es, hoje alunas/os que serão os profissionais do futuro. Ao permanecer inalteradas as representações culturais e os referenciais epistemológicos, as chances de perpetuação de um pensamento e cultura única se manterão, enquanto outras perspectivas e epistemologias continuarão subalternizadas e silenciadas. É nesse momento que percebemos que ainda carecem de reflexões as mudanças contextuais e normativas que ocorreram no Brasil nas últimas

décadas, a exemplo das alterações da LDB, que estabelecem como obrigação a inclusão da história africana e afrobrasileira e indígenas no currículo da educação básica. Não seria, por natureza, as instituições de ensino superior, lócus de formação, espaços para formação desses profissionais? Seriam apenas os profissionais das licenciaturas? Penso que não. Todos, sem exceção, precisam refletir sobre os efeitos, sejam na saúde, na educação e nas demais áreas do conhecimento, de uma história única, da colonização e dos processos de opressão.

Segundo Nilma Lino Gomes,

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras

reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012, p. 102).

A autora sugere algumas medidas a serem observadas e adotadas frente ao currículo escolar. As proposições não se restringem à educação básica, mas, também, focam na educação superior, visto que são esses espaços que formam os profissionais, sejam para as redes públicas ou privadas. É papel da educação, em todos os níveis de modalidades, criar situações didáticas para que aprendamos a conhecer, valorizar e respeitar as especificidades de todos os grupos que compõem nossa sociedade. É dever de todos nós fazer uma releitura sobre nossa própria história — a história do Brasil. Por isso, não podemos mais admitir que a educação não seja esse veículo de transformação social e de fortalecimento das identidades dos/as brasileiros.

As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas

É preciso olhar a cultura do respeito à diversidade para dentro e fora das instituições



em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. Os ditos excluídos começam a reagir de forma diferente: lançam mão de estratégias coletivas e individuais. Articulam-se em rede. A tão falada globalização, que quebraria as fronteiras aproximando mercados e acirrando a exploração capitalista, é vista não somente diante de um movimento de uma globalização contra-hegemônica (GOMES, 2012, p. 102).

Portanto, são questões como as que a autora Gomes apontou que precisam ser olhadas e enfrentadas, para se construir uma outra cultura — a cultura do respeito à diversidade para dentro e fora das instituições de ensino superior. As cotas raciais estão oferecendo às instituições públicas e privadas a oportunidade de conviver e compartilhar com outros saberes, conhecimentos e epistemologias. E, para

isso, é preciso fazer uma revisão da sua base curricular, transformar as disciplinas que abordam temas da diversidade racial, de gênero, questões ambientais e regionais, hoje optativas, em obrigatórias, para oportunizar que todos/as alunos/as estudem e conheçam outras referências teóricas, além de focar em ações didáticas que permitam que todos/as se sintam parte desse universo de forma mais horizontal com os demais.

Uma conclusão fundamental para esse debate, também balizada por outros estudos sobre o tema, é que as cotas, na UnB e em outras universidades brasileiras, impactaram positivamente no acesso de alunos negros ao sistema. Houve, portanto, um aumento significativo da diversidade de seu quadro discente, o que traz inúmeros efeitos positivos para a sociedade brasileira.

No contexto atual, no qual as ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade racial vêm sendo alvo de ataques contínuos, faz-se

necessário reconhecer os avanços, apontar os desafios e fortalecer a organização para a defesa de iniciativas que promovem a pluralidade da sociedade brasileira, como as cotas raciais, mas, sobretudo, criar espaços para debater as lacunas ainda existentes, as ausências e estratégias para superar os desafios que ainda se fazem presentes.

E, em se tratando das lacunas e ausências, certamente estão em ordem de prioridade para a atenção a ser dada: as alterações na base curricular, a ampliação da presença de negros/as na docência da UnB, como forma de afirmação da identidade negra e a ampliação de disciplinas obrigatórias que se relacionem com as especificidades dos diversos grupos que hoje compõem o corpo discente da UnB. E ainda o fortalecimento do sistema de cotas com ações que assegurem o efetivo ingresso e permanência de outros grupos que, mesmo sendo alvo das cotas raciais, como é o caso dos quilombolas, ainda não o acessam.

Referências

- ASPEN Institute. *Structural racism and community building*. Washington: The Aspen Institute, 2004.
- ASSUNÇÃO, Amanda V. P. de; SANTOS, Catarina de A.; NOGUEIRA, Danielle X. P. Política de cotas raciais na UnB: um estudo sobre o acesso de negros na Universidade durante o período 2004 a 2012. *In: Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 18, n. 1 [75], p. 212-233, jan./mar. 2018.
- BARBOSA, J. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *In: SANTOS, Sales Augusto (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, Ministério da Educação, SECAD, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL SEM RACISMO. Fundação Perseu Abramo. Brasil, 2001.
- BRASIL. Análise do Sistema de Cotas para Negros na Universidade de Brasília - 2004 a 2013. Brasília, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf. Acesso em abril 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1998.

BRASIL. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, ago. 2004.

BRASIL. *Retrato das desigualdades de gênero e raça* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

CARDOSO, Claudete Batista. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez*, v.8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>.

CARVALHO, José Jorge de e SEGATO, Rita L. *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília*. 2002. Mimeo. 3 p.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. *Série DAN* - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo, Selo Negro, 2000.

GARCIA, Regina Leite. Descolonizando o currículo em busca de uma qualidade – outra. In: PARAÍSO, Marluce Alves; VILELA, Rita Amélia; SALES, Shirley Resende (Orgs.). *Desafios contemporâneo sobre a escola básica*. Curitiba: CRV, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003*. Brasília, Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: *Currículo Sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo*, revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

INIKORI, Joseph E. Africa in World History. The Export Slave Trade From Africa and the Emergency of the Atlantic Economic Order. In: B. A. Ogot (ed.). *Africa from the sixteenth century to the eighteenth century*. Vol. 5 of General History of Africa. Berkeley, Califórnia, 1992.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

LÁZARO, Andre et al. Inclusão no Ensino Superior. In: *Ações afirmativas e inclusão no Brasil: um balanço*. Cadernos do GEA, n. 2, jul./dez. 2012.

- LIMA, Arivaldo. *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?*. Afro-Ásia, p. 25-26, 2001.
- MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. Rio de Janeiro: *Enfoques* (Revista Eletrônica), vol. 1, n. 1, 2002, p. 93-117.
- MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. *International Social Movements Research*, vol. 1, 1988.
- MOORE, Carlos. Racismo e sociedade. *Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007.
- MOURA, Clovis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidades nacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1980.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. São Paulo: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.
- PLANO DE AÇÃO DE DURBAN. Durban, Nações Unidas, 2001.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) - Ministério da Educação – MEC.
- QUIJANO, Aníbal. *¿Qué tal Raza!* In: ALAI - América Latina en Movimiento, n. 320, 2000. Disponível em: <http://alainet.org/publica/320.phtml>.
- RIBEIRO, Matilde. *Políticas de promoção da igualdade racial – 1986 a 2010*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2014.
- RIOS, Flavia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014. (mimeo)
- SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998.
- SANTOS, Helio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, G. V.; GUIMARÃES, S. P. (Orgs). *Anais de seminários regionais preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Brasília, Ministério da Justiça, 2001.
- SCHUCMAN, L. V. *Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana*. São Paulo, *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.
- SILVA, Givânia M. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012 (mimeo).
- SILVA, Maria Aparecida (Cidinha). Apresentação à edição brasileira. In: SUDBURY, Julia. *Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação*. São Paulo: Summus, 2003.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: *O fenômeno urbano*. Tradução de Sergio Marques dos Reis, 2ª ed. 1973.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. Perspectivas históricas, identitárias e políticas do Movimento Quilombola Brasileiro. In: MOURA, Carlos A. et alii. *Diversidade cultural afrobrasileira: ensaios e reflexões*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SOUZA, Bárbara Oliveira. *A ambígua condição negra em Cuba: relações raciais e mobilizações coletivas antirracistas*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015 (mimeo).

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VELLOSO, J. *Rendimento no curso e no concurso: cotistas e não cotistas de dois vestibulares na UnB*. Brasília: NESUB; Ed. UnB, 2009. 23p. (mimeo)

WIEVIORKA, Michael. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Sítios eletrônicos

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>

<http://www.slavevoyages.org>

http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/LeonardoMarques_TraficoEUA.pdf

http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.pdf

http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf

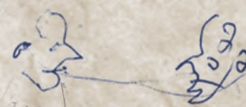
<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilemracismo.pdf>

Valdir do Nascimento Flores,
Verônica Galindez e Heloísa
Monteiro Rosário (org.)

Voix → oreille

178
166

voix₁ → main₁ → œil₂ → voix₂ → oreille₁



I Voix₁ → oreille² = compas
remplacés par main₁ → œil² = lire
mais ce 'lire' est le 'lire' de yeux
(pour noter puis)

EDITORA



UnB

Émile Benveniste:

a gênese de um pensamento

Irène Fenoglio

Saiba mais e adquira seu exemplar em:
www.editora.unb.br



Ilustração: Cláudia Dias/Editora UnB

Megg Rayara Gomes de Oliveira é travesti preta, doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora adjunta no Setor de Educação na UFPR.

Nem o centro, nem à margem: o lugar de bicha preta na história e na sociedade brasileira

Este artigo procura articular questões de gênero, identidade de gênero e raça de forma simultânea. A autora utiliza os termos bicha e preto(a) como categorias de análise para, assim, potencializar o debate sobre raça e gênero, além de possibilitar que se questione a normatização presente nas categorias homossexual e negro(a).

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Intersecções entre homofobia e racismo

Fazer a intersecção entre homofobia e racismo no Brasil ainda é uma novidade, pois os estudos sobre relações raciais têm negligenciado a respeito da situação dos homens homossexuais, dos gays afeminados, dos viados e das bichas, da mesma maneira que os estudos de gênero têm dado pouca atenção às questões de raça.

Alex Ratts¹ (2007) denuncia ainda que “o homoerotismo, a hipersexualidade e o falocentrismo relacionados ao homem negro são raramente discutidos” (RATTS, 2007, p. 6) e afirma que é em um contexto mais recente que emergem

¹ Por defender uma educação não sexista, além de utilizar o gênero feminino e masculino para me referir às pessoas em geral, na primeira vez que há a citação de um/a autor/a, transcrevo seu nome completo para a identificação do sexo (gênero) e, conseqüentemente, para proporcionar maior visibilidade às pesquisadoras e estudosas.

autores/as negros/as vindos do ativismo político (racial ou LGBTT) e/ou da academia, com uma produção em que se pode verificar a intersecção entre racismo e homofobia.

O termo “interseccionalidade”, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, foi utilizado pela primeira vez por Kimberlé W. Crenshaw, em 1989. Ela explica que:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Osmundo Pinho (2008) trabalha com o conceito de interseccionalidade e aponta para a necessidade de se reconhecer a dimensão racial como estrutural e combiná-la com outras dimensões como gênero e classe e, assim, pluralizar a “experiência homossexual” nas trajetórias afrodescendentes individuais e coletivas.

Ari Lima (2006) problematiza essa situação tanto nos meios acadêmicos quanto nos meios de ativismo gay, onde ele verifica uma hegemonia branca. São dois espaços marcados por discursos igualitários e universalistas que acabam por negar a presença negra, estigmatizando-a, naturalizando-a, negando-lhe compensações historicamente devidas (LIMA, 2006).

Assim, o homossexual negro acaba por ser “um habitante de dois mundos distintos, que são, ao mesmo tempo, dois tabus da sociedade brasileira, a homossexualidade e a raça”, destacam Ari Lima e Filipe de Almeida Cerqueira (2007, p. 7), o



que faz com que precisem afirmar sua homossexualidade enquanto negros e sua negritude enquanto homossexuais.

Entre os muitos estereótipos associados ao homem negro, um dos mais correntes, e que é constantemente atualizado, naturaliza a ideia de que “a negritude se constitui pela normalização do negro heterossexual, representado pela emblemática virilidade de sua força física, agressividade, violência, grande apetite sexual e pênis potente” (LIMA; CERQUEIRA, 2007, p. 7). Essa imagem contradiz a do homossexual hegemônico reduzido a uma imagem padrão caracterizada por uma suposta fragilidade. Logo, a homossexualidade seria uma traição ao estereótipo subumano assimilado pelo próprio homem negro (LIMA; CERQUEIRA, 2007).

Como parte do racismo em operação, esse estereótipo que nasce a partir de explicações pretensamente científicas contribui para estabelecer o homem negro como contraponto do homem branco. Seu intelecto é negado, avaliado na proporção inversa ao tamanho do seu pênis, avalia Rolf Ribeiro de Souza (2009). O pênis do homem negro, então, foi hiperdimensionado, medido, pesado, dissecado e “guardado em recipiente com formol e exibido na Europa causando *frisson* em uma plateia que ao mesmo tempo se espantava e desejava o que via”, assinala David M. Friedman (2001, p. 98). Se o estereótipo do homem negro viril e superdotado sexualmente é utilizado para afirmar sua cis heterossexualidade, também o é para negar sua homossexualidade.

Antonio Sergio Alfredo Guimarães (1999) explica que a categoria negro ainda opera no imaginário da sociedade brasileira de maneira homogênea como sinônimo de pobreza, aversão ao trabalho, baixa escolaridade, criminalidade, o oposto das definições atribuídas ao homossexual: “urbano, branco, jovem e integrado às relações de produção e trabalho estabelecidas pelo mundo branco, heterossexual hegemônico” (LIMA; CERQUEIRA, 2007, p. 7).

De acordo com Tiago Sant’Ana (2010), tanto a categoria negro quanto a categoria homossexual transcendem os limites das representações a que se propõem, já que o indivíduo possui várias identidades, uma gama de valores está embutida nessas representações. Embora sejam duas categorias distintas, ambas têm como referência, no Brasil, a cis heterossexualidade do homem branco.

O homossexual hegemônico, aquele estandardizado pelas publicações especializadas, é baseado no triunfo dos músculos e da virilidade sobre as demais identidades e corpos possíveis. Esses valores acabam instalando uma representação de beleza, saúde, sucesso e inclusão, baseados na ideia do somos idênticos (no caso, aos heterossexuais) ou seremos fadados à *diferença* e à *anormalidade*, de acordo com Richard Miskolci (2007, grifo do autor).

Nesse sentido, as estratégias adotadas pelo movimento gay, especialmente na luta contra a despatologização da homossexualidade, reiteravam a heteronormatividade por acreditar que era baseada nas expectativas e obrigações sociais advindas da ideia de que a heterossexualidade é natural, logo, o *fundamento da sociedade* (MISKOLCI, 2007, grifo do autor). Logo, deveria seguir os padrões dominantes e higienizados de comportamento a fim de promover uma inclusão sanitizada dos homossexuais brancos que serviria de modelo para os demais.

Assim, o corpo negro, o corpo das bichas, dos viados, dos velhos, dos deficientes físicos, dos gordos e outros tantos foram e continuam sendo invisibilizados. Esses corpos são aqueles que a própria humanidade é negada e estão relacionados a todo tipo de corpo cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante (SANT’ANA, 2010).

Deslocado de um padrão hegemônico, o homossexual negro experimenta a negação no mundo homossexual — seus clubes, suas boates, seus espaços de confraternização, suas trajetórias pessoais modelares, suas imagens, a mídia gay, sua perspectiva de poder e

padrões de consumo sempre têm como referência o homossexual branco.

Corpo, masculinidade, negritude e desejo

A masculinidade se utiliza da branquidade e da cis heterossexualidade para garantir uma supremacia incontestada de raça e de gênero que opera no sentido de silenciar as masculinidades ditas periféricas. Assim, assegura a manutenção de uma estrutura patriarcal que reproduz visões do regime escravista: “Esse processo de entronização do macho branco, também é, na verdade, fundamentalmente um processo de legitimação da expropriação econômica, dos bens, dos corpos, dos territórios e dos frutos do trabalho” (PINHO, 2008, p. 273).

“A masculinidade do homem negro fica reduzida ao seu sexo e, nas relações homoafetivas ou sexuais, simplesmente, o que se espera é que o parceiro de pele mais escura atue como o ativo, e o parceiro mais claro como o passivo. Essa expectativa em relação ao homossexual negro interfere no processo de afirmação da sua orientação sexual: colocada em um plano específico, reduz suas possibilidades de atuação.”

Estudiosos de gênero e raça (PINHO, 2005; LIMA, 2006; RATTIS, 2007; SOUZA, 2009; SANT'ANA, 2010) chamam a atenção para a existência de diversas masculinidades e alinham suas reflexões com o pensamento de John Andrew Mundell (2013), que alerta para o fato de que a masculinidade tem uma inter e intrapluralidade nos homens. Não há só uma masculinidade nem para a sociedade toda nem para o indivíduo, apesar de haver uma idealização do homem utópico.

A masculinidade do homem negro fica reduzida ao seu sexo e, nas relações homoafetivas ou sexuais, simplesmente, o que se espera é que o parceiro de pele mais escura atue como o ativo, e o parceiro mais claro como o passivo. Essa expectativa em relação ao homossexual negro interfere no processo de afirmação da sua orientação sexual: colocada em um plano específico, reduz suas possibilidades de atuação. Interpretado como o sujeito ativo (o penetrador), o que se espera do homossexual negro é que adote atitudes viris e que não desmunte nunca. Essa seria a moeda de

troca que autorizaria sua presença nos ambientes gays.

Essa situação confirma-se na pesquisa de Mundell (2013), realizada com dez homens negros homossexuais na cidade de Salvador (BA), com idades que variam entre 20 e 43 anos, com níveis socioculturais variados. Todos os entrevistados teceram críticas a comportamentos interpretados como espalhafatosos e a trejeitos afeminados que consideram depreciativos para a imagem social dos homossexuais. A maioria confirmou que as expectativas de seus parceiros brancos em relação a eles é que fossem os ativos durante o ato sexual ainda que verbalizassem sua disposição para que fossem penetrados.

Diante de parceiros brancos, a pesquisa revelou a permanência de hierarquias baseadas no pertencimento racial, já que foram eles que decidiram quais os papéis sexuais a serem desempenhados. Nesse sentido, o racismo não só reforçou a imagem do negro potente sexualmente, mas limitou o controle sobre suas vontades, estando submissas às expectativas do parceiro branco.

A marginalidade sexual do homem negro, resultado das hierarquias raciais, de acordo com Pinho (2008), conecta-se com sua marginalidade social, o que resulta em pouco ou nenhum controle sobre seu próprio corpo. Essas hierarquias raciais criam condições para o exercício da sexualidade, e produzem sujeitos sexuais como sujeitos do desejo, ou talvez, em muitas circunstâncias, sujeitos “coisificados” como objetos desejados (PINHO, 2008).

Esse modelo de masculinidade negra agrega ao mesmo tempo dois estereótipos relacionados ao homem negro, o negão, que é aquele sujeito cis heteronormatizado, viril e de grande apetite sexual, e o negro de alma branca, que, por meio de uma boa educação, pretende integrar-se à sociedade branca, mas que, na maioria das vezes, é ironizado por ela, sendo apenas tolerado, aponta João Carlos Rodrigues (2012).

Outros modelos, porém, são rejeitados, às vezes de maneira explícita, como acontece com homossexuais que exploram um visual inspirado no movimento *Hip Hop*. Classificados



reiteradamente como criminosos e chamados pejorativamente de *manos*, são colocados diante de “situações muitas vezes embaraçosas ou mesmo de risco, pela suposição de que estejam mais acostumados ou envolvidos em situações de violência”, diz Isadora Lins França (2008, p. 11). Também são tratados como um chamariz sexual, atraindo homens que veem neles a encarnação do fetiche de se envolver com um *marginal* ou com o *mano da periferia*, o que pode ser vantajoso para alguns desses rapazes, mas frustrante para outros (FRANÇA, 2008, p. 12, grifo da autora).

Não o visual, mas a leitura que é feita dele expulsa esses rapazes dos ambientes gays e os realoca em ambientes dito *blacks*, onde exercitam minimamente sua homossexualidade, o que faz com que vivenciem situações de isolamento e solidão. Esses mesmos rapazes recusam a companhia de sujeitos homossexuais que expressem condutas afeminadas, de viado, de bicha mesmo, reproduzindo, em partes, a conduta opressora da qual são vítimas. A pressão que recai sobre eles para que modifiquem a forma de se vestir, de cortar e arrumar os cabelos, de falar e de gesticular e, assim, manter uma distância da imagem do suposto criminoso é similar à que exercem sobre os negros afeminados de quem cobram atitudes viris, mais adequadas para alguém do gênero masculino e da raça negra.

Compreendo esse afeminamento como um exercício para contrapor a imagem padronizada do homem negro viril e, assim, reivindicar o direito de expressar outros modelos de masculinidade. Chamadas pejorativamente de bichas por adotar um gestual e um vestuário que emergem de um universo considerado feminino, essa maneira de agir pode, ao mesmo tempo, significar a emancipação de um sujeito, mas, também, pode determinar seu confinamento em “um lugar social demarcado para a *bicha*, como em áreas pobres e afastadas do centro da cidade” (FRANÇA, 2008, p. 7, grifo da autora).

Nesses espaços, a bicha adquire certo respeito à medida que exhibe uma imagem que a distancia desse mesmo lugar, construída com o auxílio de acessórios que indicam certo poder econômico (ainda que não o tenha), como roupas de “marca”, perfumes caros, tratamento capilar que pode incluir alisamento, tintura ou colocação de apliques, além de adotar uma postura de convencimento de que pode transitar por espaços mais chiques, ainda que isso não seja totalmente verdade.

Ao mesmo tempo em que se percebe a intenção de explicitar uma maneira mais livre de lidar com o próprio corpo e fugir de regras de masculinidades impostas por um padrão dominante de cis heterossexualidade, homossexuais negros também evidenciam a intenção de transitar por espaços da cena gay, o que os obriga a constantes negociações, as quais podem, muitas vezes, impor padrões de comportamento que os colocam novamente no mesmo lugar de onde gostariam de sair.

Dos modelos de masculinidades negras presentes nas pesquisas de Pinho (2008), Lima (2006), Ratts

(2007), Souza (2009), Sant’Ana (2010) e aqueles destacados por França (2008) e Mundell (2013), a pressão maior é exercida sobre as masculinidades ditas marginais marcadas por afeminamento escancarado, a bicha e o viado, que colocam sob suspeita inclusive sua condição de negro.

A bicha resiste! O gay se ajusta!

A popularização do termo “bicha” trouxe consigo uma carga depreciativa e, ao ser transplantado para um universo mais amplo, passou a ser utilizado como um instrumento de agressão, hostilidade e marginalidade (GREEN, 2000). A imagem da bicha desmunhecada, afeminada, tornou-se o contraponto do macho cis heterossexual brasileiro. A transgressão realizada pela bicha e a ambiguidade de um comportamento feminino por um corpo do sexo masculino também provocaram a ansiedade masculina e despertaram o medo de que o feminino do outro pudesse estar nele próprio. Assim, a imagem da bicha, do



Foto: Raquel Aviani / Secom UnB

viado, do pederasta, enfim, daqueles sujeitos do sexo masculino que expressavam uma orientação sexual e um comportamento diferente das normas heterossexuais, foi fundamental para a estruturação das masculinidades no Brasil (GREEN, 2003).

Não só o macho cis heterossexual foi atingido pela figura da bicha, mas as masculinidades como um todo. Em terras brasileiras, destaca Jélio Zamboni (2016), o gay normatizado afirma-se pela negação da bicha. Isso não é apenas uma questão conceitual, mas um problema bastante vívido para a luta homossexual organizada. Nesse sentido, a existência do gay normatizado se justifica pela eliminação física e conceitual da bicha. Gay e bicha são categorias diferentes. Expressam condutas diferentes. A bicha resiste enquanto o gay se ajusta.

O termo “gay”, a partir das décadas de 1960 e 1970, descreve pessoas que “transam” com pessoas do mesmo sexo sem que adotassem necessariamente os “trejeitos” associados às figuras da “bicha”. Ao contrário da bicha, a palavra “gay” não é pejorativa (FRY; MACRAE, 1985).

A bicha preta veio antes!

O termo “negro”, propositadamente ou não, é construído de forma a confirmar existências cis heteronormatizadas, similar ao vocábulo “homossexual”, e seu uso, na maioria das vezes, propõe a normatização do sujeito ao qual se refere. Como adjetivo, o termo “preto” encerra uma qualificação “a cor do objeto”, enquanto o termo “negro” nos parece designar o próprio sujeito. Nesse sentido, afirma José Geraldo da Rocha, em “ambos os casos, preto aparece como sinônimo de pessoa de pele escura e ao mesmo tempo, cor, escuridão, ausência de luz” (2010, p. 900).

A adjetivação atribuída ao termo “preto” acena para um lugar que questiona as normas, as regras, a higienização cis heteronormatizante.

Por isso, surge como uma possibilidade concreta para se referir aos corpos dos gays afeminados, dos viados e das bichas. Assim, os termos “preta” e “preto” despontam como possibilidades para discutir existências que questionam de maneira recorrente tanto a branquidade quanto a cis heteronormatividade hegemônicas. Afirmo, assim, que os sinais da bicha preta estão assinalados no regime escravista. É ali que ela brota. Ao contrário da bicha branca burguesa, a bicha preta sai às ruas e desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo.

Nos idos do século XVI, em 1591, na cidade de Salvador (BA), encontro nas pegadas de Xica Manicongo os vestígios de uma existência a que Fry, MacRae (1985) e Green (2000, 2003) chamaram de bicha. Antes mesmo das bichas brancas encontradas por Fry, MacRae (1985) e Green (2000, 2003), as bichas pretas circulavam e abriam caminho. A mais famosa delas, Madame Satã (1900-1976), conviveu com outras bichas pretas que escreveram seus nomes na história pelas margens, através dos registros policiais. Cintura Fina (1921-?) e Tomba Homem (1935-2016), ambas radicadas em Belo Horizonte, dividiram parte de suas existências com Madame Satã no Rio de Janeiro, na prostituição, na malandragem e no sistema prisional.

Zamboni (2016) vê em Madame Satã uma bicha “diferente”, ainda que não destaque sua cor, seu cabelo, seu fenótipo preto. Madame Satã, no século XX, contribuiu decisivamente para transfigurar a bicha, reconhecida culturalmente como submissa, em modo indócil de existência. Às estratégias policiais de controle da vadiagem, Satã resistia pela viadagem, que perturbava incansavelmente o macho e sua violência constante (ZAMBONI, 2016). Madame Satã é a mais conhecida das bichas pretas justamente por viver em uma época em que a existência da bicha nos espaços públicos era interpretada

“*A adjetivação atribuída ao termo ‘preto’ acena para um lugar que questiona as normas, as regras, a higienização cis heteronormatizante. Por isso, surge como uma possibilidade concreta para se referir aos corpos dos gays afeminados, dos viados e das bichas. Assim, os termos ‘preta’ e ‘preto’ despontam como possibilidades para discutir existências que questionam de maneira recorrente tanto a branquidade quanto a cis heteronormatividade hegemônicas.*”

como provocação. Tornou-se, assim, visível, muito visível, especialmente para a polícia.

Feminina quando queria, violenta quando necessário, em sua existência conjugam-se o malandro e a bicha em um corpo só (ZAMBONI, 2016). Madame Satã, assim como as bichas pretas de um modo geral, tem uma existência que não trata da margem apenas, mas de um risco que se atravessa. É uma transversal que perpassa o jogo centro e periferia, rasgando-o. As várias linhas que se cruzam tecem uma superfície composta por múltiplos pontos, singularidades de uma bicha (ZAMBONI, 2016), às vezes sozinha, às vezes em grupo.

Algumas considerações

“*Ao contrário da bicha branca burguesa, a bicha preta sai às ruas e desafia não apenas as normas de gênero, mas a sociedade como um todo.*”

Apesar da inquestionável importância das categorias negro e homossexual em trabalhos que problematizam racismo e homofobia, contribuem, na maioria das vezes, para naturalizar a heterossexualidade e a branquidade normativa. Nesse sentido, a categoria negro/a adquire, às vezes de forma intencional, outras nem tanto, um caráter de normatização quando contribui para naturalizar a cis heterossexualidade da mesma maneira que a categoria homossexual naturaliza a branquidade. Assim, as categorias pretos/as, gays afeminados, viados e bichas surgem como possibilidade, pois não são construídas no espaço da normatização.

É verdade que os termos “gay afeminado”, “viado”, “bicha” e “preto/a”, em muitas situações, ainda são utilizados como adjetivos que se propõem ao ataque, a detração, ao escárnio de certos corpos e certas pessoas. Ao se apropriarem desses termos, os sujeitos aos quais se referem tomam para si o direito de existir, questionando abertamente aquilo que é descrito como norma e apresentam outras possibilidades para vivenciarem suas sexualidades e suas negritudes. A bicha preta, então, surge para questionar aquilo que está posto como regra. Reinventa existências. Resiste. Existe.

Dia do Orgulho LGBT, a UnB recebe programação diversificada sobre cidadania, respeito e valorização das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras – abarcadas pela sigla



Referências

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- FRANÇA, Isadora Lins. “Fazer a linha” e “dar pinta”: quando o *black*, o samba e o GLS se cruzam em São Paulo. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 26., Porto Seguro, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth. Growing up white: feminism, racism and the social geography of childhood. *Feminist Review*, n. 45, p. 51-84, 1993.
- FRIEDMAN, David M. *Uma mente própria: história cultural do pênis*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- GREEN, James Naylor. O Pasquim e Madame Satã, a “raíinha” negra da boemia brasileira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 201-221, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a1.pdf. Acesso em: 16 jan. 2015.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003.
- LIMA, Ari. Da vida rasgada. Imagens e representações sobre o negro em Madame Satã. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens*, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Salvador, v. 1, n. 2, 2006.
- LIMA, Ari; CERQUEIRA, Felipe de Almeida. A identidade homossexual e negra em Alagoinhas. *Bagoas*, v. 1, n. 1, p. 269-286, jul./dez. 2007.
- MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 2007. Anais... Campinas, 2007.
- MUNDELL, John Andrew. As masculinidades de homens negros gays em Salvador da Bahia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2013. Anais... Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321880_ARQUIVO_FazendoGenero10Paper.pdf. Acesso em: 8 fev. 2016.
- PINHO, Osmundo. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, p. 257-284, 2008.
- RATTS, Alex. Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-LGTTB. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.) *Homossexualidade sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Booklinks/Teresina: Grupo Matizes, 2007.
- ROCHA, José Geraldo da. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. In: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 14., v. XIV, n. 2, tomo 1. Anais... Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- SANT’ANA, Tiago. “Bicha preta, pobre e afetada? Aqui não, hein?!” – Corpo e identidade homossexual na revista gay A capa. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 12., 2010. Anais... Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1458-1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2014.
- SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades*, ano 3, v. 6, jul./dez. 2009. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_6/DOSSIE_FORUM6_07.pdf. Acesso em: 29 mar. 2015.
- ZAMBONI, Jésio. *Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.



Ilustração: Nelio Benquela

Os erros na política de segurança pública

Marivaldo Pereira é mestre em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo, Auditor Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional no Ministério da Fazenda.

O Projeto de Lei n.º 882/2019 (vulgo “Pacote Anticrime”) e os decretos que aumentam substancialmente o número de armas em circulação na sociedade demonstram que a condução da política pública pelo Ministério da Justiça é marcada pela repetição e pelo aprofundamento dos erros do passado e pela desconstrução dos poucos avanços que tivemos desde a Constituição de 1988.

Marivaldo Pereira

Desde a democratização, assistimos a tentativas de enfrentamento do problema da criminalidade e da violência. Apesar dos planos lançados em diversas esferas, o país jamais conseguiu estruturar e consolidar uma política de segurança pública na qual a prevenção fosse o elemento central, por mais que estudos e pesquisas ressaltem sua importância e maior eficiência.

A ausência dessa política, sobretudo em âmbito nacional, explica parcialmente os resultados desastrosos na área de segurança pública. Os dados divulgados pelo *Atlas da Violência 2019* são assustadores. Em 2017, o país registrou 65.602 homicídios, algo equivalente a 31,6 mortes para

cada 100 mil habitantes, o maior nível histórico registrado no país, com um crescimento de 4,2% em relação aos dados de 2016 (CERQUEIRA; BUENO, 2019). Para se ter uma ideia, a média mundial varia de seis a oito homicídios para cada 100 mil pessoas (CERQUEIRA, 2018a)¹. Outra consequência da política focada na repressão é a explosão de nossa população carcerária, atualmente com quase 800 mil pessoas presas (BRASIL, 2019a), número que nos deixa atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

¹ Ressalta-se que o dado da taxa mundial consta no *Atlas da Violência 2018* (CERQUEIRA, 2018a) e é atualizado somente até 2013.

É importante ressaltar que a violência no país não alcança a todos de forma democrática, pois ocorre de forma concentrada. Por exemplo, “em 2016, 50% das mortes violentas aconteceram em 123 municípios, que correspondem a 2,2% do total de municípios” (CERQUEIRA, 2018b). O estudo também destaca a correlação entre o alto número de homicídios e as dimensões socioeconômicas de cada município, como educação infanto-juvenil, pobreza, mercado de trabalho, habitação, gravidez na adolescência e vulnerabilidade juvenil². Além de estar concentrada nesses municípios, essa violência recai prioritariamente sobre os mais pobres, especialmente sobre a população negra, algo que vem se aprofundando a cada ano. Em 2017,

75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma

² Ressalta-se que o estudo adota como dado o número de homicídios registrados em 2016, enquanto os dados sobre o desenvolvimento socioeconômico são referentes ao ano de 2010 (CERQUEIRA, 2018b).

de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (CERQUEIRA; BUENO, 2019).

A violência também segue tornando vítimas cada vez mais as mulheres: em 2017, foram cerca de 13 assassinatos de mulheres por dia, totalizando 4.936 — o maior número registrado desde 2007 (CERQUEIRA; BUENO, 2019). Mais uma vez o racismo institucional se faz fortemente presente, pois, em números absolutos, o número de mulheres não negras vítimas de homicídio cresceu 1,7% entre 2007 e 2017, enquanto entre as negras cresceu 60,5%. Pelos dados de 2017, “a taxa de homicídios

de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo” (CERQUEIRA; BUENO, 2019).

Mesmo dentro dos municípios que concentram os homicídios, a violência não ocorre de forma difusa, mas, sim, concentrada nos bairros com maior vulnerabilidade social, onde a população tem dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais³. Esses bairros tendem a concentrar escolas mais precárias, maior evasão escolar, menor média de horas-aula, maior média de distorção idade-série e piores índices socioeconômicos das famílias dos alunos (CERQUEIRA *et al.*, 2016).

Embora diversos fatores devam ser considerados para explicar o

³ “No entanto, via de regra, a maioria dos homicídios incide de forma altamente desigual dentro do território municipal. Veja o exemplo do Rio de Janeiro, que possui 174 bairros, mas onde metade dos homicídios ocorridos em 2014 se concentrou em 17 bairros, ou em cerca de 10% deles [...]” (CERQUEIRA *et al.*, 2016).



comportamento violento, tais como: temperamento individual, estrutura familiar, cultura do local onde a criança ou o adolescente se desenvolve etc. (ROLIM, 2014), a correlação entre a precariedade na educação e a violência é um indicativo relevante para tentar justificar o que ocorre nessas localidades.

Relação educação, políticas públicas e homicídios

Quanto menor a taxa de atendimento escolar, especialmente para crianças de 0 a 3 anos, maior a taxa de homicídios em cada município. Da mesma forma, quanto menor (i) a renda per capita, (ii) maior o número de crianças pobres e vulneráveis à pobreza e (iii) a taxa de ocupação, também é maior o número de homicídios nos municípios. E quanto maior o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, maior é o número de homicídios (CERQUEIRA, 2018b).

Apesar dessa correlação, esses fatores não são suficientes para expli-

car o problema da violência, devendo ser considerados outros problemas, como as implicações de políticas que ignoraram essas correlações no passado para focar exclusivamente no fortalecimento e na ampliação do sistema de repressão penal, as quais levaram ao aumento dos confrontos e do encarceramento da população — linha que prevaleceu nas últimas décadas em nosso país, apesar dos poucos avanços alcançados desde 1988, sobretudo em razão da assunção de maior responsabilidade do Governo Federal na segurança pública.

De fato, foram importantes avanços desde a Constituição, como a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), da Força Nacional de Segurança Pública; da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), do Sistema Penitenciário Nacional, do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), do Sistema de Informações e Estatísticas de Segurança Pública (Sinesp); o fortalecimento da Polícia Federal; a

aprovação do Estatuto do Desarmamento; e a criação de uma política nacional de desarmamento (SÁ; SILVA, 2012; CANO, 2006; CRUZ, 2013; SOARES, 2007).

Avanços importantes, mas focados, em sua maioria, na área da repressão e no fortalecimento das instituições que integram o sistema criminal, o que pode ser explicado pela força corporativa dessas instituições, pela força do populismo penal presente em nossa sociedade (CONDEGE, 2019) e pela ausência de incentivos políticos para a adoção de medidas que efetivamente ataquem as raízes do problema da violência.

O naufrágio das tentativas de consolidar uma política nacional de prevenção à violência, pautada pela integração de políticas intersetoriais capazes de enfrentar os diversos fatores de risco que guardam correlação com a violência, pode ser resumido na análise dos obstáculos enfrentados pela primeira tentativa nesse sentido, o Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (Piaps):



A ambição era formidável, assim como os obstáculos à sua execução. Dada a estrutura do Estado, no Brasil, caracterizada pela segmentação corporativa, reflexo tardio da segunda revolução industrial, nada é mais difícil do que integrar programas setoriais, gerando, pela coordenação, uma política intersetorial. Sobretudo quando a pretensão ultrapassa o domínio de uma única esfera de governo e se estende aos três níveis federativos (SOARES, 2007).

Os mesmos obstáculos seriam verificados posteriormente na implementação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), certamente a política nacional de segurança pública que mais ênfase deu à prevenção da violência. Como resultado, o poder público gasta cada vez mais recursos na repressão penal e no encarceramento, mas não consegue melhorar a segurança pública e termina limitando sua capacidade de gastos em políticas sociais capazes de reduzir os fatores de risco que levam ao comportamento violento.

Mesmo diante de todas essas evidências, o “Pacote anticrime”⁴ e os decretos que liberam a circulação de armas na sociedade, endossados pelo ministro Sérgio Moro, aprofundam ainda mais essa lógica, além de retrocederem em parte os avanços conquistados. O pacote recebeu uma avalanche de críticas de especialistas na área penal e também na área de segurança pública (IBCCRIM, 2019; CONDEGE, 2019; BRASIL, 2019b; MACHADO, 2019; INSTITUTO SOU DA PAZ, 2019b; PACOTE, 2019). Entre dezenas de pontos polêmicos e inconstitucionais, um dos

que mais chamou a atenção é o que permite ao juiz reduzir ou até perdoar a pena de quem agir com excesso de força sob a alegação de estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito, desde que fundado em “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

As críticas à proposta vão desde o caráter extremamente aberto dos termos empregados para autorizar o juiz a reduzir ou perdoar a pena até as suas consequências para a legitimação da violência praticada por agentes públicos.

De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018*, as mortes resultantes de intervenção policial cresceram 21% em 2017, em um total de 5.159 mortes, algo como 14 mortes por dia, somente em razão de intervenção policial (LIMA, 2018). O número, que já era alarmante, tende a bater um recorde histórico em 2019. De acordo com dados preliminares, no primeiro trimestre, somente a polícia do Rio de Janeiro matou quase cinco pessoas por dia, a maior letalidade dos últimos 21 anos (GRELLET; DOLZAN, 2019).

A explosão da letalidade policial pode ser explicada pela legitimação da violência por lideranças políticas em discursos e em propostas normativas como as endossadas pelo ministro Sérgio Moro, entre elas, a que pode assegurar a impunidade dos excessos praticados por policiais⁵.

Sob o pretexto de combater a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência (CONDEGE, 2019), foi proposto também alterar toda a sistemática do

⁴ “A mensagem política do pacote, nesse ponto, corre o risco de estimular as ocorrências de morte de civis por agentes de segurança. Dados do FBSP e do NEV-USP mostram que, em 2017, apenas no Estado de São Paulo, 19,5% das mortes violentas foram provocadas por policiais, sendo que três quartos das vítimas são jovens negros. Tal número é inferior ao real e de difícil aferição em escala nacional, dada a subnotificação, sobretudo nos casos envolvendo grupos de extermínio ou milícias” (IBCCRIM, 2019).

“ em números absolutos, o número de mulheres não negras vítimas de homicídio cresceu 1,7% entre 2007 e 2017, enquanto entre as negras cresceu 60,5%.”

processo e da execução penais para ampliar as hipóteses de prisão preventiva, endurecer o regime do cumprimento de pena e antecipar o momento de sua execução, aumentar o lapso temporal para a progressão de regime e criar critérios subjetivos para obstar a concessão desse direito — medidas que aumentam substancialmente o encarceramento.

De acordo com a proposta de Sérgio Moro, pouco importa que tenhamos 800 mil pessoas presas no país e que o sistema prisional esteja em colapso nos estados. Sua proposta pautou-se apenas pelo populismo penal, conforme muito bem aponta a Nota Técnica do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais:

A atual conjuntura política brasileira, pautada pela reafirmação da cultura do medo e do punitivismo, tem como pano de fundo o “direito penal do inimigo”, sendo certo que se planeja enrijecer ainda mais a legislação penal e processual penal. Tudo sem base técnica e científica, o que é temerário. A errônea noção, no entanto, costuma haurir o apoio popular. Com efeito, esse tipo de solução encontra eco nos meios de comunicação de massa, mormente em vista dos chamados vespertinos policiais (CONDEGE, 2019).

A mesma negligência aos dados e experiências do passado se fez presente para embasar os decretos que

⁴ O projeto aprovado pelo parlamento em 04/12/2015 sofreu modificações e deixou de fora as principais bandeiras do ministro Sérgio Moro, como o “excludente licitude!”, a “prisão em segunda instância”, o acordo de “*plea bargain*”, confissão de crime em troca de pena menor e o “fim da audiência de custódia”.

alteram a política de desarmamento, autorizando a concessão de porte de arma para 19 categorias profissionais — entre elas, a totalidade dos advogados, isto é, mais de 1,1 milhões de pessoas — e permitindo a compra de grandes quantidades de armas e munições para diversas categorias — por exemplo, até 60 armas para atiradores e 5 mil munições por ano para defesa pessoal (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2019a).

Dos 65.602 homicídios registrados em 2017, 72,4% foram cometidos com uso de armas de fogo. O número de mulheres mortas dentro de casa por arma de fogo cresceu 28,7% em 2017. Especialistas de todo o mundo são unânimes em afirmar que, quanto mais armas em circulação, maior será o número de homicídios (CERQUEIRA; BUENO, 2019). Vale transcrever o apelo dos pesquisadores diante da dificuldade de se conseguir travar um debate racional em torno deste tema:

O perigo da difusão de armas de fogo para engendrar um maior índice de crimes vio-

lentos — incluindo aí as mortes ocasionadas por conflitos interpessoais e feminicídios — tem sido objeto de várias análises nas edições anuais do *Atlas da Violência*, onde apontamos haver um debate desigual, em que, de um lado, estão as evidências empíricas científicas e de outro a retórica armamentista da autodefesa, nunca confirmada em pesquisas científicas (CERQUEIRA; BUENO, 2019).


Nessa mesma linha, destaca o Instituto Sou da Paz:

O desejo obsessivo que demonstra o governo por uma verdadeira corrida armamentista só atende a uma minoria radicalizada, à indústria e comércio de armas e munições e às organizações criminosas que terão acesso farto e generoso com a maior circulação de armas no país. O governo ignora evidências óbvias de que aumentará nossa já insuportá-

vel violência cotidiana. Que estes decretos sejam revogados imediatamente (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2019a,).

Tanto a proposta encaminhada ao Congresso Nacional como os decretos que flexibilizam o Estatuto do Desarmamento apontam os erros do atual ministro da justiça ao lidar com o problema da segurança pública em nosso país. São erros que reforçam não apenas a resistência do magistrado em debater o tema com racionalidade, mas, também, sua incapacidade em lidar com ele dentro dos limites legais e constitucionais.

Não são apenas convicções, mas, sim, provas robustas que demonstram o obscurantismo que dita cada passo desta proposta. Move-se pela escuridão do senso comum, insensível às lágrimas das mães, ao sofrimento das famílias e ao sangue de jovens, em sua maioria negros, que escorre pelo asfalto das cidades de todo o país.



A violência no país não alcança a todos de forma democrática; ocorre de forma concentrada

Referências

“PACOTE Anticrime” de Moro reedita soluções inconstitucionais e ineficazes. *Conectas*, 05 fev. 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/pacote-anticrime-de-moro-reedita-solucoes-inconstitucionais-e-ineficazes>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Painel Banco Nacional de Monitoramento de Prisões*. 13 jun. 2019a. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shBNMPIIMAPA. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. Defensoria Pública da União. Nota técnica da Defensoria Pública da União em face do pacote de sugestões legislativas apresentadas em 04 de fevereiro de 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 13 maio 2019b. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/nota-tecnica-defensoria-publica-uniao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2006. Disponível em: <https://sur.conectas.org/politicas-de-seguranca-publica-no-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CÁRMEN Lúcia diz que preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil. *Agência CNJ de Notícias*, 10 nov. 2016. <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-presos-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CRQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas da violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, jun. 2018a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; RANIERI, Mariana; GUEDES, Erivelton; COSTA, Joana Simões; BATISTA, Filipe; NICOLATO, Patrícia. *Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*. Brasília: Ipea, Nota Técnica n. 18, maio 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27714. Acesso em: 13 jun. 2019.

CONDEGE – COLÉGIO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS. *Nota técnica ao Projeto de Lei n. 882/2019 (“Pacote Anticrime – Crime Organizado”)*. Mar. 2019. Disponível em: http://www.condege.org.br/images/condege/arquivos-2019/abril/NOTA_T%3%89CNICA_CONDEGE_-_PL_882_2-compactado.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

CRUZ, Gleice Bello da. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. *Cadernos de Segurança Pública*, v. 5, n. 4, mar. 2013. Disponível em: <http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20130403.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

GRELLET, Fábio; DOLZAN, Marcio. Com 434 mortes, letalidade policial no Rio no 1º trimestre de 2019 é a maior em 21 anos. *O Estado de São Paulo*, 14 maio 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,com-434-mortes-letalidade-policial-no-rio-no-1-trimestre-de-2019-e-a-maior-em-21-anos,70002827768>. Acesso em: 13 jun. 2019.

IBCCRIM – INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. *Nota Técnica sobre Pacote Anticrime*. 2019. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/docs/2019/Nota_Tecnica_Pacote_Anticrime.pdf Acesso em: 13 jun. 2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Nota pública*: Decreto n. 9.797, de 21 de maio de 2019. 22 maio 2019a. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/noticia/nota-publica-decreto-no-9-797-de-21-de-maio-de-2019>. Acesso em: 13 jun. 2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Nota pública*: Instituto Sou da Paz se manifesta sobre teor do “pacote anticrime”. 05 fev. 2019b. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/noticia/nota-publica-instituto-sou-da-paz-se-manifesta-sobre-teor-do-pacote-anticrime>. Acesso em: 13 jun. 2019.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). *Anuário brasileiro de segurança pública 2018*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MACHADO, Ricardo. O projeto anticrime agiganta o poder persecutório e punitivo do Estado: entrevista especial com Adriano Pilatti. *Instituto Humanitas Unisinos*, 14 mar. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/587414-o-projeto-anticrime-agiganta-o-poder-persecutorio-e-punitivo-do-estado-entrevista-especial-com-adriano-pilatti>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. 246 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102225/000931115.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SÁ E SILVA, Fábio Costa. “Nem isto, nem aquilo”: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 412-433, ago./set. 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/128/125>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007. Disponível em: <http://posticsenasp.ufsc.br/files/2015/08/seguran%C3%A7a-publica-no-brasil-at%C3%A9-2007.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SOARES, Pedro. Desigualdade, e não a pobreza, aciona a violência. *Folha de São Paulo*, 18 abr. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1804200407.htm>. Acesso em: 13 jun. 2019.



Foto: Inês Ulhoa

Democracia e direitos de minorias: um novo tempo de incertezas

A eleição para presidente da República no Brasil em 2018 configurou-se como um dos episódios eleitorais mais difíceis para a democracia brasileira, particularmente, em função de um discurso extremista largamente difundido e que prevaleceu sobre os demais. Uma pesquisa com eleitores do candidato Jair Bolsonaro naquele pleito revelou a entrada de uma agenda política com fortes conotações de segregação e exclusão social e racista.

Vanessa Maria de Castro é professora da Faculdade UnB Gama e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB.

Vanessa Maria de Castro

A pergunta que muitos fizeram na ocasião era por que alguém votaria em um candidato que, em seus 28 anos de vida pública, expressou abertamente suas posições contrárias à agenda de direitos humanos com um discurso de cunho racista, homofóbico, misógino, a favor da tortura e da ditadura e que usou como símbolo da sua campanha o gesto que faz com as mãos um gatilho. A partir deste cenário, evocava-se uma campanha diferenciada com uma linguagem violenta, que até então não se conhecia em solo republicano brasileiro em processos eleitorais.

Em função desse contexto, resolvi conhecer o que pensavam as eleitoras e os eleitores do candidato à presidência Jair Bolsonaro. Era para mim imperioso entender o porquê do voto em um candidato que, por muitas vezes, se declarou misógino, homofóbico e bélico, com um discurso próximo ao fascismo, ao expressar seu apreço por ditaduras e em defesa da tortura, com o componente de “negacionismo histórico”. Com o objetivo de identificar e interpretar a visão dos eleitores para a escolha deste candidato em um universo de treze candidaturas com diferentes matizes políticas, iniciei uma

pesquisa¹ de campo para compreender a gênese desta questão; no meu entendimento, muito importante para estudos acadêmicos.

A pesquisa de campo (entrevista)² foi realizada em Brasília, com eleitores do então candidato Jair Bolsonaro antes das eleições do primeiro turno de 2018, com um recorte de homens e mulheres, faixa etária variada, moradores de Brasília e/ou de Goiás. Dessa forma, este artigo tem como desafio apresentar quais as motivações que levaram a maioria do eleitorado pesquisado a escolher o candidato Jair Bolsonaro.

Adotei para este trabalho o seguinte entendimento sobre a questão do conservadorismo: *pensamento que se encontra fundamentado na manutenção das instituições patriarcais, que estabelecem a moral, os costumes, as tradições e as convenções para o conjunto da sociedade e principalmente defende e naturaliza a desigualdade social e econômica e considera o Estado o salvaguarda desta estrutura societal* (ROBIN, 2018).

É dentro deste cenário conservador que se configura a ideologia da extrema-direita, direita radical ou ultradireita. Reconhece-se que a definição desses termos para o cenário brasileiro ainda está em disputa e será um imenso desafio falar sobre a extrema direita no Brasil a partir dos novos cenários.

A esquerda poderá ser analisada de diversas formas no século XX — de democrática a totalitária —, mas ficarei

com a ideia que a esquerda no Brasil vem sendo compreendida como aquela que defende uma agenda com justiça social e uma economia mais distributiva, mas que trabalha na lógica do capitalismo e na égide da democracia, apesar de considerar que o Partido dos Trabalhadores (PT), maior partido de esquerda do Brasil, seja uma legenda mais voltada a princípios socialdemocratas do que um partido de esquerda comunista. Gosto da leitura de Pedro Demo quando nos alerta sobre as esquerdas, principalmente o argumento que ele evoca sobre uma certa confusão entre capital e capitalismo — texto escrito quando o PT estava iniciando seu governo. Meu artigo não irá analisar o PT ou a esquerda brasileira, mas, sim, a extrema direita e seu candidato Jair Bolsonaro, por isso, já peço desculpas ao leitor por esta lacuna.

A extrema direita no Brasil: qual é o discurso?

Jair Bolsonaro falou abertamente durante seus quase 30 anos de vida pública que era racista, homofóbico, misógino, a favor da pena de morte, defensor da tortura, da ditadura e em fechar o Congresso Nacional. Ele é identificado como um candidato da área militar por ser cabo reformado do Exército Brasileiro. Ademais, ele se apresentou como o candidato de oposição aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), ambos do PT. Lula ficou preso durante 580 dias por um processo e julgamento controversos. Lula seria o candidato natural pelo PT a concorrer à presidência da República em 2018, com forte possibilidade de sair vitorioso das urnas.

A consolidação formal de um partido e um candidato com um discurso e uma práxis de extrema direita representa um cenário novo no contexto do Brasil após o processo de democratização, em 1985, com o restabelecimento do Estado Democrático de Direito e as garantias individuais após 21 anos de ditadura civil militar (1964 a 1985).

Na pauta antissistema, o candidato Bolsonaro defendeu uma negação a tudo que foi feito pelos seus oponentes (Lula e Dilma) no quesito políticas públicas sociais, principalmente em relação às cotas para negros, à Bolsa Família (programa de transferência de renda para famílias pobres) e à distribuição de terras para os trabalhadores rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Em relação aos indígenas, defendeu reduzir as terras onde foram demarcados territórios indígenas. Também expressou-se contrário à agenda política e social LGBT, com discursos homofóbicos.

Ele, ainda, fez fervorosa defesa do porte de armas como instrumento de combate à violência, redução da idade penal e advogou pela manutenção do auto de resistência. Sendo esta proposta talvez uma das mais polêmicas de seu plano de governo, auto de resistência, - mecanismo que salvaguarda para aquele policial que mata. O cenário apresenta-se da seguinte forma: um policial mata um suposto “suspeito”, e ele alega que foi em legítima defesa, já que o suposto “criminoso” resistiu à prisão. Há o registro ocorrido como “auto de resistência”. O que há de mais grave nesta ocorrência é que as testemunhas são os próprios policiais que praticaram a ação. O que se observou até agora é que este tipo de crime quase nunca é investigado, já que a única voz ouvida é a palavra de quem participou da ação de matar, ou seja os próprios policiais. O maior índice de mortes praticadas como auto de resistência os “suspeitos” são pessoas negras e das periferias das cidades.

Um dos discursos centrais do candidato Bolsonaro é que, se eleito, baniria a corrupção e eliminaria os corruptos do Brasil, seja prendendo ou exilando. Aqui se pode dizer que o ataque estava dirigido aos líderes do seu oponente, o PT. Outro elemento fundamental no discurso de Jair Bolsonaro é apontado à população negra, considerada por ele, em suas falas, como sub-raça. O candidato não teve o menor pudor

¹ Este artigo faz parte da pesquisa “A Crise da Civilização e as Desumanidades”, que desenvolvi como pesquisadora convidada, no ano de 2018, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. Gostaria de agradecer ao professor Dr. Alfredo Pena Vega pela contribuição e pelo apoio a toda minha pesquisa e trabalho na EHESS.

² Por questões de ética e segurança, manterei sigilo absoluto de todos os participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e decodificadas. As pessoas envolvidas na pesquisa têm conhecimento das etapas deste trabalho, mas não permitiram que nada a seu respeito possa ser divulgado, em função do alto nível de tensão durante o processo eleitoral. Por isso, não será traçado um perfil mais detalhado dos meus interlocutores, não sendo mencionados profissão, faixa etária, gênero, raça e classe social. Desta forma, escolhi fazer a narrativa na terceira pessoa, e não usarei falas diretas das entrevistas no texto.

em afirmar que os negros valem menos do que uma arroba de animal no mercado. Esse tipo de manifestação foi reputada por muitos como “discurso de ódio”. Textualmente, disse: *“Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”*³.

Surpreende, ainda, a narrativa antimarxista do candidato, como se o mundo ainda vivesse na bipolarização da *Guerra Fria* do século XX, ficando subtendido que queria reviver as experiências do *macartismo* nos Estados Unidos da América, durante os anos 1950, que se mostrou implacável e cruel com aqueles que pensavam diferente do *establishment*, os “subversivos” ou “inimigos do regime”. Vigorou um discurso de destruição ao comunismo, sem explicarem o que seja isso no Brasil em tempos atuais. É importante ressaltar que nenhum de seus oponentes apresentou qualquer projeto de cunho comunista para o Brasil.

Eleitores incomuns?

Os eleitores de Jair Bolsonaro que fizeram parte desta pesquisa demonstraram ter um imenso apreço ao seu discurso no que se refere às questões morais, antissistema, anticorrupção e teocráticas. Com relação aos temas da tortura e da ditadura, expressaram sua opinião favorável ao longo da entrevista. No começo, demonstraram desconforto e tentaram argumentar que o candidato Jair Bolsonaro não era exatamente o que dizia ser; ele só “fala da boca para fora”. Com o passar do tempo da entrevista, os eleitores vão confirmando o discurso bélico e letal do seu candidato com o argumento de que há um inimigo oculto e que, em último caso, poderá ser

³ Em palestra proferida, em abril de 2017, no Clube Hebraico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ks0dgE8jpkw>. Acesso em: 23/11/2018).

eliminado. Ao final, reconhecem que Bolsonaro não está “falando da boca para fora”, que ele realmente acredita que seu oponente deve morrer.

Os eleitores de Jair Bolsonaro comungam um discurso patriarcal ancorado em uma fala moral, dicotomia entre o bem e o mal; no qual o bem deverá vencer o mal e que o Brasil se encontra dominado pelo mal e precisa ser salvo. Outra coisa que chama atenção nas falas dos entrevistados é a evocação a Deus, pois parece que eles ouviram o chamado do Divino e precisam exercer e obedecer ao que lhes foi evocado. Nesse sentido, há uma construção da realidade na qual a moral é a essência primordial da vida. E ela, a moral, não parece que foi construída pelo humano em suas relações, mas, sim, uma determinação superior da deidade. Sendo assim, eles se tornam guardiões dessa moral para agradar, ou por temor a Deus, e isso os torna acima do bem e do mal. Como guardiões devem usar as armas que o Divino e a inteligência humana construíram. A partir dessa narrativa, aceita-se a arma de fogo como um instrumento de Deus para moralizar e tirar do pecado o mal que mora dentro das pessoas. A partir deste momento, qualquer outra informação contrária a esta narrativa é mensagem do mal ou do demônio.

Nesse cenário, parece que quem foi para a eleição no Brasil foi Deus e o Diabo, o bem e o mal, a luz e a sombra. Para os eleitores de Jair Bolsonaro que fizeram parte desta pesquisa, isso está bem evidenciado. Assim, se construiu uma narrativa na qual a razão e a verdade não foram convidadas a participar. Há, nas entrelinhas, uma ideia construída em que um grupo está mais próximo de Deus e outro se encontra distante, membros deste grupo não foram os eleitos do Senhor, seja por um defeito de cor⁴ ou outra razão. Este “defeito de cor” (racismo) aparece o tempo todo, de forma subliminar, nas falas dos entrevistados, em que se percebe, ainda, um incômodo com as políticas

públicas voltadas ao bem-estar social dirigidas principalmente à população negra, a exemplo das cotas raciais para ingresso nas universidades públicas e em concursos públicos. Negam o que acreditam tratar-se de privilégio, portanto devem ser eliminadas, e defendem a meritocracia como um importante ideal social, de acordo com a habilidade e o esforço de cada um. Por isso, argumentam que não querem seus filhos ou familiares disputando vagas com os cotistas negros. Há, ainda, um sentimento de sentirem-se roubados, pois pensam que as cotas reduziram as vagas para os brancos. Parece que o ponto chave de todo o debate é esse, eles falam que escutaram amigos falarem: “mas agora meu filho que tem uma nota melhor ficará fora da universidade, quando um jovem negro que tirou uma nota menor está dentro, isso não é justo”. Não assumiram que isso é com eles, mas afirmaram que ouviram falar de alguém próximo.

A questão social

A pesquisa também mostra como a questão racial toca em um ponto nevrálgico bastante interessante. Quando confrontados sobre a situação atual do racismo no Brasil, afirmaram que “não se consideram racistas, que até têm amigos negros”. Observa-se que eles realmente acreditam que não há racismo estrutural no Brasil, mas acham que as pessoas negras é que têm de cuidar de suas próprias vidas e que não é papel do Estado resolver o problema do negro. Dito isso, percebe-se em suas falas as ressonâncias identitárias do lugar do branco e do negro que eles advogam, ou seja, negros são inferiores a eles ao expressarem “nós” (os brancos) e “eles” (os negros) nunca “nós” (brancos e negros). Talvez porque viram em mim a mulher branca que eles defendem e se sentiram mais à vontade para expressar seu racismo. Ao utilizarem o discurso do branqueamento no qual o negro quer se comparar ao branco por se sentirem inferiores, em evidente

demonstração de racismo, os entrevistados não percebem que, na verdade, é uma questão de “branquitude” o que eles expressam.

Maria Aparecida Silva Bento explica que há uma distinção entre “branquitude” e “branqueamento”:

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais (BENTO, 2002, p. 1).

Ela recoloca a questão de que, na verdade, o que se expressa na “branquitude” é:

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégio (BENTO, 2002, p. 15).

Bento denuncia que há um pacto entre os brancos em perpetuar as desigualdades entre brancos e negros no

“*WhatsApp tornou-se a bíblia entre os seguidores fanáticos que, em grupos, compartilhavam segredos, imagens e mensagens “divinas”*”

⁴ Vide Gonçalves (2010).

Brasil. Diz ela: “parece interferir neste processo uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (2002, p. 2). A explicar isso, é possível atribuir aos entrevistados para esta pesquisa a expressão máxima deste pacto racista entre pessoas brancas, coroado com a eleição de Jair Bolsonaro, ou seja, a supremacia à brasileira.

Clamar a Deus é mais um exemplo da alucinação irracional deste processo eleitoral. Em uma certa medida, um Deus que parece não se importar com alguns humanos, pois em seu nome determina-se quem merece viver ou morrer. Nesse cenário, a regra é eliminar, preferencialmente, negros e gays. Este discurso muito revela o preconceito que foi parar nas urnas nestas eleições e nele o desejo explícito por viver em um país no qual a “branquitude” imperasse.

Ao ouvir os entrevistados eleitores de Jair Bolsonaro, fui observando que eles, na verdade, não queriam partilhar das melhorias de vida que tiveram ao longo do governo do PT (2003 a 2016) e que eles querem se manter com estes privilégios para serem diferentes. Há uma necessidade de sentir-se superior ao outro, principalmente aos negros. Como se estivéssemos vivendo em uma sociedade de castas, *eu somente irei me sentir bem se tiver alguém inferior a mim e que eu possa almejar o topo da pirâmide, e quando eu olho para o topo da pirâmide só tem homens brancos, então é isso que eu quero, ser um homem branco em país de homens brancos prósperos e ricos.*

A popularização das fake news

Com relação às *fakes news*, pareceu haver um entorpecimento neste processo. Um dos exemplos mais bizarros foi em relação ao *kit gay*. Nenhum exercício de convencimento contrário foi capaz de mudar o que já estava materializado na mente e nas al-

mas desses eleitores de que o governo do PT divulgou nas escolas um *kit gay* como material pedagógico para crianças de 5 a 9 anos. A narrativa das *fake news*⁵ foi uma peça de ficção transformada em realidade. As eleições, sim, trabalham significativamente este processo de alienação e da ignorância, no sentido de ignorar entre a verdade, mentira e leviandade, os dois últimos pecados capitais. Há boas razões para acreditar que a campanha do candidato vitorioso foi completamente contrária as leis do cristianismo — o sinal de arma com as mãos foi o mais emblemático nesta questão, além, com certeza, de uma moralidade normativa racista e homofóbica.

Diante desse cenário, o WhatsApp tornou-se a bíblia entre os seguidores fanáticos que, em grupos, compartilhavam segredos, imagens e mensagens “divinas”. Agora era ato de fé defender o candidato que eles acreditaram estar a mando de Deus para “varrer a corrupção” e para lutar contra o mal. Mas quem representava, afinal, este mal nesta dramaturgia construída pelos DNA dos algoritmos individuais dos usuários das redes sociais? É importante ressaltar que a campanha de Jair Bolsonaro se fundamentou em alguns pilares: moral (pauta identitária e religiosa) e político (corrupção).

Com um discurso antissistema e anticorrupção, a candidatura de Bolsonaro aponta o mal como escolha do PT. Assim, Lula e Dilma foram

⁵A palavra *fake news* foi usada pelo PT para informar aos eleitores que a campanha de Jair Bolsonaro estava vinculando mentiras e calúnias sobre o candidato Fernando Haddad e sobre o PT. O que se observou é que a palavra *fake news* não era compreendida como “mentira”, que no português mentira é algo muito negativo para um candidato ser acusado. Os pesquisados compreendiam que *fake news* é algo que ainda não se associava à mentira (como depois das eleições deve ter ficado mais evidenciado, mas no primeiro turno ainda não), parecia mais em uma tradução da seguinte forma: notícia estranha, notícia esquisita, até poderia ser, notícia falsa (mas falso não é ainda mentira) falso pode ser engano. Ou seja, a escolha da palavra *fake news*, em inglês, para expressar “mentira” não foi compreendida pelos eleitores de Jair Bolsonaro que fizeram parte desta pesquisa. É importante informar que foram entrevistados eleitores de diferentes escolaridades.

execrados e a eles e ao seu partido foi direcionado o ódio, dando vazão a uma onda de riscos à democracia, agredindo direitos e fabricando os horrores das *fake news*, com o agravante da prisão de Lula. A simbologia da prisão materializada para milhões de eleitores é a comprovação do crime. Daí pôde-se questionar realmente se não foi intencional a celeridade do processo de julgamento do Lula, fato este que foi comentado em todo o mundo. O fato de Lula estar preso e a campanha midiática que se deu em relação à possibilidade de culpa do ex-presidente deixou muitos eleitores em dúvida acerca de sua inocência, o que, evidentemente, ajudou a eleição de Jair Bolsonaro, reforçada pelo atentado que ele sofreu um mês antes das eleições, tornando-o vítima de um sistema corrupto.

A partir deste momento, consolidou-se a narrativa “PT nunca mais”, partindo não só da candidatura de Bolsonaro, mas de todos os outros candidatos em oposição à candidatura petista. O episódio da prisão de Lula levou o PT para a cadeia, na visão de muitos eleitores. Assim, se construiu a narrativa de que se precisa ter um pulso forte para controlar o desgoverno que foi estes últimos anos de governo do PT. Faz todo o sentido para esses eleitores o discurso de ódio ao PT disparado pelo candidato Jair Bolsonaro nas redes sociais. Em consequência, eles copiam os mesmos gestos, em uma linguagem corporal de eliminar o outro, aquele que “encarna o mal”. É perturbador observar que houve por parte da mídia e de igrejas uma legitimação desse discurso do ódio em que vale, sim, o extermínio do opositor e o assassinato de reputações importa para fazer valer um projeto conservador antagônico ao Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, o eleitor passa a ter repulsa e ódio a Lula (que está preso e, portanto, “é culpado”) e ao PT, e, mais que isso, medo das propostas do partido, porque são “comunistas”. Os eleitores deixaram isso muito evidenciado em suas falas. Então, a estratégia de prender Lula a qualquer custo

estava correta, do ponto de vista para a vitória do seu oponente Jair Bolsonaro. Antes de ser preso, Lula ainda tinha a salvaguarda da inocência e da dúvida, a prisão o condenou. Difícil discordar de que sem a prisão de Lula, mesmo que ele não pudesse ser candidato, o ódio a ele direcionado não seria da forma que foi construído após sua prisão e muito menos ao PT, pois o elemento material não teria acontecido e sempre ficaria a dúvida, foi o que afirmaram diversos entrevistados.

A ideia do bem e do mal permeia a prisão de Lula na cabeça dos eleitores. E se ele foi preso é porque ele está do lado do mal, logo, eu sou do bem (o eleitor), então não posso ficar do lado dele (Lula) e tenho que combatê-lo, afinal ele é o mal. A questão não era somente tirar o Lula da disputa eleitoral, perceberam que era algo muito maior: matar o Lula em vida, e toda a obra do PT, sejam as boas ou as más. A prisão significou a redenção para o Lula e o PT, uma forma de pagar os pecados em vida e tirá-los da cena política brasileira. Afinal, o PT já ganhara quatro eleições consecutivas, e seria quase impossível perder se Lula continuasse solto e sendo o candidato favorito.

Os eleitores queriam mudança, mas qual mudança?

Retomando a questão que contrapõe o bem e o mal, a bondade e a maldade, a justiça e a injustiça, a verdade e a não verdade, curiosamente, observamos que os eleitores de Bolsonaro apostaram na possibilidade de ter um mecanismo de controle moral dos corpos e das almas das pessoas. Esta lógica rompe completamente qualquer possibilidade do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1995), que tanto mascarou e falseou o racismo, e toda a segregação no Brasil. O autor fala que o brasileiro é cordial até com Deus (vai à missa, não pela fé — como observa um estrangeiro). A meu ver, Holanda usa o homem cordial como uma anedota para falar desta falsa moral do bra-

sileiro. Assim, a pessoa branca usa da cordialidade quando lhe convém para mascarar o racismo. De tal modo, coloca-se por terra a harmonia da convivência entre brancos (escravocratas) e negros (escravos), apresentada na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2001).

Diversos pensadores negros brasileiros sempre falaram, escreveram e expressaram e, mais que tudo, denunciaram o profundo racismo e segregação existentes no Brasil, que excluem a população negra da partilha das riquezas e da vida societal do país, como Milton Santos, 2008, 2013; Sueli Carneiro, 2011; Carolina de Jesus, 1963; Lélia Gonzalez, 1982, dentre vários outros. Estes pensadores sempre apresentaram que o Brasil nunca foi cordial e que a casa grande e a senzala nunca tiveram alegria ou harmonia e que, na verdade, a casa grande era o arquiteto do necrotério dos corpos negros das senzalas.

Os homens brancos têm maior escolaridade, maior renda⁶ e ganham mais que os homens negros para fazerem a mesma atividade, o mesmo acontece entre as mulheres brancas que têm maior escolaridade, renda e ganham mais que as mulheres negras para fazerem as mesmas atividades. Todos estes dados expressam a segregação que o Brasil naturalizou ao longo da sua história.

E se alguém tentasse falar sobre ou escrever sobre o racismo no Brasil estaria destruindo a harmonia que existia no Brasil mestiço. Mestiço, porém, na pirâmide social, a população negra sempre esteve na base e a branca no topo. A elite branca (branca é pura redundância, neste quesito de elite brasileira), sempre buscou, de todas as formas branquear a população, seja excluindo a população negra de acesso às políticas básicas econômicas e sociais (esperança de vida é menor entre a população negra), seja com políticas migratórias de apoio à entrada de europeu para substituir a população

negra na lavoura a partir do final do século XIX, e hoje mediante o extermínio da população negra.

E agora as recentes eleições do Brasil revelam, mais uma vez, este imenso conflito e interesse da elite branca em manter os privilégios dos brancos sobre os negros. Felizmente, hoje temos um importante referencial teórico sendo pensado e produzido para contar a real história do Brasil racista nestes 519 anos por pensadores negros e indígenas. Somente a população negra poderá expressar e contar a história do racismo que permeia suas vidas diuturnamente no Brasil.

Na minha leitura, o aumento da produção, principalmente acadêmica, sobre a temática do racismo no Brasil nestes 16 anos, ocorreu em parte devido à entrada dos jovens negros nas universidades, principalmente depois das cotas. Dessa forma, está sendo possível reconstruir caminhos, recontar histórias que os brancos tentavam fazer, mas que jamais conseguiriam falar de algo que eles, brancos, nunca sentiram ou viveram, que é o racismo.

É importante ressaltar que eu, como mulher branca, reconheço que nunca conseguirei expressar e sentir o que se passa na vida e na alma de uma mulher negra no Brasil com relação ao racismo que ela vive diuturnamente. A meu ver, isso não quer dizer que eu não possa falar de racismo, mas, sim, que tenho de compreender qual é o meu lugar de fala, para ouvir alguém que sente o racismo como experiência de vida desde seus ancestrais. Racismo esse provocado pelo meus ancestrais brancos e todos os povos brancos do Brasil. Reconhecer isso é imperativo para começar a se discutir racismo, ou seja, o racismo no Brasil é um problema que o povo branco criou. O racismo nada mais é do que uma construção social criada pelo povo branco para discriminar os outros povos, para que o povo branco possa sentir-se superior e dominar os demais povos. Racismo é uma forma de colonização no Brasil.

⁶ Vide Medeiros e Galvão (2016, p. 357 a 383).

Outro fenômeno, no Brasil, também importante é com relação aos indígenas que, em função das cotas, estão produzindo suas narrativas e suas histórias dentro das universidades, principalmente na pós-graduação. E tudo isso tem obrigado a Antropologia, a Sociologia, a História e todas as ciências a repensarem seu lugar como ciência no mundo quando fala dos povos originários, que deixaram de ser objeto de estudo, agora eles são sujeitos de fala. E isso é uma mudança epistêmica.

Assim como aconteceu com as feministas negras⁷, que precisaram recolocar no debate feminista (que as mulheres brancas usavam de forma hegemônica) a questão epistêmica da pluralidade deste debate, para que olhem para outra narrativa e história além das mulheres brancas, quebrando, assim, a hegemonia em um discurso.

Por fim...

Por estas e outras razões, podemos dizer que a campanha presidencial de 2018 foi dramática, tendo em vista a disputa para se manter a população negra na senzala, ao negar que exista racismo no Brasil. A negação do racismo no Brasil pode ser considerada uma injúria no contexto atual, no qual está explícito que a “purificação da raça” é necessária para o exercício do poder. Da mesma forma, o ódio ao Partido dos Trabalhadores com certeza foi um marcador importante e muito relevante nesta eleição e, a partir deste ódio, foi construída pela extrema direita uma enorme rejeição às políticas públicas sociais que beneficiariam as pessoas pobres no Brasil, principalmente as negras e indígenas.

O que mais chamou atenção é que os eleitores de Jair Bolsonaro estavam convictos de que ele representava a mudança para aquilo que eles chamaram “Brasil para os brasileiros”, ou melhor, “Brasil acima de tudo”, principalmente os pesquisados

de cor branca. Outro aspecto espantoso é que houve defesa e explicação de que o candidato Jair Bolsonaro estava correto em defender uma agenda racista, de segregação e exclusão social. É nesse sentido que poderíamos afirmar que a eleição para presidente do Brasil em 2018 pode ser considerada como uma das mais danosas para o processo democrático.

O principal entendimento, nesse contexto, é que no Brasil perdura uma elite de homens brancos que sempre estiveram no poder e que fizeram de tudo para ganhar a eleição de 2018 e que os diversos indicadores de mobilidade social ascendente da população negra fizeram com que a elite branca se mobilizasse de forma estruturada para impedir que a presença dos corpos negros possa ser ampliada. A única coisa que importa é manter a “supremacia branca à brasileira”.

Referências

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 147-162. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*, São Paulo: Boitempo, 2016.
- Demo Pedro. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 20, n. 2, p. 427-450, maio/ago. 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GONZALEZ, Lélia & HASENBALG Carlos. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*. Edição Popular, 1963.
- MEDEIROS, Marcelo e Galvão, C. Juliana. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 2, 2016, pp. 357 a 383.
- ROBIN, Corey. *The reactionary mind: Conservatism from Edmund Burke to Donald Trump*. University of Oxford Press, 2018.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. 3ª. ed., 1ª. reimpr. 1ª.edição de 1978 – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174p.

⁷ Vide Angela Davis (2016).

LIVROS

Resenhas literárias de obras da Editora Universidade de Brasília.

O Direito Achado na Rua
Instituições jurídicas no Distrito Federal

TRÁFICO DE PESSOAS E MOBILIDADE HUMANA
MARI LUCIA LEAL (Org.)

Quem canta o Estado-nação?
Instituições jurídicas no Distrito Federal

A literatura movente de Chimamanda Adichie
Pós-colonialidade, descolonização cultural e diáspora
Claudio R. V. Braga

Jovens, direitos e território
Apagamento, política neoliberal e infância

Latim
língua e cultura
Michele e Eduarda Brasil de Sá

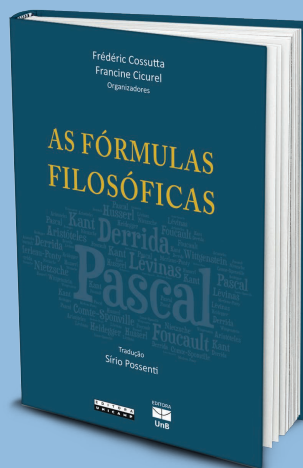
ENSINO MÉDIO EM DEBATE

Conheça mais e adquira as obras apresentadas e outros títulos em nossa livraria, no Campus Darcy Ribeiro, ou no site editora.unb.br

O estudo das fórmulas filosóficas

“As fórmulas filosóficas” é uma coletânea de artigos que analisam a natureza, as formas e as funções discursivas de enunciados e suas interpretações em contextos diversos

Por Inês Ulhôa



Sabemos que questões filosóficas servem para estimular redes de pensamentos que proporcionam reflexões críticas e muitas vezes consistentes. O que dizer, então, das “fórmulas filosóficas”, aqueles enunciados que circulam no espaço e tempo, sempre recontextualizados — alguns de origem conhecida, outros não por quem os utilizam —, e que se tornaram emblemáticos na atividade discursiva?

Enunciados mínimos como “a religião é o ópio do povo”, “o inferno são os outros”, “O homem é o lobo do homem”, “não nos banhamos duas vezes no mesmo rio”, entre tantos outros, possuem uma relativa autonomia de sentido, mas condensam um projeto maior de seus formuladores e de onde foram destacados. Com o passar do tempo, foram transmitidos e recontextualizados em novos conjuntos teóricos em que chegam mesmo a alcançarem valor de verdade universal.

Torna-se evidente que esses enunciados comportam várias interpretações, principalmente no mundo atual, em que a razão é colocada em suspeição e no qual receia-se até mesmo que o indivíduo não está livre na construção de sua própria subjetividade/identidade. Para além dessas interpretações, as fórmulas filosóficas contribuem, igualmente, segundo os organizadores do livro, “para a formação do interdiscurso mais global, no qual se entrecruzam discursos religiosos, literários, científicos, jurídico-políticos, ideológicos”.

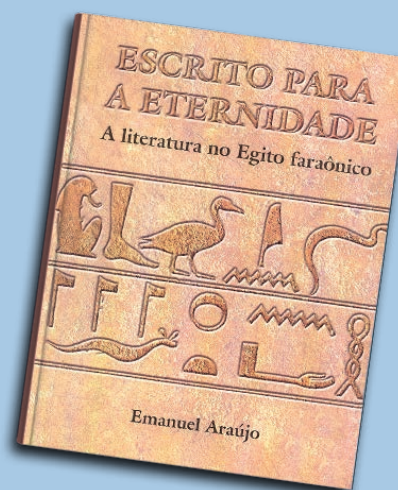
O que a obra *“As fórmulas filosóficas”* quer é facilitar a compreensão desses enunciados desde sua elaboração e sua natureza, mas também compreender qual é o papel que exercem na transmissão filosófica e quais as funções que lhes são reservadas nos usos que delas se fazem nas práticas discursivas filosóficas.

Os autores, oito ao todo, privilegiaram, de acordo com os organizadores, a análise do discurso, a linguística da enunciação, a semiótica, a estilística em um ponto de vista filosófico sensível à questão das formas, e esforçaram-se para esclarecer determinados mecanismos discursivos ligados à formação e ao devir desses enunciados. Trata-se de uma obra convidativa aos estudiosos da linguagem e da filosofia.

Iu-F Pu Nefer: este (livro) chegou bem ao fim

O livro “Escrito para a Eternidade: A literatura no Egito faraônico” é um dos exemplos mais eloquentes de que tudo perece, os homens viram pó, mas o nome de um escritor durará para sempre, pois “um livro faz com que seja lembrado na boca de quem o lê”.

Por Emanuel Bouzon



O conhecido especialista de História Antiga Ocidental, professor Emanuel Araújo (24/12/1942-15/06/2000), publicou uma interessante antologia dos principais textos da literatura do Egito do tempo dos faraós. A área de História Antiga Oriental é, em nosso país, reconhecidamente bastante pobre em fontes primárias, traduzidas diretamente dos originais. E o professor Emanuel veio, com este trabalho, contribuir para diminuir essa carência na área de egiptologia. Essa importante coletânea de textos egípcios inclui obras dos dois mais importantes períodos da história do Egito faraônico: o Reino Médio e o Reino Novo. Abrange, portanto, um arco cronológico que vai desde o século XX a.C. até o século XI a.C. aproximadamente. Nessa época, floresceram os mais diversos gêneros literários da literatura egípcia.

Formas literárias - A obra começa com uma sucinta, mas muito bem formulada, introdução aos textos, em que trata do problema da edição e transmissão de textos egípcios, da definição da literatura egípcia e das diversas formas literárias encontradas nos escritos dessa literatura.

O autor foi muito feliz na escolha dos textos incluídos nesta coletânea. Dividiu-a de acordo com a natureza dos textos.

Cada texto traduzido recebeu uma breve introdução, com data de composição, publicação e indicações bibliográficas. Começa sua antologia com a parte que o autor denomina “literatura fantástica”, incluindo, entre outros, os relatos do célebre *Papiro Westcar* e o conhecido relato das aventuras de um naufrago.

Na parte denominada “literatura aventureira” encontramos textos como *Memórias de Sanchet* e o relato da atribulada viagem de Um-Amon a Biblos. Entre os textos classificados como “literatura dramática” encontram-se alguns de caráter mitológico, como o diálogo de Isis e Atum, que relata o nascimento do deus falcão Horus e a contenda entre os deuses Horus e Set.

Literatura crítica – Os textos da chamada “literatura crítica” apresentam dois célebres testemunhos de crítica social no Antigo Egito: *As admoestações de Ipu-Ur*, que espelha os desmandos e as injustiças do Primeiro Período Intermediário, ou, segundo alguns autores, do Segundo Período. Um outro texto importante desta parte é o que se costuma denominar *Profecias de Neferti*, que Posener chamou de “literatura propagandista”, composta para justificar o direito ao trono de Amen-em-hat I, fundador do Reino Médio. O primeiro texto da “literatura gnômica” é a conhecida *Sátira das Profissões*, que exalta o escriba acima de todos os outros profissionais.

Nesta parte, inclui-se, também, o célebre conto *Camponês eloquente* e outros textos importantes da rica literatura sapiencial egípcia. A coletânea termina com exemplos da “literatura lírica” do Antigo Egito, como alguns poemas de amor, hinos religiosos e o *Canto de um harpista* como último exemplo.

A obra é enriquecida por uma tábua cronológica, que ajuda o leitor a situar-se nos diferentes períodos da história do Antigo Egito, bem como por um glossário no qual registra e explica diferentes termos e conceitos da língua, da religião e da geografia do Egito.

Fontes primárias – Emanuel Araújo termina seu livro com o dito usado pelos escribas egípcios: *iu-f pu nefer* (“este [livro] chegou bem ao fim”). O mesmo se pode dizer deste trabalho. Não com a ironia dos escribas, mas com o agradecimento dos leitores que se alegram de ver terminada e publicada uma obra tão útil para todos que estudam e gostam da história antiga oriental. O estudante e estudioso do Egito tem agora em suas mãos uma importante coletânea de fontes primárias que o ajudarão a melhor compreender a história social e literária do Antigo Egito.

“Um escrito permanece” — como ensina o *Papiro Chester Beatty*, citado no início do livro —, “lembrado na boca de quem o lê”. Esta última obra de Emanuel Araújo fará, certamente, que seu nome permaneça vivo e lembrado, com agradecimento e saudade, por todos os estudiosos e pesquisadores da História Antiga Oriental.

Emanuel Bouzon (1933-2006) foi professor de História Antiga Oriental, Línguas Semitas e Exegese na PUC-Rio.

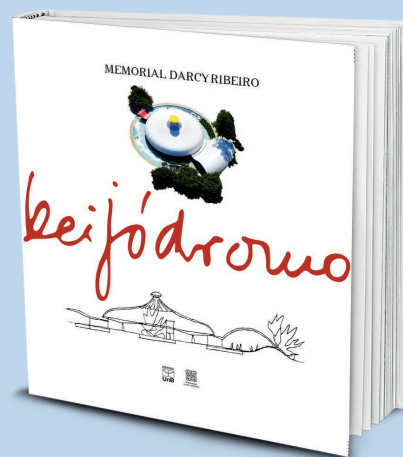
Esta resenha foi publicada originalmente na revista *Correio do Livro da UnB*, nº 1, 2000.

O professor **Emanuel Araújo** foi diretor da Editora UnB nos anos de 1992 e 1993. Recebeu o título de professor emérito (post mortem) da Universidade de Brasília em 2002. Em sua formação acadêmica, foi orientado em seu mestrado pelo professor Eudoro de Sousa, helenista e criador do Centro de Estudos Clássicos da UnB, e no doutorado pelo professor Oswaldo Colatino de Araújo Góes. Sua tese *O êxodo hebreu: raízes histórico-sociais da unidade judaica* foi publicada em livro no ano de 1970. Após seu afastamento da UnB por motivos políticos, Emanuel Araújo estabeleceu-se no Rio de Janeiro, iniciando carreira como editor nas editoras Bloch, Record e José Olympio. Foi membro das equipes da Enciclopédia Mirador Internacional, na qual trabalhou com o professor Antonio Houaiss, e da Enciclopédia Ilustrada do Brasil. É autor de uma das maiores obras da arte editorial escrita em português, *A Construção do Livro: princípios da técnica de editoração*, publicada em 1986 e republicada em 2008 pela Lexikon Obras de Referência e Editora Unesp, com o apoio da Biblioteca Nacional. É também autor do livro *O Teatro dos Vícios – Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*, publicado pela Editora UnB.

Não há esquecimento: legado de Darcy Ribeiro na UnB

Em seu último discurso na UnB, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa e a homenagem de ter seu nome atribuído ao campus, Darcy Ribeiro nos convocou para olhar o futuro. Entre nostálgico de si mesmo e dos velhos tempos de fundação da Universidade de Brasília, o ainda bravo guerreiro de “muitas batalhas”, mais uma vez exortou a todos: “o que peço é que voltem ao Campus Universitário Darcy Ribeiro aquela convivência alegre, aquele espírito fraternal, aquela devoção profunda ao domínio do saber e a sua aplicação frutífera”.

Por José Geraldo de Sousa Junior



Nos últimos meses de 2010, de minha janela no terceiro andar da Reitoria, incorporei o hábito de acompanhar o cotidiano da edificação do Memorial Darcy Ribeiro, a bela peça arquitetônica projetada por João Filgueiras Lima, o Lelé¹, para realizar o último legado de Darcy para a sua amada UnB. De meu ponto de visão, descortinando um recanto da Praça Maior em ângulo com a extremidade sul do ICC, o edifício símbolo da própria Universidade, pude seguir a cada dia, como quem vira as páginas de um álbum, as mudanças perceptíveis do projeto em execução.

Utopia da universidade necessária - Primeiro a demarcação da área, com o trabalho de terraplenagem e de sondagens realizado pelas equipes técnicas da UnB. Logo, os tapumes configurando o canteiro, e nas suas lâminas, joias do pensamento do fundador: “A vocação da UnB é ser uma universidade completa”; “A UnB deve rege-se a si própria, livre e responsavelmente”. As frases, como que a assinalar um destino, reavivaram a utopia da universidade necessária, conquanto aspire ainda a se constituir como uma universidade emancipatória. Aqui, onde o conhecimento haure de seu acumulado universal, o seu máximo alcance civilizatório, a universidade moderna da cidade modernista, quer afirmar o seu compromisso social como condição para incluir os novos sujeitos que emergem das lutas democráticas para aspirar justiça e liberdade.

E a obra em processo foi, aos poucos, materializando o esboço projetado da própria mente de seu criador, ao conceber a universidade que agora a acolhe: “A verdadeira Universidade de Brasília é a utopia concreta que subsiste calada entre seus muros no espírito dos estudantes e dos professores que guardam fidelidade ao seu espírito; mas é, também, a universidade excludurada, que vive onde sobrevivem os que a conceberam; e é, sobretudo, a que ressurgirá em quantos, amanhã, hão de reencarná-la em liberdade e dignidade” (Carta 14, 1995).

A cada dia, equipes bem organizadas, apetrechadas, com plano bem definido e segura direção do Instituto Brasileiro de Tecnologia do Habitat (IBTH), presidido pelo próprio Lelé e tendo no canteiro a presença coordenadora da arquiteta Adriana Filgueiras, começaram a dar forma à edificação, muito assemelhada ao desenho descrito na carta de Lelé para Darcy: “Lembra um pouco um disco voador ou uma mistura de maloca dos Xavantes com a dos Kamayanás, que você tanto admira”. E completa: “Foi assim que concebi uma ‘casa digna’ para guardar seus livros, seu ‘beijódromo’ e tudo o mais que você imaginar”.

A biblioteca de Darcy - Em seguida, por meio de carta dirigida ao reitor da UnB, em março de 1996, Darcy Ribeiro expressa os termos de seu legado à UnB:

Os estatutos da FUNDAR de que estou mandando cópia, determinam que seu presidente elegerá a Universidade que virá a acolher, a qual receberá e porá em uso público a biblioteca de trinta mil volumes e o

¹ Sobre as concepções arquitetônicas de Lelé, incluindo o Beijódromo, conferir em: PORTO, Cláudia Estrela (Org.). *OLHARES. Visões sobre a obra de João Filgueiras Lima*. Brasília: Editora UnB, 2010.

arquivo documental, bem como os objetos de arte de Darcy Ribeiro e de Berta Gleizer Ribeiro, nela funcionará a direção superior da Fundação, que regeerá a republicação das obras de ambos, cujos direitos foram transferidos à FUNDAR.

O instituidor da FUNDAR espera da Universidade que destine, mediante cessão de uso, uma área para construção da Biblioteca Darcy Ribeiro e seus órgãos colaterais. Espera ainda que a Universidade ajude na edificação da referida Biblioteca e que destaque de seus quadros alguns servidores para manutenção e uso da biblioteca.

*Meu desejo, senhor reitor, é que seja a **Universidade de Brasília**, a que estou fortemente vinculado, que acolha a FUNDAR.*

O livro *Beijódromo: o Memorial Darcy Ribeiro*, primorosa edição coordenada por Carlos Barbosa e organização de textos a cargo de Laura Murta se apresenta editorialmente como um trabalho de arte, pois é, principalmente, um ensaio fotográfico, com registros belíssimos de grandes fotógrafos: Alexandra Martins, Joana França, José Rosa, Luiz Elias, Luiz Filipe Barcelos, Ricardo Brasil, com fotos também dos acervos da UnB (Secom), Fundação Darcy Ribeiro, além de uma icônica foto de Darcy (p. 13), de autor desconhecido.

Mas o livro contempla discursivamente os depoimentos-análises que explicam o sentido do projeto e sua própria arqueologia. São assim os textos de Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy e presidente da FUNDAR (p. 11-16), situando o “Beijódromo: onde a utopia tem lugar”; de Juca Ferreira, o Ministro da Cultura que acolheu o projeto por recomendação do Presidente Lula, mas por reconhecer o alcance da proposta, o apoio material para a realização da obra, inscrita nos objetivos do Fundo Nacional de Cultura (p. 27-32), afirmando, nesse sentido que “Darcy Somos Nós”; o manifesto do próprio Lelé – João Filgueiras Lima, que concebeu o projeto e o desenvolveu desde a concepção, dialogando com Darcy e supervisionou todo o processo de edificação: “Um Beijódromo para Darcy” (p. 33-42); os estudos de interpretação, arquiteônico-artístico-tecnológico-social, de Cláudia Estrela Porto: “Beijódromo: a nova morada de Darcy Ribeiro” (p. 43-54); de Haroldo Pinheiro: “Beijódromo: arte e tecnologia” (p. 55-60); e de Antonio Risério: “Entre arquitetura e pensamento social” (p. 61-68).

Completa esse conjunto narrativo, texto do próprio Presidente Lula, sobre “O Legado de Darcy” (p. 125-132):

Darcy foi, acima de tudo, um pensador ousado, com a coragem de ter ideias próprias sem pedir licença. Tinha o conhecimento desassombado de quem leu muito e fez muito, dando mais atenção às ideias e ao seu potencial transformador do que à fama dos seus autores. Teve a coragem de contestar teorias, de propor novas explicações, de apontar novos caminhos. Quando exilado pela ditadura militar, Darcy aproveitou esse

período para um mergulho na América Latina que, de certa forma, foi um prolongamento do seu mergulho no interior do Brasil (p. 136).

Essa atitude e esse engajamento utópico com a América Latina explica em parte a presença na inauguração do Memorial Darcy Ribeiro, da emblemática figura do presidente José Mujica, que discursou na ocasião, expressando o reconhecimento ao sentido de solidariedade continental que Darcy sempre encarnou.

Mas este caminho, digo em texto que elaborei como reitor (*Um Memorial projetado para o futuro*, p. 17-26), não foi facilmente percorrido. Nem em linha muito contínua. Até que se retomasse recentemente aqueles compromissos de 1996, e agora em 2010, se pudesse celebrar o termo de permissão de uso para destinar a área de instalação do Memorial e liberar os procedimentos necessários à implementação do projeto sonhado, um pouco de amargo desapontamento deixou em sobressalto o próprio sonho.

A vocação da universidade pública - Foi preciso o Presidente operário para se fazer acessível ao compromisso de reconhecimento. O mesmo Presidente, aliás, o único Presidente que durante todos os anos de seu mandato, reuniu para diálogo todos os reitores federais brasileiros e com eles concertou o maior programa de investimentos já realizado para o desenvolvimento das universidades públicas, para que elas se expandam, ampliem vagas, democratizem o acesso e se reestruturarem em direção à atualização de seus fins institucionais, de oferecer educação superior de qualidade como um bem público e social.

Este Presidente operário, atento ao papel transformador da educação, é ainda o mecenas sensível, convencido de que se *“a história de um país é expressa pela trajetória do povo que o construiu, por sua luta pela sobrevivência e autonomia”*, este percurso *“e o conjunto de suas conquistas faz-se representar também pelas ideias e mãos de seus artistas”*.

E é ainda este mesmo Presidente, cuidadoso do dever de consideração, que se move em tributo de reconhecimento para homenagear o grande brasileiro Darcy Ribeiro, antropólogo, educador, escritor, político, semeador de esperanças. Ele orienta o seu Ministro da Cultura no sentido de criar as condições de materialização de seu derradeiro sonho que é instalar na UnB, o seu Memorial, **na forma deste edifício-utopia**.

Mas, como resumi antes, um Memorial que seja fiel à vivacidade instigante do homenageado, que seja projetado para olhar o futuro. E que se incruste, definitivamente, no território de sua filha querida, ali naquela *“faixa de terras na qual conquistara um bom pedaço do planeta Terra para nele edificar a Casa do Espírito, enquanto saber, cultura, ciências: a Universidade de Brasília, nossa UnB”*.

Nesta Universidade de Brasília, repete o seu fundador, que *“Existe, para entender o Brasil com toda a profundidade, – e cuja primeira tarefa para – o exercício dessa missão é ter a coragem de lavar os olhos para ver nossa realidade, é perscrutá-la, é examiná-la, é analisá-la – porque, ao fim e*

ao cabo – o Brasil, entendido como seu povo e seu destino, é nosso tema e nosso problema.

Sim, nesta Universidade de Brasília, registra o ministro Juca Ferreira em seu discurso lido na abertura do Seminário *Encontro de Saberes*, realizado em setembro de 2010, que não deixe perder-se *“a sua função de razão crítica, de entidade processadora de sínteses e renovadora de conceitos, a Universidade (que) hoje abre as portas para formas de sentir, de criar, de pensar e de fazer que a sociedade produziu para si mesma”*.

Um lugar, enfim, adequado para abrigar o legado de Darcy, realizando, talvez, um de seus últimos desejos, e, como próprio de Darcy, embrulhado de inexcedível afeto. Num artigo de Oscar Niemeyer (*“A Importância da Fundação Darcy Ribeiro”*), o velho amigo rememora trechos de uma conversa (*“Três ou quatro dias antes do seu aniversário, fui ver o meu amigo Darcy Ribeiro no apartamento em que mora em Copacabana. E lá estava esse meu irmão a escrever como sempre, sentado na sua poltrona preferida... E a conversa continuou, mas foi ao falarmos da Fundação Darcy Ribeiro, que ela se esticou, como se impunha”*).

Essa memória-testemunho reafirma a intenção e as razões do legado. Lembra Oscar: *“A Fundação Darcy Ribeiro vai ser construída na Universidade de Brasília, que Darcy criou”*. E esta obra, para o grande arquiteto, tem a maior importância, é indispensável e precisa ser construída, porque *“representa a vida de um brasileiro que honra, com seu talento, coragem e idealismo, o nosso país”*.

Horizontes de solidariedade - E eis aqui hoje este belo monumento, o Beijódromo idealizado por Darcy e inaugurado no ano jubileu da própria cidade-capital que nos abriga a todos, para nos lembrar sempre que o conhecimento é razão, é lógica, é discernimento, mas não se realiza plenamente, se não for sensível, afetuoso, se não se deixar conduzir pelo sentimento de mundo para transformá-lo conforme os horizontes da solidariedade e da justiça social.

A inauguração do **Beijódromo**, em 2010, celebrou no calendário de efemérides da UnB, a homenagem da universidade ao jubileu de Brasília. Foi uma celebração com a cidade de sua alma gêmea, a UnB, filhas que são do mesmo impulso de criação. Darcy ficaria feliz com esse simbolismo. E mais ainda, porque no auditório do seu Memorial, entre os eventos das festividades, Seminário promovido pela UnB e pela Associação Brasileira de Antropologia, agendou o tema *“A Hidrelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena”*, criando a oportunidade emblemática, grata a Darcy, de lotar o auditório com os Caiapós e seu cacique **Raoni** (p. 148-151), afirmando o direito das comunidades indígenas de exercitar a consulta sobre seus interesses comunitários, na forma da Convenção 169 da OIT e nos termos da Constituição do Brasil.

José Geraldo de Sousa Junior é ex-reitor da UnB. Professor Associado IV na Faculdade de Direito/UnB e coordenador do Projeto O Direito Achado na Rua

Promessas e realidade da Bioética no Brasil

Livro Bioética no Estado Brasileiro é uma reflexão acerca dos caminhos para a consolidação e expansão deste campo do conhecimento, tanto nos meios acadêmicos como nas instituições governamentais

Por José Geraldo de Sousa Junior



Desde a sua consolidação como campo de conhecimento autônomo, a Bioética vem recebendo o aporte de várias contribuições teóricas que lhe servem de base de fundamentação e de organização de seus discursos. A partir de diferentes critérios que servem à estruturação desses discursos, é possível designar os modelos que lhe correspondem e até identificar a especialização de correntes que se distinguem em suas propostas, localização, formas de intervenção e reconhecimento de seus principais formuladores.

Assim, é possível falar-se, hoje, de uma bioética latino-americana, com modelo epistemológico bem definido e com lugar de reconhecimento, a partir do âmbito de enunciação que lhe assegurou auditório e contexto argumentativo preciso. Fala-se, neste sentido, de uma bioética de intervenção, cujas reflexões, adensadas nas condições limite de armação dos dilemas morais num continente ainda imerso num quadro de profundas e injustas assimetrias, apelam a uma politização dos modos de interpretação dos conflitos morais inscritos nesses dilemas.

Aludo aqui à caracterização que propõem Volnei Garrafa e Jorge Córdón², reivindicando, inclusive, uma bioética constitutiva de uma escola brasileira

como uma nova disciplina mais abrangente, mais comprometida com a realidade, mais inclusiva que exclusiva, mais 'politizada'; como uma nova ferramenta teórico-

-metodológica que tem responsabilidades concretas em relação não somente ao estudo e interpretação das questões éticas, mas, principalmente, com a formulação das respostas possíveis e mais adequadas para os problemas constatados na totalidade complexa que nos cerca e da qual – queiramos ou não – fazemos parte (2006, p. 12).

Dessa bioética de intervenção que vem sendo firmemente designada, notadamente pelo professor Volnei Garrafa, da Universidade de Brasília, em comunicações (1998, Mar del Plata, Argentina), congressos (2002, VI Congresso Mundial de Bioética, Brasília) e artigos³, institucionalizou-se na UnB um adensado programa de estudos e pesquisas pós-graduados em Bioética, a partir do Núcleo de Estudos em Bioética, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e à Faculdade de Saúde, em que veio instalar-se a Cátedra UNESCO de Bioética da UnB e cujo principal eixo investigativo é, exatamente, a “Bioética de Intervenção”.

Bioética e Direitos Humanos - O livro *A Bioética no Estado Brasileiro. Situação Atual e Perspectivas Futuras*, de Swedenberger do Nascimento Barbosa, inscreve-se nessa linha de estudos e pesquisas e traz para o campo epistemológico dos estudos desenvolvidos na UnB valiosas contribuições. Uma primeira contribuição consiste em estabelecer uma relação cogente entre bioética e direitos humanos. Depois que a UNESCO, em 2005, aprovou o teor da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, operou-se, inevitavelmente, essa relação, passando o campo a incorporar, além dos aspectos biomédicos e biotecnológicos tradicionais nos estudos da área, os temas da bioética social com foco na universalização dos direitos e do acesso aos serviços públicos de saúde e outros que dão concretude aos direitos de cidadania.

O autor aprofunda no livro uma abordagem interdisciplinar que já vinha fazendo ao reivindicar uma mais estreita aproximação entre Bioética e Direito. Refiro-me ao seu artigo “Bioética e Direito: uma aproximação necessária”⁴. Ali, ele começa a problematizar as questões que procura agora esclarecer no livro:

Como, por exemplo, avançar para que os direitos pessoais, morais, sociais sejam garantidos à luz das novas tecnologias biomédicas? Como gerar a interface entre os princípios constitucionais de cidadania e dignidade humana e as urgentes decisões que envolvem condutas e normas morais em sua dimensão bioética e que interferem na vida humana? Como a atual ordem jurídica e as decisões judiciais podem ser consideradas e atualizadas como ‘justas’ sob os aspectos dos princípios e fundamentos do direito e da bioética? Como lidar com recursos escassos em saúde e as decisões sobre a vida? Entendemos que estas e outras questões devam se constituir

² GARRAFA, Volnei e CORDÓN, Jorge (Orgs.). *Pesquisa em Bioética no Brasil de Hoje*. São Paulo, Gaia, 2006.

³ GARRAFA, V., PORTO D., Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics* 2003; 17: 399-416.

⁴ Publicado em *Constituição & Democracia*, Faculdade de Direito da UnB, nº 19, jan/fev de 2008, p. 06-07.

em uma agenda de discussões multidisciplinares, não restrita à Academia, em que estejam resguardados entre outros elementos, a dignidade humana e as liberdades fundamentais. Um importante instrumento para que se faça este estudo e debate é a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, avaliando-se a sua aplicação à realidade brasileira, sua relação com a legislação do país e eventuais contradições existentes, o que implica necessariamente numa profunda análise de nossa ordem jurídica e de nossas condutas éticas e morais.

Aliás, na mesma edição de *Constituição & Democracia*, corroborando o sentido político da aproximação ao tema, enquanto atenção pertinência que a bioética deve estabelecer com os direitos humanos tal qual propõe Swedenberger Barbosa, são coligidas outras leituras já que se tratou de um número temático, porém, sempre interdisciplinar como pretendiam os editores do tabloide – os Grupos de Pesquisa *Sociedade, Tempo e Direito* e *O Direito Achado na Rua* – cabendo pôr em relevo a entrevista concedida pelas professoras Débora Diniz (antropóloga) e Tatiana Lionço (psicóloga), sobre o tema *Bioética, gênero, diversidade sexual e direitos fundamentais: um debate necessário* (p 12-13), elas também trazendo em sua aproximação ao campo a preocupação de aferir *mecanismos para a garantia da participação social, fundamentais em uma democracia*.

Novos paradigmas - Por isso que, uma outra importante contribuição presente no livro é a que deriva do seu próprio título. Com efeito, a realização dos direitos e da cidadania, numa sociedade complexa e desigual não é possível sem que se invente, construa e experimente novos paradigmas para a ação política transformadora, uma tarefa que, no estado de direito democrático passa pela sociedade organizada, mas que não pode prescindir da atuação dos agentes e das políticas públicas estatais. Esta dimensão, forte na abordagem de Swedenberger, vai aparecer depois no livro que ele organizou para o IPEA, com base em Seminário do qual decorre a obra: *Bioética em debate – aqui e lá fora* (2011).

Também presente no Seminário, vali-me do livro *Bioética no Estado Brasileiro*, para acentuar essa perspectiva. Com efeito, tal como salientei, o livro de Swedenberger Barbosa é resultado desse campo e dessa perspectiva de investigação. Assim, não é apenas um campo de conhecimento, mas são também linhas editoriais que são abertas no sentido de criar matéria crítica para a constituição epistemológica desse campo. A novidade do livro, aqui eu diria, está no fato de que, para além dos estudos de natureza filosófica, para além dos estudos de natureza científica, dos estudos ligados às dimensões próprias da abordagem das humanidades, um outro elemento é trazido a campo, que é a consideração da importância da bioética como uma dimensão das exigências de políticas públicas.

O livro de Swedenberger Barbosa, ao se referir à bioética no Estado brasileiro, traz essa perspectiva de que não basta um pensamento crítico, não basta uma construção de campo de cientificidade, é preciso desenvolver ações de transformação da condição da existência humana, como tarefa da política,

tarefa do Estado. E aqui, para além do estabelecimento dessa relação necessária, a identificação de mediações que têm sido construídas na experiência recente de organização do Estado Brasileiro, no plano legislativo, no plano das políticas públicas – propriamente, a cargo do sistema administrativo –, no campo do Judiciário, de análise dessas políticas. Cabe aqui referência às leis que estão sendo elaboradas, como a lei de Biosegurança e, sobretudo, a importantíssima agenda que se coloca com a expectativa e a criação, já com projeto de lei (PL) nesse sentido, de um Conselho Nacional de Bioética no Brasil.

Esta dimensão está presente também na Constituição brasileira ao prescrever os direitos sociais como bens coletivos cuja concretização é dever do Estado. Mas ela supõe um Estado garante de políticas de inclusão social, coordenador de ações redistributivistas, definidas de forma participativa em espaços públicos de deliberação democrática. O autor examina as condições atuais de repolitização do Estado brasileiro e a sua capacidade de coordenar políticas legislativas, judiciais e de gestão de interesses divergentes e até contraditórios como condição para a realização de uma democracia participativa e redistributiva.

No livro, como em seus outros escritos⁵, o autor chama a atenção para a responsabilidade do Estado e das instituições públicas em buscar soluções que conciliem escassez de meios e exigências de universalização. Soluções, a seu ver, que não percam de vista a igualdade como ponto de chegada da justiça social, o referencial dos direitos humanos e o reconhecimento da cidadania.

O livro de Swedenberger Barbosa traz para a bibliografia do campo bioético, num espaço acadêmico pioneiro e irradiador constituído na Universidade de Brasília, uma obra de referência, que abre perspectivas atuais e futuras para orientar políticas públicas de concretização de direitos. E serve de referência para apontamentos posteriores do autor, expandindo o seu cuidado no sentido de não perder de vista a relação necessária entre bioética e direito à saúde e, a partir dessa relação identificar e confrontar os dilemas que se abrem para a discussão e a aplicação dos fundamentos éticos das ações e políticas de saúde pública.

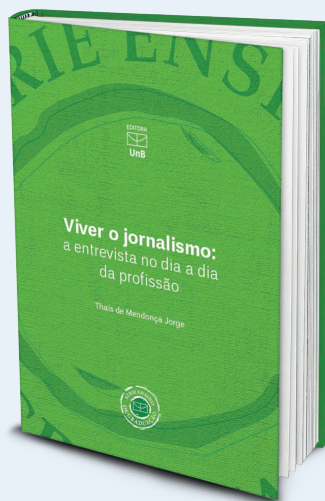
José Geraldo de Sousa Junior é ex-reitor da UnB. Professor Associado IV na Faculdade de Direito/UnB e coordenador do Projeto O Direito Achado na Rua

⁵ Ver, especialmente, em: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Orgs.). “Financiamento da Saúde: ferramenta de concretização do direito à saúde”. In: *Introdução Crítica ao Direito à Saúde*, série O Direito Achado na Rua. Brasília, CEAD/UnB, 2008, p. 281-289. Igualmente do autor, *Bioética y Derecho a La Salud: dilemas* (Maria Célia Delduque, José Geraldo de Sousa Junior, Alexandre Bernardino Costa et al. (orgs.) Série El Derecho desde la Calle, vol. 6: *Introducción Crítica al Derecho a la Salud*. Brasília: UnB/Opas/Fiocruz, 2012, p. 268-279).

A entrevista como método

“Viver o jornalismo, a entrevista no dia a dia da profissão”, livro de Thais de Mendonça Jorge, explica didaticamente a arte de entrevistar. Mas além disso, a autora presenteia os leitores com doze entrevistas que ela produziu ao longo da sua carreira. Foram inúmeras, mas ela escolheu algumas personagens e entrevistas marcantes : Drummond, Elis Regina, Ziraldo, Jaguar, Raul Cortez, Tony Ramos, Caetano Veloso, Sônia Braga e Joel Silveira.

Por Inês Ulhôa



“A entrevista pessoal, cara a cara com o interlocutor, é insubstituível”, diz Thais Jorge em seu livro “Viver o jornalismo: a entrevista no dia a dia da profissão”. A autora, que hoje se dedica ao magistério na Faculdade de Comunicação na UnB, traz em sua obra entrevistas que realizou em seu tempo de repórter em meios impressos. Não se trata de entrevistas inéditas, mas ao republicá-las em livro, a autora quer desafiar a compreensão da entrevista como método, instrumento e arte, em sua função de coletar informações no jornalismo.

Quando nos dias atuais se fala exaustivamente da morte da verdade, com o ambiente de caos que povoa a internet com a proliferação de canais de expressão (como perfis em redes sociais, blogs, sites etc.), e conseqüentemente onde as famosas *fake news* fazem a festa, em que parece que o imperativo de pensar não necessariamente esteja em uso, Thais Jorge, claro, quer mostrar o contraditório disso. Ela faz uma espécie de ode à entrevista pessoal como um porto seguro ao bom jornalismo.

Embora as condições atuais conduzem jornalistas ao *on-line*, a entrevistas por telefone ou por correio eletrônico, a entrevista pessoal, de acordo com a autora, é insubstituível: “mesmo que a internet venha possibilitando contatos com fontes a distância, nada substitui o olho no olho nem a possibilidade de ver e observar uma pessoa, ouvi-la, registrar seus trejeitos, sentir-lhe o cheiro e localizá-la no tempo e no espaço”. É exatamente o que podemos observar nas

entrevistas selecionadas por Thais para esta publicação, nas quais estão inseridas histórias de como e em que condições se deu a conversação, qual era a pauta e o porquê do texto.

Mas a autora vai além. No esforço de sistematizar suas impressões em que alia referencial teórico à prática, Thais Jorge mostra que o ato de entrevistar é único e fundamental no Jornalismo praticado como disciplina séria e com princípios éticos. Assim é que esta obra se revela fundamental para professores e estudantes de jornalismo porque se dedica a detalhar a entrevista como arte do jornalismo. O conceito de entrevista como elemento essencial do mundo do jornalismo foi abrilhantado pela autora que agregou exercícios de cunho didático, além das doze entrevistas publicadas como modelo. Para tanto, ela lembra que “a entrevista é integrante da *expertise* jornalística: constitui um método próprio e particular de aproximação com as fontes, envolve técnica especial para a obtenção de resultados e demanda um treinamento específico”

Editora UnB

Uma conquista para a cultura do conhecimento

visite nosso site

www.editora.unb.br

EDITORA

UnB





Esperre o inesperado

Cristiane Sobral

Sou pássaro preto
estendo as minhas asas
coloco fogo na dor
espalho as cinzas negras pelo meu corpo



Forjo uma pele nova a cada momento
jogo as cinzas ao vento
e voo, águia negra
a ressuscitar diante de qualquer tempestade
mais forte, mais célebre,
mais viva
esperre o inesperado...



Com o verbo na carne

Cristiane Sobral

Esse texto deve ser aberto com bisturi
para refletir sonhos alheios
nas palavras
deixarei pistas de salvação

esse texto deve ser aberto com bisturi
o verbo cheio de carne
vai derramar sangue negro em seu rosto
suas mãos brancas
serão salpicadas de um vermelho quente e vivo
nas palavras deixarei pistas de salvação

esse texto deve ser aberto sobre a mesa
para que reflita toda a sua luz
depois
que seja oferecido
como o melhor tecido da última estação

esse texto deve ser aberto com bisturi
valorizado como pérola
nunca distribuído aos porcos
depois da refeição.
espere o inesperado...

